Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhoras e senhores acionistas,

A Organização Bradesco completou 80 anos em 2023. Um ano de renovação, com o olhar para as novas oportunidades e futuro.

Mantemos o foco em nossos clientes e suas necessidades, prezando pelo bom atendimento, prestatividade e atenção com o público. Também, atentos com as novas tecnologias e movimentos no setor financeiro.

Mudanças são importantes para termos novas visões e isso vem acompanhado de otimismo, força e, consequentemente, superação.

2024 será um ano de ajustes, esforço e muita dedicação para buscarmos cumprir nossos objetivos.

Reiteramos a nossa confiança na capacidade do povo brasileiro e estamos aqui para servi-lo e contribuir com o crescimento do Brasil.

Aproveito para agradecer o apoio e a confiança que recebemos dos nossos acionistas e clientes, bem como dos nossos funcionários e colaboradores, que são essenciais na nossa jornada.

Abaixo, apresentamos detalhadamente os principais resultados do exercício.

Boa leitura!

Cidade de Deus, 6 de fevereiro de 2024

Luiz Carlos Trabuco Cappi
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e senhores acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. relativas a 2023. Seguimos todas as práticas do *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Comentário Econômico

A atividade econômica se mantém firme. O mercado de trabalho permanece aquecido, sustentando ganhos de renda acima da inflação e o crescimento do consumo. Nossas projeções indicam que o PIB deve ter encerrado 2023 com expansão de 2,9%. Neste ano, projetamos avanço de 2,0%. O quadro de inflação segue favorável, principalmente com a desaceleração da inflação de serviços, reforçando nossa projeção de 3,6% para o IPCA em 2024.

O Copom deverá manter o ritmo de cortes de 0,50 p.p. da Selic. Prevemos que a taxa básica de juros encerrará 2024 em 9,25%, concluindo o ciclo de cortes com uma redução acumulada de 4,5 p.p.

Os países desenvolvidos concluíram o ciclo de alta dos juros. No entanto, o discurso dos principais bancos centrais ainda não sugere cortes iminentes nas taxas básicas. Apesar da descompressão recente da inflação nos EUA e na Europa, a variação dos preços permanece acima das respectivas metas. A desaceleração gradual da atividade econômica nessas regiões também não recomenda urgência para o início dos cortes de juros. A China, por outro lado, vem registrando sucessivas deflações e baixo crescimento econômico.

Destaques do Período

Em dezembro, nos tornamos pioneiros na distribuição da tecnologia de plataforma de *Lending as a Service* (LaaS), o que nos permitirá criar ofertas hiperpersonalizadas aos clientes, correntistas ou não, gerando um novo canal de relacionamento e, consequentemente, aumento na geração de receitas. Esperamos ofertar mais de R$ 1 bilhão de crédito ainda no 1T24.

Comunicamos ao mercado que pela 18ª vez consecutiva, integramos o seleto grupo do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), da Bolsa de Valores de Nova Yorque, compondo as carteiras Mundo e Mercados Emergentes no ciclo 2023-2024. Nesse ciclo, apenas 27 bancos foram selecionados para compor a carteira mundo e fomos considerados *benchmark* mundial no tema "transparência e reporte".

Fomos selecionados no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), reforçando a dedicação em incorporar as melhores práticas ESG (ambientais, sociais e de governança) nos negócios e operações.

INFORMAÇÕES SELECIONADAS 2023

LUCRO LÍQUIDO CONTÁBIL
R$ 14,5 bi
▼32,4% a.a

LUCRO POR AÇÃO **R$ 1,27 ON**
R$ 1,41 PN
ROAE **8,7%**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO
R$ 166,3 bi
4,3% a.a

VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO **R$ 15,63**
VALOR DE MERCADO **R$ 172,2 bi**
ÍNDICE NÍVEL I **13,2%**

JCP **R$ 11,3 bi** (bruto) | *Payout* **79%** (bruto)

CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA
(Dez/23 vs. Dez/22)
R$ 877,3 bi (-1,6%)
Pessoa Física: **R$ 365,4 bi** (+1,2%)
Grandes Empresas: **R$ 344,0 bi** (-3,0%)
Micros, Pequenas e Médias Empresas: **R$ 167,8 bi** (-4,8%)

DEPÓSITOS TOTAIS
(Dez/23 vs. Dez/22)
R$ 625,8 bi (+5,5%)
A Prazo: **R$ 441,3 bi** (+10,6%)
Poupança: **R$ 131,0 bi** (-2,7%)
À Vista: **R$ 51,1 bi** (-11,9%)
Interfinanceiros: **R$ 2,4 bi** (+51,6%)

PROVISÃO PARA CRÉDITO
(Dez/23 vs. Dez/22)
R$ 53,7 bi (-9,4%)

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
(Dez/23 vs. Dez/22)
R$ 760,2 bi (+6,6%)
VJORA: **R$ 212,8 bi** (-1,3%)
VJR: **R$ 372,2 bi** (+30,3%)
Custo Amortizado: **R$ 175,2 bi** (-17,2%)

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

No exterior, visando o desenvolvimento e expansão do relacionamento com nossos clientes e representação institucional, contamos com 2 Agências, 10 Subsidiárias, 2 Escritórios de Representação e uma extensa rede de bancos correspondentes.

Agências
Nova York
Banco Bradesco S.A.
Grand Cayman
Banco Bradesco S.A.

Escritórios de Representação
Hong Kong
Banco Bradesco S.A.
Guatemala
Representaciones Administrativas Internacionales

Subsidiárias
Luxemburgo
Banco Bradesco Europa S.A.
Nova York
Bradesco Securities, Inc.
Hong Kong
Bradesco Securities Hong Kong Limited
Bradesco Trade Services Limited
Londres
Bradesco Securities UK Limited
Grand Cayman
Cidade Capital Markets Ltd.
México
Bradescard México Sociedad de Responsabilidad Limitada
Miami
Bradesco Bank
Bradesco Investments Inc.
Bradesco Global Advisors Inc.

BRADESCO BANK

A principal plataforma internacional do Bradesco para produtos bancários e de investimentos nos Estados Unidos, atendendo a clientes internacionais e nacionais, pessoas físicas e jurídicas.

Nossas Soluções
- *Banking* Internacional
- Investimentos
- *Wealth Management*
- *Private Banking*
- *Real Estate*
- *Corporate & Institucional*
- *Digital Bank*

***Banking* Internacional**
Soluções integradas e serviços personalizados, desenvolvidos para atender às necessidades e oferecer os benefícios de um banco sediado nos Estados Unidos.

Investimentos
Nosso modelo independente permite oferecer aos nossos clientes os melhores produtos e serviços do mercado, além de uma linha completa de investimentos em parceria com as principais gestoras e com ampla diversificação de setores, mercados e classes de ativos.

***Corporate* & Institucional**
Atendimento a clientes corporativos e bancos da América Latina com soluções personalizadas para apoiar o crescimento do negócio.

Soluções de Crédito
Oferecemos soluções de crédito para vários fins, com garantias nos EUA ou Brasil, e somos referência para não residentes que querem adquirir ou refinanciar imóveis.
Analisamos cada caso de forma personalizada, levando em conta o portfólio global do cliente.

Performance
O Bradesco Bank alcançou resultados sustentáveis em 2023. Os indicadores financeiros retratam um crescimento constante nas principais linhas de negócios e uma carteira de crédito robusta que cresceu 20% em relação a 2022, respaldada por uma base de depósitos de qualidade que aumentou em 19% no mesmo período comparativo. Os ativos sob custódia (AuC) cresceram 42% em relação a 2022 e o lucro líquido anual atingiu 26% de crescimento no mesmo período comparativo.

Bradesco *Invest US*

Outra maneira de diversificar os investimentos nos EUA é por meio da nossa plataforma digital. Comece a investir em portfólios geridos exclusivamente pela *BlackRock*.

- Solução 100% digital;
- Democratização do investimento internacional;
- Cartão de crédito com emissão própria nos Estados Unidos e pontos Livelo no Brasil; e
- Atendimento ao cliente em português.

MY ACCOUNT

Conta digital internacional
Abertura de mais de 130 mil contas em 5 meses

Realize saques e compras em 195 países

Jornada 100% digital via *App*

Cartão personalizado

Cotação baseada em dólar comercial

Transferência entre conta Bradesco e *My Account* a qualquer hora/dia

A *My Account* é uma conta internacional e digital do Bradesco que pode ser aberta pelo próprio *App*. Além do cartão tradicional, agora é possível ter um cartão virtual para compras em *sites* e *Apps*, com CVV dinâmico, que traz mais comodidade e segurança.

Produtos e Serviços para o Poder Público

Para atender o Setor Público, possuímos plataformas exclusivas em todo o território nacional, com Gerentes de Negócios capacitados para ofertar produtos, serviços e soluções com qualidade e segurança aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário federais, estaduais e municipais, além de Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e de Economia Mista e as Forças Armadas e Auxiliares. Mensalmente, mais de 11,7 milhões de aposentados e pensionistas do INSS recebem seus benefícios no Bradesco, sendo o maior pagador dentre todos os bancos no País.

Dispomos de 9 Plataformas Especializadas no atendimento aos Governos, Capitais, Tribunais, Assembleias, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, além dos maiores municípios do PIB brasileiro e, também, de 31 Plataformas que atendem as demais Prefeituras e Órgãos. Saiba mais em bradescopoderpublico.com.br.

Tecnologia e Inovação

São 80 anos de portas abertas, apoiando os clientes em todos os cenários econômicos, promovendo bancarização e inclusão digital. Em parceria com a Starlink, estamos implementando *internet* rápida por satélite em 150 agências de localidades remotas do Brasil. Sempre fomos pioneiros no uso da tecnologia, focando-a na necessidade e preferência do cliente, especialmente nas jornadas digitais, que concentram 98% das transações - *Internet Banking e Mobile*. Viabilizamos formas digitais de aquisição de consórcios, veículos e imóveis, da simulação à contratação, com aceite, vistoria, registro da documentação e acompanhamento pelo celular. Para encantar, a jornada de mimos disponibiliza benefícios não bancários de forma automática na conta, como *cashback* e cupons de desconto. Oferecemos ainda a "My Account", conta internacional aberta pelo próprio *App*, gratuita e aceita em 195 países, com transferências entre contas Bradesco no Brasil e exterior 24h por dia, emissão de cartão de débito para compras e saques fora do país e aquisição de moeda estrangeira no câmbio comercial do Bradesco.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para as Pessoas Jurídicas, funcionalidades antes exclusivas aos grandes empreendedores, expandiram-se aos pequenos e médios, como o serviço de emissão de boleto *QR Code* para pagamento PIX. A plataforma digital PJ também foi redesenhada para um autosserviço mais simples e intuitivo. E para empresas de um mesmo grupo, a nova plataforma *Global Solutions* integra contas-corrente de diferentes instituições financeiras em um só lugar, de forma simultânea e integrada à rede de transferências globais *SWIFT*. Somos o maior banco privado na concessão de crédito ao agronegócio, assim, lançamos a E-agro, plataforma digital especializada que visa potencializar o agronegócio brasileiro ofertando produtos e serviços 100% *online*, com parcerias e inteligência artificial. E aos clientes investidores, o Invest+ Bradesco consolida os investimentos de diferentes bancos e corretoras para conferirem o portfólio total, com gráfico de rentabilidade, classe de ativos e mapa de calor. Como agregador financeiro, já supera 400 mil clientes desde o lançamento. A Ágora aumentou sua base de clientes em 13,4% esse ano, com R$ 96,9 bi de ativos sob custódia, um crescimento de 40,6% em 2023; a corretora conta ainda com acesso às cotações das bolsas mais relevantes no cenário mundial, principais moedas, índices, indicadores econômicos e taxas de juros.

Em Segurança da Informação, destacamos um fator de autenticação a mais para cadastro do *Token* no celular via *App*: a Biometria Facial, com dados protegidos no ambiente tecnológico do Banco, não no celular. A BIA, nossa assistente cognitiva com diversas funções no atendimento ao cliente, agora tira dúvidas pelo *WhatsApp* sobre prevenção à fraude e contata o cliente para confirmar as transações PIX em análise. Também ingressamos na computação quântica, colocando informações críticas sob a proteção de uma criptografia resistente aos computadores quânticos do futuro. Com DNA inovador, firmamos parcerias com empresas e universidades como a USP, para desenvolvimento das tecnologias emergentes. Já utilizamos Inteligência Artificial + Voz em diversos canais e atuamos na experimentação de IA Generativa em projetos com produtos e serviços do banco para alavancar a experiência do cliente. E concluímos a primeira operação piloto de *tokenização* de um ativo financeiro através da tecnologia *blockchain* e participamos ativamente do piloto de desenvolvimento de projetos revolucionários como o Real Digital - DREX, a moeda digital do Brasil.

Recursos Humanos

O Capital Humano é um dos pilares estratégicos da Organização, sendo um importante alicerce para realização dos negócios. O nosso modelo de Gestão de Capital Humano é pautado no respeito, na transparência e no contínuo investimento no desenvolvimento dos funcionários. Mantemos nossas equipes motivadas por meio de oportunidades de crescimento na carreira, reconhecimentos, capacitação, remuneração e benefícios diferenciados, além da valorização da diversidade e do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

Muito mais do que políticas e práticas, consolidamos uma cultura de respeito disseminada pela consciência do valor das pessoas, de suas identidades e competências.

Ao final do período, a Organização contava com 86.222 funcionários, sendo 74.746 do Banco Bradesco e 11.476 de Empresas Ligadas.

Para mais informações sobre Recursos Humanos, acesse o Relatório de Capital Humano, disponível no *site* bradescori.com.br.

Sustentabilidade para o Bradesco

O desenvolvimento sustentável é um dos nossos direcionadores estratégicos, expresso também na nossa Declaração de Propósito. Acreditamos que a governança, a gestão e o engajamento em aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) são fundamentais para o nosso crescimento e perenidade, gerando valor de longo prazo para todos os nossos *stakeholders*. Assim, nossa Estratégia de Sustentabilidade está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, pautada na gestão e na transparência ASG e na promoção de uma agenda de mudança com foco em três temas principais: Negócios Sustentáveis, Agenda Climática e Cidadania Financeira.

Como parte dessa agenda de mudança, ao final de 2023, já alcançamos 90,8% da nossa meta de negócios sustentáveis, ao totalizarmos R$ 227 bilhões em operações com benefícios socioambientais.

Nossa atuação é reconhecida nos principais índices e *ratings* de sustentabilidade, nacionais e internacionais, como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade da Bolsa de Valores de Nova York (que integramos pelo 18º ano consecutivo) e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, a bolsa de valores brasileira, (que integramos pelo 19º ano consecutivo), reforçando nossa posição como uma das empresas líderes mundiais em sustentabilidade. Esses índices refletem nossa gestão e *performance* em critérios econômicos, ambientais e sociais de longo prazo nos negócios. Para acompanhar nossas iniciativas e desempenho, acesse nossos *sites* bradescori.com.br e bradescosustentabilidade.com.br.

Governança Corporativa

A Assembleia Geral é o mais importante evento societário de nossa governança. Nela, os acionistas elegem os membros do Conselho de Administração, com mandato único de dois anos. Constituído por onze membros, dentre os quais quatro independentes, o órgão tem como principais atribuições estabelecer, supervisionar e monitorar a estratégia corporativa, cuja responsabilidade de implementação é da Diretoria, além de revisar os planos e políticas de negócios. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente, conforme previsto no Estatuto Social, não são cumulativos.

Assessorado por uma Secretaria de Governança, o Conselho de Administração reúne-se ordinariamente 6 vezes ao ano e, extraordinariamente, quando os interesses da sociedade assim o exigirem. Com Regimento Interno próprio possui, ainda, um Calendário Anual de Reuniões fixado pelo seu Presidente. Em 2023 foram realizadas 29 reuniões, sendo 6 ordinárias e 23 extraordinárias.

A Auditoria Interna é subordinada ao Conselho de Administração, além de 7 comitês, sendo estatutários os de Auditoria e de Remuneração e não estatutários os de Integridade e Conduta Ética, Riscos, Sustentabilidade e Diversidade, Nomeação e Sucessão e Estratégico. Diversos comitês executivos auxiliam nas atividades da Diretoria Executiva, todos normatizados por regimentos próprios.

Na função de Órgão Fiscalizador dos atos dos administradores e com atuação permanente desde 2015, temos o Conselho Fiscal, também eleito pelos acionistas e com mandato único de um ano. É composto por cinco membros efetivos e seus respectivos suplentes, sendo dois eleitos por acionistas minoritários.

Nossa Organização está listada no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, e nossas práticas atestam o compromisso com a geração de valor para acionistas, funcionários e sociedade. Outras informações sobre governança corporativa estão disponíveis no *site* de Relações com Investidores (banco.bradesco/ri - Seção Governança Corporativa).

Auditoria Interna

Compete ao Departamento de Auditoria e Inspetoria Geral, que possui reporte funcional ao Conselho de Administração, avaliar a governança, os negócios, as estruturas, as tecnologias e os processos da Organização Bradesco, com independência, a fim de contribuir para a mitigação dos riscos, a adequação dos procedimentos e a eficácia da gestão dos Controles Internos, em aderência às Políticas, Normas e Regulamentações Internas e Externas.

A atuação está pautada em padrões do *The Institute of Internal Auditors* (IIA) e nas melhores práticas nacionais e internacionais, e abrange serviços de Auditoria (avaliações no contexto de produtos e serviços, projetos, tecnologia da Informação, rotinas e/ou negócios), Exames Específicos (fatos ou situações oriundas de demandas, ocorrências, denúncias etc.) e Consultoria (aconselhamento e serviços relacionados) no âmbito da Organização Bradesco e, quando aplicável, de terceiros/fornecedores.

Política de Distribuição de Dividendos de Juros sobre o Capital Próprio

No final de 2023, as Ações Bradesco, com elevado nível de liquidez (BBCD4) representavam 3,8% do Ibovespa. As nossas ações também são negociadas no exterior, na Bolsa de Valores de Nova York, por meio de ADR - *American Depositary Receipt* - Nível 2, e na Bolsa de Valores de Madrid, Espanha, por meio de DR, onde integram o Índice Latibex.

Os papéis do Bradesco ainda participam de diversos importantes índices, como o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e os Índices Brasil (IBrX50 e IBr100). A presença nesses índices reforça nossa constante busca pela adoção de boas práticas de governança corporativa, eficiência econômica, ética e responsabilidade socioambiental.

A título de dividendo mínimo obrigatório, aos acionistas é assegurado 30% do lucro líquido, além do *Tag Along* de 100% para as ações ordinárias e de 80% para as ações preferenciais. Ainda, são conferidos às ações preferenciais dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ordinárias.

Controle Integrado de Riscos

O controle corporativo dos riscos é exercido de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Os impactos desfavoráveis podem ocorrer de múltiplos fatores e são minorados por meio do *framework* de riscos e uma sólida estrutura de governança, que envolve o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

A Organização Bradesco, tendo ampla atuação em todos os segmentos de mercado e, como toda grande instituição, está sujeita a diversos riscos. Assim, a atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e, também, da globalização dos nossos negócios. Adotamos, constantemente, mecanismos de identificação e monitoramento, possibilitando antecipar o desenvolvimento e implementação de ações que mitiguem eventuais impactos adversos.

De acordo com a biblioteca de riscos, os riscos relevantes para a Organização são Solvência e Rentabilidade, Liquidez, Crédito, Mercado, Operacional, *Compliance*, Segurança Cibernética, Estratégia, Social, Ambiental, Climático, Modelo, Contágio, Reputação e Subscrição. Na tentativa de precipitar ou reduzir efeitos, caso ocorram, procuramos, ainda, identificar e monitorar eventuais riscos emergentes, entre eles, assuntos relacionados ao crescimento global, questões geopolíticas internacionais e a situação econômica e fiscal brasileira. Também, consideramos os riscos representados pela inovação tecnológica em serviços financeiros.

Avaliação Independente de Modelos

Modelos são ferramentas quantitativas que proporcionam sintetização de assuntos complexos, padronização e automatização da tomada de decisões e possibilidade de reaproveitamento das informações internas e externas. Isso traz melhoria da eficiência tanto pela redução dos custos associados à análise e à decisão manual como pela maior precisão. Seu uso é uma prática cada vez mais difundida, sobretudo pelos avanços tecnológicos e pelas novas técnicas de inteligência artificial.

Nós utilizamos modelos no apoio à tomada de decisão e para o fornecimento de informações preditivas em várias áreas do negócio, como gerenciamento dos riscos, cálculo de capital, teste de estresse e precificação, além de outras estimativas oriundas de modelos para avaliar impactos financeiros ou de reputação.

Em se tratando de simplificações da realidade, os modelos são sujeitos a riscos, que podem desencadear consequências adversas devido a decisões baseadas em estimativas incorretas ou obsoletas ou, ainda, uso inapropriado. Para identificar e mitigar esses riscos, a Área de Avaliação Independente de Modelos (AVIM), com subordinação ao *Chief Risk Officer* (CRO), atua efetivamente no fortalecimento do uso de modelos, realizando ações de aculturamento e disseminando as boas práticas em modelagem. Em paralelo, acompanha a mitigação de limitações e de fragilidades dos modelos, e realiza reportes aos respectivos gestores, à Auditoria Interna, Comissão de Controle e Avaliação de Modelos e Comitês de Riscos.

Compliance, Integridade, Ética e Concorrencial

Alicerces dos nossos valores e direcionadores de interações e decisões diárias, os Programas de *Compliance*, Integridade e Concorrencial abrangem toda a Organização Bradesco, estendendo-se aos fornecedores de bens e serviços, parceiros de negócios, correspondentes no país e sociedades controladas, tornando explícitos os nossos princípios de altos padrões de *compliance*, integridade, conduta e ética.

Esses princípios estão registrados em políticas, normas internas e programas de capacitação dos profissionais, agregando excelência nos procedimentos e controles, buscando prevenir, detectar e reportar o Risco de *Compliance* e eventuais ações que se configurem como violação ao Código de Conduta Ética e/ou indícios de atividades ilegais, visando à adoção de ações cabíveis. As metodologias e procedimentos de controle são objetos de avaliação e aperfeiçoamento constante, em conformidade com as legislações e regulamentações vigentes e aplicáveis, com o apoio do Conselho de Administração da Organização e alinhados às melhores práticas de mercado.

Auditoria Independente

Em conformidade com o disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 162/22, a Organização Bradesco possui Política de Contratação de Auditoria Independente com diretrizes alinhadas às legislações e as regulamentações aplicáveis.

A Organização Bradesco contratou serviços da KPMG Auditores Independentes não relacionados à Auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas, em patamar não superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de Auditoria Independente. Estes serviços de não auditoria não configuram conflito de interesse e nem perda da independência na execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as políticas de independência do auditor. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente em nosso Formulário de Referência, no fechamento do ano em exercício.

Investimentos Sociais

Fundação Bradesco

Constituída em 1956, a Fundação Bradesco é o maior projeto de investimento social privado do país. Desde sua formação, investe em educação como alicerce do desenvolvimento integral de crianças e jovens em todo o território nacional, por meio da promoção de ensino gratuito e de excelência em diversas frentes de atuação.

Todas as 40 unidades escolares são próprias e estão distribuídas nos 26 estados brasileiros e Distrito Federal, instaladas prioritariamente em regiões onde há acentuada vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para o desenvolvimento da região a partir do impacto transformacional na vida dos alunos e nas comunidades ao seu entorno, mudando a realidade educacional de todo o país.

A Fundação Bradesco acompanha cada um de seus alunos da Educação Básica por, aproximadamente, 13 anos, suportando-os com todos os itens necessários para garantir aprendizado igualitário em todas as regiões do Brasil.

R$ 894 milhões
Investimento em 2023

R$ 806 milhões destinados ao custeio das Despesas de Atividades.
R$ 88 milhões para investimentos em Infraestrutura e Tecnologia Educacional.

REDE DE ESCOLAS

Mais de 42 mil alunos foram beneficiados prioritariamente na Educação Básica - Educação Infantil ao Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio em todo território nacional.

ESCOLA VIRTUAL

Cerca de 2 milhões de usuários concluíram, ao menos, um dos cursos rápidos e gratuitos disponíveis no portal.

Bradesco Esportes

Incentivamos o esporte como atividade de apoio ao desenvolvimento de crianças e jovens através do Programa Bradesco Esportes e Educação. Em mais de 35 anos de existência, privilegiamos a promoção da saúde e a valorização de talentos por meio do ensino de vôlei e basquete femininos. Fazemos isso em todas as escolas da Fundação Bradesco, Centros Esportivos municipais, Centros Educacionais Unificados (CEUs), escolas estaduais e particulares e no nosso Centro de Desenvolvimento Esportivo, todos em Osasco/SP, com cerca de 1,8 mil meninas atendidas. As participantes recebem, também, orientação sobre cidadania, e aquelas que integram os Núcleos de Especialistas contam com plano de saúde, transporte, alimentação, bolsa auxílio, entre outros.

Reconhecimento

- Somos a empresa que obteve maior pontuação no Anuário Saúde Mental nas Empresas. Levantamento é do Instituto Philos Org, em parceria com o portal Integridade ESG, da *Insight*.
- Entramos no *Ranking* TOP Open Corps 2023. No setor de Bancos, ficamos em 2º lugar em relacionamentos com *startups* identificadas no setor. O inovabra ficou na 4ª posição no TOP Ecossistemas - Entidades Privadas. Ambas as categorias integram a premiação do *Ranking* 100 *Open Startups*, que reconhece as *startups* e corporações líderes em inovação aberta no país.
- Somos destaque no anuário As Melhores 2023 em edição especial da revista IstoÉ Dinheiro. O Bradesco e a Bradesco Vida e Previdência ficaram na liderança das categorias Bancos e Seguros e Previdência, respectivamente. No *ranking* das 1.000 Maiores, ocupamos a 3ª colocação, sendo o primeiro entre os bancos privados. Ainda fazem parte dessa classificação a Bradesco Vida e Previdência, Bradesco Saúde, a Bradesco Financiamentos, a Bradesco Capitalização, o Banco Bradescard, a Bradesco Leasing e o Bradesco BBI.
- Fomos um dos bancos mais bem-avaliados quando o assunto é gestão de fundos, segundo a Premiação Guia FGV de Fundos de Investimento 2023, performando na ponta de cima em Melhor Gestor de Atacado, Melhor Gestor de Alta Renda, Melhor Gestor de Renda Fixa e Melhor Gestor de Ações.
- Fomos premiados pelo 4º ano consecutivo no prêmio Top 100 *Corporate Startup Stars* como uma das empresas com as melhores práticas globais e modelos de inovação aberta. Organizado pela *Mind the Bridge* em parceria com a Câmara de Comércio Internacional.
- Somos o banco mais inovador, segundo o prêmio *Qorus Accenture Banking Innovation* 2023, na categoria *Global Innovator*, por nossa estratégia de incentivo à inovação. Ainda ficamos em 2º lugar na categoria *Future Workforce*, com uma plataforma interna que facilita a solicitação e o fornecimento de materiais e suprimentos corporativos para toda a Organização, e na categoria *Core Offering Innovation,* com a plataforma digital E-agro.
- Recebemos pela 2ª vez consecutiva o selo de boas práticas de integridade, o Pró-Ética, da Controladoria Geral da União (CGU).
- O Bradesco *Global Private Bank* foi reconhecido pela 3ª vez no prêmio *Global Private Banking* como *Best Private Bank for Family Offices (Latin America)* 2023. O reconhecimento é fruto da iniciativa das revistas mensais PWM e The Banker, do grupo Financial Times.
- Fomos destaque no Prêmio *Banking Transformation*, realizado pela Cantarino Brasileiro, com três *cases* vencedores e outros seis finalistas. Conquistamos dois troféus nas categorias Atendimento ao Cliente e Canais Digitais e a Bradesco Seguros levou um, na categoria Foco ESG.
- Mais uma vez conquistamos um lugar no Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade da Bolsa de Valores de Nova York (DJSI), compondo as carteiras Mundo e Mercados Emergentes no ciclo 2023-2024. É a 18ª vez consecutiva que estamos presentes nesse importante Índice.

Agradecimentos

Os resultados apresentados reforçam o comprometimento para superarmos expectativas, focados nos clientes, suas necessidades, praticidade para o dia a dia e segurança. Agradecemos aos nossos acionistas e clientes pelo constante apoio e confiança, bem como aos funcionários e demais colaboradores, que trabalham com afinco e dedicação.

Cidade de Deus, 6 de fevereiro de 2024

Conselho de Administração
e Diretoria

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Apresentamos as Demonstrações Financeiras Individuais e Notas Explicativas distribuídas da seguinte forma:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
3) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS
5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
7) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E OUTROS DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL
8) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
9) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
10) OPERAÇÕES DE CRÉDITO
11) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS
12) INVESTIMENTOS
13) IMOBILIZADO DE USO
14) INTANGÍVEL
15) OUTROS ATIVOS
16) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
17) RECURSOS DE CLIENTES
18) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS
19) DÍVIDAS SUBORDINADAS
20) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS
21) PROVISÕES
22) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES
23) OUTROS PASSIVOS
24) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)
25) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
26) DESPESAS DE PESSOAL
27) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS
28) DESPESAS TRIBUTÁRIAS
29) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS
30) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS
31) RESULTADO NÃO OPERACIONAL
32) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
33) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
34) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL
35) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
36) OUTRAS INFORMAÇÕES

Apresentamos a seguir, o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, bem como suas Notas Explicativas, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Mutação do Patrimônio Líquido, o Valor Adicionado e os Fluxos de Caixa (Banco Bradesco Múltiplo) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	Nota	2023	2022
Disponibilidades	5	**14.405.513**	**17.251.002**
Instrumentos Financeiros		**1.403.179.366**	**1.327.584.820**
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6a	291.255.737	211.369.996
- Depósitos Compulsórios e Outros Depósitos no Banco Central do Brasil	7a	133.526.445	101.760.811
- Títulos e Valores Mobiliários	8a	395.992.718	390.958.485
- Instrumentos Financeiros Derivativos	9b	13.500.881	15.361.948
- Operações de Crédito	10a	447.035.530	461.419.443
- Outros Instrumentos Financeiros	11	121.868.055	146.714.137
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	10b	**(47.712.039)**	**(51.969.048)**
- Operações de Crédito		(44.417.980)	(46.427.791)
- Outros Créditos		(3.294.059)	(5.541.257)
Créditos Tributários	32	**85.384.626**	**77.438.114**
Investimentos em Controladas, Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	12a	**85.352.629**	**87.051.668**
Imobilizado de Uso	13	**11.767.294**	**11.138.374**
Intangível	14a	**20.065.755**	**18.778.371**
Depreciações e Amortizações		**(19.289.944)**	**(18.061.818)**
- Imobilizado de Uso	13	(6.927.803)	(6.351.725)
- Intangível	14a	(12.362.141)	(11.710.093)
Outros Ativos	15	**37.365.083**	**36.997.078**
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos		**(2.312.712)**	**(2.687.847)**
Total do Ativo		**1.588.205.571**	**1.503.520.714**

Passivo	Nota	2023	2022
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		**1.382.823.554**	**1.307.243.155**
- Recursos de Instituições Financeiras	16	363.999.226	329.806.805
- Recursos de Clientes	17	606.613.752	577.394.500
- Recursos de Emissão de Títulos	18	268.002.006	255.057.726
- Dívidas Subordinadas	19a	50.337.854	52.241.332
- Instrumentos Financeiros Derivativos	9b	13.837.805	11.545.256
- Outros Passivos Financeiros	20	80.032.911	81.197.536
Provisões		**23.784.865**	**22.809.477**
- Outras Provisões	21a	23.784.865	22.809.477
Impostos Diferidos	32e	**1.599.041**	**2.541.144**
Outros Passivos	23	**18.815.662**	**16.663.715**
Total do Passivo		**1.427.023.122**	**1.349.257.491**
Patrimônio Líquido	24		
Capital Social		87.100.000	87.100.000
Ações em Tesouraria		-	(224.377)
Reservas de Capital		11.441	11.441
Reservas de Lucros	24b	77.150.829	73.564.208
Outros Resultados Abrangentes		(3.079.821)	(6.188.049)
Patrimônio Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores		**161.182.449**	**154.263.223**
Total do Patrimônio Líquido		**161.182.449**	**154.263.223**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.588.205.571**	**1.503.520.714**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	2º semestre 2023	Exercícios findos em 31 de dezembro 2023	2022	2021
Receitas da Intermediação Financeira		**92.740.989**	**184.464.946**	**161.576.000**	**102.729.356**
- Operações de Crédito		44.840.344	90.181.536	86.577.955	67.303.965
- Operações de Arrendamento Mercantil		23	83	75	246
- Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	9f III	40.370.089	81.134.121	65.126.534	31.399.428
- Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	9f III	597.557	869.330	1.709.847	(156.753)
- Resultado de Operações de Câmbio	11a	994.810	865.153	2.711.122	2.856.773
- Resultado das Aplicações Compulsórias	7b	5.122.205	9.956.974	8.229.309	3.105.504
- Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		815.961	1.457.749	(2.778.842)	(1.779.807)
Despesas da Intermediação Financeira		**(65.976.363)**	**(130.649.031)**	**(108.116.004)**	**(51.916.774)**
- Operações de Captações no Mercado	16e	(62.805.736)	(126.844.488)	(104.412.528)	(43.530.123)
- Operações de Empréstimos e Repasses	16d	(3.170.627)	(3.804.543)	(3.703.476)	(8.386.651)
Resultado da Intermediação Financeira		**26.764.626**	**53.815.915**	**53.459.996**	**50.812.582**
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	10f II	**(15.512.655)**	**(31.805.787)**	**(27.355.600)**	**(13.002.866)**
- Operações de Crédito		(14.877.862)	(30.552.947)	(23.933.239)	(12.436.012)
- Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	2	24
- Outros Créditos		(634.793)	(1.252.840)	(3.422.363)	(566.878)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**11.251.971**	**22.010.128**	**26.104.396**	**37.809.716**
Outras Receitas/Despesas Operacionais		**(10.849.957)**	**(17.180.162)**	**(8.734.058)**	**(13.020.147)**
- Receitas de Prestação de Serviços	25	7.307.692	14.230.130	14.052.529	12.898.787
- Rendas de Tarifas Bancárias	25	3.175.495	6.642.604	7.380.220	7.755.932
- Despesas de Pessoal	26	(9.389.421)	(18.490.366)	(17.632.025)	(16.670.062)
- Outras Despesas Administrativas	27	(9.823.720)	(19.114.402)	(18.452.480)	(17.234.889)
- Despesas Tributárias	28	(2.164.709)	(4.522.324)	(4.883.371)	(4.368.031)
- Resultado de Participações em Controladas, Coligadas e de Controle Compartilhado	12	8.068.020	15.071.794	15.416.644	12.681.383
- Outras Receitas Operacionais	29	3.673.011	7.708.743	8.711.308	4.545.596
- Outras Despesas Operacionais	30	(8.918.049)	(15.170.758)	(11.608.693)	(11.486.080)
- Reversões/(Despesas) de Provisões		**(2.778.276)**	**(3.535.583)**	**(1.718.190)**	**(1.142.783)**
- Trabalhistas	22b V	(410.077)	(799.469)	(626.438)	(767.644)
- Fiscais/Cíveis	22b V	(2.278.533)	(2.524.261)	(357.298)	(250.628)
- Outras		(89.666)	(211.853)	(734.454)	(124.511)
Resultado Operacional		**402.014**	**4.829.966**	**17.370.338**	**24.789.569**
Resultado Não Operacional	31	**(38.234)**	**(38.987)**	**134.279**	**(262.068)**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro de Acionistas		**363.780**	**4.790.979**	**17.504.617**	**24.527.501**
Imposto de Renda e Contribuição Social	32	5.960.485	10.330.823	3.227.555	(2.581.813)
Lucro Líquido		**6.324.265**	**15.121.802**	**20.732.172**	**21.945.688**
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas:					
Controladores		6.324.265	15.121.802	20.732.172	21.945.688
Não Controladores		-	-	-	-
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R$ por ação):					
- Lucro por Ação Ordinária	24e	0,56	1,35	1,85	1,96
- Lucro por Ação Preferencial	24e	0,62	1,49	2,04	2,15

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2º semestre 2023	Exercícios findos em 31 de dezembro 2023	2022	2021
Lucro Líquido do Exercício	**6.324.265**	**15.121.802**	**20.732.172**	**21.945.688**
Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	-	-
Lucro Líquido do Período Atribuível aos Acionistas	**6.324.265**	**15.121.802**	**20.732.172**	**21.945.688**
Itens que podem ser Subsequentemente Reclassificados para o resultado	**1.159.148**	**3.188.589**	**(3.309.238)**	**(8.694.356)**
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	1.010.775	3.077.048	(3.248.967)	(8.275.592)
- Próprios	1.636.025	3.457.101	(1.777.207)	(1.780.147)
- De Controladas, Coligadas e Controladas em Conjunto	184.934	1.959.404	(3.785.841)	(12.160.850)
- Efeito dos Impostos	(810.184)	(2.339.457)	2.314.081	5.665.405
Hedge de Fluxo de Caixa	270.200	186.668	(108.814)	(502.595)
Hedge de Investimento no Exterior	(39.748)	(5.799)	142.459	(234.981)
Efeito dos Impostos	(102.687)	(81.243)	(18.784)	337.919
Ajuste de Conversão de Subsidiária no Exterior	20.608	11.915	(75.132)	(19.107)
Itens que não podem ser Reclassificados para o Resultado	**(80.350)**	**(80.361)**	**115.817**	**73.830**
Avaliação Atuarial	(80.350)	(80.361)	115.817	73.830
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro Líquido	**1.078.798**	**3.108.228**	**(3.193.421)**	**(8.620.526)**
Resultado Abrangente do Exercício	**7.403.063**	**18.230.030**	**17.538.751**	**13.325.162**
Atribuível aos acionistas:				
Controladores	7.403.063	18.230.030	17.538.751	13.325.162
Não Controladores	-	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

	Capital Social	Reservas de Capital: Ágio por Subscrição de Ações	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**79.100.000**	**11.441**	**10.450.722**	**48.955.093**	**5.625.898**	**(440.514)**	**-**	**143.702.640**
Aumento de Capital Social com Reservas	4.000.000	-	-	(4.000.000)	-	-	-	-
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	-	-	(440.514)	-	440.514	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(666.702)	-	(666.702)
Ajustes de Avaliação Patrimonial (1)	-	-	-	-	(8.620.526)	-	-	(8.620.526)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	21.945.688	21.945.688
Destinações: - Reservas	-	-	1.097.285	11.608.314	-	-	(12.705.599)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	(7.240.089)	(7.240.089)
- Dividendos Pagos	-	-	-	-	-	-	(2.000.000)	(2.000.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**83.100.000**	**11.441**	**11.548.007**	**56.122.893**	**(2.994.628)**	**(666.702)**	**-**	**147.121.011**

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 09/02/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

		Reservas de Capital	Reservas de Lucros					
	Capital Social	Ágio por Subscrição de Ações	Legal	Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**83.100.000**	**11.441**	**11.548.007**	**56.122.893**	**(2.994.628)**	**(666.702)**	**-**	**147.121.011**
Aumento de Capital Social com Reservas	4.000.000	-	-	(4.000.000)	-	-	-	-
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	-	-	(666.702)	-	666.702	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(224.377)	-	(224.377)
Ajustes de Avaliação Patrimonial (1)	-	-	-	-	(3.193.421)	-	-	(3.193.421)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	20.732.172	20.732.172
Destinações: - Reservas	-	-	1.036.608	9.523.402	-	-	(10.560.010)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	(10.172.162)	(10.172.162)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**87.100.000**	**11.441**	**12.584.615**	**60.979.593**	**(6.188.049)**	**(224.377)**	**-**	**154.263.223**
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**87.100.000**	**11.441**	**12.584.615**	**60.979.593**	**(6.188.049)**	**(224.377)**	**-**	**154.263.223**
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	-	-	(224.377)	-	224.377	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial (1)	-	-	-	-	3.108.228	-	-	3.108.228
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	15.121.802	15.121.802
Destinações: - Reservas	-	-	756.090	3.054.908	-	-	(3.810.998)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	(11.310.804)	(11.310.804)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**87.100.000**	**11.441**	**13.340.705**	**63.810.124**	**(3.079.821)**	**-**	**-**	**161.182.449**
Saldos em 30 de junho de 2023	**87.100.000**	**11.441**	**13.024.492**	**63.340.200**	**(4.158.619)**	**-**	**-**	**159.317.514**
Ajustes de Avaliação Patrimonial (1)	-	-	-	-	1.078.798	-	-	1.078.798
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	6.324.265	6.324.265
Destinações: - Reservas	-	-	316.213	469.924	-	-	(786.137)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	(5.538.128)	(5.538.128)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**87.100.000**	**11.441**	**13.340.705**	**63.810.124**	**(3.079.821)**	**-**	**-**	**161.182.449**

(1) Inclui os efeitos da variação cambial referente à conversão de investimentos no exterior.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2º semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro						
Descrição	**2023**	**%**	**2023**	**%**	**2022**	**%**	**2021**	**%**
1 - Receitas	**79.683.109**	**614,8**	**162.570.034**	**543,5**	**151.308.849**	**355,5**	**102.894.073**	**215,0**
1.1) Intermediação Financeira	**92.740.989**	**715,6**	**184.464.946**	**616,8**	**161.576.000**	**379,6**	**102.729.356**	**214,6**
1.2) Prestação de Serviços	**10.483.187**	**80,9**	**20.872.734**	**69,8**	**21.432.749**	**50,4**	**20.654.719**	**43,2**
1.3) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	**(15.512.655)**	**(119,7)**	**(31.805.787)**	**(106,3)**	**(27.355.600)**	**(64,3)**	**(13.002.866)**	**(27,2)**
1.4) Outras	**(8.028.412)**	**(61,9)**	**(10.961.859)**	**(36,7)**	**(4.344.300)**	**(10,2)**	**(7.487.136)**	**(15,6)**
2 - Despesas de Intermediação Financeira	**(65.976.363)**	**(509,1)**	**(130.649.031)**	**(436,8)**	**(108.116.004)**	**(254,0)**	**(51.916.774)**	**(108,5)**
3 - Insumos Adquiridos de Terceiros	**(6.638.639)**	**(51,2)**	**(12.823.174)**	**(42,9)**	**(12.435.834)**	**(29,2)**	**(11.714.226)**	**(24,5)**
Serviços de Terceiros	(1.879.601)	(14,5)	(3.619.499)	(12,1)	(3.503.852)	(8,2)	(3.210.200)	(6,7)
Processamento de Dados	(1.209.166)	(9,3)	(2.336.228)	(7,8)	(2.101.477)	(4,9)	(2.023.211)	(4,2)
Comunicação	(331.215)	(2,6)	(715.561)	(2,4)	(883.981)	(2,1)	(973.835)	(2,0)
Manutenção e Conservação de Bens	(681.868)	(5,3)	(1.303.618)	(4,4)	(1.288.346)	(3,0)	(1.200.402)	(2,5)
Serviços do Sistema Financeiro	(598.412)	(4,6)	(1.125.173)	(3,8)	(1.001.724)	(2,4)	(937.944)	(2,0)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(537.632)	(4,1)	(921.319)	(3,1)	(1.016.478)	(2,4)	(901.260)	(1,9)
Segurança e Vigilância	(289.909)	(2,2)	(587.688)	(2,0)	(581.032)	(1,4)	(580.859)	(1,2)
Transporte	(367.974)	(2,8)	(710.324)	(2,4)	(700.455)	(1,6)	(624.750)	(1,3)
Materiais, Água, Energia e Gás	(212.209)	(1,6)	(428.391)	(1,4)	(434.445)	(1,0)	(436.130)	(0,9)
Viagens	(41.420)	(0,3)	(74.989)	(0,3)	(45.008)	(0,1)	(22.529)	-
Outras	(489.233)	(3,8)	(1.000.384)	(3,3)	(879.036)	(2,1)	(803.106)	(1,7)
4 - Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	**7.068.107**	**54,5**	**19.097.829**	**63,9**	**30.757.011**	**72,3**	**39.263.073**	**82,0**
5 - Depreciação e Amortização	**(2.175.911)**	**(16,8)**	**(4.260.610)**	**(14,2)**	**(3.612.614)**	**(8,5)**	**(4.083.945)**	**(8,5)**
6 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	**4.892.196**	**37,7**	**14.837.219**	**49,6**	**27.144.397**	**63,8**	**35.179.128**	**73,5**
7 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	**8.068.020**	**62,3**	**15.071.794**	**50,4**	**15.416.644**	**36,2**	**12.681.383**	**26,5**
Resultado de Participações em Controladas, Coligadas e de Controle Compartilhado	8.068.020	62,3	15.071.794	50,4	15.416.644	36,2	12.681.383	26,5
8 - Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	**12.960.216**	**100,0**	**29.909.013**	**100,0**	**42.561.041**	**100,0**	**47.860.511**	**100,0**
9 - Distribuição do Valor Adicionado	**12.960.216**	**100,0**	**29.909.013**	**100,0**	**42.561.041**	**100,0**	**47.860.511**	**100,0**
9.1) Pessoal	**8.182.262**	**63,1**	**16.160.583**	**54,0**	**15.422.732**	**36,2**	**14.596.240**	**30,5**
Proventos	4.739.882	36,6	9.210.560	30,8	8.638.671	20,3	8.295.656	17,3
Benefícios	2.433.141	18,8	4.766.218	15,9	4.487.299	10,5	3.950.873	8,3
FGTS	432.734	3,3	880.623	2,9	791.444	1,9	742.219	1,6
Outros	576.505	4,4	1.303.182	4,4	1.505.318	3,5	1.607.492	3,4
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	**(2.588.617)**	**(20,0)**	**(3.478.716)**	**(11,6)**	**3.865.109**	**9,1**	**9.023.666**	**18,9**
Federais	(2.936.818)	(22,7)	(4.231.497)	(14,1)	3.068.032	7,2	8.087.792	16,9
Municipais	348.201	2,7	752.781	2,5	797.077	1,9	935.874	2,0
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	**1.042.306**	**8,0**	**2.105.344**	**7,0**	**2.541.028**	**6,0**	**2.294.917**	**4,8**
Aluguéis	768.978	5,9	1.566.208	5,2	1.713.052	4,0	1.677.162	3,5
Arrendamento de Bens	273.328	2,1	539.136	1,8	827.976	1,9	617.755	1,3
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	**6.324.265**	**48,8**	**15.121.802**	**50,6**	**20.732.172**	**48,7**	**21.945.688**	**45,9**
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos e/ou Provisionados	5.538.128	42,7	11.310.804	37,8	10.172.162	23,9	9.240.089	19,3
Lucros Retidos	786.137	6,1	3.810.998	12,7	10.560.010	24,8	12.705.599	26,5

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2º semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2023	**2023**	**2022**	**2021**
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**363.780**	**4.790.979**	**17.504.617**	**24.527.501**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	**18.376.874**	**32.827.007**	**12.087.330**	**(668.710)**
- Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	(135.434)	(232.923)	(802.301)	(3.370.623)
- Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	15.512.655	31.805.787	27.355.600	13.002.866
- Depreciação e Amortização	2.175.911	4.260.610	3.612.614	4.083.945
- Constituição/Reversão de Perdas por *Impairment* de Ativos	1.277.778	1.885.241	(2.772.955)	952.080
- Constituição/Reversão e Atualização Monetária com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	3.220.443	4.405.504	2.027.481	2.120.280
- Resultado de Participações em Controladas, Coligadas e de Controle Compartilhado	(8.068.020)	(15.071.794)	(15.416.644)	(12.681.383)
- (Ganho)/Perda em Investimentos	(412)	(412)	(414)	-
- (Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	30.293	24.662	41.358	97.170
- (Ganho)/Perda na Venda de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	(108.735)	(215.066)	(308.159)	(108.818)
- Variação Cambial de Ativos e Passivos no Exterior	4.472.395	5.965.398	(1.649.250)	(4.764.227)
(Aumento)/Redução nas Variações em Ativos	**(58.829.112)**	**(75.615.392)**	**(9.288.619)**	**(141.878.803)**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(16.720.091)	(29.878.425)	(7.589.839)	(20.497.746)
Depósitos Compulsórios no Banco Central	(8.288.500)	(15.561.697)	(6.555.632)	(3.507.999)
Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(16.485.014)	(36.134.063)	31.755.199	(12.776.690)
Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	(28.177.187)	(22.509.152)	(41.852.292)	(59.670.516)
Créditos Tributários	1.623.524	2.889.053	(15.465)	(1.234.007)
Outros Ativos	(2.927.581)	(646.871)	(4.719.832)	(6.266.259)
Outros Instrumentos Financeiros	12.145.737	26.225.763	19.689.242	(37.925.586)
(Redução)/Aumento nas Variações em Passivos	**39.940.047**	**53.051.492**	**12.993.249**	**25.120.689**
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	47.292.686	62.247.048	19.349.095	32.542.251
Impostos Diferidos	(903.832)	(1.446.845)	(569.987)	341.396
Provisões	(151.981)	(3.430.116)	(3.617.259)	(2.711.392)
Outros Passivos	(6.233.877)	(3.353.046)	527.793	(3.139.905)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(62.949)	(965.549)	(2.696.393)	(1.911.661)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	**(148.411)**	**15.054.086**	**33.296.577**	**(92.899.323)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
Vencimento e Juros de Títulos Mantidos até o Vencimento	8.807.778	11.067.395	27.477.281	14.031.806
Alienação/Vencimento e Juros de Títulos Disponíveis para Venda	64.297.791	160.413.658	170.034.990	140.908.429
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	398.320	631.852	444.208	579.394
Alienação de Imobilizado de Uso	262.220	975.777	456.117	370.275
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	(58.905.596)	(101.612.605)	(203.537.728)	(182.406.703)
Aquisição de Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	(10.599.561)	(1.792.039)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(738.999)	(1.466.735)	(2.544.534)	(1.046.127)
Aquisição de Intangível	(1.389.448)	(3.852.815)	(4.441.845)	(1.234.420)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	6.785.133	16.363.471	21.606.753	1.132.062
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	**19.517.199**	**82.519.998**	**(1.104.319)**	**(29.457.323)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:				
Recursos de Emissão de Títulos	72.689.620	110.453.363	120.889.646	106.392.388
Liquidação e Pagamentos de Juros de Recursos de Emissão de Títulos	(71.646.913)	(127.055.975)	(86.144.024)	(96.387.722)
Emissão de Dívidas Subordinadas	598.800	1.129.800	9.796.000	9.130.200
Liquidação e Pagamentos de Juros de Dívidas Subordinadas	(3.138.262)	(10.040.514)	(18.768.306)	(11.165.628)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	(2.748.610)	(8.927.917)	(3.656.763)	(9.914.297)
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	(224.377)	(666.702)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	**(4.245.365)**	**(34.441.243)**	**21.892.176**	**(2.611.761)**
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	**15.123.423**	**63.132.841**	**54.084.434**	**(124.968.407)**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	171.731.224	123.624.317	68.737.582	190.335.366
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	135.434	232.923	802.301	3.370.623
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	186.990.081	186.990.081	123.624.317	68.737.582
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	**15.123.423**	**63.132.841**	**54.084.434**	**(124.968.407)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco S.A. (Bradesco) é uma companhia aberta de direito privado, sua matriz está localizada na Cidade de Deus, s/nº, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil, que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em todas as modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor e de crédito imobiliário. Por intermédio de suas controladas, atua direta e indiretamente, em diversas outras atividades, com destaque para Arrendamento Mercantil, Banco de Investimentos, Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, Administração de Consórcios, Gestão de Recursos, Cartões de Crédito, Empreendimentos Imobiliários, Seguros, Previdência e Capitalização. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas da Organização Bradesco (Organização), atuando no mercado de modo integrado.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

As Demonstrações Financeiras Individuais do Bradesco (Banco Múltiplo) abrangem as demonstrações financeiras do Bradesco, suas agências no exterior e foram elaboradas de acordo com as normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), além das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações Financeiras Individuais do Bradesco evidenciam todas as informações financeiras relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras, ágios apurados nas aquisições de investimentos em empresas coligadas/controladas e empresas de controle compartilhado estão apresentados em investimentos (Nota 12).

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros e a determinação da vida útil de determinados ativos.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

Ao longo deste relatório, indicamos que certas informações estão disponíveis em diferentes *websites* operados pela Organização. Nenhuma das informações contidas nos *websites* referidos ou mencionados neste relatório faz parte ou está incorporada por referência nesse documento.

As Demonstrações Financeiras Individuais do Bradesco foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 6 de fevereiro de 2024.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

3) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis significativas aplicadas para elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais estão apresentadas a seguir:

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras Individuais estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Bradesco. As agências e empresas controladas no exterior adotam o Real como suas moedas funcionais, exceto a controlada do México que adota o Peso Mexicano como moeda funcional e o Bradesco Bank cuja moeda funcional é Dólar.

As operações das agências e de empresas controladas no exterior são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto, esses investimentos são ajustados às práticas contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local da data do fechamento.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Bradesco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

d) Instrumentos financeiros

i. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentados na Nota 6.

ii. Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 8.

iii. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*Impairment*)

Os saldos dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são revistos para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável - *Impairment*.

Quando uma perda é verificada, reconhecemos uma despesa no resultado do exercício. Isto ocorre quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável.

Para calcular o valor recuperável, a estimativa de perda é feita por modelos utilizando-se de dados observados ou por julgamento baseado na experiência de nossa Organização.

A composição do *Impairment* para Títulos e Valores Mobiliários está apresentada na Nota 8c.

iv. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades próprias para administrar a exposição global do Bradesco, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas posições.

As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Bradesco, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre *hedge* contábil, suas categorias e *hedge* econômico.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos de exposições em moedas, índices, preços, taxas ou indexadores, são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*), cujos objetivos são: (i) controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes; (ii) alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e (iii) reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

Os instrumentos designados para fins de *hedge accounting* são classificados de acordo com a sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado;
- *Hedge* de fluxo de caixa - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado; e
- *Hedge* de investimento líquido em operação no exterior - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm como objetivo proteger a variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, sendo contabilizados de acordo com os procedimentos contábeis aplicáveis à categoria de *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, com a parcela efetiva reconhecida em patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, e a parcela não efetiva reconhecida em resultado do período.

Para os derivativos, classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na Nota 9.

e) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e de outros créditos com características de concessão de crédito

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela abaixo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/99.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data de renegociação.

Considerando o disposto na Resolução CMN nº 4.846/20, nas operações no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese) a provisão está sendo calculada somente sobre a parcela do crédito cujo risco é assumido pela Organização, o montante da provisão constituída para cada nível de risco está apresentado na Nota 10.

As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está de acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor de atividade econômica, renegociação e receitas das operações de crédito, bem como a composição das despesas e das contas patrimoniais da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estão apresentados na Nota 10.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido para as empresas financeiras, equiparadas e do ramo segurador é calculada a alíquota de 15% e 9% para as demais empresas. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 ("MP"), convertida na Lei nº 14.446, em 19 de setembro de 2022, que elevou a alíquota da contribuição social sobre o Lucro Líquido dos setores segurador e financeiro em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 32.

g) Investimentos

i. Aquisição de Investimentos

O registro contábil é realizado pelo custo de aquisição, desdobrado em: I - valor do patrimônio líquido na época da aquisição; e II - ágio ou deságio na aquisição do investimento, que é a diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial das ações.

Para os Investimentos adquiridos a partir de 2022 o registro contábil será realizado pelo valor de aquisição, segregando-se os seguintes itens:

I - valor contábil do patrimônio líquido; II - diferença entre o valor justo e o valor contábil de ativos e passivos, se houver; III - ativos identificáveis e passivos assumidos mensuráveis com confiabilidade, não registrados na contabilidade da investida; e IV - ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwil*), se houver.

ii. Controladas, Coligadas e de Controle Compartilhado

Os investimentos em empresas coligadas, com influência significativa, controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

O valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) para empresas controladas, coligadas e de controle compartilhado é apresentado junto com o respectivo Investimento.

A composição das empresas coligadas e controladas está apresentada na Nota 12.

h) Imobilizado de Uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes, estão apresentados na Nota 13.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- Aquisição de direito para prestação de serviços bancários: são registradas e amortizadas, quando aplicável, pelo período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro, e ajustadas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável; e
- *Software*: são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

A composição dos ativos intangíveis, incluindo a movimentação desses direitos por classe, está apresentada na Nota 14.

j) Outros ativos

Em outros ativos estão classificados:

- Tributos a compensar: referentes a crédito de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e antecipações não compensados no próprio exercício;
- Despesas antecipadas: representam as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros; e
- Ativos não financeiros mantidos para a venda: referentes a bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso e bens de uso próprio que serão realizados pela sua venda, que estejam disponíveis para a venda imediata e que sua alienação seja altamente provável no período de um ano. Os bens recebidos estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução. Os bens próprios estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o seu valor contábil, líquido das provisões para perdas por redução ao valor recuperável e da depreciação ou amortização acumulada.

Adicionalmente, em outros ativos também estão demonstrados, de maneira aglutinada, itens de menor materialidade.

A composição dos Outros Ativos está apresentada na Nota 15.

k) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

l) Depósitos e demais instrumentos financeiros

i. Captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de clientes, recursos de emissão de títulos e valores mobiliários e dívida subordinada

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

As captações com operações compromissadas, realizadas com acordo de livre movimentação, são ajustadas pelo seu valor de mercado.

A composição das operações estão apresentadas nas Notas 16, 17, 18 e 19.

ii. Despesas associadas às captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente, a composição dos respectivos saldos dessas captações estão apresentados na Nota 16e.

m) Provisões

i. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e pela Resolução CVM nº 72/22 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza, está apresentada na Nota 22.

n) Benefícios a empregados

O reconhecimento, mensuração e divulgação dos benefícios a empregados são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/20.

Planos de contribuição definida

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Organização, na qualidade de empregadora, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Organização, em relação aos planos de benefício definido, é referente exclusivamente aos planos de instituições adquiridas, e é calculada separadamente para cada plano, estimando-se o benefício definido futuro que os empregados farão jus pós-emprego no desligamento da Organização ou momento da aposentadoria.

A obrigação líquida do Bradesco para os planos de benefício definido é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado conforme requerido pela norma contábil.

As remensurações da obrigação líquida incluem: os ganhos e perdas atuariais, a diferença do retorno sobre os ativos do plano com o valor líquido do passivo de benefício definido (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes.

Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

O detalhamento dos benefícios a empregados, está apresentado na Nota 35.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 36 e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/20.

p) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão apresentados na Nota 36b.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS

A Organização adota estimativas e julgamentos que podem afetar o valor reportado de ativos e passivos no próximo exercício, sendo as melhores premissas determinadas de acordo com o padrão aplicável.

São avaliados continuamente, baseados em nossa experiência histórica e entre outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

As estimativas e julgamentos que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, com a possibilidade dos resultados efetivos serem diferentes daqueles estabelecidos anteriormente estão divulgadas a seguir e são relacionadas com as seguintes Notas:

Estimativas e julgamentos contábeis	Nota
• Valor justo dos instrumentos financeiros	8, 9, 34 e 36a
• Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10e e 10f
• Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)	8
• Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio	12 e 14
• Impostos sobre os lucros	32
• Provisões contingentes	22

I. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas Demonstrações Financeiras Individuais consistem, principalmente, em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Esses instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como Nível 3, temos que usar uma quantidade significativa do nosso próprio julgamento para chegar a mensuração do valor justo de mercado. Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos.

A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação.

II. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito requer o uso de modelos quantitativos e suposições sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da provisão para as perdas prováveis na realização dos créditos, tais como:

• Determinar critérios para classificação das operações de crédito;
• Selecionar modelos quantitativos e pressupostos apropriados; e
• Agrupar operações de créditos semelhantes.

O processo para determinar o nível de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

III. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

A mensuração da redução ao valor recuperável de ativos financeiros requer o uso de modelos quantitativos complexos e suposições sobre condições econômicas futuras, comportamento de crédito e de suas garantias.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da redução ao valor recuperável, tais como:

• Determinar critérios para mensurar o valor das garantias atreladas a cada título ou valor mobiliário;
• Selecionar modelos quantitativos e pressupostos apropriados para a mensuração do valor recuperável; e
• Estabelecer diferentes cenários prospectivos e suas ponderações.

O processo para determinar a redução ao valor recuperável exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

IV. Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio

A Organização analisa, pelo menos anualmente, se o valor contábil dos ativos intangíveis e do ágio (inclui ágios identificados na aquisição de controladas, coligadas e de controle compartilhado) sofreram redução ao seu valor recuperável. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa independentes e a alocação de ágio para essas unidades. O valor contábil da unidade, incluindo o ágio alocado, é comparado ao valor em uso para determinar se há redução ao valor recuperável. Se o valor em uso de uma unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, o ágio sofrerá uma redução ao seu valor recuperável. O cálculo é baseado no desconto de fluxos de caixa antes dos impostos a uma taxa de juros ajustada pelo risco apropriada para a unidade operacional, sendo que a determinação de ambos exige o exercício de julgamento. Embora as previsões sejam comparadas ao desempenho atual e a dados econômicos externos, os fluxos de caixa esperados refletem naturalmente a visão da Organização sobre o desempenho futuro.

V. Impostos sobre os lucros

A determinação do valor de nosso imposto de renda passivo (incluindo contribuição social) é complexa e a nossa avaliação está relacionada à análise de nossos impostos diferidos ativos e passivos e do imposto de renda a pagar. Em geral, a nossa avaliação exige que estimemos os valores futuros de imposto de renda corrente e diferido. A nossa avaliação da possibilidade de realização de um imposto diferido é subjetiva e envolve avaliações e premissas, que são inerentemente incertas. O suporte para nossas avaliações e premissas pode mudar ao longo do tempo e é resultado de eventos ou circunstâncias não previstos, que afetam a determinação do valor de nosso passivo de impostos.

É necessário julgamento significativo para determinar se é provável que uma posição de imposto de renda seja sustentada com base em exame, mesmo após o resultado de qualquer procedimento administrativo ou judicial com base em méritos técnicos. Também, é necessário julgamento para determinar o valor de um benefício elegível para reconhecimento em nossas Demonstrações Financeiras Individuais.

Adicionalmente, monitoramos a interpretação da legislação tributária e as decisões de autoridades fiscais e judiciais, para que possamos ajustar qualquer julgamento anterior de imposto de renda acumulado. Esses ajustes também podem resultar de nosso planejamento de imposto de renda ou resolução de controvérsias de imposto de renda e pode ser significativo para os nossos resultados operacionais em qualquer período.

VI. Provisões contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Disponibilidades em moeda nacional	11.480.789	11.975.361
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.924.724	5.275.641
Total de disponibilidades (caixa)	**14.405.513**	**17.251.002**
Aplicações voluntárias no Banco Central	24.205.291	8.001.354
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	148.379.277	98.371.961
Total de caixa e equivalentes de caixa	**186.990.081**	**123.624.317**

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	2022
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada	**9.905.318**	**2.473.622**	**-**	**-**	**12.378.940**	**13.062.751**
• Letras financeiras do tesouro	1.672.474	14.560	-	-	1.687.034	1.425.935
• Notas do tesouro nacional	3.872.979	1.576.445	-	-	5.449.424	4.777.085
• Letras do tesouro nacional	3.305.495	882.617	-	-	4.188.112	6.423.642
• Debêntures	22.159	-	-	-	22.159	-
• Outros	1.032.211	-	-	-	1.032.211	436.089
Posição financiada	**138.487.335**	**2.288.267**	**-**	**-**	**140.775.602**	**83.798.063**
• Letras financeiras do tesouro	39.858.055	91.541	-	-	39.949.596	-
• Notas do tesouro nacional	29.618.411	211.987	-	-	29.830.398	76.423.625
• Letras do tesouro nacional	69.010.869	1.984.739	-	-	70.995.608	7.374.438
Posição vendida	**13.498.554**	**19.676.998**	**-**	**-**	**33.175.552**	**11.917.588**
• Letras do tesouro nacional	13.498.554	19.676.998	-	-	33.175.552	11.917.588
Subtotal	**161.891.207**	**24.438.887**	**-**	**-**	**186.330.094**	**108.778.402**
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	12.278.287	26.531.785	17.828.531	48.288.030	104.926.633	102.619.834
• Provisões para perdas	(49)	(337)	(604)	-	(990)	(28.240)
Subtotal	**12.278.238**	**26.531.448**	**17.827.927**	**48.288.030**	**104.925.643**	**102.591.594**
Total em 2023	**174.169.445**	**50.970.335**	**17.827.927**	**48.288.030**	**291.255.737**	
%	**59,8**	**17,5**	**6,1**	**16,6**	**100,0**	
Total em 2022	**103.036.709**	**50.625.410**	**16.891.726**	**40.816.151**		**211.369.996**
%	**48,7**	**24,0**	**8,0**	**19,3**		**100,0**

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022	2021
Rendas de aplicações em operações compromissadas:			
• Posição bancada	1.062.651	1.075.922	615.119
• Posição financiada	20.584.858	11.177.007	3.886.174
• Posição vendida	2.905.098	2.520.783	3.680.453
Subtotal	**24.552.607**	**14.773.712**	**8.181.746**
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros/Outros	**13.520.124**	**8.704.028**	**3.549.494**
Total (Nota 9e III)	**38.072.731**	**23.477.740**	**11.731.240**

7) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E OUTROS DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

a) Créditos vinculados e outros depósitos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Remuneração	2023	2022
Compulsório sobre depósitos à vista	Não remunerado	12.123.377	11.507.675
Compulsório sobre depósitos de poupança	Índice da poupança	25.391.346	21.373.134
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa Selic	71.806.431	60.878.648
Aplicações voluntárias no Banco Central	Taxa Selic	24.205.291	8.001.354
Total		**133.526.445**	**101.760.811**

b) Resultado das aplicações compulsórias

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022	2021
Créditos vinculados ao Bacen (depósito compulsório)	9.943.391	8.224.712	3.101.796
Créditos vinculados ao SFH (1)	13.583	4.597	3.708
Total	**9.956.974**	**8.229.309**	**3.105.504**

(1) Os depósitos vinculados ao SFH (Sistema Financeiro de Habitação) estão registrados na rubrica "Outros ativos".

8) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por segmentos de negócio e emissor

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	%	2022	%
Títulos para negociação	**105.304.229**	**26,6**	**63.419.410**	**16,2**
- Títulos públicos	82.211.131	20,8	48.149.533	12,3
- Títulos privados	23.093.098	5,8	15.269.877	3,9
Títulos disponíveis para venda (2)	**249.804.376**	**63,1**	**278.989.684**	**71,4**
- Títulos públicos	127.182.477	32,1	160.963.033	41,2
- Títulos privados	122.621.899	31,0	118.026.651	30,2
Títulos mantidos até o vencimento (2)	**40.884.113**	**10,3**	**48.549.391**	**12,4**
- Títulos públicos	36.296.617	9,2	43.419.359	11,1
- Títulos privados	4.587.496	1,1	5.130.032	1,3
Total geral	**395.992.718**	**100,0**	**390.958.485**	**100,0**
- Títulos públicos	245.690.225	62,0	252.531.925	64,6
- Títulos privados	150.302.493	38,0	138.426.560	35,4
Total geral	**395.992.718**	**100,0**	**390.958.485**	**100,0**

b) Composição da carteira por emissor

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023							2022	
Títulos	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (1) (3) (4)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (1) (3) (4)	Marcação a mercado
Títulos públicos	**39.069.517**	**12.269.279**	**10.847.326**	**183.504.103**	**245.690.225**	**244.357.500**	**1.332.725**	**252.531.925**	**(2.431.113)**
Letras do tesouro nacional	37.392.485	20.718	2.457.133	47.594.522	87.464.858	86.719.735	745.123	97.431.011	(283.570)
Notas do tesouro nacional	-	5.125.479	6.110.717	99.908.032	111.144.228	110.586.925	557.303	102.833.117	(2.113.185)
Letras financeiras do tesouro	-	236.932	744.403	29.591.097	30.572.432	30.507.891	64.541	33.713.243	118.076
Títulos da dívida externa brasileira	312	-	-	6.408.684	6.408.996	6.440.499	(31.503)	9.066.499	(88.150)
Outros	1.676.720	6.886.150	1.535.073	1.768	10.099.711	10.102.450	(2.739)	9.488.055	(64.284)
Títulos privados	**16.370.610**	**11.563.080**	**13.826.842**	**108.541.961**	**150.302.493**	**149.323.115**	**979.378**	**138.426.560**	**649.367**
Debêntures	2	2.434.070	4.920.157	72.590.414	79.944.643	79.650.638	294.005	83.595.214	635.042
Ações	5.756.085	-	-	-	5.756.085	5.535.669	220.416	3.663.202	(148.005)
Notas promissórias	512.343	1.074.905	4.336.265	9.611.438	15.534.951	15.312.839	222.112	12.522.839	211.558
Cédula do produto rural	413.022	6.571.833	4.550.934	14.620.176	26.155.965	25.840.147	315.818	19.375.210	82.965
Certificados de recebíveis imobiliários	-	7.228	249	6.187.991	6.195.468	6.203.214	(7.746)	7.121.283	(26.330)
Outros	9.689.158	1.475.044	19.237	5.531.942	16.715.381	16.780.608	(65.227)	12.148.812	(105.863)
Subtotal	**55.440.127**	**23.832.359**	**24.674.168**	**292.046.064**	**395.992.718**	**393.680.615**	**2.312.103**	**390.958.485**	**(1.781.746)**
Hedge - fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	(1.343.437)	-	(1.515.065)
Títulos reclassificados para categoria "Títulos mantidos até o vencimento"	-	-	-	-	-	-	(12.247)	-	112.305
Total geral	**55.440.127**	**23.832.359**	**24.674.168**	**292.046.064**	**395.992.718**	**393.680.615**	**956.419**	**390.958.485**	**(3.184.506)**

c) Composição das carteiras distribuídas pelas rubricas de publicação

Em 31 de dezembro - R$ mil

Títulos	2023 (4)	2022 (4)
Carteira própria	**220.037.140**	**174.670.414**
Títulos de renda fixa	214.281.055	171.007.212
Títulos de renda variável	5.756.085	3.663.202
Títulos vinculados	**168.366.875**	**212.104.257**
A compromisso de recompra	128.999.931	172.320.834
Moedas de privatização	1.768	2.301
A prestação de garantias	39.365.176	39.781.123
Títulos objeto de operações compromissadas de livre movimentação	**7.588.703**	**4.183.814**
Total geral	**395.992.718**	**390.958.485**
%	**100,0**	**100,0**

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos;
(2) Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Bradesco declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras individuais de 30 de junho de 2022, a Administração decidiu pela reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários da categoria Disponível para Venda para Mantidos até o Vencimento, no montante de R$ 5.124.501 mil, sem reflexos no resultado no momento da reclassificação, pois o resultado não realizado (mais/menos valia) no montante bruto de R$ (376.794) mil, foi mantida no Patrimônio Líquido e está sendo reconhecida no resultado pelo prazo remanescente dos títulos. No acumulado de 31 de dezembro 2023, não houve venda ou reclassificações de títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento;
(3) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil; e
(4) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

d) *Impairment* para títulos e valores mobiliários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve despesa de *impairment* de ativos financeiros no montante de R$ 2.538.909 mil, líquido de constituição/(reversão) e que inclui o resultado apurado em operação de venda ou de transferência de ativos financeiros, classificados nas categorias "Disponíveis para Venda" e "Mantidos até o Vencimento" (em 2022 - R$ (2.579.678) mil e em 2021 - R$ 216.966 mil).

9) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Bradesco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas exposições. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive *swaps* de taxas de juros, *swaps* de moeda, futuros e opções. A política de gestão de riscos do Bradesco é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Bradesco e empresas controladas.

Os instrumentos financeiros derivativos são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para *swaps*. O valor justo dos instrumentos derivativos de crédito é determinado com base em cotações de preços de mercado ou obtido junto a entidades especializadas. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para a estimação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de balcão também é levado em consideração a qualidade creditícia de cada contraparte, associando assim uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de *swaps* e futuros, sendo registradas na B3.

Os instrumentos financeiros derivativos realizados no exterior referem-se a operações de *swaps*, termo, opções, crédito e futuros efetuadas, substancialmente, nas Bolsas de Chicago e Nova York, bem como mercado de balcão.

As macros estratégias de atuação são delimitadas pelas carteiras *Trading* (proprietária) e *Banking*. As operações da Carteira *Trading*, inclusive derivativos são realizadas com o objetivo de aproveitar movimentos direcionais de preços e/ou taxas, estratégias de arbitragem, *hedge*, *market maker*, podendo ser liquidadas total ou parcialmente antes do vencimento contratado originalmente. As operações da Carteira *Banking* são compostas por operações comerciais e os seus respectivos *hedges*.

Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco e a gestão eficiente dos riscos destas carteiras requer o uso conjunto de operações de derivativos e demais instrumentos, dentre eles, os títulos e valores mobiliários.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf

Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Valor dos instrumentos financeiros derivativos por indexador

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023					2022				
	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Contratos futuros										
Compromissos de compra:	**107.456.862**		**-**	**-**	**-**	**82.468.883**		**-**	**-**	**-**
- Mercado interfinanceiro	78.505.164	-	-	-	-	59.957.949	-	-	-	-
- Moeda estrangeira	13.968.756	-	-	-	-	13.171.109	-	-	-	-
- Outros	14.982.942	10.917.597	-	-	-	9.339.825	7.009.729	-	-	-
Compromissos de venda:	**185.233.025**		**-**	**-**	**-**	**187.098.157**		**-**	**-**	**-**
- Mercado interfinanceiro (1)	133.869.384	55.364.220	-	-	-	143.784.347	83.826.398	-	-	-
- Moeda estrangeira (2)	47.298.296	33.329.540	-	-	-	40.983.714	27.812.605	-	-	-
- Outros	4.065.345	-	-	-	-	2.330.096	-	-	-	-
Contratos de opções										
Compromissos de compra:	**101.132.408**		**645.607**	**257.088**	**902.695**	**17.771.144**		**499.767**	**176.423**	**676.190**
- Mercado interfinanceiro	-	-	-	-	-	6.830	6.830	119	(119)	-
- Moeda estrangeira	3.955.920	919.345	64.323	20.244	84.567	2.640.839	-	67.026	(16.251)	50.775
- Outros	97.176.488	-	581.284	236.844	818.128	15.123.475	454.605	432.622	192.793	625.415
Compromissos de venda:	**101.825.096**		**(1.194.103)**	**(165.205)**	**(1.359.308)**	**17.546.234**		**(842.824)**	**259.217**	**(583.607)**
- Moeda estrangeira	3.036.575	-	(66.575)	47.472	(19.103)	2.877.364	236.525	(78.294)	48.655	(29.639)
- Outros	98.788.521	1.612.033	(1.127.528)	(212.677)	(1.340.205)	14.668.870	-	(764.530)	210.562	(553.968)
Contratos a termo										
Compromissos de compra:	**34.113.304**		**(855.604)**	**(3.954)**	**(859.558)**	**30.418.892**		**(775.899)**	**(2.423)**	**(778.322)**
- Moeda estrangeira	33.043.985	5.273.691	(849.505)	(551)	(850.056)	30.224.123	1.701.158	(773.873)	-	(773.873)
- Outros	1.069.319	-	(6.099)	(3.403)	(9.502)	194.769	-	(2.026)	(2.423)	(4.449)
Compromissos de venda:	**31.327.974**		**768.232**	**(8.498)**	**759.734**	**31.946.121**		**944.684**	**(21.229)**	**923.455**
- Moeda estrangeira (2)	27.770.294	-	445.971	-	445.971	28.522.965	-	340.407	-	340.407
- Outros	3.557.680	2.488.361	322.261	(8.498)	313.763	3.423.156	3.228.387	604.277	(21.229)	583.048
Contratos de *swap*										
Posição ativa:	**101.113.729**		**7.592.208**	**827.502**	**8.419.710**	**94.380.361**		**8.932.235**	**2.093.970**	**11.026.205**
- Mercado interfinanceiro	45.536.933	12.978.117	1.799.963	1.092.157	2.892.120	39.559.695	384.618	987.120	2.501.207	3.488.327
- Prefixados	22.088.054	-	998.094	(110.456)	887.638	12.307.403	-	1.195.515	(427.402)	768.113
- Moeda estrangeira	28.816.112	13.848.889	3.980.570	(241.836)	3.738.734	32.697.663	16.429.575	5.960.696	77.816	6.038.512
- IGP-M	87.639	-	74.582	3.334	77.916	223.031	-	240.773	(6.196)	234.577
- Outros	4.584.991	-	738.999	84.303	823.302	9.592.569	4.922.123	548.131	(51.455)	496.676
Posição passiva:	**81.966.877**		**(7.376.386)**	**(823.811)**	**(8.200.197)**	**74.212.246**		**(6.454.684)**	**(992.545)**	**(7.447.229)**
- Mercado interfinanceiro	32.558.816	-	(1.717.742)	(1.191.307)	(2.909.049)	39.175.077	-	(2.053.234)	(819.186)	(2.872.420)
- Prefixados	28.621.734	6.533.680	(1.202.674)	(614.622)	(1.817.296)	13.719.783	1.412.380	(682.562)	(105.390)	(787.952)
- Moeda estrangeira	14.967.223	-	(2.671.439)	(130.163)	(2.801.602)	16.268.088	-	(2.479.376)	(181.963)	(2.661.339)
- IGP-M	215.297	127.658	(241.719)	(13.177)	(254.896)	378.852	155.821	(455.868)	10.590	(445.278)
- Outros	5.603.807	1.018.816	(1.542.812)	1.125.458	(417.354)	4.670.446	-	(783.644)	103.404	(680.240)
Totais	**744.169.275**		**(420.046)**	**83.122**	**(336.924)**	**535.842.038**		**2.303.279**	**1.513.413**	**3.816.692**

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

(1) Inclui: (i) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção de captações referenciadas ao DI, no valor de R$ 102.934.940 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 107.396.399 mil); e (ii) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção das aplicações referenciadas ao DI, no valor de R$ 44.821.117 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 50.673.213 mil) (Nota 9f II);

(2) Inclui *hedge* específico para proteção dos ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior. Os investimentos no exterior totalizam o montante de R$ 31.320.736 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 31.912.812 mil); e

(3) Reflete o saldo líquido entre a Posição Ativa e Passiva.

b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrada pelo seu valor de custo atualizado, valor de mercado e prazos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023							2022
	1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Ajuste a receber - *swap*	903.370	130.795	988.335	6.397.210	8.419.710	7.592.208	827.502	11.026.205
Compras a termo a receber	81.927	13.748	42.134	157.390	295.199	298.611	(3.412)	231.987
Vendas a termo a receber (1)	601.516	170.513	1.404.536	1.706.712	3.883.277	3.863.847	19.430	3.427.566
Prêmios de opções a exercer	496.195	26.917	338.431	41.152	902.695	645.607	257.088	676.190
Total do ativo (A)	**2.083.008**	**341.973**	**2.773.436**	**8.302.464**	**13.500.881**	**12.400.273**	**1.100.608**	**15.361.948**
Ajuste a pagar - *swap*	(545.652)	(376.027)	(686.703)	(6.591.815)	(8.200.197)	(7.376.386)	(823.811)	(7.447.229)
Compras a termo a pagar	(536.949)	(144.964)	(184.449)	(288.395)	(1.154.757)	(1.154.215)	(542)	(1.010.309)
Vendas a termo a pagar (1)	(83.198)	(5.330)	(1.329.862)	(1.705.153)	(3.123.543)	(3.095.615)	(27.928)	(2.504.111)
Prêmios de opções lançadas	(846.453)	(77.241)	(175.493)	(260.121)	(1.359.308)	(1.194.103)	(165.205)	(583.607)
Total do passivo (B)	**(2.012.252)**	**(603.562)**	**(2.376.507)**	**(8.845.484)**	**(13.837.805)**	**(12.820.319)**	**(1.017.486)**	**(11.545.256)**
Efeito líquido (A-B)	**70.756**	**(261.589)**	**396.929**	**(543.020)**	**(336.924)**	**(420.046)**	**83.122**	**3.816.692**

(1) Inclui ajustes a receber relativo ao *hedge* de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

c) Contratos futuros, de opções, de termo e de *swap* - (Valor de Referência)

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023					
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	2022
Contratos futuros (1)	132.247.747	16.656.596	20.234.750	123.550.794	292.689.887	269.567.040
Contratos de opções	166.640.946	13.180.442	19.536.446	3.599.670	202.957.504	35.317.378
Contratos a termo (1)	35.082.735	6.631.018	14.120.867	9.606.658	65.441.278	62.365.013
Contratos de *swap*	25.372.473	6.418.597	28.646.104	122.643.432	183.080.606	168.592.607
Total em 2023	**359.343.901**	**42.886.653**	**82.538.167**	**259.400.554**	**744.169.275**	
Total em 2022	**120.808.008**	**24.259.777**	**113.577.967**	**277.196.286**		**535.842.038**

(1) Inclui contratos relativos ao *hedge* para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

d) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos representados, basicamente, por contratos futuros

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Títulos públicos		
Notas do tesouro nacional	5.079.555	5.153.268
Letras financeiras do tesouro	3.033.028	202.265
Letras do tesouro nacional	154.674	-
Total	**8.267.257**	**5.355.533**

e) Valores das receitas e das despesas líquidas

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022	2021
Contratos de *swap*	(2.258.110)	(2.059.751)	(107.607)
Contratos a termo (1)	(631.761)	(160.815)	(255.435)
Contratos de opções	29.020	296.472	(35.890)
Contratos futuros (1)	3.730.181	3.633.941	242.179
Total (Nota 9f III)	**869.330**	**1.709.847**	**(156.753)**

(1) Inclui, o resultado e o respectivo ajuste ao valor de mercado do *hedge* para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior.

f) Valores de referência dos instrumentos financeiros derivativos, separados por local de negociação e contrapartes

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
B3 (bolsa)	476.443.729	294.958.050
B3 (balcão)	**210.027.848**	**194.811.272**
Instituições financeiras	37.174.929	50.319.752
Empresas	172.789.911	144.335.671
Pessoas físicas	63.008	155.849
Exterior (bolsa) (1)	9.867.719	5.067.793
Exterior (balcão) (1)	47.829.979	41.004.923
Total	**744.169.275**	**535.842.038**

(1) Compreendem operações realizadas nas Bolsas de Chicago e Nova Iorque e no mercado de balcão.

I) Derivativos de crédito (*Credit Default Swap* - CDS)

Representam, de forma geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de forma linear ao longo da vigência da operação.

No caso de um evento de crédito ("*default*"), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente, receberá o ativo objeto em troca do referido pagamento.

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Risco recebido de *swaps* de créditos:	**2.044.989**	**2.585.136**
- Títulos de dívidas emitidas por empresas	637.962	755.184
- Títulos públicos brasileiros	808.158	1.184.523
- Títulos de governos estrangeiros	598.869	645.429
Risco transferido de *swaps* de créditos:	**(1.297.468)**	**(1.476.609)**
- Derivativos de títulos públicos brasileiros	(706.830)	(840.050)
- Derivativos de títulos de governos estrangeiros	(590.639)	(636.559)
Risco de crédito total líquido	**747.521**	**1.108.527**

Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos até 2028. Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

II) *Hedge* contábil

Em 31 de dezembro de 2023, o Bradesco mantinha *hedge*, em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen, composto por:

***Hedge* de fluxo de caixa -** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas taxas de juros e no câmbio, as quais impactam o resultado da Organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Em 31 de dezembro - R$ mil

Estratégia	Instrumento de *hedge* valor mercado	Objeto de *hedge* valor mercado	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
Hedge de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	44.821.117	45.285.081	138.891	76.390
Hedge de pagamentos de juros das captações (1)	102.934.940	103.287.896	(779.599)	(428.779)
Total em 2023 (2)	**147.756.057**	**148.572.977**	**(640.709)**	**(352.389)**
Hedge de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	50.673.213	51.166.688	(1.369.973)	(753.485)
Hedge de pagamentos de juros das captações (1)	107.396.399	106.600.111	551.838	303.511
Total em 2022 (2)	**158.069.612**	**157.766.799**	**(818.135)**	**(449.974)**

(1) Referente ao risco de taxa de juros variável do DI, utilizando-se de contratos de DI Futuro na B3 e *Swaps*, sendo os prazos de vencimentos até 2027, tornando o fluxo de caixa prefixado; e

(2) A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen.

Com base na Circular nº 3.082/02 do BCB, para os próximos 12 meses, os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, que esperamos reconhecer no resultado, equivalem ao montante de R$ (390.555) mil.

Não houve ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, registrados em contas de resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 181 mil).

***Hedge* de valor justo -** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*. O objeto de *hedge* é ajustado ao valor de mercado, classificado em DPV - Disponível para Venda e a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações deste instrumento é reconhecida em conta de resultado, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o patrimônio líquido em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do *hedge*. A parcela não efetiva do objeto de *hedge* é reconhecida diretamente em conta de patrimônio líquido.

A estratégia de *hedge accounting* de valor justo foi descontinuada a partir de junho de 2023, devido à impairment do objeto de *hedge* designado.

Não houve ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de valor justo, registrados em contas de patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 devido à descontinuidade da estratégia (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 7 mil).

***Hedge* de investimentos no exterior -** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição à variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, a qual impacta o resultado da Organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) inefetividade do *hedge*; ou (ii) na alienação ou alienação parcial da operação no exterior. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Em 31 de dezembro - R$ mil

Estratégia	Instrumento de *hedge* valor mercado	Objeto de *hedge* valor mercado	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
Hedge de variação cambial nos fluxos de caixa futuros (1)	4.477.297	4.149.708	(702.728)	(368.528)
Total em 2023	**4.477.297**	**4.149.708**	**(702.728)**	**(368.528)**
Hedge de variação cambial nos fluxos de caixa futuros (1)	2.973.652	2.970.793	(696.930)	(365.488)
Total em 2022	**2.973.652**	**2.970.793**	**(696.930)**	**(365.488)**

(1) Cuja moeda funcional é diferente do real, utilizando-se de contratos *Forward* e Futuros de Dólar, tendo como objeto de *hedge* o investimento no exterior referenciado a MXN (Peso Mexicano) e USD (Dólar Americano). A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen.

Com base na Circular nº 3.082/02 do BCB, para os próximos 12 meses, os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, que esperamos reconhecer no resultado, equivalem ao montante de R$ (4.076) mil.

Os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, registrados em contas de resultado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 3.223 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ (35.697) mil).

III) Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022	2021
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários (1)	43.061.390	41.648.794	19.668.188
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	38.072.731	23.477.740	11.731.240
Subtotal	**81.134.121**	**65.126.534**	**31.399.428**
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 9e)	869.330	1.709.847	(156.753)
Total	**82.003.451**	**66.836.381**	**31.242.675**

(1) Contempla *impairment* de ativos financeiros (Nota 8d).

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf

Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

10) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Apresentamos as informações relativas às operações de crédito, que incluem adiantamentos sobre contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito:

a) Modalidades e níveis de risco

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Níveis de risco										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 2023	Total em 2022
Empréstimos e títulos descontados	42.335.806	81.708.358	51.207.408	20.399.149	9.979.936	16.626.424	5.704.751	4.938.834	21.818.729	254.719.395	273.970.199
Financiamentos	110.770.578	20.944.293	13.661.952	4.990.971	4.467.977	1.622.244	555.489	301.561	1.792.670	159.107.735	159.432.992
Financiamentos rurais e agroindustriais	12.336.787	14.402.945	5.763.715	247.675	103.004	102.150	47.580	43.061	161.483	33.208.400	28.016.252
Subtotal	**165.443.171**	**117.055.596**	**70.633.075**	**25.637.795**	**14.550.917**	**18.350.818**	**6.307.820**	**5.283.456**	**23.772.882**	**447.035.530**	**461.419.443**
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (1)	1.896.865	4.857.330	1.925.456	485.476	38.327	28.609	8.101	-	33.251	9.273.415	13.869.438
Subtotal	**167.340.036**	**121.912.926**	**72.558.531**	**26.123.271**	**14.589.244**	**18.379.427**	**6.315.921**	**5.283.456**	**23.806.133**	**456.308.945**	**475.288.881**
Outros créditos	25.226.922	32.653.744	11.971.215	4.199.706	1.985.243	267.224	67.926	88.823	2.122.875	78.583.678	86.589.445
Total das operações de crédito	**192.566.958**	**154.566.670**	**84.529.746**	**30.322.977**	**16.574.487**	**18.646.651**	**6.383.847**	**5.372.279**	**25.929.008**	**534.892.623**	**561.878.326**
Aquisição de recebíveis - cartões de crédito	13.267.451	5.776.411	674.579	17	-	-	-	-	39	19.718.497	19.824.068
Subtotal	**205.834.409**	**160.343.081**	**85.204.325**	**30.322.994**	**16.574.487**	**18.646.651**	**6.383.847**	**5.372.279**	**25.929.047**	**554.611.120**	**581.702.394**
Avais e fianças (2)	57.151.880	30.652.777	13.695.817	2.108.672	649.099	4.202.481	935.290	2.516	406.663	109.805.195	104.888.158
Coobrigações em cessões de crédito rural	2.826	14.818	7.478	2.129	3.782	55	-	-	4.577	35.665	37.600
Créditos abertos para importação	188.036	163.874	87.553	-	-	-	-	-	-	439.463	793.921
Créditos de exportação confirmados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	284.343
Total - Contas de compensação	**57.342.742**	**30.831.469**	**13.790.848**	**2.110.801**	**652.881**	**4.202.536**	**935.290**	**2.516**	**411.240**	**110.280.323**	**106.004.022**
Total geral em 2023	**263.177.151**	**191.174.550**	**98.995.173**	**32.433.795**	**17.227.368**	**22.849.187**	**7.319.137**	**5.374.795**	**26.340.287**	**664.891.443**	
Total geral em 2022	**320.259.537**	**107.397.460**	**127.006.794**	**51.749.402**	**23.541.424**	**20.385.843**	**6.320.052**	**10.147.527**	**20.898.377**		**687.706.416**

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outros Passivos Financeiros"; e
(2) A provisão para cobertura das perdas, associadas às garantias financeiras prestadas, estão sendo avaliadas conforme facultado pela Resolução nº 4.512/16 do CMN, maiores informações sobre a metodologia utilizada veja Nota 21b (I).

b) Composição das operações de crédito por níveis de risco e faixas de vencimentos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Níveis de risco										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 2023	Total em 2022
Curso normal	**192.566.958**	**154.566.670**	**81.809.874**	**26.506.339**	**12.276.529**	**12.621.824**	**2.866.480**	**1.873.468**	**6.511.435**	**491.599.577**	**522.445.964**
Parcelas vincendas	**192.246.156**	**153.983.158**	**81.556.961**	**26.280.731**	**12.160.730**	**12.536.505**	**2.846.660**	**1.850.768**	**6.419.260**	**489.880.929**	**520.836.613**
1 a 30	20.858.481	24.755.144	9.392.184	3.956.201	1.862.668	797.463	163.432	80.650	839.992	62.706.215	66.685.426
31 a 60	10.806.907	13.095.588	5.009.005	2.406.020	929.340	372.577	81.642	46.814	297.326	33.045.219	40.756.088
61 a 90	7.978.969	10.125.359	4.035.938	1.921.996	1.238.106	390.641	63.383	44.982	265.646	26.065.020	28.857.233
91 a 180	16.217.425	17.200.306	8.547.708	3.558.024	1.649.911	1.781.035	213.636	124.042	467.179	49.759.266	60.165.030
181 a 360	24.124.315	26.322.368	12.500.434	4.464.167	2.102.402	1.529.891	326.070	312.780	739.081	72.421.508	73.938.794
Acima de 360	112.260.059	62.484.393	42.071.692	9.974.323	4.378.303	7.664.898	1.998.497	1.241.500	3.810.036	245.883.701	250.434.042
Vencidas até 14 dias	**320.802**	**583.512**	**252.913**	**225.608**	**115.799**	**85.319**	**19.820**	**22.700**	**92.175**	**1.718.648**	**1.609.351**
Curso anormal	**-**	**-**	**2.719.872**	**3.816.638**	**4.297.958**	**6.024.827**	**3.517.367**	**3.498.811**	**19.417.573**	**43.293.046**	**39.432.362**
Parcelas vencidas	**-**	**-**	**292.386**	**787.796**	**1.223.705**	**1.537.611**	**1.240.536**	**1.424.882**	**11.185.384**	**17.692.300**	**14.327.652**
1 a 14	-	-	11.121	37.979	39.821	46.016	27.342	23.966	121.257	307.502	395.130
15 a 30	-	-	252.272	205.399	140.853	134.239	70.805	51.633	358.996	1.214.197	1.262.161
31 a 60	-	-	28.993	509.698	322.853	242.754	120.051	99.512	1.131.279	2.455.140	2.089.609
61 a 90	-	-	-	25.492	666.317	270.744	130.015	125.609	642.807	1.860.984	1.654.511
91 a 180	-	-	-	9.228	53.861	808.088	814.921	1.007.496	1.981.207	4.674.801	4.377.203
181 a 360	-	-	-	-	-	35.770	77.402	116.666	6.917.087	7.146.925	4.466.299
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	32.751	32.751	82.739
Parcelas vincendas	**-**	**-**	**2.427.486**	**3.028.842**	**3.074.253**	**4.487.216**	**2.276.831**	**2.073.929**	**8.232.189**	**25.600.746**	**25.104.710**
1 a 30	-	-	127.201	185.952	151.946	168.918	94.440	85.821	383.671	1.197.949	1.350.430
31 a 60	-	-	101.375	149.547	134.083	152.201	87.821	81.456	352.246	1.058.729	1.231.772
61 a 90	-	-	91.415	125.290	115.798	142.999	75.809	72.946	318.996	943.253	1.014.801
91 a 180	-	-	176.185	308.742	336.014	406.795	220.594	208.355	906.666	2.563.351	2.672.520
181 a 360	-	-	285.705	498.606	546.260	712.894	395.681	351.170	1.500.850	4.291.166	4.409.625
Acima de 360	-	-	1.645.605	1.760.705	1.790.152	2.903.409	1.402.486	1.274.181	4.769.760	15.546.298	14.425.562
Total geral	**192.566.958**	**154.566.670**	**84.529.746**	**30.322.977**	**16.574.487**	**18.646.651**	**6.383.847**	**5.372.279**	**25.929.008**	**534.892.623**	**561.878.326**
Provisão mínima requerida	-	772.833	845.298	909.689	1.657.449	5.593.995	3.191.923	3.760.595	25.929.008	42.660.790	41.944.195
Provisão complementar	-	89.355	61.786	42.699	1.080.591	2.180.237	705.071	891.510	-	5.051.249	10.024.853
Provisão existente	**-**	**862.188**	**907.084**	**952.388**	**2.738.040**	**7.774.232**	**3.896.994**	**4.652.105**	**25.929.008**	**47.712.039**	**51.969.048**
Total da carteira em 2022	**205.049.365**	**104.318.316**	**125.525.432**	**51.635.331**	**19.692.802**	**18.291.124**	**6.320.052**	**10.147.527**	**20.898.377**		**561.878.326**
Provisão mínima requerida	-	521.592	1.255.255	1.549.060	1.969.280	5.487.337	3.160.026	7.103.268	20.898.377		41.944.195
Provisão complementar	-	104.522	93.900	811.774	2.129.357	2.717.934	1.173.766	2.993.600	-		10.024.853
Provisão existente	**-**	**626.114**	**1.349.155**	**2.360.834**	**4.098.637**	**8.205.271**	**4.333.792**	**10.096.868**	**20.898.377**		**51.969.048**

I) Segregação de prazo por operação

Em 31 de dezembro - R$ mil

Exposição - Operações de crédito	Em dia	Atraso até 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Atraso acima de 360 dias	Total
Total em 2023	471.810.516	14.148.832	17.128.357	4.718.399	10.268.279	16.578.919	239.321	534.892.623
Total em 2022	500.208.449	15.702.487	17.346.399	5.038.663	10.895.731	12.344.700	341.897	561.878.326

II) Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese)

Demonstramos a seguir, as operações relacionadas ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), classificadas por nível de risco e acompanhada do montante da provisão constituída para cada nível de risco:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023		2022	
Rating	Ativo	Provisão (1)	Ativo	Provisão (1)
AA	-	-	8.786	-
A	-	-	86.162	65
B	-	-	101.777	153
C	1	-	100.130	451
D	22	-	18.101	272
E	78	3	10.625	717
F	115	9	3.617	380
G	227	24	4.533	680
H	4.708	706	29.857	4.479
Total geral	**5.150**	**743**	**363.588**	**7.195**

(1) Conforme critério estabelecido na Resolução CMN nº 4.846/20, artigo 6º.

c) Concentração das operações de crédito

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	% (1)	2022	% (1)
Maior devedor	6.822.402	1,3	6.084.847	1,1
Dez maiores devedores	31.437.285	5,9	42.185.741	7,5
Vinte maiores devedores	47.922.566	9,0	62.442.979	11,1
Cinquenta maiores devedores	70.184.918	13,1	88.333.385	15,7
Cem maiores devedores	88.357.990	16,5	107.422.831	19,1

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

d) Setor de atividade econômica

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	%	2022	%
Setor público	**5.754.624**	**1,1**	**5.446.091**	**1,0**
Petróleo, derivados e atividades agregadas	3.983.467	0,7	4.342.100	0,8
Energia elétrica	1.742.150	0,3	1.066.832	0,2
Demais setores	29.007	-	37.159	-
Setor privado	**529.137.999**	**98,9**	**556.432.235**	**99,0**
Pessoa jurídica	**224.713.188**	**42,0**	**256.267.926**	**45,7**
Atividades imobiliárias e construção	19.153.261	3,6	22.970.752	4,1
Varejo	34.720.114	6,5	43.129.587	7,7
Transportes e concessão	21.585.718	4,0	21.593.279	3,8
Automobilística	6.588.057	1,2	11.015.304	2,0
Alimentícia	10.988.983	2,1	12.131.152	2,2
Atacado	14.366.170	2,7	21.305.528	3,8
Serviços	41.527.107	7,8	43.851.723	7,8
Energia elétrica	6.302.065	1,2	6.282.454	1,1
Siderurgia e metalurgia	8.782.437	1,6	8.862.949	1,6
Açúcar e álcool	9.063.202	1,7	8.012.013	1,4
Holding	1.560.580	0,3	1.027.106	0,2
Bens de capital	2.919.206	0,5	3.425.335	0,6
Papel e celulose	1.977.709	0,4	1.732.576	0,3
Química	3.895.189	0,7	3.668.681	0,7
Cooperativa	4.292.296	0,8	4.160.498	0,7
Financeiro	2.717.436	0,5	3.367.623	0,6
Lazer e turismo	2.549.628	0,5	3.319.609	0,6
Têxtil	2.015.524	0,4	2.280.594	0,4
Agricultura	1.190.658	0,2	1.202.149	0,2
Petróleo, derivados e atividades agregadas	1.047.703	0,2	967.317	0,2
Demais setores	27.470.145	5,1	31.961.697	5,7
Pessoa física	**304.424.811**	**56,9**	**300.164.309**	**53,4**
Total	**534.892.623**	**100,0**	**561.878.326**	**100,0**

e) Movimentação da carteira de renegociação

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	**31.313.575**	**25.488.735**
Renegociação	44.616.143	29.931.879
Recebimentos/Outros (1)	(29.232.241)	(18.649.043)
Baixas	(10.609.424)	(5.457.996)
Saldo final em 31 de dezembro	**36.088.053**	**31.313.575**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	21.998.329	20.450.998
Percentual sobre a carteira de renegociação	61,0%	65,3%

(1) Contempla a liquidação de contratos renegociados por meio da realização de novas operações.

f) Movimentação da provisão e despesa de PDD líquida

I) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
- Provisão específica (1)	**20.328.362**	**12.502.091**
- Provisão genérica (2)	**21.615.833**	**19.924.544**
- Provisão complementar (3)	**10.024.853**	**8.358.676**
Saldo inicial em 1º de janeiro	**51.969.048**	**40.785.311**
Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 10f II)	31.805.787	27.355.600
Baixas	(35.996.033)	(15.955.819)
Variação cambial/Outros	(66.763)	(216.044)
Saldo final em 31 de dezembro	**47.712.039**	**51.969.048**
- Provisão específica (1)	**26.004.366**	**20.328.362**
- Provisão genérica (2)	**16.656.424**	**21.615.833**
- Provisão complementar (3)	**5.051.249**	**10.024.853**

(1) Para operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e
(3) A provisão complementar é constituída considerando o nosso modelo de provisionamento, que é baseado em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, e na experiência da Administração, de modo a refletir a nossa expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

II) Despesa de PDD líquida de recuperações

Despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito líquida da recuperação de créditos baixados ("*Write-off*").

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022	2021
Constituição	31.805.787	27.355.600	13.002.866
Recuperações	(4.170.230)	(5.073.792)	(5.230.349)
Despesa de PDD líquida de recuperações (1)	**27.635.557**	**22.281.808**	**7.772.517**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve cessão de crédito de operação ativa, no montante de R$ 894.438 mil (2022 - R$ 6.011.571 mil), cujo valor de venda foi de R$ 19.912 mil (2022 - R$ 399.495 mil) e cessões de crédito de operações já baixadas para prejuízo, sem retenção de riscos e benefícios no montante de R$ 8.243.134 mil (2022 - R$ 10.666.070 mil), cujo valor de venda foi de R$ 200.929 mil (2022 - R$ 405.534 mil).

11) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Diversos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Carteira de câmbio	27.925.544	37.209.179
Operações com cartão de crédito	47.959.547	47.849.525
Títulos e créditos a receber	30.466.110	39.075.356
Devedores por depósitos em garantia	9.724.624	9.902.423
Negociação e intermediação de valores	1.165.728	1.250.202
Rendas a receber	4.013.083	11.041.801
Pagamentos realizados a serem ressarcidos	383.896	256.393
Créditos por avais e fianças honrados	79.701	31.370
Outros investimentos	7.715	7.716
Devedores por compra de valores e bens	142.107	90.172
Total	**121.868.055**	**146.714.137**

a) Carteira de câmbio

Saldos patrimoniais

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Ativo - Outros instrumentos financeiros		
Câmbio comprado a liquidar	18.381.720	26.117.890
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	3.147	-
Direitos sobre vendas de câmbio	9.391.000	11.006.782
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(71.186)	(154.519)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	220.863	239.026
Total	**27.925.544**	**37.209.179**
Passivo - Outros instrumentos financeiros	**-**	**-**
Câmbio vendido a liquidar	9.598.280	11.578.147
Obrigações por compras de câmbio	18.702.839	25.826.267
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(9.273.415)	(13.869.438)
Outras	92	332
Total	**19.027.796**	**23.535.308**
Carteira de câmbio líquida	**8.897.748**	**13.673.871**
Contas de compensação:		
- Créditos abertos para importação	439.463	793.921
- Créditos de exportação confirmados	-	284.343

Resultado de câmbio: Composição do resultado de operações de câmbio ajustado, para melhor apresentação do resultado efetivo.

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022	2021
Resultado de operações de câmbio	**865.153**	**2.711.122**	**2.856.773**
Ajustes:			
- Rendas de financiamentos de moedas estrangeiras (1)	115.539	156.740	81.309
- Rendas de financiamentos à exportação (1)	2.255.025	2.912.254	1.698.072
- Despesas de obrigações com banqueiros no exterior (2) (Nota 16d)	(909.349)	(2.409.288)	(1.846.991)
- Despesas de captações no mercado (3)	(2.046.883)	(2.637.514)	(1.231.916)
- Outros (4)	1.074.771	713.568	46.113
Total dos ajustes	**489.103**	**(1.264.240)**	**(1.253.413)**
Resultado ajustado de operações de câmbio	**1.354.256**	**1.446.882**	**1.603.360**

(1) Classificadas na rubrica "Receitas de operações de crédito";
(2) Relativas aos recursos de financiamentos de adiantamentos sobre contratos de câmbio e financiamentos à importação, registradas na rubrica "Despesas de operações de empréstimos e repasses";
(3) Referem-se a despesas com captações, cujos recursos foram aplicados em operações de câmbio; e
(4) Inclui, basicamente, variação cambial de recursos aplicados em moeda estrangeira.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP DISCLOSURE INSIGHT ACTION | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

12) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em controladas e coligadas" e, estão demonstrados abaixo:

Em 31 de dezembro - R$ mil

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Participação direta no capital social	Participação consolidada no capital social	Valor contábil 2023	Valor contábil 2022	Resultado ajustado acumulado 2023	Resultado ajustado acumulado 2022	Ajuste decorrente de avaliação acumulada (2) 2023	Ajuste decorrente de avaliação acumulada (2) 2022
A) Ramo financeiro					**30.722.709**	**35.494.377**			**4.804.161**	**6.840.607**
Banco Bradesco BBI S.A. (1) (4)	1.311.812	5.247.900	100,00%	100,00%	5.247.900	4.388.245	1.219.168	850.395	1.219.168	850.395
Ágio Banco Bradesco BBI S.A. (1)	-	-	-	-	1.295	2.590	-	-	-	-
Banco Bradesco Europa S.A. (1) (4)	1.299.163	1.710.423	99,97%	100,00%	1.709.910	2.955.387	88.761	121.649	88.761	11.359
Banco Bradesco Financiamentos S.A. (1) (3)	640.216	1.121.478	100,00%	100,00%	1.121.478	1.042.795	(41.515)	879.560	(41.515)	879.560
Kirton Bank S.A. (1) (4)	8.828.882	11.446.360	100,00%	100,00%	11.446.360	13.355.578	1.461.161	1.163.515	1.461.161	1.163.515
Ágio Kirton Bank S.A. (1)	-	-	-	-	227.570	250.287	-	-	-	-
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (1)	1.000.000	4.479.255	100,00%	100,00%	4.479.255	7.776.478	1.999.576	3.130.002	1.999.576	3.130.002
Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (1)	2.312.267	3.883.344	100,00%	100,00%	3.883.344	3.516.822	480.519	304.585	480.519	304.585
Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A. (1) (3)	240.000	510.466	99,97%	99,97%	510.313	478.348	41.934	31.630	41.921	31.621
Demais empresas financeiras (1)	-	-	-	-	2.095.284	1.727.847	-	359.280	1.627.409	-
Ganho/perda cambial das empresas no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.072.839)	469.570
B) Ramo segurador e previdência					**38.481.340**	**32.723.040**			**8.801.370**	**6.749.007**
Bradseg Participações S.A. (1)	18.225.400	37.571.639	100,00%	100,00%	37.571.639	31.891.915	8.407.450	6.477.683	8.407.450	6.477.683
Bradesco Seguros S.A. (1) (3)	7.700.000	14.555.220	6,25%	99,96%	909.701	831.125	6.302.720	4.293.101	393.920	271.324
C) Outras atividades					**16.148.580**	**18.834.251**			**1.466.263**	**1.827.030**
Serel Participações em Imóveis S.A. (1) (4)	167.000	1.432.570	48,98%	100,00%	701.673	1.264.507	124.535	198.877	60.997	97.410
Bankpar Consultoria e Serviços Ltda. (1)	691.000	2.004.363	100,00%	100,00%	2.004.363	1.794.257	91.759	150.093	91.759	150.093
Demais empresas controladas	-	-	-	-	13.442.544	15.775.487	-	-	1.313.507	1.579.527
Total					**85.352.629**	**87.051.668**			**15.071.794**	**15.416.644**

(1) Dados relativos a 31 de dezembro de 2023;
(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;
(3) Contempla aumento no Capital Social em 2023; e
(4) Contempla redução no Capital Social em 2023.

13) IMOBILIZADO DE USO

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023 Taxa anual	Custo	Depreciação	Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	Custo líquido de depreciação	Custo líquido de depreciação 2022
Imóveis de uso:						
- Edificações	4%	610	(155)	(273)	182	309
- Terrenos	-	1.188	-	-	1.188	1.188
Instalações, móveis e equipamentos de uso (1)	10%	4.419.244	(2.545.956)	(1.218)	1.872.070	1.989.626
Sistemas de segurança e comunicações (1)	10%	402.289	(270.018)	(5.461)	126.810	111.324
Sistemas de processamento de dados (1)	20 a 40%	6.108.317	(3.991.775)	(15.501)	2.101.041	2.096.601
Sistemas de transportes	10 a 20%	200.130	(119.899)	-	80.231	84.838
Imobilizações em curso	-	635.516	-	-	635.516	463.471
Total em 2023		**11.767.294**	**(6.927.803)**	**(22.453)**	**4.817.038**	
Total em 2022		**11.138.374**	**(6.351.725)**	**(39.292)**		**4.747.357**

(1) Em 2023, foram registradas constituição de *impairment* na rubrica de "Outras Despesas Operacionais" no montante de R$ 1.448 mil.

O índice de imobilização em relação ao patrimônio de referência do "conglomerado prudencial" foi de 26,1% (Em 31 de dezembro de 2022 - 28,1%), sendo o limite máximo de 50,0% conforme Resolução CMN nº 4.957/21.

14) INTANGÍVEL

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023 Taxa amortização (1)	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização	Custo líquido de amortização 2022
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros (2)	Contrato	6.781.140	(3.571.658)	3.209.482	3.307.057
Software (2) (3)	20%	13.225.928	(8.734.533)	4.491.395	3.746.339
Outros	Contrato	58.687	(55.950)	2.737	14.882
Total em 31 de dezembro de 2023		**20.065.755**	**(12.362.141)**	**7.703.614**	
Total em 31 de dezembro de 2022		**18.778.371**	**(11.710.093)**	**7.068.278**	**7.068.278**

(1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico e contabilizada nas rubricas "outras despesas administrativas" e "outras despesas operacionais", quando aplicável;
(2) Em 31 de dezembro de 2023, houve perdas por baixa/*impairment* em: (i) Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros, no valor de R$ 102.037 mil (2022 - R$ 175.060 mil); e (ii) *Software* R$ 488 mil (2022 - R$ 371 mil); e
(3) *Software* adquirido e/ou desenvolvido por empresas especializadas.

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Saldo inicial	Adições/ (baixas)	Amortização do período	Saldo final
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	3.307.057	1.728.960	(1.826.535)	3.209.482
Software	3.746.339	2.163.651	(1.418.595)	4.491.395
Outros	14.882	-	(12.145)	2.737
Total em 2023	**7.068.278**	**3.892.611**	**(3.257.275)**	**7.703.614**
Total em 2022 (1)	**5.155.323**	**4.595.525**	**(2.682.570)**	**7.068.278**

(1) Corresponde à movimentação dos ativos de 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2022.

15) OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Tributos antecipados	8.322.146	9.075.605
Outros valores e bens (a)	5.539.697	3.872.136
Devedores diversos	2.913.013	2.998.289
Relações interfinanceiras e interdependências	20.034.435	20.076.545
Outros	555.792	974.503
Total	**37.365.083**	**36.997.078**

a) Outros valores e bens

I) Ativos não financeiros mantidos para venda/outros

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023 Custo	Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	Custo líquido de provisão	Custo líquido de provisão 2022
Imóveis	1.887.562	(1.265.212)	622.350	490.469
Veículos e afins	261.618	(198.731)	62.887	66.827
Máquinas e equipamentos	4.597	(3.821)	776	1.108
Outros	9.530	(189)	9.341	13.742
Total em 2023	**2.163.307**	**(1.467.953)**	**695.354**	
Total em 2022	**2.090.954**	**(1.518.808)**		**572.146**

II) Despesas antecipadas

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Comissão na colocação de empréstimos e financiamentos (1)	19.707	12.391
Despesas de propaganda e publicidade (2)	155.446	380.587
Contrato na prestação de serviços financeiros (3)	2.548.346	759.113
Outras (4)	652.891	629.091
Total	**3.376.390**	**1.781.182**

(1) Comissões pagas a lojistas e revendedores de veículos e para correspondentes - crédito consignado;
(2) Despesas de propaganda e publicidade pagas antecipadamente, cuja veiculação na mídia ocorrerá em períodos futuros;
(3) Valores desembolsados para aquisição de direito para prestação de serviços financeiros, apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas no intangível (Nota 14); e
(4) Inclui, basicamente: (i) antecipação de comissões referente à acordo operacional para oferta de cartões de crédito e outros produtos; (ii) despesas pela emissão de cartões; e (iii) despesa de infraestrutura de TI.

16) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023 1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	2022
Depósitos à vista - instituições financeiras	2.211.637	-	-	-	2.211.637	1.866.821
Depósitos interfinanceiros	128.350	1.288.982	1.561.494	1.197.405	4.176.231	3.750.760
Captações no mercado aberto (a)	306.123.187	3.326.704	68.174	859.606	310.377.671	267.631.789
Obrigações por empréstimos (b)	4.366.222	13.039.620	4.263.474	1.215.106	22.884.422	32.670.731
Obrigações por repasses (c)	737.374	3.305.023	4.240.608	16.066.260	24.349.265	23.886.704
Total em 2023	**313.566.770**	**20.960.329**	**10.133.750**	**19.338.377**	**363.999.226**	
%	**86,1**	**5,8**	**2,8**	**5,3**	**100,0**	
Total em 2022	**272.109.416**	**30.739.252**	**9.653.571**	**17.304.566**		**329.806.805**
%	**82,6**	**9,3**	**2,9**	**5,2**		**100,0**

a) Captações no mercado aberto

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023 1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	2022
Carteira própria	**126.599.209**	**1.043.072**	**68.174**	**859.606**	**128.570.061**	**167.739.918**
• Títulos públicos	110.840.256	1.043.072	-	-	111.883.328	150.432.562
• Debêntures	15.559.904	-	68.174	10.103	15.638.181	14.367.689
• Exterior	199.049	-	-	849.503	1.048.552	2.939.667
Carteira de terceiros (1)	**140.008.143**	**353.942**	**-**	**-**	**140.362.085**	**83.807.240**
Carteira livre movimentação (1)	**39.515.835**	**1.929.690**	**-**	**-**	**41.445.525**	**16.084.631**
Total geral em 2023	**306.123.187**	**3.326.704**	**68.174**	**859.606**	**310.377.671**	
%	**98,6**	**1,1**	**-**	**0,3**	**100,0**	
Total geral em 2022	**266.245.589**	**982.609**	**63.457**	**340.134**		**267.631.789**
%	**99,5**	**0,4**	**-**	**0,1**		**100,0**

(1) Representada por títulos públicos.

b) Obrigações por empréstimos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023 1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	2022
No País	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**12.123.188**
- Instituições oficiais	-	-	-	-	-	12.123.188
No Exterior	**4.366.222**	**13.039.620**	**4.263.474**	**1.215.106**	**22.884.422**	**20.547.543**
Total geral em 2023	**4.366.222**	**13.039.620**	**4.263.474**	**1.215.106**	**22.884.422**	
%	**19,1**	**57,0**	**18,6**	**5,3**	**100,0**	
Total geral em 2022	**2.407.818**	**25.629.227**	**4.625.989**	**7.697**		**32.670.731**
%	**7,4**	**78,5**	**14,1**	**0,0**		**100,0**

c) Obrigações por repasses (1)

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023 1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	2022
Do País	**737.374**	**3.305.023**	**4.240.608**	**16.066.260**	**24.349.265**	**23.886.704**
- FINAME	367.157	2.287.894	2.671.135	10.018.643	15.344.829	13.404.464
- BNDES	362.984	1.017.129	1.250.851	6.047.617	8.678.581	10.082.906
- Tesouro nacional	-	-	318.622	-	318.622	398.268
- Outras instituições	7.233	-	-	-	7.233	1.066
Total geral em 2023	**737.374**	**3.305.023**	**4.240.608**	**16.066.260**	**24.349.265**	
%	**3,0**	**13,6**	**17,4**	**66,0**	**100,0**	
Total geral em 2022	**989.788**	**2.763.038**	**4.011.858**	**16.122.020**		**23.886.704**
%	**4,1**	**11,6**	**16,8**	**67,5**		**100,0**

(1) As obrigações por repasses consistem de recursos para repasses locais, em que tomamos emprestado de entidades e órgãos governamentais nacionais para conceder empréstimos a empresas brasileiras, para investimentos em instalações, equipamentos, agricultura, entre outros.

d) Despesas de operações de empréstimos e repasses

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022	2021
Empréstimos:			
- No País	553.397	1.404.022	12.850
- No Exterior	(115.747)	(2.347.296)	4.742.218
Subtotal de empréstimos	**437.649**	**(943.274)**	**4.755.068**
Repasses do País:			
- BNDES	823.091	975.890	944.867
- FINAME	1.608.564	1.242.298	836.878
- Tesouro nacional	25.041	19.022	2.840
- Outras instituições	848	252	7
Repasses do Exterior:			
- Obrigações com banqueiros no exterior (Nota 11a)	909.349	2.409.288	1.846.991
Subtotal de repasses	**3.366.894**	**4.646.750**	**3.631.583**
Total	**3.804.543**	**3.703.476**	**8.386.651**

e) Despesas com operações de captações no mercado

Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022	2021
Depósitos de poupança	9.017.597	9.351.219	4.268.873
Depósitos a prazo	43.006.743	30.886.305	11.260.448
Captações no mercado aberto	37.260.814	30.365.347	14.449.984
Recursos de emissão de títulos (Nota 18a)	30.080.594	24.552.755	8.947.333
Dívidas subordinadas (Nota 19b)	7.007.236	7.262.125	3.154.164
Outras despesas de captação	471.504	1.994.777	1.449.321
Total	**126.844.488**	**104.412.528**	**43.530.123**

17) RECURSOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023 1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	2022
Depósitos à vista - clientes (1)	45.077.812	-	-	-	45.077.812	51.511.601
Depósitos de poupança (1)	131.003.553	-	-	-	131.003.553	134.624.479
Depósitos a prazo (2)	14.161.090	46.973.085	94.482.313	274.915.899	430.532.386	391.258.420
Total em 2023	**190.242.455**	**46.973.085**	**94.482.313**	**274.915.899**	**606.613.752**	
%	**31,4**	**7,7**	**15,6**	**45,3**	**100,0**	
Total em 2022	**199.509.172**	**42.430.185**	**84.485.893**	**250.969.250**		**577.394.500**
%	**34,6**	**7,3**	**14,6**	**43,5**		**100,0**

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e
(2) Consideram os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

18) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023 1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	2022
Títulos e valores mobiliários - País:						
- Letras financeiras	3.373.531	11.546.248	11.269.770	102.403.863	128.593.412	126.840.386
- Letras de crédito imobiliário	2.937.699	2.657.368	3.741.851	42.778.811	52.115.729	51.258.545
- Letras de crédito do agronegócio	1.944.266	1.562.743	2.334.591	34.221.091	40.062.691	31.176.213
- Letras imobiliárias garantidas (1)	30.789	1.015.151	4.764.410	30.417.062	36.227.412	30.347.318
Subtotal	**8.286.285**	**16.781.510**	**22.110.622**	**209.820.827**	**256.999.244**	**239.622.462**
Títulos e valores mobiliários - Exterior:						
- MTN *Program Issues* (2)	25.875	36.935	36.343	3.147.862	3.247.015	3.609.756
- Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamentos recebidas do exterior (Nota 15d)	52.775	-	-	3.855.291	3.908.066	8.456.444
Subtotal	**78.650**	**36.935**	**36.343**	**7.003.153**	**7.155.081**	**12.066.200**
Certificados de operações estruturadas	**44.458**	**542.293**	**844.933**	**2.415.997**	**3.847.681**	**3.369.064**
Total geral em 2023	**8.409.393**	**17.360.738**	**22.991.898**	**219.239.977**	**268.002.006**	
%	**3,1**	**6,5**	**8,6**	**81,8**	**100,0**	
Total geral em 2022	**5.881.567**	**33.449.944**	**62.005.587**	**153.720.628**		**255.057.726**
%	**2,3**	**13,1**	**24,3**	**60,3**		**100,0**

(1) Captações garantidas pela carteira de créditos imobiliários, no montante de R$ 40.769.795 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 32.392.754 mil), que cumpre todos os requisitos determinados pela Resolução nº 5.001/22 do Bacen, sendo: Requisito de suficiência, requisito de liquidez, requisito de prazo. Os programas 2 e 3 de emissão de LIG, tem respectivamente, prazo médio ponderado da carteira de ativos de 229 e 249 meses sendo a emissão das LIGs com prazo de 36 e 33 meses, não havendo vencimento de LIGs nos próximos 180 dias, os direitos creditórios corresponde a 2,57% do total de ativos e 38,03% do valor de garantia dos imóveis. Atualmente a carteira de crédito dos ativos garantidores está concentrada nos *ratings* AA e A, sendo o percentual de 90,45% e 5,70%, respectivamente. Adicionalmente, o Termo de Emissão de LIG e a política de gestão da carteira de ativos seguem na forma do artigo 11 da Resolução nº 5.001/22 do Bacen; e
(2) Emissão de títulos no mercado internacional para aplicação em operações comerciais de câmbio, pré-financiamento à exportação, financiamento à importação e financiamento de capital de giro, substancialmente, a médio e longo prazo.

a) Movimentação de recursos de emissão de títulos

R$ mil

	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	**255.057.726**	**196.440.316**
Emissões	110.453.363	120.889.646
Juros	30.080.594	24.552.755
Liquidação e pagamentos de juros	(127.055.975)	(86.144.024)
Variação cambial	(533.702)	(680.967)
Saldo final em 31 de dezembro	**268.002.006**	**255.057.726**

19) DÍVIDAS SUBORDINADAS

a) Composição por vencimento

Em 31 de dezembro - R$ mil

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da operação	2023	2022
No País:				
Letras financeiras:				
2023		-	-	2.430.244
2024	7	67.450	133.720	118.737
2025	7	3.871.906	5.952.305	5.211.294
2027	7	401.060	566.936	492.360

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf

Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

			Em 31 de dezembro - R$ mil	
Vencimento	**Prazo original em anos**	**Valor da operação**	**2023**	**2022**
No País:				
Letras financeiras:				
2023		-	-	3.083.598
2024	8	136.695	277.420	243.608
2025	8	3.328.102	3.669.281	3.642.764
2026	8	694.800	1.066.237	932.713
2028	8	55.437	78.390	67.985
2030	8	2.368.200	2.976.339	2.581.541
2024	9	3.924	10.634	12.354
2025	9	362.212	677.550	616.544
2027	9	89.700	146.531	129.175
2023		-	-	1.643.525
2025	10	284.137	959.846	827.974
2026	10	196.196	501.506	438.172
2027	10	256.243	472.023	423.111
2028	10	248.300	451.350	402.261
2030	10	134.500	190.207	171.951
2031	10	7.270.000	9.973.583	8.618.267
2032	10	5.378.500	6.714.453	5.813.434
2033	10	531.000	557.446	-
2026	11	2.500	4.133	6.907
2027	11	47.046	91.696	80.272
2028	11	74.764	143.520	129.311
Perpétua		13.798.555	14.722.748	14.123.230
Total geral (1) (2)			**50.337.854**	**52.241.332**

(1) Inclui o montante de R$ 39.279.827 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 37.781.759 mil), referente às dívidas subordinadas registradas como "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" para fins de capital regulamentar; e
(2) As informações de resultado estão apresentadas na Nota 16e, despesas com operações no mercado e atualização de juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização.

b) Movimentação das dívidas subordinadas

		R$ mil
	2023	**2022**
Saldo inicial em 1º de janeiro	**52.241.332**	**54.459.518**
Emissões	1.129.800	9.796.000
Juros	7.007.236	7.262.125
Liquidação e pagamentos de juros	(10.040.514)	(18.768.306)
Variação cambial/Outros	-	(508.005)
Saldo final em 31 de dezembro	**50.337.854**	**52.241.332**

20) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Carteira de câmbio (Nota 11a)	19.027.796	23.535.308
Relações interfinanceiras e interdependências	52.622.587	52.256.504
Negociação e intermediação de valores	4.180.823	921.345
Obrigações por operações vinculadas a cessão/Outros	4.201.705	4.484.379
Total	**80.032.911**	**81.197.536**

21) PROVISÕES

a) Outras provisões

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Provisão para contingências (Nota 22)	12.915.951	14.140.547
Provisão para garantias financeiras prestadas **(i)**	1.236.646	1.813.175
Outras (1)	9.632.268	6.855.755
Total	**23.784.865**	**22.809.477**

(1) Inclui, basicamente, provisão para pagamentos a efetuar, relativos a obrigações com os funcionários e outras provisões administrativas.

i. Provisão para garantias financeiras prestadas

Garantias financeiras prestadas são contratos que requerem à Organização fazer pagamentos específicos perante o detentor da garantia financeira por uma perda que ele incorrerá quando um devedor específico deixar de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida. A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída com base na melhor estimativa do montante não recuperável da garantia, caso tal desembolso seja provável. Os parâmetros de provisionamento são estabelecidos com base nos modelos internos de gestão de risco de crédito. No caso de operações de varejo são adotados modelos quantitativos, enquanto que no atacado é adotada a combinação de modelos quantitativos com análises individualizadas.

	Em 31 de dezembro - R$ mil			
	2023		**2022**	
	Valores garantidos	**Provisões**	**Valores garantidos**	**Provisões**
Avais ou fianças em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	37.969.977	(568.671)	35.393.348	(616.420)
Fianças bancárias	54.733.068	(581.230)	67.366.279	(1.195.214)
Demais	17.102.150	(86.745)	2.128.531	(1.541)
Total	**109.805.195**	**(1.236.646)**	**104.888.158**	**(1.813.175)**

22) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das medias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Bradesco não têm valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização referentes a produtos e serviços bancários e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Em relação às ações judiciais pleiteando supostas diferenças de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança, em decorrência da implantação dos planos econômicos, que fizeram parte da política econômica do Governo Federal no combate à inflação nas décadas de 80 e 90, o Bradesco, embora tenha cumprido a legislação e regulamentação vigente à época, provisionou referidos processos, considerando as ações em que foi citado e as correspondentes perspectivas de perdas de cada demanda, tendo em vista as decisões e as matérias ainda em análise no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em dezembro de 2017, com mediação da Advocacia Geral da União (AGU) e interveniência do Banco Central do Brasil (BCB), as entidades representativas dos bancos e dos poupadores, firmaram acordo relacionado aos litígios de planos econômicos, com a finalidade de encerramento dessas ações, no qual foram estabelecidos condições e cronograma para os poupadores exercerem o direito a adesão. O referido acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1º de março de 2018. Em 11 de março de 2020 as entidades signatárias celebraram aditivo prorrogando o acordo coletivo pelo prazo de 5 (cinco) anos, o Supremo Tribunal Federal homologou a prorrogação do acordo por 30 meses. Em 16 de dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) homologou o pedido de prorrogação do acordo por mais 30 meses. Considerando tratar de acordo voluntário, o qual não obriga o poupador à adesão, não existe estimativa de quantos o farão. Destaca-se que, o Bradesco entende que possui provisionamento para cobrir os processos elegíveis ao referido acordo.

Cabe ressaltar que, quanto a esses litígios de planos econômicos, o Supremo Tribunal Federal (STF) mantém suspenso o andamento de todos os processos sem julgamento definitivo, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte, quanto ao direito discutido.

III - Provisão para riscos fiscais

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos, têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas, dos quais destacamos:

- Contribuições Previdenciárias - R$ 1.808.205 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 1.690.614 mil): autuações relativas às contribuições previdenciárias sobre aportes em planos de previdência privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas às incidências de tais contribuições e multa isolada pela não retenção de IRRF sobre referidos aportes.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

Em 4 de novembro de 2022, o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319 que revogou a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, a qual esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. Essa norma entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 e não gerou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Em março de 2023, o Banco Bradesco aderiu ao programa "Litígio Zero", conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 12 de janeiro de 2023, a qual possibilita redução de até 100% no valor dos juros e das multas sobre os créditos tributários em contencioso administrativo fiscal considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação.

IV - Provisões segregadas por natureza

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Processos trabalhistas	4.105.498	5.487.854
Processos cíveis	6.782.840	6.071.710
Provisão para riscos fiscais	2.027.613	2.580.983
Total (Nota 21a)	**12.915.951**	**14.140.547**

V - Movimentação das provisões - Despesas de provisões

			R$ mil
	Trabalhistas	**Cíveis**	**Fiscais**
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**5.487.854**	**6.071.710**	**2.580.983**
Atualização monetária	569.862	370.535	141.377
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	799.469	2.899.792	(375.531)
Pagamentos	(2.751.687)	(2.559.197)	(319.216)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**4.105.498**	**6.782.840**	**2.027.613**

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2023, R$ 6.853.221 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 6.701.024 mil) para os processos cíveis e R$ 23.073.162 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 21.185.485 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuações de IRPJ e CSLL - Anos-bases de 2013 a 2015 - R$ 11.475.238 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 10.548.883 mil): glosa de despesas operacionais de captação (CDI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas da Organização;
- Cofins - Anos-bases de 2001 a 2005 - R$ 4.889.113 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 4.618.147 mil): autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98);
- Autuação de IRPJ e CSLL - Anos-bases de 2009 a 2017 - R$ 2.436.327 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 2.217.456 mil): relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos; e
- Autuações de IRPJ e CSLL - Anos-bases de 2009 e 2014 - R$ 1.011.753 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 941.506 mil): relativas às glosas de despesas e exclusões sobre receitas de superveniência de depreciação, despesas de insuficiência de depreciação, despesas de depreciação de bens arrendados, despesas e receitas operacionais e glosa de compensação de prejuízo fiscal.

d) Outros assuntos

Atualmente há um processo criminal contra dois ex-membros da Diretoria do Bradesco, que tramita na 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, decorrente da chamada Operação Zelotes, investigação da alegada atuação indevida de membros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Há sentença absolutória dos dois ex-membros da Diretoria do Bradesco, pendente de trânsito em jugado.

23) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Credores diversos	3.780.583	2.938.302
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	652.542	467.054
Operações com cartão de crédito	439.082	446.175
Impostos e contribuições a pagar	1.543.458	1.680.423
Obrigações por aquisição de bens e direitos	427.725	789.878
Sociais e estatutárias	6.470.093	5.456.154
Outros (1)	5.502.179	4.885.729
Total	**18.815.662**	**16.663.715**

(1) Inclui basicamente, créditos por recursos a liberar e obrigações por recursos de pagamentos.

24) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)

a) Composição do capital social em quantidade de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Ordinárias	5.330.304.681	5.338.393.881
Preferenciais	5.311.865.547	5.320.094.147
Subtotal	**10.642.170.228**	**10.658.488.028**
Em tesouraria (ordinárias) (1)	-	(8.089.200)
Em tesouraria (preferenciais) (1)	-	(8.228.600)
Total em circulação	**10.642.170.228**	**10.642.170.228**

(1) Em 18 de abril de 2023, foi aprovado o cancelamento da totalidade das ações mantidas em tesouraria de emissão da Companhia (item d).

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Reservas de lucros		
- Reserva legal (1)	13.340.705	12.584.615
- Reserva estatutária (2)	63.810.124	60.979.593
Total	**77.150.829**	**73.564.208**

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A política de remuneração do capital adotada pelo Bradesco visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Em reunião do Conselho de Administração de 15 de junho de 2023, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro semestre de 2023, no valor de R$ 2.000.000 mil, sendo R$ 0,178997 por ação ordinária e R$ 0,196897 por ação preferencial, cujo pagamento foi efetuado em 6 de julho de 2023.

Em reunião do Conselho de Administração de 11 de dezembro de 2023, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio, conforme segue:

i. juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao segundo semestre de 2023, no valor de R$ 2.000.000 mil, sendo R$ 0,178997 por ação ordinária e R$ 0,196897 por ação preferencial, cujo pagamento foi efetuado em 2 de janeiro de 2024; e
ii. juros sobre capital próprio complementares, relativos ao segundo semestre de 2023, no valor de R$ 4.998.000 mil, sendo R$ 0,447314 por ação ordinária e R$ 0,492046 por ação preferencial, cujo pagamento será efetuado em 28 de junho de 2024.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está demonstrado a seguir:

	R$ mil	**% (1)**
Lucro líquido do período	15.121.802	
(-) Reserva legal	756.090	
Base de cálculo ajustada	**14.365.712**	
Juros sobre o capital próprio (bruto) mensais e intermediários pagos	6.312.804	
Juros sobre o capital próprio (bruto) complementares provisionados	4.998.000	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(1.696.621)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 31 de dezembro de 2023	**9.614.183**	**66,92**
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 31 de dezembro de 2022	**8.646.338**	**43,90**

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo ajustada.

Foram pagos e provisionados juros sobre o capital próprio, conforme segue:

					R$ mil
	Por ação (bruto) - R$				
Descrição	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Valor pago/ provisionado**	**IRRF (15%)**	**Valor pago/ provisionado líquido**
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,206998	0,227698	2.246.162	336.924	1.909.238
Juros sobre o capital próprio intermediários pagos	0,178723	0,196595	2.000.000	300.000	1.700.000
Juros sobre o capital próprio complementares pagos	0,530369	0,583406	5.926.000	888.900	5.037.100
Total acumulado em 31 de dezembro de 2022	**0,916090**	**1,007699**	**10.172.162**	**1.525.824**	**8.646.338**
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,206998	0,227698	2.312.804	346.921	1.965.883
Juros sobre o capital próprio intermediários pagos (1)	0,357994	0,393794	4.000.000	600.000	3.400.000
Juros sobre o capital próprio complementares provisionados (2)	0,447314	0,492046	4.998.000	749.700	4.248.300
Total acumulado em 31 de dezembro de 2023	**1,012306**	**1,113537**	**11.310.804**	**1.696.621**	**9.614.183**

(1) Pagos em 6 de julho de 2023 e 2 de janeiro de 2024; e
(2) A serem pagos em 28 de junho de 2024.

d) Ações em tesouraria

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2023, foi aprovada o cancelamento da totalidade das ações mantidas em tesouraria de emissão da Companhia, adquiridas por meio de programa de recompra de ações, consistente de 16.317.800 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 8.089.200 ordinárias e 8.228.600 preferenciais, sem redução no capital social, homologado pelo Bacen e cancelado em 18 de abril de 2023.

Em 31 de outubro de 2023, o Conselho de Administração deliberou instituir um novo programa de recompra que autoriza a Diretoria do Bradesco a adquirir, no período de 7 de novembro de 2023 a 7 de maio de 2025, até 106.584.881 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo até 53.413.506 ações ordinárias e até 53.171.375 ações preferenciais, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento, sem redução do capital social.

e) Lucro por ação

i. Lucro por ação básico

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme quadro a seguir:

	Acumulado em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R$ mil)	**7.200.863**	**9.896.880**
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R$ mil)	**7.920.939**	**10.835.292**
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	5.330.305	5.337.877
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	5.311.866	5.319.573
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R$)	1,35	1,85
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R$)	1,49	2,04

ii. Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

25) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	**2022**	**2021**
Rendas de cartão	7.532.851	7.223.697	5.885.842
Conta-corrente	7.012.610	7.680.476	7.959.073
Operações de crédito	1.904.163	2.315.293	2.446.658
Cobrança	1.545.759	1.622.815	1.624.264
Administração de fundos	1.332.403	1.027.200	1.138.420
Mercado de capitais/Assessoria financeira	24.469	18.697	9.616
Serviços de custódia e corretagens	874.356	868.311	830.921
Arrecadações	430.209	440.318	440.155
Outras	215.914	235.942	319.770
Total	**20.872.734**	**21.432.749**	**20.654.719**

26) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	**2022**	**2021**
Proventos	9.210.560	8.638.671	8.295.656
Benefícios	4.766.218	4.487.299	3.950.873
Encargos sociais	3.210.406	3.000.737	2.816.041
Participação dos empregados nos lucros	1.211.145	1.402.600	1.534.480
Treinamentos	92.037	102.718	73.012
Total	**18.490.366**	**17.632.025**	**16.670.062**

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

27) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	**2022**	**2021**
Serviços de terceiros	3.619.499	3.503.852	3.210.200
Depreciação e amortização	4.185.884	3.475.618	3.225.746
Processamento de dados	2.336.228	2.101.477	2.023.211
Comunicação	715.561	883.981	973.835
Manutenção e conservação de bens	1.303.618	1.288.346	1.200.402
Aluguéis	1.566.208	1.713.052	1.677.162
Serviços do sistema financeiro	1.125.173	1.001.724	937.944
Propaganda, promoções e publicidade	921.319	1.016.478	901.260
Segurança e vigilância	587.688	581.032	580.859
Transportes	710.324	700.455	624.750
Água, energia e gás	326.082	340.412	342.784
Materiais	102.309	94.033	93.346
Viagens	74.989	45.008	22.529
Arrendamento de bens	539.136	827.976	617.755
Outras	1.000.384	879.036	803.106
Total	**19.114.402**	**18.452.480**	**17.234.889**

28) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	**2022**	**2021**
Contribuição à Cofins	3.161.798	3.440.316	2.877.654
Contribuição ao PIS	513.914	559.127	467.635
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	637.445	683.856	827.401
Despesas com IPTU	115.337	114.071	108.473
Outras	93.830	86.001	86.868
Total	**4.522.324**	**4.883.371**	**4.368.031**

29) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	**2022**	**2021**
Outras receitas financeiras	3.352.874	2.611.461	1.406.000
Reversão de outras provisões operacionais	2.964.808	4.332.396	2.131.369
Receitas de recuperação de encargos e despesas	564.902	524.652	367.546
Outras	826.159	1.242.799	640.681
Total	**7.708.743**	**8.711.308**	**4.545.596**

30) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	**2022**	**2021**
Outras despesas financeiras	566.208	909.799	345.337
Despesas com perdas diversas	330.817	721.525	420.767
Despesas com descontos concedidos	2.932.970	1.767.244	1.316.317
Amortização de ágio	74.726	136.996	858.199
Despesas com comercialização de cartões	1.625.908	2.814.857	1.664.537
Outras (1)	9.640.129	5.258.272	6.880.923
Total	**15.170.758**	**11.608.693**	**11.486.080**

(1) Em 31 de dezembro de 2023, inclui *impairment* em: aquisição de direito para prestação de serviços financeiros, no valor de R$ 102.037 mil (2022 - R$ 175.060 mil); imobilizado/intangível, no valor de R$ 1.935 mil (2022 - R$ 3.650 mil) e despesas com provisão para reestruturação conforme plano aprovado pela Administração, no valor de R$ 1.036.364 mil.

31) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	**2022**	**2021**
Resultado na alienação e baixa de valores, bens e investimentos	190.816	267.215	11.648
Constituição/reversão de provisões não operacionais (1)	(295.649)	(187.900)	(302.024)
Outros	65.846	54.964	28.308
Total	**(38.987)**	**134.279**	**(262.068)**

(1) Inclui, basicamente a provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda.

32) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	**2022**	**2021**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**4.790.979**	**17.504.617**	**24.527.501**
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) às alíquotas vigentes	(2.155.941)	(7.877.078)	(11.037.375)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas e de controle compartilhado	6.782.307	6.937.490	5.706.622
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	780.311	608.441	260.964
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	5.089.859	4.577.308	3.258.040
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(496.890)	(1.459.564)	(511.200)
Outros valores	331.177	440.958	(258.864)
Imposto de renda e contribuição social do período	**10.330.823**	**3.227.555**	**(2.581.813)**

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	**2022**	**2021**
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	**50.438**	**172.333**	**62.296**
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	10.464.836	2.991.632	(2.567.237)
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social	(84.094)	(6.117)	(37.843)
Prejuízo fiscal	(100.405)	(754)	(39.074)
Constituição no período sobre:			
Base negativa de contribuição social	21	1.089	20
Prejuízo fiscal	27	69.372	25
Total dos impostos diferidos	**10.280.385**	**3.055.222**	**(2.644.109)**
Imposto de renda e contribuição social do período	**10.330.823**	**3.227.555**	**(2.581.813)**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31 de dezembro - R$ mil			
	2022	**Constituição**	**Realização**	**2023**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	46.597.676	15.863.688	(8.110.996)	54.350.368
Provisões cíveis	2.732.269	366.732	(46.723)	3.052.278
Provisões fiscais	1.096.929	97.744	(201.457)	993.216
Provisões trabalhistas	2.469.534	297.447	(919.507)	1.847.474
Impairment de títulos e investimentos	1.842.499	1.432.421	(644.927)	2.629.993
Ativos não financeiros mantidos para venda	683.463	163.762	(186.646)	660.579
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação e derivativos	-	208.050	-	208.050
Ágio amortizado	175.139	18.579	(11.021)	182.697
Outros	3.377.731	1.598.603	(1.107.994)	3.868.340
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**58.975.240**	**20.047.026**	**(11.229.271)**	**67.792.995**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	17.177.978	48	(184.499)	16.993.527
Subtotal	**76.153.218**	**20.047.074**	**(11.413.770)**	**84.786.522**
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	1.284.896	-	(686.792)	598.104
Total dos créditos tributários	**77.438.114**	**20.047.074**	**(12.100.562)**	**85.384.626**
Obrigações fiscais diferidas (Nota 32e)	**2.541.144**	**772.241**	**(1.714.344)**	**1.599.041**
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	**74.896.970**	**19.274.833**	**(10.386.218)**	**83.785.585**
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o patrimônio de referência (Nota 34b)	**51,9%**			**55,9%**
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o ativo total	**5,0%**			**5,3%**

O registro contábil dos créditos tributários foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico. Em 31 de dezembro de 2023, não há crédito tributário não ativado.

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro - R$ mil				
	Diferenças temporárias		**Prejuízo fiscal e base negativa**		
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Total**
2024	7.490.396	5.982.949	6.503	8.012	13.487.860
2025	3.786.530	3.024.384	-	-	6.810.914
2026	4.338.200	3.469.068	-	-	7.807.268
2027	2.100.161	1.678.637	2.966	2.820	3.784.584
2028	2.762.471	2.208.485	811.018	649.261	6.431.235
2029	5.283.891	4.225.622	137.191	110.201	9.756.905
2030	1.626.938	1.300.058	2.024.722	1.620.225	6.571.943
2031	2.398.596	1.917.385	2.140.599	1.712.927	8.169.507
2032	5.369.533	4.294.135	1.996.020	1.597.264	13.256.952
2033	2.520.582	2.014.974	1.984.513	2.189.285	8.709.354
Total	**37.677.298**	**30.115.697**	**9.103.532**	**7.889.995**	**84.786.522**

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. A partir do ano calendário 2025, serão contempladas as novas regras de perdas incorridas no recebimento de créditos, instituídas pela Lei nº 14.467/2022.
Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R$ 71.328.832 mil (Em dezembro de 2022 - R$ 67.835.358 mil), sendo: R$ 58.319.167 mil (Em dezembro de 2022 - R$ 54.308.819 mil) de diferenças temporárias e R$ 13.009.665 mil (Em dezembro de 2022 - R$ 13.526.539 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

e) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 31 de dezembro - R$ mil			
	2022	**Constituição**	**Realização/Baixas**	**2023**
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	644.344	-	(457.927)	186.417
Atualização de depósitos judiciais	974.706	7.020	(930.193)	51.533
Outros	922.094	60.243	(326.224)	656.113
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	**2.541.144**	**67.263**	**(1.714.344)**	**894.063**
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	-	704.978	-	704.978
Total dos impostos diferidos (Nota 32c)	**2.541.144**	**772.241**	**(1.714.344)**	**1.599.041**

33) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução CVM nº 94/22, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no *site* de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R$ mil							
	Controladores (1)		**Controladas, coligadas e controle compartilhado (2)**		**Pessoal-chave da Administração (3)**		**Total**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Ativos								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	86.960.771	90.173.303	-	-	86.960.771	90.173.303
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	87.464	7.496.343	6.346.516	-	-	7.496.343	6.433.980
Aplicações/depósitos no exterior em moedas estrangeiras	-	-	1.682.662	694.032	-	-	1.682.662	694.032
Operações de crédito, outros ativos e outros valores e bens	13	11	6.377.633	10.967.111	188.985	205.947	6.566.631	11.173.069
Passivos								
Depósitos à vista e de poupança	152	294	898.489	849.186	15.493	17.885	914.134	867.365
Depósitos a prazo	3.671.231	3.369.309	2.981.415	3.984.034	472.452	542.016	7.125.098	7.895.359
Captações em depósitos interfinanceiros	-	-	1.821.717	2.199.693	-	-	1.821.717	2.199.693
Captações no mercado aberto	58.779	17.191	6.640.384	5.356.864	33.246	-	6.732.409	5.374.055
Recursos de emissões de títulos e dívidas subordinadas	19.045.768	17.095.011	11.890.247	28.567.246	1.324.020	940.719	32.260.035	46.602.976
Obrigações por empréstimos e repasses do exterior	-	-	7.439	10.893	-	-	7.439	10.893
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	3.060	9.759	-	-	3.060	9.759
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	2.298.873	1.911.306	-	-	-	-	2.298.873	1.911.306
Outros passivos	-	9.023	14.444.713	14.563.716	1.801	39.826	14.446.514	14.612.565

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil											
	Controladores (1)			**Controladas, coligadas e controle compartilhado (2)**			**Pessoal-chave da administração (3)**			**Total**		
	2023	**2022**	**2021**	**2023**	**2022**	**2021**	**2023**	**2022**	**2021**	**2023**	**2022**	**2021**
Receitas de intermediação financeira	94.580	84.645	25.474	11.086.951	7.676.720	3.267.084	22	-	-	11.181.553	7.761.365	3.292.558
Despesas de intermediação financeira	(3.262.135)	(2.572.100)	(814.492)	(3.689.160)	(5.393.776)	(2.756.370)	(196.286)	(152.757)	(44.837)	(7.147.581)	(8.118.633)	(3.615.699)
Receita de prestação de serviços	163	166	159	310.440	252.177	170.772	140	35	145	310.743	252.378	171.076
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	90.378	67.354	64.417	(2.221.298)	(2.528.189)	(2.417.452)	(26.865)	(398.562)	118.348	(2.157.785)	(2.859.397)	(2.234.687)

(1) Cidade de Deus Cia. Comercial de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., BBD Participações S.A., Nova Cidade de Deus Participações S.A. e NCD Participações Ltda.;
(2) Empresas relacionadas na Nota 12; e
(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração
Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do conglomerado).

Para 2023, foi determinado o valor máximo de R$ 657.102 mil para remuneração dos Administradores e de R$ 613.600 mil para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.
Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinado à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	**2022**	**2021**
Remuneração	647.189	747.558	505.462
Total	**647.189**	**747.558**	**505.462**

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	**2022**	**2021**
Planos de previdência complementar de contribuição definida	613.100	554.872	516.118
Total	**613.100**	**554.872**	**516.118**

O Bradesco não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Participação acionária
Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam, em conjunto, a seguinte participação acionária no Bradesco:

	Em 31 de dezembro	
Participação acionária direta	**2023**	**2022**
• Ações ordinárias	0,33%	0,34%
• Ações preferenciais	0,83%	0,83%
• Total de ações (1)	0,58%	0,58%

(1) Em 31 de dezembro de 2023, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no Bradesco totalizou 1,63% de ações ordinárias, 0,85% de ações preferenciais e 1,24% do total de ações (em 31 de dezembro de 2022 - 2,62% de ações ordinárias, 0,87% de ações preferenciais e 1,75% do total de ações).

34) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

a) Gerenciamento de Riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados conduz a Organização a um constante aprimoramento desta atividade.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Promove a disseminação da cultura de riscos a todos os funcionários, em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

As estruturas de gerenciamento de riscos e capital possuem políticas, normas e procedimentos, assegurando que a Organização mantenha um controle compatível com a natureza de suas operações, complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos. Essas estruturas também são compostas por diversos comitês, comissões e departamentos que subsidiam o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente, o Diretor de Riscos (*Chief Risk Officer - CRO*) e a Diretoria Executiva da Organização na tomada de decisões estratégicas.

A Organização dispõe do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital - COGIRAC, que tem por objetivo assessorar o Diretor-Presidente no desempenho das suas atribuições relacionadas à gestão e controle de todos os riscos e do capital da Organização.

A estrutura de gerenciamento de riscos conta, também, com os Comitês Executivos de: a) Acompanhamento de Riscos, b) Gerenciamento de Riscos, c) PLDFT/Sanções e Segurança da Informação/Cyber, existindo ainda o Comitê Executivo de Produtos, Serviços e Parcerias e os Comitês Executivos das áreas de negócios que, dentre suas atribuições, sugerem os limites de exposição a seus respectivos riscos e elaboram planos de mitigação a serem submetidos para avaliação do Comitê de Riscos e deliberação do Conselho de Administração.

Adicionalmente, compete ao Comitê de Riscos, avaliar o arcabouço de gerenciamento dos riscos da Organização e, eventualmente, propor aperfeiçoamentos e desafiar a estrutura de riscos da Organização frente às novas tendências e/ou ameaças, bem como assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital.

Informações detalhadas a respeito do processo de gerenciamento de riscos, patrimônio de referência, bem como das exposições a riscos do Bradesco, podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3, disponível no *site* de Relações com Investidores (bradescori.com.br - Informações ao Mercado - Gerenciamento de Riscos).

b) Gerenciamento de capital
O Índice de Basileia faz parte do conjunto de indicadores monitorados e avaliados no processo de Gerenciamento de Capital, e tem por finalidade medir a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos. A tabela abaixo demonstra a composição do Patrimônio de Referência e dos Ativos Ponderados pelo Risco, conforme normas do Bacen. Durante o período, o Bradesco cumpriu todos os requerimentos mínimos regulatórios.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP DISCLOSURE INSIGHT ACTION | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	Basileia III	
	2023	**2022**
Base de cálculo - Índice de Basileia	**Prudencial**	
Capital regulamentar - valores		
Capital principal	110.689.318	106.500.779
Nível I	125.412.066	120.624.009
Patrimônio de Referência - PR	149.969.145	144.282.538
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores		
RWA total	947.737.574	971.611.195
Capital regulamentar como proporção do RWA		
Índice de Capital Principal - ICP	11,7%	11,0%
Índice de Nível I	13,2%	12,4%
Índice de Basileia	15,8%	14,8%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA		
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação	2,50%	2,50%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico	-	-
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,00%	1,00%
ACP total (1)	3,50%	3,50%
Margem excedente de capital principal	3,68%	2,96%
Razão de Alavancagem (RA)		
Exposição total	1.714.042.678	1.639.736.361
RA	7,3%	7,4%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)		
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	248.691.252	198.600.676
Total de saídas líquidas de caixa	129.797.562	124.038.502
LCR	191,6%	160,1%
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)		
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	934.324.784	877.734.697
Recursos estáveis requeridos (RSF)	737.181.037	728.633.715
NSFR	126,7%	120,5%

(1) O não cumprimento das regras de ACP ocasiona restrições ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, sobras líquidas, recompra de ações, redução do capital social, e remuneração variável aos seus administradores.

c) Indicador de Avaliação de Importância Sistêmica Global (IAISG)

Conforme definido por meio das Resoluções BCB nº 171/21 e nº 54/20, o Bradesco divulga anualmente a apuração das informações para a avaliação da importância sistêmica global (IAISG), calculada em bases consolidadas, a qual estabelece requerimento adicional de capital para as instituições financeiras classificadas como sistemicamente importantes. Para mais informações e detalhamentos, acesse a seção de Informações ao Mercado, item de Gerenciamento de Riscos.

d) Risco de mercado

O processo de gerenciamento do risco de mercado é realizado de maneira corporativa, abrangendo desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de mercado são realizados de maneira centralizada e independente. Este processo permitiu a Organização ser a primeira instituição financeira no país autorizada pelo Banco Central do Brasil a utilizar, desde janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado para a apuração da necessidade do capital regulamentar. O processo de gerenciamento é também revisado, no mínimo, anualmente pelos Comitês e aprovado pelo próprio Conselho de Administração. As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira *Trading:* composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira própria, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- *Value at Risk (VaR)*;
- Estresse (medida de impacto negativo de eventos extremos, com base em cenários históricos e prospectivos);
- Resultado; e
- Exposição Financeira/Concentração.

Carteira *Banking:* composta por operações não classificadas na carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- Variação do valor econômico devido à variação de taxa de juros - ΔEVE (*Economic Value of Equity*); e
- Variação da receita líquida de juros devido à variação de taxa de juros - ΔNII (*Net Interest Income*).

VaR Modelo Interno - Carteira *Trading*

O VaR para o horizonte de 1 dia está demonstrado no quadro a seguir:

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
Fatores de riscos (1)	**2023**	**2022**
Prefixado	3.010	1.498
IGP-M/IPCA	7.671	3.629
Cupom cambial	311	38
Moeda estrangeira	2.507	1.854
Renda variável	2.003	1.964
Soberanos/*eurobonds* e *treasuries*	3.283	3.524
Outros	2.340	1.439
Efeito correlação/diversificação	(13.657)	(8.252)
VaR (*Value at Risk*)	**7.468**	**5.694**

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Análise de sensibilidade das exposições financeiras

As análises de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) da Organização, foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R$ 4,84 foi utilizado um cenário de R$ 4,89, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 10,04% foi aplicado um cenário de 10,05%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R$ 4,84 foi utilizado um cenário de R$ 6,05, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 10,04% foi utilizado um cenário de 12,55%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representaram choque de 25,0% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R$ 4,84 foi utilizado um cenário de R$ 7,26, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 10,04% foi utilizado um cenário de 15,06%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representam choque de 50,0% nas respectivas curvas ou preços.

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

I - Análise de sensibilidade - Carteira *Trading*

		Em 31 de dezembro - R$ mil					
		Carteira *Trading* (1)					
		2023			**2022**		
		Cenários			**Cenários**		
		1	**2**	**3**	**1**	**2**	**3**
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(25)	(14.760)	(27.497)	(63)	(21.058)	(41.285)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(3.861)	(130.968)	(266.123)	(3.129)	(51.918)	(110.853)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(18)	(2.783)	(5.489)	(2)	(339)	(670)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	1.507	37.669	75.338	800	20.000	40.000
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	1.188	29.696	59.392	(130)	(3.256)	(6.512)
Soberanos/ *eurobonds e treasuries*	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	128	8.831	15.365	42	3.942	7.744
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(94)	(2.341)	(4.683)	(135)	(866)	(1.730)
Total sem correlação dos fatores de risco		**(1.176)**	**(74.656)**	**(153.695)**	**(2.618)**	**(53.495)**	**(113.308)**

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 245 bps e 480 bps (cenários 2 e 3, respectivamente) em Dez/2023 (Dez/2022 - os valores foram de aproximadamente 326 bps e 633 bps nos cenários 2 e 3, respectivamente).

Demonstramos a seguir, os impactos das exposições financeiras (valor justo) considerando, também, a Carteira *Banking* (composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*).

II - Análise de sensibilidade - Carteiras *Trading* e *Banking*

		Em 31 de dezembro - R$ mil					
		Carteira *Trading* e *Banking* (1)					
		2023			**2022**		
		Cenários			**Cenários**		
		1	**2**	**3**	**1**	**2**	**3**
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(2.113)	(845.801)	(1.949.962)	(7.204)	(2.730.345)	(5.582.444)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(20.461)	(2.347.022)	(4.307.241)	(20.236)	(2.290.418)	(4.152.134)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(985)	(112.436)	(216.387)	(1.134)	(135.476)	(259.477)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(2.212)	(55.293)	(110.585)	8.450	211.248	422.496
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(43.432)	(1.085.794)	(2.171.588)	(33.013)	(825.318)	(1.650.636)
Soberanos/ *eurobonds e treasuries*	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(1.172)	(117.366)	(229.078)	943	(47.166)	(94.368)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(41)	(1.016)	(2.031)	(158)	(1.432)	(2.862)
Total sem correlação dos fatores de risco		**(70.415)**	**(4.564.728)**	**(8.986.872)**	**(52.352)**	**(5.818.907)**	**(11.319.425)**

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 269 bps e 548 bps (cenários 2 e 3, respectivamente) em Dez/2023 (Dez/2022 - os valores foram de aproximadamente 346 bps e 675 bps nos cenários 2 e 3, respectivamente).

e) Risco socioambiental

Os riscos social e ambiental associados às instituições financeiras são, em sua maior parte, indiretos, e advêm das relações de negócios, incluindo aquelas com a cadeia de fornecimento e com os clientes por meio de atividades de financiamentos e investimentos.

A estrutura de gerenciamento de riscos social, ambiental é composta por diversos fóruns e departamentos que subsidiam o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente, o Diretor de Riscos (*Chief Risk Officer* - CRO) e a Diretoria Executiva da Organização no exercício das suas atribuições.

Seguindo os princípios de proporcionalidade e relevância previstos pelo BCB, a Organização estabeleceu o escopo sobre o qual realiza o processo de identificação, avaliação e classificação dos riscos social, ambiental e climático. Este escopo compreende a análise nas atividades de i) crédito e financiamento; ii) financiamento a projetos; iii) garantias; iv) fornecedores; e v) investimentos.

A Organização também é signatária dos Princípios do Equador, desde 2004, que têm como objetivo garantir que projetos financiados sejam implementados de forma socialmente responsável e reflitam as melhores práticas de gestão ambiental, social e climática previstas nos Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation* (IFC) e nas Diretrizes de Saúde, Segurança e Meio Ambiente do Banco Mundial.

Adicionalmente a Organização assumiu diversos compromissos relacionados aos aspectos ambientais e sociais, tais como os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), a Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e Promoção do Trabalho Decente (Ethos), o Programa das Ações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI), o Pacto Global, dentre outros.

f) Risco climático

O risco climático representa a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras para a Organização em função dos potenciais impactos decorrentes das mudanças no clima. Essas mudanças podem derivar de impactos físicos acarretados por eventos climáticos como enchentes, tempestades, geadas, deslizamentos de terra, crises hídricas, aumento de temperatura, dentre outros. O conjunto de alterações que possuem essas consequências são denominados riscos físicos. O risco climático, quando associado às instituições financeiras é, majoritariamente, indireto e advém das relações de negócios com os clientes e fornecedores.

O processo de gerenciamento do risco climático dispõe de uma estrutura de governança composta por comitês, políticas, normas e procedimentos, que possibilitam a identificação, classificação, e monitoramento, em conformidade com as Resoluções do BCB e em consonância com os princípios de relevância e proporcionalidade, necessária face a complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Organização.

A Organização busca incorporar e aprimorar constantemente os critérios para gerenciar os riscos climáticos oriundos das relações de negócios com os clientes, por meio das operações de crédito e financiamentos, garantias, fornecedores e investimentos, as quais compõem o escopo de análise refletido na Norma de Risco Social, Ambiental e Climático da Organização.

A Organização assumiu compromissos relacionados aos aspectos climáticos, com destaque para a *Net Zero Banking Alliance (NZBA)*, Princípios para o Investimento Responsável (PRI) além de ser signatária do Pacto Global e integrar o Programa das Ações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI). Desde 2019 participa de iniciativas setoriais com foco no desenvolvimento de metodologias e ferramentas de gestão de riscos climáticos para a indústria bancária, em linha com as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD).*

g) Apresentamos o balanço patrimonial por moedas e por prazo

I - Balanço patrimonial por moedas - Consolidado

	Em 31 de dezembro - R$ mil			
	2023			**2022**
	Balanço	**Nacional**	**Estrangeira (1) (2)**	**Estrangeira (1) (2)**
Ativo				
Disponibilidades	**17.332.144**	**11.577.918**	**5.754.226**	**8.478.739**
Instrumentos financeiros	**1.790.423.881**	**1.704.599.951**	**85.823.930**	**107.009.148**
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	205.102.659	201.479.513	3.623.146	880.857
- Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	133.721.827	133.678.811	43.016	95.705
- Títulos e valores mobiliários	757.084.696	735.075.424	22.009.272	31.139.849
- Instrumentos financeiros derivativos	15.413.349	13.874.126	1.539.223	2.376.199
- Operações de crédito	527.324.318	487.707.591	39.616.727	45.734.173
- Outros instrumentos financeiros	151.777.032	132.784.486	18.992.546	26.782.365
Operações de arrendamento mercantil	**4.394.373**	**4.394.373**	**-**	**-**
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(53.901.184)**	**(52.545.540)**	**(1.355.644)**	**(1.409.624)**
- Operações de crédito	(50.225.072)	(48.869.481)	(1.355.591)	(1.409.624)
- Operações de arrendamento mercantil	(46.144)	(46.144)	-	-
- Outros créditos	(3.629.968)	(3.629.915)	(53)	-
Créditos tributários	**99.362.979**	**99.177.871**	**185.108**	**206.188**
Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto	**9.687.378**	**9.687.378**	**-**	**-**
Imobilizado de uso	**20.984.891**	**20.748.369**	**236.522**	**220.138**
Intangível	**47.267.254**	**47.042.396**	**224.858**	**202.512**
Depreciações e amortizações	**(41.868.714)**	**(41.547.360)**	**(321.354)**	**(324.197)**
- Imobilizado de uso	(13.396.794)	(13.246.900)	(149.894)	(157.882)
- Intangível	(28.471.920)	(28.300.460)	(171.460)	(166.315)
Outros ativos	**24.576.975**	**23.002.849**	**1.574.126**	**1.153.298**
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	**(2.785.342)**	**(2.785.342)**	**-**	**-**
Total do ativo	**1.915.474.635**	**1.823.352.863**	**92.121.772**	**115.536.202**
Passivo				
Depósitos e demais instrumentos financeiros	**1.321.946.566**	**1.239.837.112**	**82.109.454**	**94.969.335**
- Recursos de instituições financeiras	323.422.783	299.326.152	24.096.631	23.623.611
- Recursos de clientes	621.934.680	587.633.407	34.301.273	39.083.142
- Recursos de emissão de títulos	244.966.258	237.597.727	7.368.531	12.389.132
- Dívidas subordinadas	50.337.854	50.337.854	-	-
- Instrumentos financeiros derivativos	15.542.220	11.689.683	3.852.537	4.624.695
- Outros passivos financeiros	65.742.771	53.252.289	12.490.482	15.248.755
Provisões	**396.127.665**	**395.961.657**	**166.008**	**122.738**
- Provisão técnica de seguros, previdência e capitalização	360.802.729	360.785.285	17.444	14.730
- Outras provisões	35.324.936	35.176.372	148.564	108.008
Impostos diferidos	**5.271.884**	**5.215.584**	**56.300**	**43.219**
Outros passivos	**30.000.827**	**28.920.871**	**1.079.956**	**1.154.325**
Total do passivo	**1.753.346.942**	**1.669.935.224**	**83.411.718**	**96.289.617**
Patrimônio líquido				
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	161.182.449	161.182.449	-	-
Participação de acionistas não controladores	945.244	945.244	-	-
Total patrimônio líquido	**162.127.693**	**162.127.693**	**-**	**-**
Total passivo e patrimônio líquido	**1.915.474.635**	**1.832.062.917**	**83.411.718**	**96.289.617**
Posição líquida de ativos e passivos			**8.710.054**	**19.246.585**
Derivativos - posição líquida (2)			(15.768.731)	(22.887.227)
Outras contas de compensação líquidas (3)			(666.054)	(578.242)
Posição cambial líquida (passiva) (4)			**(7.724.731)**	**(4.218.884)**

(1) Valores expressos e/ou indexados, basicamente, em dólares norte-americanos;

(2) Excluídas as operações vencíveis em D+1, a serem liquidadas em moeda do último dia do mês;

(3) Referem-se a outros compromissos registrados em conta de compensação; e

(4) Os ativos, passivos e resultados dos investimentos e dependências no exterior são convertidos para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local, sendo que os efeitos resultantes do processo de conversão, totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, R$ (2.120.253) mil (2022 - R$ (1.961.627) mil) e foram registrados no resultado. Estes efeitos foram neutralizados pelos resultados obtidos pelos instrumentos financeiros utilizados para proteger os efeitos da variação cambial produzida pelos nossos investimentos no exterior. Para os investimentos no exterior que possuem moeda funcional diferente do real, os efeitos da conversão estão registrados no Patrimônio Líquido na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial no valor de R$ 360.437 mil (2022 - R$ 338.774 mil).

II - Balanço patrimonial por prazo - Consolidado

	Em 31 de dezembro - R$ mil					
Ativo	**1 a 30 dias**	**31 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Prazo indeterminado**	**Total**
Disponibilidades	**17.332.144**	**-**	**-**	**-**	**-**	**17.332.144**
Instrumentos financeiros	**929.880.326**	**180.414.735**	**115.893.454**	**564.235.366**	**-**	**1.790.423.881**
- Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	167.593.734	29.616.018	6.202.321	1.690.586	-	205.102.659
- Depósitos compulsórios no banco central do brasil	133.678.812	43.015	-	-	-	133.721.827
- Títulos e valores mobiliários (1) (2)	471.086.642	24.046.647	18.025.715	243.925.692	-	757.084.696
- Instrumentos financeiros derivativos (1) (2)	6.597.663	934.395	2.673.635	5.207.656	-	15.413.349
- Operações de crédito	55.063.171	89.187.428	83.066.456	300.007.263	-	527.324.318
- Outros instrumentos financeiros	95.860.304	36.587.232	5.925.327	13.404.169	-	151.777.032
Operações de arrendamento mercantil	**229.431**	**712.728**	**739.593**	**2.712.621**	**-**	**4.394.373**
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(20.401.364)**	**(6.455.559)**	**(5.620.151)**	**(21.424.110)**	**-**	**(53.901.184)**
- Operações de crédito	(17.620.147)	(5.767.620)	(5.481.468)	(21.355.837)	-	(50.225.072)
- Operações de arrendamento mercantil	(3.035)	(7.664)	(7.503)	(27.942)	-	(46.144)
- Outros créditos	(2.778.182)	(680.275)	(131.180)	(40.331)	-	(3.629.968)
Créditos tributários	**484.640**	**7.907.280**	**8.473.736**	**82.497.323**	**-**	**99.362.979**
Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto	**-**	**-**	**-**	**-**	**9.687.378**	**9.687.378**
Imobilizado de uso	**208.971**	**1.044.857**	**1.253.828**	**4.326.467**	**753.974**	**7.588.097**
Intangível	**502.079**	**2.029.619**	**2.006.426**	**14.004.752**	**252.458**	**18.795.334**
Outros ativos	**13.179.340**	**580.630**	**1.932.230**	**8.884.775**	**-**	**24.576.975**
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	**(2.785.171)**	**-**	**-**	**(171)**	**-**	**(2.785.342)**
Total em 2023	**938.630.396**	**186.234.290**	**124.679.116**	**655.237.023**	**10.693.810**	**1.915.474.635**
Total em 2022	**847.717.987**	**188.036.866**	**116.869.909**	**616.728.599**	**9.971.106**	**1.779.324.467**
Passivo						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	**543.886.365**	**102.313.688**	**128.687.651**	**532.336.114**	**14.722.748**	**1.321.946.566**
- Recursos de instituições financeiras (1) (3)	274.817.412	20.631.026	9.836.986	18.137.359	-	323.422.783
- Recursos de clientes (3)	205.026.524	47.921.784	94.806.013	274.180.359	-	621.934.680
- Recursos de emissão de títulos	8.622.895	17.360.738	22.991.898	195.990.727	-	244.966.258
- Dívidas subordinadas	357.829	27.067	36.878	35.193.332	14.722.748	50.337.854
- Instrumentos financeiros derivativos	7.832.229	1.494.417	920.499	5.295.075	-	15.542.220
- Outros passivos financeiros	47.229.476	14.878.656	95.377	3.539.262	-	65.742.771
Provisões	**324.774.543**	**1.231.880**	**1.153.057**	**68.968.185**	**-**	**396.127.665**
- Provisão técnica de seguros, previdência e capitalização (3)	311.753.762	-	-	49.048.967	-	360.802.729
- Outras provisões	13.020.781	1.231.880	1.153.057	19.919.218	-	35.324.936
Impostos diferidos	**156.377**	**34.735**	**19.511**	**5.061.261**	**-**	**5.271.884**
Outros passivos	**28.655.387**	**319.169**	**179.029**	**847.242**	**-**	**30.000.827**
Patrimônio líquido						
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	-	-	-	-	161.182.449	161.182.449
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	945.244	945.244
Total patrimônio líquido	**-**	**-**	**-**	**-**	**162.127.693**	**162.127.693**
Total em 2023	**897. 472.672**	**103.899.472**	**130.039.248**	**607.212.802**	**176.850.441**	**1.915.474.635**
Total em 2022	**824.753.478**	**121.406.171**	**159.375.987**	**504.664.387**	**169.124.444**	**1.779.324.467**
Ativos líquidos acumulados em 31 de dezembro de 2023	**41.157.724**	**123.492.542**	**118.132.410**	**166.156.631**		
Ativos líquidos acumulados em 31 de dezembro de 2022	**22.964.509**	**89.595.204**	**47.089.126**	**159.153.338**		

(1) As operações vinculadas a compromissos de recompra estão classificadas conforme o prazo da operação;

(2) As aplicações em fundos de investimento estão classificadas no prazo de 1 a 30 dias; e

(3) Os depósitos à vista, de poupança e as provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização, representadas por produtos "VGBL" e "PGBL", estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf

Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

35) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O plano de previdência complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores do Bradesco e de suas controladas equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

O Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo e Ágora Corretora de Seguros S.A. patrocinam planos de previdência complementar nas modalidades de contribuição variável e de benefício definido, por meio da Fundação Baneb de Seguridade Social - Bases, aos funcionários oriundos do Baneb.

O Banco Bradesco S.A. patrocina plano de previdência complementar na modalidade de contribuição variável, por meio da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão - Capof, aos funcionários oriundos do Banco BEM S.A.

O Banco Bradesco S.A. patrocina plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido por meio da Caixa de Previdência Privada Bec - Cabec, aos funcionários oriundos do Banco do Estado do Ceará S.A.

O Banco Bradesco S.A., Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo, Bradesco Capitalização S.A., Bradescor Corretora de Seguros Ltda., Bradesco Kirton Corretora de Câmbio S.A. e a Bradesco Seguros S.A. patrocinam plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido, por meio do Multibra Fundo de Pensão, aos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A.

O Banco Bradesco S.A. assumiu ainda as obrigações do Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo com relação ao Seguro de Vida, Plano de Saúde e Indenização por Aposentadoria dos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A., bem como o Plano de Saúde de funcionários oriundos do Lloyds.

De acordo com o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/15, o Bradesco e suas controladas, como patrocinadores dos referidos planos, considerando estudo econômico e atuariais, calcularam os seus compromissos atuariais utilizando taxa real de juros e reconhecem em suas demonstrações financeiras a obrigação devida. Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis). Seguem as principais premissas utilizadas pelo atuário independente na avaliação atuarial dos nossos planos, com base no CPC 33 (R1):

	Em 31 de dezembro	
Fatores de riscos	**2023**	**2022**
Taxa nominal de desconto	3,50% - 10,09% a.a.	3,50% - 9,72% a.a.
Taxa nominal de crescimentos salariais futuros	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa nominal de crescimento dos benefícios da previdência social e dos planos	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa inicial de crescimento de custos médicos	7,54% - 7,64% a.a.	7,64% - 7,85% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT 2000 e BR-EMS	AT 2000 e BR-EMS
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Por Plano	Por Plano
Taxa de rotatividade esperada	-	-
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano

Considerando as premissas acima, de acordo com o CPC 33 (R1), o valor presente das obrigações atuariais dos planos de benefícios e de seus ativos para cobertura dessas obrigações, está representado abaixo:

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil					
	Benefícios de aposentadoria			**Outros benefícios pós-emprego**		
	2023	**2022**	**2021**	**2023**	**2022**	**2021**
(i) Obrigações com benefícios projetados:						
No início do exercício	**2.740.903**	**2.998.669**	**3.182.128**	**800.535**	**841.118**	**966.430**
Custo do serviço corrente	284	341	305	-	-	-
Custo de juros	252.694	242.675	215.259	75.344	70.781	65.985
Contribuição do participante	473	546	450	-	-	-
Ganho/(perda) atuarial (1)	69.201	(158.724)	(155.242)	28.890	(72.297)	(146.763)
Transferências	16.460	-	-	-	-	-
Custo de serviço passado - alterações do plano	(3.814)	-	-	-	-	-
Eliminação antecipada de obrigações	(12.647)	(82.532)	-	-	-	(12.023)
Benefícios pagos	(268.600)	(260.072)	(244.231)	(47.422)	(39.067)	(32.511)
No encerramento do exercício	**2.794.954**	**2.740.903**	**2.998.669**	**857.347**	**800.535**	**841.118**
(ii) Ativos no plano pelo valor de mercado:						
No início do exercício	**2.467.755**	**2.554.827**	**2.759.745**	**-**	**-**	**-**
Rendimento esperado	227.227	206.439	186.324	-	-	-
Ganho/(perda) atuarial (1)	(56.554)	34.067	(175.560)	-	-	-
Contribuições recebidas:						
- Empregador	31.526	26.283	28.025	-	-	-
- Empregados	473	546	450	-	-	-
Transferências	16.460	-	-	-	-	-
Eliminação antecipada de obrigações	(16.460)	(94.745)	-	-	-	-
Benefícios pagos	(268.421)	(259.662)	(244.157)	-	-	-
No encerramento do exercício	**2.402.006**	**2.467.755**	**2.554.827**	**-**	**-**	**-**
(iii) Mudanças no superávit irrecuperável:						
No início do exercício	**60.861**	**7.452**	**310**	**-**	**-**	**-**
Juros sobre o superávit irrecuperável	5.644	671	29	-	-	-
Mudança no superávit irrecuperável (1)	(8.566)	52.738	7.113	-	-	-
No encerramento do exercício	**57.939**	**60.861**	**7.452**	**-**	**-**	**-**
(iv) Posição financiada:						
Planos deficitários (2)	450.887	334.009	451.294	857.347	800.535	841.118
Saldo líquido	**450.887**	**334.009**	**451.294**	**857.347**	**800.535**	**841.118**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os efeitos de remensuração reconhecidos em Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes totalizaram R$ 80.348 mil (2022 - R$ (116.798) mil), líquido dos efeitos fiscais; e

(2) O Bradesco e suas controladas, como patrocinadores dos referidos planos, considerando estudo econômico e atuariais, calcularam os seus compromissos atuariais e reconhecem em suas demonstrações financeiras a obrigação atuarial devida.

O custo/(benefício) líquido dos planos de pensão, reconhecidos na demonstração do resultado, inclui os seguintes componentes:

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	**2022**	**2021**
Obrigações com benefícios projetados:			
Custo do serviço	241	12.554	1.325
Custo de juros sobre obrigações atuariais	327.894	313.497	281.184
Rendimento esperado dos ativos do plano	(227.217)	(206.439)	(186.324)
Juros sobre o superávit irrecuperável	5.642	671	29
Custo/(benefício) líquido dos planos de pensão	**106.560**	**120.283**	**96.214**

Perfil de vencimento do valor presente das obrigações dos planos de benefícios definido para os próximos anos:

	R$ mil	
	Benefícios aposentadoria	**Outros benefícios pós-emprego**
Duração média ponderada (em anos)	9,47	9,29
2024	262.261	259.278
2025	267.610	273.014
2026	272.036	277.903
2027	276.175	282.232
2028	279.100	286.256
Após 2029	1.423.064	1.466.040

Em 2024, as contribuições esperadas para os planos de benefícios definido é de R$ 37.740 mil.

A taxa de retorno de longo prazo dos ativos do plano baseia-se no seguinte:

- Expectativas de médio a longo prazo dos gestores dos ativos; e
- Títulos privados e públicos, parcela representativa da carteira de investimentos de nossas controladas, cuja rentabilidade é superior a inflação mais juros, com vencimentos de curto a longo prazo.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis) e a alocação média ponderada dos ativos pertencentes ao plano de previdência, por categoria de ativo, é a seguinte:

	Em 31 de dezembro					
	Ativos do Plano do Alvorada		**Ativos do Plano do Bradesco**		**Ativos do Plano do Kirton**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Categorias de ativo:						
Renda variável	-	-	6,6%	7,6%	-	-
Renda fixa	93,2%	93,2%	87,5%	86,7%	100,0%	100,0%
Imóveis	4,9%	5,0%	2,1%	1,5%	-	-
Outros	1,9%	1,8%	3,8%	4,2%	-	-
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefícios, demonstra o impacto na exposição atuarial (7,54% - 9,42% a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto e inflação médica em 1 p.p.:

Taxa	**Taxa de desconto/Taxa de inflação médica**	**Análise de sensibilidade**	**Efeito no passivo atuarial**	**Efeito no valor presente das obrigações**
Taxa de desconto	10,25% - 10,42%	Aumento de 1 p.p.	Redução	(292.102)
Taxa de desconto	8,25% - 8,42%	Redução de 1 p.p.	Aumento	339.838
Inflação médica	8,54% - 8,64%	Aumento de 1 p.p.	Aumento	82.069
Inflação médica	6,54% - 6,64%	Redução de 1 p.p.	Redução	(70.188)

O Bradesco, em suas dependências no exterior, proporciona para seus funcionários e administradores plano de pensão, de acordo com as normas estabelecidas pelas autoridades locais, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante.

As despesas totais com contribuições efetuadas, no 2º semestre de 2023, foram de R$ 614.623 mil e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram de R$ 1.219.739 mil (2022 - R$ 1.196.202 mil).

Além desse benefício, o Bradesco e suas controladas oferecem aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas anteriormente, totalizaram, no 2º semestre de 2023, o montante de R$ 2.981.568 mil e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante de R$ 5.806.013 mil (2022 - R$ 5.494.366 mil).

36) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Valor justo de ativos e passivos financeiros - Consolidado

Valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros:

	Em 31 de dezembro - R$ mil			
	2023		**2022**	
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	205.102.659	205.228.671	122.479.579	122.530.217
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	133.721.827	133.721.827	101.973.384	101.973.384
Títulos e valores mobiliários:				
- Títulos para negociação	366.650.528	366.650.528	285.640.534	285.640.534
- Títulos disponíveis para venda	291.678.051	291.678.051	321.359.007	321.359.007
- Títulos mantidos até o vencimento	98.756.117	100.726.392	105.537.649	101.797.554
Instrumentos financeiros derivativos	15.413.349	15.413.349	16.258.496	16.258.496
Operações de crédito (1)	628.596.602	625.991.386	656.944.591	650.606.365
Outros instrumentos financeiros	64.172.536	64.172.536	72.252.317	72.252.317
Passivos				
Recursos de instituições financeiras	323.422.783	332.089.303	281.948.038	282.146.097
Recursos de clientes	621.934.680	599.473.510	590.682.206	591.820.200
Recursos de emissão de títulos	244.966.258	226.021.936	222.257.328	213.546.452
Dívidas subordinadas	50.337.854	52.423.119	52.241.332	53.842.376
Instrumentos financeiros derivativos	15.542.220	15.542.220	13.341.324	13.341.324
Outros passivos financeiros	56.469.356	56.469.356	55.307.084	55.307.084

(1) Inclui adiantamentos sobre contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de créditos.

Para instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

• Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

• Nível 2

Dados observáveis, que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

• Nível 3

Dados não observáveis, que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria, geralmente, inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos. O principal dado não observável utilizado na determinação do valor justo são os *spreads* de crédito que variam entre 3% e 18%.

A marcação a mercado dos títulos os quais não apresentam fonte pública, consistente e regular de divulgação, o Bradesco utiliza os modelos definidos pela CMM (Comissão de Marcação a Mercado) e disponibilizado através do manual de marcação a mercado para cada modalidade de título. Por meio de métodos e modelos matemáticos-financeiros, os quais capturaram os efeitos e variações nos preços dos ativos objetos da marcação a mercado ou de similares, o Bradesco é capaz de apurar de forma clara e consistente seu valor justo dos ativos e passivos de Nível 3.

A tabela a seguir apresenta a composição dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	Em 31 de dezembro - R$ mil							
	2023				**2022**			
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Valor justo**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Valor justo**
Títulos para negociação	**315.355.048**	**50.494.149**	**801.331**	**366.650.528**	**237.380.619**	**47.559.442**	**700.473**	**285.640.534**
Letras financeiras do tesouro	160.173.438	-	-	160.173.438	135.850.969	-	-	135.850.969
Notas do tesouro nacional	54.277.116	5.125.479	-	59.402.595	43.141.335	5.604.251	-	48.745.586
Letras financeiras	-	34.377.011	-	34.377.011	-	32.829.525	-	32.829.525
Letras do tesouro nacional	63.010.231	-	-	63.010.231	25.941.891	-	-	25.941.891
Debêntures	14.936.804	3.865.590	30.417	18.832.811	10.566.061	5.707.650	43.283	16.316.994
Outros	22.957.459	7.126.069	770.914	30.854.442	21.880.363	3.418.016	657.190	25.955.569
Derivativos	**(1.840.440)**	**2.087.979**	**(376.410)**	**(128.871)**	**(1.526.268)**	**4.978.273**	**(534.833)**	**2.917.172**
Instrumentos financeiros derivativos (Ativos)	3.939.198	11.321.165	152.986	15.413.349	3.414.581	12.734.059	109.856	16.258.496
Instrumentos financeiros derivativos (Passivos)	(5.779.638)	(9.233.186)	(529.396)	(15.542.220)	(4.940.849)	(7.755.786)	(644.689)	(13.341.324)
Títulos disponíveis para venda	**169.981.863**	**111.261.933**	**10.434.255**	**291.678.051**	**205.773.516**	**104.717.817**	**10.867.674**	**321.359.007**
Notas do tesouro nacional	85.444.307	-	-	85.444.307	78.526.279	-	-	78.526.279
Debêntures	8.883.770	56.305.399	7.767.360	72.956.529	8.134.438	61.102.014	8.595.304	77.831.756
Letras do tesouro nacional	28.831.865	-	-	28.831.865	63.752.639	-	-	63.752.639
Letras financeiras do tesouro	29.784.559	-	-	29.784.559	34.871.012	-	-	34.871.012
Cédula do produto rural	-	25.150.825	1.005.140	26.155.965	-	18.625.568	749.641	19.375.209
Ações	4.268.341	5.534.500	1.225.021	11.027.862	4.010.327	5.534.503	1.094.374	10.639.204
Títulos de governos estrangeiros	7.701.252	2.693.187	-	10.394.439	7.379.099	2.646.524	-	10.025.623
Notas promissórias	-	15.565.716	-	15.565.716	-	12.522.839	-	12.522.839
Outros	5.067.769	6.012.306	436.734	11.516.809	9.099.722	4.286.369	428.355	13.814.446
Total	**483.496.471**	**163.844.061**	**10.859.176**	**658.199.708**	**441.627.867**	**157.255.532**	**11.033.314**	**609.916.713**
Públicos	**431.450.899**	**7.818.666**	**16.607**	**439.286.172**	**394.004.227**	**8.250.774**	**21.320**	**402.276.321**
Privados	**52.045.572**	**156.025.395**	**10.842.569**	**218.913.536**	**47.623.640**	**149.004.758**	**11.011.994**	**207.640.392**

Derivativos ativos e passivos

As posições de derivativos da Organização são determinadas usando modelos quantitativos, que exigem a aplicação de múltiplos dados, incluindo taxas de juros, preços e índices para gerar curvas contínuas de rendimento ou preços e fatores de volatilidade. A maioria dos dados de mercado é observável e pode ser obtida, principalmente, na B3 e no mercado secundário. Outros derivativos quando negociados em bolsa, avaliados utilizando os preços cotados são classificados no Nível 1 da hierarquia de avaliação. Entretanto, poucas classes de contratos de derivativos estão listados em bolsa. Estes, são classificados como Nível 2 ou Nível 3.

As curvas de rendimento são usadas para determinar o valor justo por meio do método do fluxo de caixa descontado, para *swaps* de moeda e *swaps* com base em outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuro também é determinado com base em preços cotados no mercado nas transações de derivativos negociados em bolsa ou usando metodologias similares para aqueles descritos como *swaps*. O valor justo das opções é determinado utilizando preços cotados em bolsa ou por modelos matemáticos, tais como o *Black-Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo subjacente. Preços atuais de mercado são usados para determinar as volatilidades implícitas. Os valores justos dos derivativos ativos e passivos também incluem ajustes para liquidez de mercado, qualidade de crédito da contraparte e outros fatores específicos das transações, quando adequado.

A maioria desses modelos não contém um alto nível de subjetividade, pois as metodologias utilizadas nos modelos não requerem julgamento significativo e os dados do modelo são prontamente observáveis a partir de mercados ativamente negociados. Esses instrumentos, geralmente, são classificados dentro do Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Os derivativos, avaliados com base em parâmetros de mercado significativamente não observáveis e que não são negociados ativamente, são classificados dentro do Nível 3 da hierarquia de avaliação.

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3):

	R$ mil				
	Títulos para negociação	**Derivativos ativos**	**Derivativos passivos**	**Títulos disponíveis para venda**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**700.473**	**109.856**	**(644.689)**	**10.867.674**	**11.033.314**
Reconhecido no resultado	117.985	-	-	(277.890)	(159.905)
Reconhecido em outros resultados abrangentes	-	-	-	(1.107.122)	(1.107.122)
Aquisições	36.457	43.130	-	1.548.148	1.627.735
Alienações	(53.584)	-	115.293	(790.916)	(729.207)
Vencimentos	-	-	-	(213.604)	(213.604)
Transferência entre níveis (1)	-	-	-	407.965	407.965
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**801.331**	**152.986**	**(529.396)**	**10.434.255**	**10.859.176**

(1) Estes papéis foram reclassificados entre os níveis 2 e 3, pois conforme metodologia interna da Instituição, certos impactos em parâmetros de avaliação de risco podem resultar na utilização de dados observáveis e não observáveis, ocorrendo assim a transferência do nível 2 para o nível 3 e vice-versa.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf

Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados no nível hierárquico 3 (dados não observáveis):

Em 31 de dezembro - R$ mil

		2023		2022	
	Cenários	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio
Taxa de juros em reais	1	-	151	-	536
	2	-	35.207	(15)	147.432
	3	-	66.294	(30)	259.870
Índices de preços	1	-	(147)	-	(82)
	2	-	(18.782)	-	(11.867)
	3	-	(35.401)	-	(21.985)
Cupom cambial	1	-	(4)	-	(7)
	2	-	(603)	-	(866)
	3	-	(1.186)	-	(1.691)
Moeda estrangeira	1	-	487	-	335
	2	-	12.187	-	8.385
	3	-	24.373	-	16.770
Renda variável	1	4.163	6.615	3.549	5.910
	2	104.073	165.378	88.720	147.741
	3	208.146	330.756	177.441	295.481

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as datas indicadas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme os cenários abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R$ 4,84 foi utilizado um cenário de R$ 4,89, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 10,04% foi aplicado um cenário de 10,05%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R$ 4,84 foi utilizado um cenário de R$ 6,05, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 10,04% foi utilizado um cenário de 12,55%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representaram choque de 25,0% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R$ 4,84 foi utilizado um cenário de R$ 7,26, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 10,04% foi utilizado um cenário de 15,06%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representam choque de 50,0% nas respectivas curvas ou preços.

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023					2022				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor justo	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor justo	Valor contábil
Ativos										
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	205.228.671	-	205.228.671	205.102.659	-	122.530.217	-	122.530.217	122.479.579
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	96.232.352	4.391.161	102.879	100.726.392	98.756.117	96.880.576	4.651.009	265.969	101.797.554	105.537.649
Operações de crédito	-	-	625.991.386	625.991.386	628.596.602	-	-	650.606.365	650.606.365	656.944.591
Passivos										
Recursos de instituições financeiras	-	-	332.089.303	332.089.303	323.422.783	-	-	282.146.097	282.146.097	281.948.038
Recursos de clientes	-	-	599.473.510	599.473.510	621.934.680	-	-	591.820.200	591.820.200	590.682.206
Recursos de emissão de títulos	-	-	226.021.936	226.021.936	244.966.258	-	-	213.546.452	213.546.452	222.257.328
Dívidas subordinadas	-	-	52.423.119	52.423.119	50.337.854	-	-	53.842.376	53.842.376	52.241.332

Abaixo apresentamos as metodologias utilizadas para determinar os valores justos apresentados acima:

Aplicações interfinanceiras de liquidez: Os valores justos foram estimados para grupos de operações de crédito similares com base no tipo de operação, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo das operações prefixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros, que equivalem aproximadamente às nossas taxas de juros para novos contratos para operações similares. Nos casos de deterioração do crédito, os fluxos de caixa estimados para operações a taxas fixas e variáveis foram reduzidos de modo a incorporar as perdas estimadas.

Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento: Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo atualizado. Os valores justos são baseados nas premissas mencionadas na Nota 3. Veja Nota 8 para detalhes dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Operações de crédito: O valor justo relativo a operações de crédito de curso normal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa do principal e dos juros programados até o vencimento, adotando as taxas de desconto do mercado e as curvas de rentabilidade, que refletem o risco de crédito e taxa de juros inerentes a cada modalidade de operação na data do encerramento de cada período apresentado. O valor justo para operações de crédito de curso anormal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa ou ao valor da respectiva garantia.

As operações de crédito de curso anormal foram distribuídas nas respectivas categorias de operações de crédito, para fins de divulgação do cálculo do valor justo. As premissas referentes aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com base nas informações disponíveis no mercado e dados específicos sobre o tomador.

Recursos de instituições financeiras e de clientes: O valor justo dos recursos de instituições financeiras e de clientes a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante os fluxos de caixa descontados nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos, cujos prazos de vencimento e termos são similares. Para os depósitos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.

Recursos de emissão de títulos e Dívidas subordinadas: Os valores justos foram estimados por meio do cálculo de fluxos de caixa descontados, que aplica as taxas de juros oferecidas no mercado, cujos vencimentos e prazos são similares.

b) Resultados não recorrentes - Consolidado

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Organização Bradesco, apresentamos abaixo os resultados não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 15.122 milhões, o resultado recorrente foi de R$ 15.750 milhões e o resultado não recorrente foi de R$ (628) milhões líquido de impostos, o qual não se espera que ocorra em exercícios futuros, abaixo detalhamos:

i. Provisão para reestruturação - R$ (570) milhões; e ii. *Impairment* de Ativos Não Financeiros - R$ (58) milhões..

Nosso resultado contábil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 20.732 milhões, o resultado recorrente foi de R$ 20.680 milhões e o resultado não recorrente foi de R$ 52 milhões líquido de impostos, o qual não se espera que ocorra em exercícios futuros, abaixo detalhamos:

i. *Impairment* de Ativos Não Financeiros - R$ (109) milhões; ii. Amortização de Ágio - R$ (106) milhões: Amortização de ágio por expectativa de rentabilidade futura, relacionada à aquisição atípica para os negócios da Organização considerando o histórico de outras aquisições da Organização, onde não esperamos ter estes efeitos além do próximo exercício; iii. Desmutualização do Investimento na CIP - R$ 231 milhões; e iv. Outros - R$ 37 milhões.

c) Fundos de investimentos e carteiras

A Organização administra fundos de investimento e carteiras, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2023 atingiram R$ 1.192.511.407 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 1.102.155.592 mil).

d) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.975 e Resolução CMN nº 5.101 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações em relação às normas anteriores para arrendatários são: (i) não há mais a classificação em leasing operacional e financeiro; e (ii) todas as operações de arrendamento devem ser reconhecidas como ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento e as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente. Existem isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de itens de baixo valor. Em 24 de agosto de 2023 o Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 5.101 que faculta a aplicação da Resolução CMN nº 4.975 aos contratos firmados até a data de entrada em vigor da Resolução (1º de janeiro de 2025), nos quais as instituições figurem na condição de arrendatária.

A contabilidade de arrendador permanece semelhante ao padrão atual, classificando os arrendamentos como financeiros ou operacionais. O CPC 06 (R2) será aplicável a partir de 1º janeiro de 2025, de acordo com a Resolução CMN nº 4.975/21, e os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados, e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação à provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

Já em relação à contabilidade de instrumentos destinados a *hedge*, a avaliação da efetividade de operações de *hedge* passa a ser prospectiva conforme Estratégia de Gerenciamento de Risco.

Em 2023 foram emitidas a Resolução CMN nº 5.100 e a Resolução BCB nº 352, normas complementares à Resolução CMN nº 4.966, que esclareceram/inseriram alguns conceitos e critérios contábeis sem mudanças significativas na implementação, exceto pela aplicação do Capítulo V, que trata da Contabilidade de *Hedge*, cuja vigência foi postergada para 1º de janeiro de 2027.

O Bradesco preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.

O Banco vem avaliando a aplicação das referidas normas e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor das normas.

Circular SUSEP nº 678 - Altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivo da Circular Susep nº 439, de 27 de junho de 2012. Dentre as principais alterações, trazidas na norma, temos:

- Aprovação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que segundo a avaliação da Administração resultará em reclassificações de instrumentos financeiros da categoria Custo Amortizado para Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes; e
- Fim da compensação da mais valia das aplicações financeiras classificadas na modalidade mantidos até o vencimento com o impacto da provisão técnica resultado do teste de adequação do passivo (TAP).

A Administração está concluindo suas análises para adoção da nova norma e não tem expectativa de gerar impactos relevantes no Patrimônio Líquido.

e) Em 16 de novembro de 2022 foi promulgada a Lei nº 14.467, conversão na íntegra da MP nº 1.128/22, que estabelece novas regras de dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nas bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, produzindo efeito a partir de 1º de janeiro de 2025, onde destacamos as regras: i) aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operação com atraso superior a noventa dias); e ii) as perdas em 1º de janeiro de 2025, relativas aos créditos que se encontrem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data, somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de um trinta e seis avos para cada mês do período de apuração, a partir de abril de 2025.

f) Em 31 de agosto de 2023, o Bradesco comunicou aos acionistas que a empresa Atlântica (empresa indireta do Grupo Segurador) celebrou um Acordo de Investimento, Compra e Venda de Ações e outras Avenças com o Hospital Santa Lúcia S.A. para aquisição de 20% do capital social do Grupo Santa. A transação está alinhada com a estratégia da Atlântica de investir na cadeia de valor do setor de saúde e a conclusão está sujeita ao cumprimento de certas condições suspensivas usuais em operações desta natureza, incluindo as devidas aprovações regulatórias.

g) Em 21 de dezembro de 2023, o Bradesco comunicou aos acionistas que a Atlântica Hospitais e Participações S.A. ("Atlântica"), companhia direcionada ao investimento em hospitais, controlada indireta do Bradesco e da Bradseg Participações S.A. (integrante do Grupo Bradesco Seguros), celebrou, nesta data, um Acordo de Investimento com o Hospital Mater Dei S.A. ("Mater Dei") para o desenvolvimento e operação de um novo hospital geral em São Paulo. A Atlântica terá 51% da sociedade a ser constituída ("SPE"), e o Mater Dei, que será responsável pela gestão médica e administrativa do hospital, terá 49%. A transação está alinhada com a estratégia da Atlântica de investir na cadeia de valor do setor de saúde por meio de parcerias com *players* estabelecidos na operação de hospitais e está sujeita ao cumprimento de certas condições suspensivas usuais em operações desta natureza, incluindo as devidas aprovações regulatórias.

h) Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo, que visa simplificar, modernizar o sistema tributário e impulsionar a economia do país eliminando a complexidade do atual sistema tributário. A principal mudança está na criação do Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) que substituirá as contribuições do PIS e da Cofins, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) substituindo o ISS e o ICMS. Os novos tributos trazem a não cumulatividade ampla e terão legislação única e uniforme em todo território nacional. Para a concretização das mudanças, o Congresso Nacional deverá aprovar Leis Complementares para regulamentar a Emenda Constitucional. Os textos da regulamentação deverão ser encaminhados ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo ainda no 1º semestre de 2024. Para implementação da Reforma Tributária haverá uma fase de transição, que vai durar de 2026 a 2032. O Banco vem acompanhando as discussões deste tema e aguarda as regulamentações para uma avaliação precisa dos impactos decorrentes desta Emenda Constitucional.

i) Em 5 de fevereiro de 2024, o Bradesco comunicou aos acionistas que sua controlada indireta, Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda. ("Quixaba") e a BB Elo Cartões Participações S.A. ("BB Elo" e, em conjunto com Quixaba, os "Acionistas Controladores"), encaminharam comunicado à Cielo S.A. - Instituição de Pagamento ("Companhia"), informando a respeito de sua decisão de proceder à conversão do registro de companhia aberta da Companhia de categoria "A" para "B", com a sua consequente saída do segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), por meio do lançamento de uma oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias para conversão de registro de companhia aberta da categoria "A" para "B" e saída de segmento especial de listagem, de acordo com a legislação aplicável e o estatuto social da Companhia ("OPA"). O pedido de registro da OPA será realizado dentro do prazo regulamentar.

A OPA será lançada pelos (i) Acionistas Controladores e pelas sociedades (ii) Elo Participações Ltda. ("Elo Participações"), (iii) Alelo Instituição de Pagamento S.A. ("Alelo") e (iv) Livelo S.A. ("Livelo" e, em conjunto com os Acionistas Controladores, Elo Participações e Alelo, os "Ofertantes"), controladas indiretas do Bradesco e do Banco do Brasil S.A. (controlador direto da BB Elo), para aquisição de até a totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia, exceto por aquelas detidas pelas Ofertantes e/ou pelos Acionistas Controladores, direta ou indiretamente, e ações detidas pela própria Companhia e mantidas em tesouraria ("Ações Objeto da Oferta"), de forma unificada para fins de (i) conversão de registro de companhia aberta categoria "A" para "B"; e (ii) saída da Companhia do segmento especial de listagem Novo Mercado da B3. O preço ofertado por cada Ação Objeto da Oferta será de R$ 5,35.

A operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, incluindo as aprovações legais e regulatórias aplicáveis das autoridades governamentais competentes. Os demais termos e condições da OPA serão oportunamente disponibilizados ao mercado, de acordo com as normas aplicáveis.

Vinícius Panaro
Contador - CRC 1SP324844/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas do

Banco Bradesco S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual do Banco Bradesco S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais". Somos independentes em relação ao Bradesco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 3e e 10 o Bradesco registrou em 31 de dezembro de 2023, o montante de R$ 47.712.039 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito, que compreendem, as operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito.

Para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa o Bradesco classifica as operações de crédito em nove níveis de risco ("*ratings*"), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias, dias de atraso e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, aplicando os respectivos percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada *rating*.

Adicionalmente, o Bradesco complementa suas estimativas (provisão complementar) por meio de estudos internos baseados em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, de forma a refletir a sua expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

Consideramos a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo, envolvido na avaliação das premissas utilizadas na classificação das operações de crédito e na determinação da provisão complementar.

- **Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo.

Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais, relacionados aos processos: (i) desenvolvimento, aprovação e aplicação das metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("*ratings*") dos clientes que suportam a classificação das operações; (ii) definição, aprovação e aplicação das principais premissas utilizadas na atribuição dos ratings, incluindo aqueles relacionados a revisão individualizada da análise de risco de crédito e a governança estabelecida para respectiva aprovação.

Adicionalmente, para os clientes avaliados individualmente, analisamos com base em amostragem (por critérios estatísticos e itens específicos), os dados que suportam a definição e revisão dos *ratings* dos clientes pelo Bradesco, tais como a proposta de crédito, informações contábeis e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, verificando a aderência desta atribuição de rating em relação às políticas internas do Bradesco. Para os clientes avaliados de forma massificada, testamos a atribuição das classificações de *ratings* de acordo com as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco de cada cliente. Avaliamos também, as metodologias e premissas utilizadas para a determinação da provisão complementar, que incluem a avaliação do Bradesco quanto ao aumento da inadimplência aumento no índice de desemprego, entre outros.

Analisamos, por amostragem estatística, o cálculo aritmético da provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, como *ratings* mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no contexto das demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Avaliação da mensuração de títulos e valores mobiliários de emissores privados

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 3d, 8 e 36a às demonstrações contábeis individuais, o montante dos títulos e valores mobiliários de emissores privados é de R$ 150.302.493 mil, que inclui títulos e valores mobiliários mensurados a valor de mercado, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis (níveis 2 e 3 da hierarquia de valor justo).

A determinação dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores privados, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Bradesco efetua julgamentos significativos na determinação dos métodos e premissas utilizados, como taxas de juros e *spreads* de crédito. Os títulos e valores mobiliários de emissores privados classificados nas categorias "Disponíveis para venda" e "Mantidos até o vencimento" também são avaliados quanto a indicativos de evidência de perda do valor recuperável, que também envolve um alto nível de julgamento em sua determinação considerando as metodologias e premissas utilizadas, tais como avaliação do risco de crédito e das garantias.

Consideramos a mensuração do valor de mercado e a avaliação de indicativos de perda do valor recuperável dos títulos e valores mobiliários de emissores privados como um assunto significativo para nossa auditoria, devido ao grau de julgamento, envolvido na determinação dos métodos e premissas utilizados.

- **Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf

Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP DISCLOSURE INSIGHT ACTION | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais, relacionados aos processos: (i) definição, aprovação e aplicação dos modelos utilizados na mensuração do valor de mercado de títulos e valores mobiliários de emissores privados; (ii) captura de dados relevantes para a mensuração do valor de mercado; (iii) verificação da aderência dos cálculos do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros por área independente; (iv) definição e aplicação das premissas utilizadas na avaliação dos indicativos de perda do valor recuperável dos títulos e valores mobiliários de emissores privados como o risco de crédito da contraparte e a avaliação das garantias.

Para uma amostra estatística de títulos e valores mobiliários de emissores privados, cujos parâmetros para mensuração do valor de mercado não são observáveis, avaliamos, com o envolvimento dos nossos profissionais de precificação de instrumentos financeiros com conhecimento e experiência no setor, os modelos desenvolvidos pelo Bradesco para a determinação dos valores de mercado, através do uso de parâmetros independentes.

Adicionalmente, com base em amostragem (por critérios estatísticos e itens específicos), avaliamos as premissas consideradas na análise do *spread* de crédito utilizado na precificação de certos instrumentos financeiros de emissores privados, bem como aquelas consideradas na avaliação dos indicativos e na mensuração da perda do valor recuperável.

Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações contábeis individuais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração dos títulos e valores mobiliários de emissores privados, no contexto das demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes - Fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 3m e 22, o Bradesco é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas, decorrentes do curso normal de suas atividades, com as respectivas provisões registradas nas demonstrações contábeis individuais nos montantes de R$ 2.027.613 mil, R$ 6.782.840 mil e R$ 4.105.498 mil, respectivamente em 31 de dezembro de 2023.

As provisões de processos fiscais e cíveis, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização por dano moral e patrimonial, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito, ajustes de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança devido à implementação de planos econômicos pelo Governo Federal, e algumas outras ações cíveis específicas, foi necessário julgamento significativo para determinar a probabilidade de perda e estimar o valor envolvido. Para ações trabalhistas, o Bradesco utilizou um modelo que considera, com julgamentos relacionados a agrupamentos, a data de entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista), apuração do valor médio de pagamentos considerando um período de 12 meses, seleção de indicadores para a atualização monetária, apurando assim, a média de perda para cada grupo de ações.

Nós consideramos a mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes como um principal assunto de auditoria, devido ao grau de julgamento, envolvido na determinação dos métodos e premissas utilizados para mensurar as provisões de passivos contingentes.

- **Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo.

Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais relacionados a avaliação e mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes, incluindo controles relacionados à (i) avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas; e (ii) avaliação sobre os modelos e premissas utilizadas na mensuração da provisão e dos passivos contingentes trabalhistas.

Para certos processos cíveis e fiscais, analisamos as provisões reconhecidas e os valores divulgados, considerando a avaliação dos consultores jurídicos internos e externos, bem como dados e informações históricas e jurisprudência relacionadas aos processos em questão e outros processos similares.

Obtivemos e avaliamos as confirmações recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos para ações fiscais, que incluíam uma avaliação da probabilidade de perda e a estimativa do valor da perda, bem como as avaliações de probabilidade de perda e mensuração de risco recebidas dos consultores jurídicos internos para determinados processos cíveis. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pelo Bradesco e avaliamos a suficiência das divulgações relativas a contingências cíveis e fiscais em relação a esses assuntos.

Para as ações trabalhistas, os principais procedimentos compreendem: (i) avaliamos o período de observação histórica utilizado pelo Bradesco, comparando-o com os resultados de cenário com períodos diferentes; (ii) testamos a precisão das segregações usadas no modelo; e (iii) testamos a precisão do modelo usando os dados históricos do Bradesco e as metodologias definidas.

Para as ações cíveis e trabalhistas, testamos a suficiência da provisão comparando o valor dos desembolsos efetivos para processos encerrados no período com os valores anteriormente provisionados.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes de natureza fiscal, cível e trabalhista, no contexto das demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

As demonstrações contábeis individuais incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R$ 85.384.626 mil (notas explicativas nºs 3f e 32c) cuja realização está fundamentada em estimativas de rentabilidade futura.

Essas projeções são baseadas nos planos de negócios e orçamentos preparados pelo Bradesco, e exigem a adoção de uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, como taxas de juros, taxas de câmbio e taxas de impostos aplicáveis, podem ter um impacto significativo nas projeções e, consequentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários.

Consideramos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento necessário para avaliar as projeções de lucros tributáveis futuros e as principais premissas subjacentes.

- **Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o seguinte:

Avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo do Bradesco para avaliar a recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo controles relacionados ao desenvolvimento e aprovação das premissas chaves para a elaboração do orçamento e às projeções finais de lucros tributáveis pelo Bradesco.

Envolvemos nossos profissionais de finanças corporativas com conhecimento e experiência no setor que auxiliaram na avaliação das premissas, incluindo taxas de crescimento das principais linhas de negócio, taxas de juros futuras, taxas de câmbio e taxas de impostos aplicáveis às projeções do Bradesco sobre lucros tributáveis futuros preparadas pela Administração em 31 de dezembro de 2023. Comparamos os lucros tributáveis estimados para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2023 preparados no ano anterior, com os lucros tributáveis reais para o exercício de 2023.

Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos e as divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações contábeis individuais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários no contexto das demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 3i, 3k, 12 e 14, as demonstrações contábeis individuais incluem ativos intangíveis, montante de R$ 3.209.482 mil, em 31 de dezembro de 2023.

O Bradesco realiza testes de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente ou quando há eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Como parte do teste de redução ao valor recuperável desses ativos, o Bradesco estimou valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa "UGC" relevantes e investimentos com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros. As projeções de fluxo de caixa futuros consideram planos de negócios e orçamentos e requerem uma série de premissas de negócios e econômicas.

Consideramos a avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis como um principal assunto de auditoria, devido ao alto grau de subjetividade utilizado na determinação das premissas significativas, incluindo as taxas de crescimento para diferentes negócios, fluxos de receitas e despesas, bem como as taxas de desconto utilizadas.

- **Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Os principais procedimentos que realizamos para tratar desse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo.

Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos sobre a análise do valor recuperável dos ativos intangíveis realizada pelo Bradesco, incluindo controles relacionados a (i) revisão do processo orçamentário; e (ii) ao desenvolvimento, revisão e aprovação das principais premissas utilizadas na análise, como taxas de crescimento e taxas de desconto.

Envolvemos nossos profissionais de finanças corporativas com conhecimento e experiência no setor que auxiliaram na: (i) avaliação das premissas utilizadas, tais como taxas de crescimento usadas para diferentes negócios, fluxos de receitas e despesas estimadas, comparando-as com informações obtidas de fontes internas e externas; (ii) avaliação das taxas de desconto utilizadas no teste de redução ao valor recuperável, comparando-as com os intervalos de taxas de desconto que foram desenvolvidas independentemente, usando dados de mercado públicos disponíveis para entidades comparáveis; e (iii) avaliação da aderência das projeções revisadas em relação ao fluxos de caixa realizados.

Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações contábeis individuais em relação a esse assunto.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis no contexto das demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência registradas em empresas controladas mensuradas pelo método de equivalência patrimonial

Conforme apresentado nas notas explicativas nºs 3g, 12 e 34g, o Bradesco possui participações societárias em empresas controladas do segmento de Seguros e Previdência. Essas controladas registraram provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros e de previdência privada no montante de R$ 360.802.729 mil.

Para realizar o teste de adequação de passivos e para mensurar certas provisões técnicas o Bradesco utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na determinação de metodologias e definição de premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, longevidade, persistência, inflação de custos médicos e taxas de desconto.

Identificamos a relevância dos julgamentos envolvidos na mensuração dessas estimativas e os impactos que eventuais variações nessas premissas teriam sobre as demonstrações contábeis individuais do Bradesco como um principal assunto de auditoria. As premissas utilizadas na realização do teste de adequação de passivos e na mensuração das provisões técnicas são subjetivas, de maneira que, pequenas variações em determinadas premissas podem resultar em mudanças significativas na mensuração desses passivos.

- **Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Abaixo estão relacionados os principais procedimentos que realizamos para tratar esse principal assunto de auditoria:

- Avaliamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à realização do teste de adequação de passivos e à mensuração das provisões técnicas. Isto incluiu controles relativos a (1) o desenvolvimento e a aprovação das metodologias atuariais e premissas relacionadas a longevidade, persistência, taxas de desconto e expectativa de sinistros; e (2) a revisão e aprovação dos cálculos para mensuração das provisões técnicas.
- Envolvimento de profissionais com conhecimentos específicos atuariais que auxiliaram nos seguintes aspectos:
  I. na avaliação das metodologias utilizadas na realização do teste de adequação de passivos e na mensuração das provisões técnicas mencionadas acima mediante a comparação com práticas de mercado;
  II. na avaliação das premissas relacionadas a longevidade, persistência, taxas de desconto e expectativa de sinistros utilizadas na realização do teste de adequação de passivos e na mensuração das provisões técnicas, por meio de comparação com as práticas utilizadas pelo mercado e as informações históricas do Bradesco;
  III. na realização de testes, por meio de amostragem, da exatidão matemática do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas mencionadas acima, com base nas informações históricas do Bradesco, metodologias e premissas;
  IV. no desenvolvimento, por meio de amostragem, de estimativa independente de certas provisões técnicas, utilizando técnicas atuarias geralmente aceitas e premissas independentes; e
  V. na avaliação das projeções de sinistros realizadas pelo Bradesco, por meio de comparação das estimativas históricas com os pagamentos subsequentes realizados.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência, no contexto das demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração individual do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Bradesco, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições contábeis autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Bradesco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis individuais e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração individual do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis consolidadas

O Bradesco elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis consolidadas do Banco Bradesco S.A. e suas controladas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, datado de 6 de fevereiro de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A Administração do Bradesco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Bradesco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Bradesco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Bradesco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Bradesco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Bradesco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Bradesco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2024

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Aos Conselheiros de Administração da ORGANIZAÇÃO BRADESCO

1. APRESENTAÇÃO

1.1. O ambiente Macroeconômico e as Prioridades do COAUD no Exercicio Social findo em 31 de dezembro de 2023

Os ambientes macroeconômicos doméstico e internacional desafiadores marcaram o ano de 2023. A propósito, o Banco Central do Brasil (Bacen) destacou, no Relatório de Inflação[1] de dezembro de 2023, que o ambiente externo segue volátil, diante dos efeitos geopolíticos e consequente incerteza quanto a perspectiva de crescimento global, mesmo diante das evidencias de que a atividade global e o emprego continuam resilientes. Ainda, o Bacen chamou a atenção de que, apesar da continuidade do processo de desinflação em diversos países, os índices seguem elevados e acima das metas perseguidas pelas autoridades monetárias, culminando com a manutenção de juros em patamares elevados por período mais longo do que o antecipado pelos participantes do mercado.

[1] Banco Central do Brasil - Relatório de Inflação - Volume 24, Número 4, Dezembro 2022. https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202312/ri202312p.pdf.

Adicionalmente, o ambiente macroeconômico externo adverso foi ainda marcado, no primeiro semestre de 2023, pelo estresse envolvendo bancos pequenos e médios nos EUA (com destaque para o Silicon Valley Bank, o Signature Bank, o Silvergate, e o First Republic Bank) e na Europa (que culminou com a aquisição emergencial do Credit Suisse pelo UBS Group, no maior acordo desde a crise financeira global de 2008).

No mencionando Relatório de Inflação, o Bacen destacou ainda que, diante da permanência dos núcleos de inflação em níveis elevados, os bancos centrais continuam a perseguir a convergência das taxas de inflação para as metas, e tal cenário exige cautela dos países emergentes.

Em tal ambiente de deterioração das perspectivas de crescimento da economia global, o Bacen afirmava que continuaria "vigilante e atuante", com postura contracionista justificada pela inflação "mais persistente que o antecipado", pelo ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mais moderado ao final de 2022, que corroborava com o cenário de desaceleração para 2023, e pelo aumento da aversão a risco.

De fato, ao longo do primeiro semestre de 2023, a política monetária conduzida pelo Bacen manteve a postura restritiva observada ao longo de 2022, sem redução da taxa de juros vigente em dezembro de 2022 (13,75% a.a.), apesar de revisões positivas para o crescimento do ano de 2023 e dos indícios de recuperação da economia brasileira, incluindo a queda consistente dos índices inflacionários no período.

No entanto, ao longo do segundo semestre de 2023, o Comitê de Política Monetária do Bacen (COPOM) reduziu seguidamente a taxa básica de juros, estabelecida em 11,75% a.a. em 31 de dezembro de 2023, tendo em conta a evolução do processo de desinflação, o cenário macroeconômico, e o balanço de riscos, entre outros elementos. Ainda assim, o COPOM destacou a necessidade de perseverar com uma política monetária contracionista até que se consolide o processo de desinflação, antevendo a manutenção de reduções da taxa na mesma magnitude (0,50% a.a.) nas reuniões ao longo de 2024, ritmo considerado apropriado, a depender da evolução da dinâmica inflacionária.

Como destacou o Bacen no referido Relatório de Inflação de dezembro de 2023, a atividade econômica no cenário doméstico ao longo do exercício repercutiu no desempenho do setor agropecuário. Considerando os indicadores disponíveis (3º trimestre de 2023), o Bacen elevou a projeção de crescimento do PIB de 2023 para 3,0%, mesmo com expectativa de desempenho moderado da atividade econômica no quarto trimestre de 2023. Considerando os dados divulgados até novembro, a inflação acumulada em doze meses medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) continuou recuando, sendo a expectativa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ajustada para 4,6% em 2023, diante da meta de 3,25% definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Quanto ao mercado de crédito, cujo ritmo de crescimento no SFN continuou desacelerando, ao longo do exercício de 2023, o Bacen destacou que a "perda de dinamismo" é compatível com o ciclo de atividade econômica e o processo de distensão da política monetária. As taxas de juros permanecem em patamares elevados, apesar de redução constatada mais recentemente, e as novas concessões crescem discretamente após a desaceleração verificada no primeiro semestre, em decorrência de "eventos que aumentaram a aversão ao risco", e o aumento da inadimplência de "Forma disseminada".

Em tal cenário, o crescimento do saldo de operações de crédito no exercício aumentou apenas "discretamente", principalmente resultado dos gastos com cartão de crédito à vista e de contratações em programas oficiais, como o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade garantia (PEAC-FGI). Praticamente em todas as demais modalidades foi observado o recuo nas contratações de crédito no sistema financeiro.

A propósito, o Bacen destacou que a Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito (PTC), conduzida pelo órgão em setembro de 2023[2], indicou que as condições de oferta de crédito serão mais flexíveis a partir do 4º trimestre do ano, com a demanda em níveis positivos para todos os segmentos e redução nas taxas de juros, com inadimplência estável. A mesma pesquisa, realizada em abril de 2023, confirmou que os padrões de concessão de crédito foram "endurecidos" e a oferta de crédito permanecia restritiva, principalmente no segmento de crédito livre. Em vista de tais aspectos, a projeção de crescimento nominal do saldo de operações de crédito no ano, que era de 7,7% em junho de 2023, foi ajustada para 6,8%, menos da metade da alta de 14%[3] ocorrida em 2022 (16,3% em 2021).

[2] https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/ptc/202309/RelatorioPTC-Setembro2023.pdf; ex

[3] Conforme o Relatório Estatísticas Monetárias e de Crédito, do Bacen, divulgado em 27 de janeiro de 2023.

No âmbito regulatório, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) continua experimentando período de significativas demandas e requisitos que impactam diversas áreas da Organização Bradesco (Banco Bradesco e Empresas Ligadas), tais como tecnologia da informação, nova legislação na área de câmbio e capitais internacionais, integração ampla dos riscos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG, ou ESG na sua expressão em inglês) na estrutura de gestão integrada de riscos (com foco particularmente no Risco Climático), obrigatoriedade de divulgações específicas em notas explicativas às Demonstrações Financeiras, e avanço na adoção completa das Normas Internacionais de Informação Financeira - NIIF (IFRS, na sua expressão em inglês) para todas as instituições subordinadas à supervisão do Bacen (atualmente a exigência se aplica apenas às Demonstrações Financeiras Consolidadas).

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Nesse contexto, o Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD ou Comitê) da Organização Bradesco, vigilante às suas atribuições e responsabilidades, tendo em conta o ambiente macroeconômico e regulatório em constante e significativa transformação, tem dedicado atenção especial aos novos desafios, riscos e prioridades estratégicas da Organização, bem como ao acompanhamento dos avanços e aprimoramentos na governança e sistemas de gestão de riscos e de controles internos associados às principais operações e produtos. Focado na supervisão da integridade das Demonstrações Financeiras e controles internos a elas relacionados, na eficácia da Auditoria Interna (AIGL) e na qualidade e independência da Auditoria Independente (KPMG), o Comitê prioriza a transparência, particularmente em relação às decisões estratégicas e aos seus reflexos na posição econômico-financeira e nos resultados, desenvolvendo seus trabalhos em parceria com a Diretoria Executiva, a Auditoria Independente e a Auditoria Interna.

No Exercício Social de 2023, o COAUD dedicou significativa parcela do seu tempo para entender e avaliar os efeitos do ambiente macroeconômico, do ciclo da política monetária e da taxa básica de juros nos negócios e resultados da Organização Bradesco, com especial atenção à inadimplência e à consequente constituição de provisões para perdas com operações de crédito, à mensuração dos instrumentos financeiros, às premissas, julgamentos e modelos relacionados a componentes relevantes das Demonstrações Financeiras - como valor recuperável de créditos tributários e ágios, provisões e passivos contingentes, às divulgações contábeis requeridas relacionadas aos componentes significativos dessas Demonstrações Financeiras, e os efeitos de mudanças regulatórias no ambiente de controles internos.

Para obter uma melhor compreensão dos principais aspectos relativos à governança, gestão de riscos e controles internos, e para acompanhar os desafios enfrentados pela Organização Bradesco, o Comitê se reuniu regularmente com os executivos responsáveis pela gestão do Banco Bradesco e do Grupo Bradesco Seguros (GBS), com destaque para interações frequentes com o Departamento de Controle Integrado de Riscos (DCIR), o Departamento de *Compliance*, Conduta e Ética (DCCE), a Auditoria Interna (AIGL) - acompanhando a execução do seu Plano de Trabalho conforme aprovado pelo COAUD, e os comitês de auditoria da Bradseg e da Bradesco Saúde.

Adicionalmente, ao longo do primeiro semestre de 2023, o COAUD recebeu atualizações regulares do sócio responsável pela Auditoria Independente da Organização Bradesco sobre o progresso do trabalho em relação ao planejamento de auditoria, com foco em eventuais riscos novos e emergentes identificados para o período e nos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs). A KPMG Auditores Independentes (KPMG) continua a desafiar a administração nas questões mais relevantes e a fornecer opinião independente ao COAUD sobre julgamentos de questões financeiras materiais e o ambiente de controles internos.

1.2. O Comitê de Auditoria Estatuário na Organização Bradesco

Órgão de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Organização Bradesco, o COAUD é estruturado nos termos da Resolução nº 4.910, de 2021, do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Resolução nº 23, de 2021, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e demais regulamentações aplicáveis, entre as quais a Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das S.A.), e a Lei *Sarbanes-Oxley*, cuja observância é requerida para as Companhias registradas na *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC) e listadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE).

O COAUD é composto por 1 (um) Conselheiro de Administração, que é o Coordenador, e 3 (três) outros Membros, sendo 1 (um) deles qualificado como especialista financeiro. Todos os Membros atendem aos critérios de independência estabelecidos na regulamentação vigente e suas competências, conhecimento, habilidades e experiência são relevantes, compatíveis e adequadas ao segmento em que a Organização Bradesco atua.

O objetivo principal do COAUD é assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco, e na indicação da Auditoria Independente. No exercício de suas atribuições, o Comitê atua principalmente sobre (i) a qualidade, transparência e integridade das Demonstrações Financeiras - Individual e Consolidada; (ii) a efetividade dos controles internos para a mitigação dos riscos em processos relevantes a elas associados; e (iii) a asseguração da independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria realiza reuniões trimestrais com o Conselho de Administração e semestrais com o Conselho Fiscal, ocasião em que apresenta o resultado dos trabalhos de suas atividades.

A composição atual do COAUD é a seguinte:

Nome	Membro desde
Alexandre da Silva Glüher (Coordenador)	Maio de 2020
Amaro Luiz de Oliveira Gomes (especialista financeiro)	Março de 2021
José Luis Elias	Março de 2019
Paulo Ricardo Satyro Bianchini	Novembro de 2018

O senhor Amaro Gomes, tendo em conta seu conhecimento, competências, habilidades e experiência em contabilidade, auditoria e regulação do mercado financeiro, bem como os diversos cargos de liderança que ocupou em organizações onde tais atributos profissionais era requisito essencial, inclusive no âmbito internacional, é membro qualificado especialista financeiro, nos termos do art. 9º da Resolução CMN nº 4.910, de 2021, do art. 31-C da Resolução CVM nº 23, de 2021, e da seção 407 da Lei *Sarbanes-Oxley*.

2. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

2.1. Comitê de Auditoria Estatutário

O Regimento Interno detalhando as atribuições do COAUD está disponível no *site* www.bradesco.com.br/ri, área de Governança Corporativa. Em essência, a principal atribuição do Comitê é assessorar o Conselho de Administração no monitoramento, avaliação e revisão:

- Das responsabilidades da Diretoria Executiva para garantir:
  - A existência e funcionamento de sistema de controles internos eficaz e estruturado para proteger os ativos e as receitas da Organização, e para a elaboração das Demonstrações Financeiras;
  - A integridade das Demonstrações Financeiras Individual e Consolidada da Organização Bradesco, com atenção aos julgamentos e premissas contábeis significativos, bem como dos Relatórios da Administração e quaisquer anúncios formais e informações requeridas pelos reguladores e a elas relacionados; e
  - A conformidade (*compliance*) com os padrões éticos, políticas, planos e procedimentos da Organização, bem como com leis e regulamentos.
- Da qualificação, independência e desempenho da Auditoria Independente, incluindo responsáveis pela auditoria atuarial, bem como o relacionamento com os mesmos;
- Da independência, desempenho, capacitação e eficácia da Auditoria Interna; e
- Da eficácia das políticas e procedimentos para recepção e tratamento de informações e denúncias acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Organização Bradesco.

Mensalmente, o COAUD elabora Relatório com os principais assuntos tratados em reuniões, onde são registradas suas recomendações e acompanhamentos de adequação, melhorias de processos e controles, instrumento disponibilizado no Portal de Governança para conhecimento dos Membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, por intermédio do seu Coordenador, mantém o Conselho de Administração regularmente informado acerca dos assuntos relevantes associados às atribuições do Comitê, em especial aqueles diretamente relacionados às Demonstrações Financeiras.

2.2. Administração da Organização Bradesco

A Administração é responsável:

- Pela definição e implementação de processos e procedimentos que visam a coletar dados para a elaboração das Demonstrações Financeiras, com observância da legislação societária, das práticas contábeis adotadas no Brasil, das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), dos atos normativos pertinentes do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e, pelo Banco Bradesco ser listado na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), das normas estabelecidas pela SEC e pela Lei *Sarbanes-Oxley* (SOx);
- Pela elaboração das Demonstrações Financeiras de forma íntegra, gestão dos riscos, manutenção de sistema de controles internos efetivo, e por zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares; e
- Pelos processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a eliminação ou redução, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco.

2.3. Auditoria Independente

A KPMG é a responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras semestrais e anuais, e pela revisão das Informações Trimestrais (ITRs), emitindo relatórios que refletem o resultado de suas verificações e apresentando a sua opinião independente a respeito da fidedignidade dessas Demonstrações em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, emitidas pelo IASB, além da aderência às normas do CMN, da CVM, do Bacen, preceitos da legislação societária brasileira e regulamentação norte-americana aplicável ao Banco Bradesco.

2.4. Auditoria Interna

Diretamente subordinada ao Conselho de Administração, a Auditoria Interna atua de forma independente e objetiva - livre de qualquer interferência quanto à questões de auditoria, seleção, escopo, procedimentos, frequência, tempo ou conteúdo do relatório - na avaliação dos controles internos e processos voltados para a eficácia operacional da Organização Bradesco. Mediante o uso de bases estatísticas e modelos, a Auditoria Interna prioriza as áreas e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis às operações e à estratégia, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles pertinentes, exercendo papel fundamental para auxiliar a administração na sua responsabilidade de proteger os ativos, a reputação e a sustentabilidade da Organização. De acordo com a regulamentação vigente e com o Regimento Interno, o COAUD e o Conselho de Administração têm a responsabilidade pela aprovação do Regimento Interno, do Plano de Trabalho e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna.

2.5. Monitoramentos de Riscos - Controles Internos

O Departamento de Controle Integrado de Riscos (DCIR), vinculado à Vice-Presidência de Riscos, é responsável por fortalecer a visão corporativa dos riscos, através da identificação, avaliação, monitoramento e gestão de riscos, em articulação com as diversas áreas e empresas da Organização Bradesco. Também responde o DCIR, de modo independente das áreas comerciais, pela Área Corporativa do Sistema de Controles Internos.

2.6. *Compliance*

O Departamento de *Compliance*, Conduta e Ética (DCCE), vinculado à Vice-Presidência de Riscos, apoia o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva na coordenação do Programa de Conduta Corporativa (*Compliance*), que consiste na conformidade com leis e regulamentos internos e externos, alinhado com a estratégia da Organização Bradesco e seu entorno social. Adicionalmente, responde pela elaboração de normas internas e pelo subsídio às áreas no cumprimento dos temas relacionados à integridade, conflito de interesses, ética, e condutas - corporativa, concorrencial e anticorrupção.

2.7. Ouvidorias - Serviço de Atendimento ao Consumidor

As Ouvidorias do Banco Bradesco e do Grupo Bradesco Seguros têm a competência de acompanhar o desempenho da Organização nos *Rankings* de Reclamações, reportando os principais eventos e contribuindo com recomendações para aprimoramentos e modificações de práticas e rotinas para atendimento das expectativas dos clientes e usuários. Para garantir o resultado e estimular a melhoria contínua dos processos, produtos e serviços, as Ouvidorias interagem com as Dependências e Empresas Ligadas, além de atuarem no relacionamento com órgãos reguladores e de proteção e defesa do consumidor. O Comitê de Auditoria mantém reuniões semestrais com a Ouvidoria (Banco Bradesco e Grupo Bradesco Seguros, neste caso através dos comitês de auditoria da Bradseg e do Bradesco Saúde) para conhecimento da natureza dos registros e acompanhamento da implementação de recomendações.

3. COMO O COAUD EXERCEU SUAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Preliminarmente, observamos que no Capítulo 4 - Principais atividades e temas significativos considerados pelo COAUD, deste Relatório, são apresentados maiores detalhes dos trabalhos desenvolvidos. Neste capítulo apresentamos um panorama geral com o objetivo de destacar alguns aspectos relevantes.

Considerando o ambiente macroeconômico e as prioridades do COAUD para o Exercício Social de 2023, destacados na introdução deste Relatório, bem como a estratégia da Organização Bradesco, o Comitê dedicou atenção à informações sobre (i) os efeitos diretos e indiretos nos resultados das operações; (ii) riscos e incertezas e o impacto nos julgamentos, premissas e estimativas atuais e futuras relativas às informações contábeis, em particular provisões e valorização de ativos financeiros; (iii) os efeitos no capital econômico e regulatório e o impacto na liquidez; e (iv) procedimentos de revisão e conclusões da Auditoria Independente e da Auditoria Interna, e demais linhas de defesa.

Em particular, o COAUD intensificou o acompanhamento das premissas, modelos e julgamentos relativos ao risco de crédito, principalmente quanto à adequação dos parâmetros utilizados para desenvolver e calibrar os modelos de provisionamento, tendo em conta os dados históricos e a experiência recente. Adicionalmente, outras áreas de julgamentos contábeis significativos que demandaram atenção incluíram a mensuração de instrumentos financeiros, a avaliação do valor recuperável de ativos, a análise dos passivos contingentes, os investimentos em empresas ligadas e as provisões constituídas no Grupo Bradesco Seguros.

A Auditoria Independente compartilhou regularmente seus pontos de vista sobre a razoabilidade das premissas utilizadas nos modelos adotados, considerando o ambiente macroeconômico no desenho, implementação e operação dos controles relacionados a esses e a outros temas considerados pertinentes.

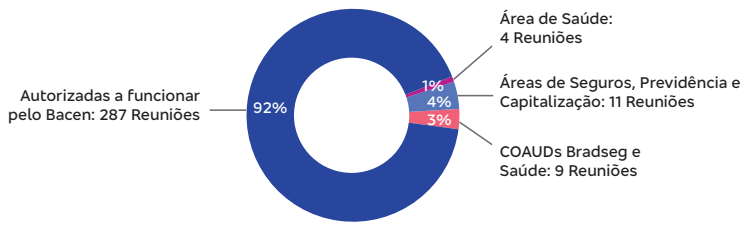
3.1. Reuniões e Capacitação

Com observância ao seu planejamento anual, o COAUD realizou reuniões (devidamente formalizadas em Atas, conforme requerido pela regulamentação vigente) com os representantes das áreas responsáveis pelos processos contábeis, financeiros, tributários e trabalhistas, assim como no acompanhamento pelas 2ª e 3ª Linhas de Defesa, no âmbito da abordagem dos riscos e controles internos, e recebeu regularmente os Relatório Gerenciais de "Acompanhamento das Operações de Crédito e Inadimplência", "Riscos de Mercado e de Liquidez e Limites", e da Comissão de Avaliação de Pendências Regulatórias e Auditoria Externa (CAPRAE).

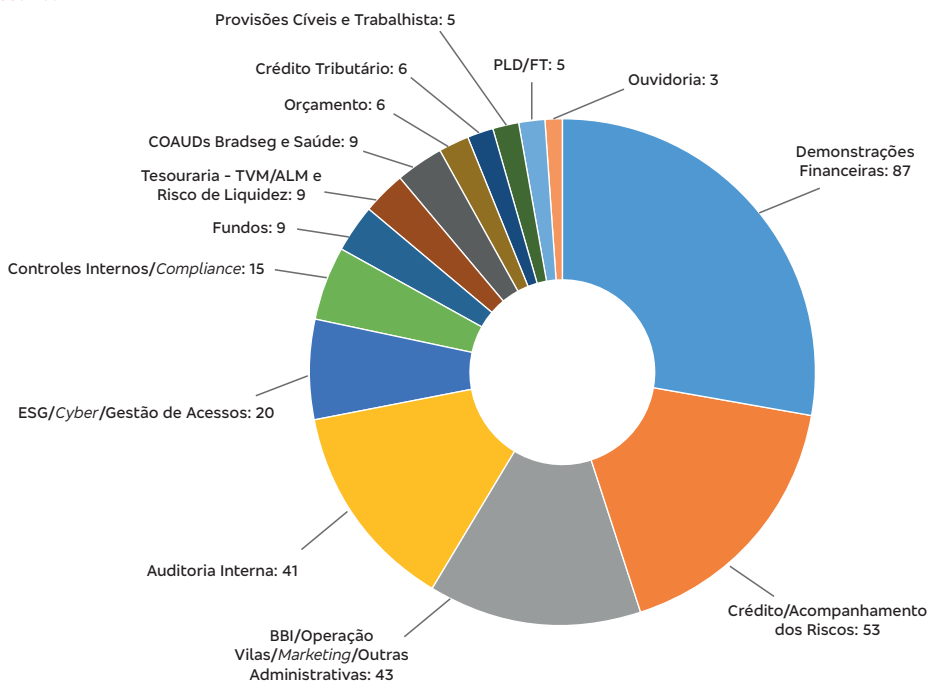
No Exercício Social de 2023 o Comitê participou de 311 reuniões, destacando-se aquelas com o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, os Executivos das áreas de Negócios, de Tecnologia da Informação, de Gestão de Riscos, de Controle Interno, de *Compliance*, Auditoria Independente, Auditoria Interna, e o Banco Central do Brasil (Bacen). Nessas ocasiões, o COAUD recebeu atualizações sobre assuntos relevantes e acompanhou, principalmente, as ações compromissadas e prioritárias estabelecidas pelo Comitê; o apetite e a abordagem à gestão de riscos, incluindo riscos emergentes; a segurança cibernética; o uso de nuvem (*cloud*); Sustentabilidade (ESG), com foco em impactos das mudanças climáticas e dos requisitos regulatórios do Bacen, CVM e SEC; prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo; conduta e tratamento de clientes potencialmente vulneráveis; governança; e o aprimoramento e desenvolvimento de modelos.

A seguir apresentamos o sumário das reuniões realizadas:

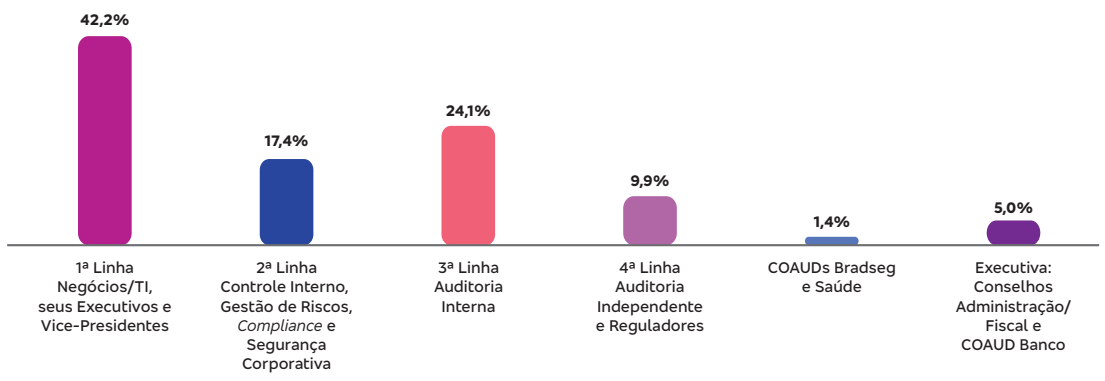
Por Instituições



Por Assunto



Por Linha de Defesa



No âmbito da Educação Continuada o Comitê de Auditoria participa regularmente de atividades de capacitação.

3.2. Revisão das Demonstrações Financeiras

A revisão das Demonstrações Financeiras pelo COAUD durante o Exercício Social de 2023 incluiu o Relatório Trimestral (ITR) para as datas-bases de 31/03/2023 e 30/09/2023, o Relatório Semestral para a data-base de 30/06/2023, e o Relatório Anual para a data-base de 31/12/2023. É de responsabilidade da Administração a elaboração das Demonstrações Financeiras - Individual e Consolidada - da Organização Bradesco completas e exatas, apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sejam estabelecidas pelo Bacen e/ou emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendadas pela CVM, e com as IFRS, emitidas pelo IASB, que devem ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM.

Como parte dessa revisão, o COAUD avaliou a aplicação de políticas contábeis críticas, julgamentos contábeis e premissas significativas, e a conformidade com os requerimentos de divulgação, para garantir que fossem consistentes, apropriados e aceitáveis, de acordo com os requisitos relevantes para a elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras. O Comitê discutiu com as áreas técnicas e considerou as métricas de desempenho relacionadas às prioridades estratégicas, de modo a acompanhar a evolução no período e identificar os principais aspectos a influenciar a consecução das metas orçamentárias, bem como analisar se foram apresentadas de forma equilibrada e refletissem os riscos e incertezas de forma adequada.

Adicionalmente, o COAUD avaliou a eficácia do sistema de controles internos relacionado à elaboração das Demonstrações Financeiras, com atenção e avaliação crítica das alterações, aprimoramentos e quaisquer desenvolvimentos que o afetem. O Comitê recebeu atualizações e confirmações regulares de que a Administração havia adotado, ou estava adotando, as ações necessárias para remediar eventuais falhas ou fragilidades importantes para os processos e controles operacionais identificadas através da operação da estrutura de controles da Organização Bradesco. Os procedimentos adotados nas linhas de defesa para identificar, monitorar, avaliar e mitigar impactos potencialmente relevantes foram regularmente reportados ao COAUD.

Finalmente, o COAUD dedicou atenção particular aos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) indicados pela Auditoria Independente por ocasião da emissão do seu Relatório e publicação das Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhando as discussões mais relevantes com as áreas responsáveis e a equipe de auditores independentes.

3.3. O COAUD e a Auditoria Independente

A KPMG é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco, exercendo essa função desde 2011. O COAUD apresentou ao Conselho de Administração a sua recomendação pela permanência da KPMG para a prestação de serviços de auditoria independente para os exercícios sociais de 2024 e 2025.

3.4.1. Planejamento da Auditoria Independente e Execução dos Trabalhos

O COAUD revisou a abordagem e estratégia da Auditoria Independente para a auditoria no exercício 2023, discutindo com a KPMG o escopo geral e o planejamento dos trabalhos, a estratégia para riscos significativos identificados, a natureza e extensão da capacitação da equipe de auditores e o uso de especialistas (tecnologia da informação, atuária, finanças corporativas, tributação) necessários para realizar a auditoria planejada na Organização Bradesco. Ao longo do Exercício Social de 2023 o COAUD recebeu atualizações regulares da KPMG sobre os avanços do processo de auditoria, apresentadas pelo sócio responsável e sua equipe sênior, com o objetivo de acompanhar o tratamento das questões de contabilidade e seus impactos nas Demonstrações Financeiras e demais relatórios relacionados ao sistema de controles internos e Principais Assuntos de Auditoria (PAAs). O COAUD deu ênfase às ações tomadas pela KPMG em relação aos PAAs apontados em seu Relatório relativo à data-base de 31/12/2022, bem como àqueles identificados no planejamento de auditoria para o exercício de 2023, discutindo-os desde o planejamento e ao longo do exercício.

No Exercício Social de 2023, o COAUD avaliou regularmente a eficácia, o desempenho e a independência da KPMG, focando no processo geral de auditoria e na qualidade dos resultados. A KPMG destacou a continuidade do investimento em recursos adicionais e novas tecnologias para o aprimoramento contínuo da qualidade e consistência na prestação de serviços de auditoria.

O Comitê, ao tomar conhecimento de pontos relevantes envolvendo a avaliação dos sistemas contábil e de controles internos, identificados em conexão com os exames das Demonstrações Financeiras, acompanha as implementações das respectivas recomendações para o aprimoramento de processos, sistemas e mitigação de riscos.

A KPMG apresentou tempestivamente ao Comitê os resultados e principais conclusões dos trabalhos de auditoria realizados ao longo do Exercício Social de 2023.

3.4.2. Realização de "Outros Serviços" pela Auditoria Independente

O Comitê de Auditoria é responsável por avaliar as propostas técnicas e monitorar a realização de "Outros Serviços" pela KPMG. Tais serviços, não relacionados com a Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras, são executados de acordo com a política de independência do auditor, de forma a garantir que não representam conflito de interesses. A aprovação pelo COAUD ocorre somente após consideração dos requisitos de independência e avaliação dos melhores interesses da Organização Bradesco para contratar a KPMG para a realização de tais serviços, incluindo aspectos como trabalho intimamente relacionado àquele realizado para fins de auditoria independente; serviços que demandem a obtenção de evidência de auditoria apropriada para expressar uma conclusão destinada a aumentar o grau de confiança dos auditores; ou para averiguação de controles internos em complemento ao escopo normal dos trabalhos de auditoria independente.

"Outros Serviços" realizados pela KPMG no Exercício Social de 2023:

- Bradesco Europa (Aditivo - *Long-Form Report*);
- Bradesco Bank (*Tax Compliance*);
- Banco Bradesco - (ECF);
- Banco Bradesco - (Treinamento);
- Bradesco Europa - (Asseguração);
- Banco Bradesco e Grupo Bradesco Seguros - (Relatórios - Gestão e Engajamento ESG, Anual de Sustentabilidade);
- Mediservice Operadora de Planos de Saúde e Bradesco Saúde - Operadora de Planos (Fator de Ponderação de Riscos/Outros);
- Bradesco Europa - (Atendimento Regulatório - Relatório de Asseguração);
- Banco Digio - (Asseguração Razoável - Atendimento ao Regulamento Operacional C3 - Registradora);
- Bradesco Saúde - (*Due diligence*);
- Bradesco e Ágora Corretora - (Laudos contábeis);
- Odontoprev - (Tax de *Compliance*); e,
- Bradescard México - (Asseguração).

O COAUD não identificou razões objetivas para caracterizar conflitos de interesse, risco de perda de independência ou de objetividade na realização dos "Outros Serviços" pela KPMG. A avaliação da independência da KPMG considerou também a situação pessoal e a relação financeira que o auditor (sócio responsável e demais integrantes da equipe de profissionais envolvidos com a realização da auditoria) têm com a Organização Bradesco, analisando as possíveis ameaças e estabelecendo as medidas necessárias para solução.

Com base no planejamento apresentado pela KPMG e nas discussões subsequentes sobre os resultados dos trabalhos, o Comitê considera que os trabalhos desenvolvidos foram adequados aos negócios da Organização Bradesco.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf

Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

3.5. O COAUD e a Auditoria Interna

Para permitir um efetivo e adequado acompanhamento das atividades realizadas pela Auditoria Interna, em aderência ao seu Regimento Interno e regulamentação vigentes, o COAUD aprova o Plano de Auditoria Anual e eventuais atualizações relevantes promovidas ao longo do exercício social. Além do foco contínuo nos requisitos da legislação e regulamentação em vigor, o COAUD atentou para a inclusão no escopo da Auditoria Interna de questões relacionadas à estratégia, governança e cultura, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, conduta no relacionamento com clientes e conformidade, resiliências - financeira e operacional.

Os resultados do trabalho da Auditoria Interna, juntamente com a avaliação da governança geral, gestão de riscos e estrutura de controle e processos são regularmente relatados ao COAUD, em reuniões e por meio de relatórios e súmulas executivas, destacando os principais temas identificados, cobertura de auditoria e trabalhos desenvolvidos, proporcionando visão independente de riscos emergentes e impactos nos negócios.

Ao tomar conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações da Auditoria Interna, o Comitê acompanha o estabelecimento de calendário adequado para remediar as questões indicadas, de responsabilidade da Diretoria Executiva, e monitora a sua execução, acompanhando as providências saneadoras adotadas pela Administração junto as áreas auditadas.

A Auditoria Interna mantém estreita relação de trabalho com a Auditoria Independente, que é informada das atividades e resultados dos trabalhos da Auditoria Interna, e tem acesso a todos os relatórios e registros de suporte.

Anualmente, a função da Auditoria Interna é submetida a processo de avaliação técnica conduzido pelo COAUD, cujos resultados são discutidos com a Diretoria da Auditoria Interna. Essa avaliação é um dos itens importantes na manutenção do Programa de Certificação de Qualidade do *The Institute of Internal Auditors* (IIA), que visa a melhoria contínua da gestão dos processos da área e a adoção das melhores práticas (metodologias, ferramentas e gestão). A avaliação da auditoria interna referente ao Exercício Social de 2023 foi conduzida pelo COAUD e será apresentada ao Conselho de Administração por ocasião da apresentação do Relatório Anual das atividades da auditoria interna.

Ressaltamos que a Auditoria Interna tem respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria e às necessidades e exigências da Organização Bradesco e dos órgãos reguladores.

4. PRINCIPAIS ATIVIDADES E TEMAS SIGNIFICATIVOS CONSIDERADOS PELO COAUD

4.1. Visão Geral

O COAUD trabalhou em estreita colaboração com o Departamento de Controle Integrado de Riscos (DCIR) e o Departamento de *Compliance*, Conduta e Ética (DCCE), bem como outros departamentos da Organização Bradesco, para monitorar a observância dos procedimentos para gerenciar riscos e a estrutura de controle interno, bem como para garantir que as áreas de responsabilidade comum foram tratadas apropriadamente nas agendas das reuniões com o Comitê ou em discussões com o Coordenador do COAUD, com o objetivo de aprimorar a conectividade, coordenação e fluxo de informações, e dessa forma garantir uma compreensão mais profunda dos principais temas.

Entre os principais aspectos discutidos destacaram-se a responsabilidade pela identificação, mensuração, monitoramento, mitigação e supervisão dos controles e riscos, e a comunicação aos níveis adequados da administração mediante a elaboração de relatórios regulares, tempestivos e completos. Nessas reuniões, o COAUD objetivou ainda identificar e discutir prioridades mútuas, melhorias e programas de remediação, e questões futuras em relação à gestão de riscos e controles internos, tendo como base a Matriz de Riscos Corporativos (Biblioteca de Riscos).

O COAUD tem acesso a todas as Matrizes de Riscos das dependências da Organização Bradesco, possibilitando acompanhar os riscos altos e muito altos tratados em cada Matriz, fortalecendo a visão tempestiva das operações *versus* controles *versus* riscos.

4.2. Detalhamento das Principais Atividades e Temas Significativos

O Programa de Trabalho do Comitê de Auditoria para o Exercício Social de 2023 teve como foco os principais processos, riscos e produtos inerentes aos negócios da Organização Bradesco. Destacamos a seguir os aspectos mais relevantes:

Atribuição/Área	Principais Temas Abordados e Ações do COAUD
Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco (Banco Bradesco e Empresas Ligadas)	
Revisão das Demonstrações Financeiras, Inclusive Notas Explicativas, Relatórios da Administração e do Auditor Independente	**Principais Políticas Contábeis, Práticas e Critérios Gerais Adotados:** • Discussão com a Contadoria Geral (CG), Controladoria, Controle Integrado de Riscos (DCIR), Grupo Bradesco Seguros, Auditoria Interna (AIGL) e Auditoria Independente (KPMG); e • Avaliação criteriosa das políticas contábeis mais significativas, considerando a regulamentação vigente no Brasil, editadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e requeridas pelas autoridades reguladoras - Banco Central do Brasil (Bacen), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Agência Nacional de Saúde (ANS) - e as IFRS promulgadas pelo IASB. **Preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas:** Revisão dos procedimentos para a elaboração e divulgação de acordo com as IFRS promulgadas pelo IASB; **Ambiente Macroeconômico no Brasil:** Especial atenção para avaliar como a Administração abordou e refletiu as questões decorrentes do ambiente macroeconômico e os impactos na Organização Bradesco, nos relatórios financeiros e outras divulgações relevantes, tais como os efeitos presente e futuro e os reflexos potenciais identificados para operações e segmentos de negócio, como operações de crédito, seguros (vida e saúde) e previdência privada; **Auditoria Independente:** Reunião com a KPMG, antes das divulgações das Informações Trimestrais de 31/03/2023 e 30/09/2023, e das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2023 e ao Exercício Social findo em 31/12/2023, para avaliar os aspectos de independência dos auditores e do ambiente de controle na geração das informações divulgadas, inclusive quanto à observância da recomendação do COAUD para que as principais empresas do Conglomerado Bradesco de capital fechado e o Grupo Bradesco Seguros, que compõem as Demonstrações Financeiras Consolidadas, publiquem suas Demonstrações Financeiras em conjunto; e **Revisão das Demonstrações Financeiras - Individual e Consolidada - e Relatórios da Administração (ITRs de 31/03/2023 e 30/09/2023, Semestral de 30/06/2023 e Anual de 31/12/2023):** Endossando seu conteúdo, antes da aprovação pelo Conselho de Administração e sua autorização para divulgação, garantindo a conformidade com os requisitos legais e a aplicação adequada dos princípios contábeis pertinentes, e certificando que a Auditoria Independente emitiu o seu Relatório correspondente.
Empresas Controladas	**Destaque para Atividades Relacionadas ao Grupo Bradesco Seguros e Banco Digio:** Ao longo do Exercício Social de 2023 acompanhamos os principais aspectos associados à elaboração das Demonstrações Financeiras, inclusive mediante discussões regulares com os Comitês de Auditoria do Grupo Segurador. Em tal processo o COAUD exerce suas atribuições mediante reuniões de monitoramento com os responsáveis pelos registros contábeis e requerimentos legais aplicáveis a essas organizações, bem como os auditores interno e independente. Nessas ocasiões são discutidos temas relevantes diversos de caráter operacional, legal, fiscal, tributário e de tecnologia da informação, com destaque para estrutura administrativa, estratégias, resultados, gerenciamento de riscos, controles internos, apontamentos relevantes pela auditoria interna e pontos dos auditores independentes.
Principais Políticas Contábeis, Estimativas e Julgamentos Significativos	**Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa (PDD):** O cálculo da provisão para as perdas estimadas com operações de crédito é baseado em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas e, conjugadas à experiência da Administração, objetivam refletir a expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos. Para tanto, envolve julgamentos significativos, especialmente considerando o grau de incerteza sob as condições macroeconômicas atuais. Entre os principais aspectos analisados pelo COAUD destacaram-se a redução ao valor recuperável; carteira de empréstimos e adiantamentos, incluindo avais, fianças e debêntures, com ênfase às expectativas de perdas futuras nos Portfólios Massificados e Dívida Corporativa; e parâmetros e critérios para a constituição da provisão complementar; **Avaliação de Instrumentos Financeiros:** Devido às condições de maior volatilidade no mercado, principalmente em decorrência do comportamento da inflação e expectativas quanto ao comportamento da taxa básica de juros estabelecida pelo Bacen, o COAUD discutiu periodicamente os impactos nos modelos para avaliar a carteira de investimentos (títulos disponíveis para venda e negociação) e derivativos, particularmente considerando as principais premissas, métricas e julgamentos significativos utilizados para a determinação do valor justo; **Créditos Tributários:** Atenção especial foi dada ao cálculo dos ativos fiscais diferidos e às estimativas de recuperação (realização), principalmente quanto ao ambiente macroeconômico, nos resultados futuros da Organização e nos consequentes lucros tributáveis, com base no plano de negócios e orçamentos estabelecidos pela Administração. Em particular, discutimos quanto às projeções de probabilidade e suficiência de lucros tributáveis futuros, reversões futuras de diferenças temporárias, estratégias de planejamento tributário em curso, e impactos de mudanças na legislação tributária. O COAUD também considerou os julgamentos da Administração relativos a questões fiscais em relação às quais o tratamento tributário apropriado é incerto ou sujeito a interpretação, e que estão em processo de discussão judicial e categorizados como contingentes (classificados como possíveis, e, portanto objeto somente de Nota Explicativa); **Valor Recuperável dos Ativos - Ágio (*Goodwill*) e Outros Ativos Não Financeiros:** Durante o Exercício Social de 2023 a Administração testou o valor recuperável (imparidade) do ágio (*goodwill*) e outros ativos não financeiros, com julgamentos que consideraram o crescimento de longo prazo, taxas de juros, fatores de desconto e fluxos de caixa esperados, em termos de conformidade com as normas contábeis e razoabilidade da previsão; **Provisões e Passivos Contingentes:** Processos legais e questões regulatórias - Discutimos o julgamento em relação ao reconhecimento e mensuração de provisões, bem como a existência e a avaliação quanto aos passivos contingentes. As questões que requerem julgamentos significativos foram destacadas e a avaliação do COAUD considerou a integridade da base de dados, os critérios adotados para as provisões contábeis e respectivas suficiências. O Comitê acompanha com rigor crítico os modelos e critérios adotados para a constituição de provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; **Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização:** O COAUD tomou conhecimento das premissas e julgamentos adotados pelo Grupo Bradesco Seguros (GBS) e se certificou da aderência dos processos aos requisitos estabelecidos pela Susep e ANS nas Notas Técnicas Atuariais, incluindo quanto aos Ativos Garantidores (títulos e valores mobiliários vinculados). Manteve reunião com a EY Auditoria Independente responsável pela Auditoria Atuarial no Grupo Bradesco Seguros; e **Contabilidade de Cobertura (*hedge accounting*):** Dentre os vários aspectos relacionados à contabilidade de cobertura discutidos pelo COAUD, atenção particularmente para a governança específica no processo de contratação de operações e sua classificação contábil, tendo em conta os requerimentos estabelecidos pelos órgãos reguladores e os requisitos específicos das IFRS. O COAUD discutiu as principais características das operações de cobertura registradas, a observância da governança e controles internos (incluindo documentação necessária para habilitar o reconhecimento contábil específico), as condições macroeconômicas atuais e seu impacto nas previsões de fluxo de caixa prováveis e custo das operações, e a eficácia das estruturas ao longo do horizonte coberto.
Auditoria Independente	
Planejamento e Execução da Auditoria	**Processo:** Análise e discussão detalhadas sobre o planejamento, andamento e execução do plano de auditoria; **Execução:** Obteve confirmação do auditor de que teve acesso total a todas as informações para realizar a auditoria conforme planejado; **Recomendações:** Discutiu e exerceu controle rígido sobre recomendações da Auditoria Independente e as ações necessárias para correção junto às unidades corporativas, acompanhando a implementação dos planos de ação pertinentes; **Relatórios:** Discutiu melhorias nos relatórios financeiros com base em novos padrões de contabilidade e melhores práticas; e **Revisão:** Analisou os relatórios do auditor sobre as ITRs para as datas-bases de 31/03/2023 e 30/09/2023, e sobre as Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30/06/2023 e do Exercício Social findo em 31/12/2023, antes que o Auditor Independente as apresentasse para o Conselho de Administração.
Relacionamento	O Auditor Independente participou de várias reuniões do COAUD, permitindo que o Comitê atue como um canal de comunicação entre o Auditor e o Conselho de Administração, e acompanhe o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento e execução dos respectivos trabalhos de auditoria.
Efetividade	Avaliamos o Auditor Independente e sua contribuição para a integridade das Demonstrações Financeiras em decorrência do seu trabalho.
Auditoria Interna	
Planejamento e Execução da Auditoria Interna	**Dispositivos Legais e Normativos:** Verificação do cumprimento daqueles aplicáveis à Organização Bradesco, além de regulamentos internos, no âmbito dos esforços contínuos para desenvolver, implementar, aprimorar e manter um ambiente de controle forte e adequado à estrutura, operações e riscos; **Plano de Trabalho para 2023:** Aprovação pelo COAUD previamente à submissão ao Conselho de Administração, com base em avaliação de risco abrangente, alinhamento à estratégia e demandas regulatórias; e **Execução do Plano de Auditoria:** Recepção de relatórios e reportes regulares sobre as atividades de auditoria interna no Exercício Social de 2023, permitindo ao COAUD o escrutínio adicional bem como exercer controles rígidos sobre suas recomendações e as ações necessárias para correção junto às unidades corporativas, obrigadas a apresentar planos de ação pertinentes.
Relacionamento	**Reuniões com o COAUD:** A Diretora da Auditoria Interna e outros representantes da área participaram regularmente de reuniões do COAUD quando entendido pertinente e o Comitê acompanhou o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento e execução dos respectivos trabalhos de auditoria.
Efetividade	O COAUD avalia regularmente a execução dos trabalhos da Auditoria Interna e sua contribuição para a integridade, adequação e eficácia dos sistemas de controles internos relacionados à contabilidade, contingências, riscos, financeiros e operacionais, a partir da aplicação de abordagem sistemática e disciplinada à avaliação e aprimoramento contínuo dos processos relacionados.
Estrutura	**Recursos:** Análise do orçamento da Auditoria Interna para 2023, certificando a disponibilidade de recursos humanos e materiais necessários. De particular interesse para o COAUD foram temas como desenvolvimento, capacitação e treinamento da equipe, atração e manutenção de talentos, e iniciativas digitais necessárias para o aprimoramento dos processos de trabalho.
Controles Internos e Ouvidoria	
Sistema de Controles Internos	**Sistema de Controles Internos:** O COAUD acompanhou e monitorou, em discussões regulares com o DCIR, DCCE, Segurança Corporativa, AIGL, Auditoria Independente e áreas de negócio, a atuação efetiva das 3 (três) Linhas de Defesa, focando nas atribuições e responsabilidades de cada uma na observância e no aprimoramento dos controles adotados, visando a mitigar os riscos inerentes aos processos de negócios.
Ouvidoria	**Bradesco e Grupo Bradesco Seguros:** Reuniões periódicas com os membros dos COAUDs da Bradseg e Bradesco Saúde para discutir situações específicas de reclamações catalogadas pelos diversos Canais de Denúncias, particularmente em relação a práticas negociais, conduta, financeiras, contábeis, relatórios financeiros, auditoria e controles internos. De conhecimento dos detalhes apresentados quanto aos procedimentos vigentes normatizados e os praticados em desacordo a tais orientações, foram averiguados os registros das ações encaminhadas junto aos gestores de Negócio envolvidos com o tema para regularizar tais anomalias, de sorte a permitir, corporativamente, a melhoria dos processos e o aculturamento das Áreas na comercialização de Produtos e Serviços da Organização Bradesco.
Negócios e Concorrência	
Negócios e Concorrência	**Gerenciamento das Carteiras de Crédito:** Acompanhou a evolução das diferentes carteiras de crédito. Atenção especial foi dada ao alinhamento da estratégia relacionada a Sustentabilidade (ESG) e à concessão de créditos, aos controles internos e governança, à evolução das contratações conduzidas por meio dos canais digitais e às prorrogações, renegociações, renovações, recuperações, e baixas; **Conduta, *Suitability* e Atendimento a Pessoas Potencialmente Vulneráveis:** Acompanhamento e monitoramento dos avanços nos processos voltados para observância aos requisitos regulamentares, tendo em conta contingente de clientes caracterizados como "potencialmente vulneráveis" e as demandas de natureza regulatória; **Relacionamento com Clientes:** Acompanhamento quanto ao cumprimento de normas e atendimento ao consumidor inclusive tendo em conta os temas identificados pela Ouvidoria (Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC/Ouvidoria); e **Inovação Tecnológica:** Atualizado periodicamente sobre os avanços e potenciais impactos do *Open Banking*, *Fintechs* e outras *startups*, uso de nuvem (*cloud*), *Big Data*, entre outros.
Gestão de Riscos	
Gestão de Riscos	**Coordenação com Outros Comitês:** Participou de reuniões conjuntas com o Comitê de Riscos, a área de gestão de riscos, regulamentação e *compliance*, Auditoria Interna, entre outros. Entre os tópicos discutidos destacamos o relatório sobre risco de modelo, gestão de risco do grupo, reclamações enviadas ao Canal Aberto, risco de fornecedor; **Estratégia, Estrutura e Política para Gestão de Riscos:** Acompanhamento dos trabalhos do DCIR para avaliação da aderência do sistema de controles internos e na identificação, monitoramento e gestão dos riscos mais relevantes, bem como das atividades e resultados dos trabalhos do Departamento de *Compliance*, Conduta e Ética (DCCE); **Áreas de Negócio:** Reuniões com as diversas áreas de Negócios e de Controle, e com as Auditorias Independente e Interna, para complementar as avaliações junto ao DCIR e DCCE, acompanhamento dos principais processos, e certificação quanto ao comprometimento da Administração para a mitigação dos riscos e o aperfeiçoamento contínuo dos controles internos associados; **Riscos de Mercado e Liquidez:** Acompanhamento semanal, por intermédio de relatórios elaborados pelo DCIR, dos resultados da carteira "trading" e os limites estabelecidos pela governança para *Value at Risk* (VAR), *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) e Reserva Mínima de Liquidez (RML) - Corretoras de Valores e Grupo Bradesco Seguros, bem como das principais exposições em moedas, índices e ativos, inclusive da Carteira "Banking", com correspondentes *Economic Value of Equity* (EVE); e **Risco de Crédito:** Acompanhamento mensal com o DCIR, Recuperação de Créditos e Garantias, e Concessão de Crédito, para avaliação da evolução das principais carteiras de crédito e níveis de inadimplência (pessoas físicas, pessoas jurídicas, e seus respectivos segmentos, modalidade e setor da economia). Também foram discutidas as suficiências de provisão (vide tópico específico sobre PDD), níveis de concentração e abordagens para recuperação de crédito, com ênfase nas Expectativas de Perdas Futuras em portfólios Massificados e movimentação dos *Ratings* da Dívida Corporativa.
Órgãos Reguladores (Questões Regulatórias e *Compliance*)	
Demandas e Expectativas	**Questionamentos do Bacen:** Monitoramento na elaboração das respostas e no progresso para atendimento às demandas e solução das recomendações e expectativas do Departamento de Supervisão Direta (Desup) e do Departamento de Supervisão de Conduta (Decon) relativamente à observância da regulamentação e requisitos específicos relacionados a modelos, conduta, *suitability* e pessoas potencialmente vulneráveis, relacionamento com clientes, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf

Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

	Termo de Compromisso com o Banco Central - TARIFAS: Acompanhamento pelo COAUD dos compromissos firmados no mencionado Termo, em particular considerando que: • Em setembro de 2023 a Auditoria e Inspetoria Geral - AIGL confirmou que ocorreu efetivamente a cessação dos procedimentos de cobrança conforme descritos no "Termo de Compromisso". (**1º Relatório**); • A AIGL emitiu em janeiro de 2024 Relatório Semestral (**2º Relatório**) e encaminhou ao Bacen, acerca do cumprimento das obrigações previstas nas cláusulas 2ª e 4ª e nos parágrafos 2º, 3º e 6º da claúsula oitava. Até 16/07/24 a AIGL deve efetuar nova avaliação e encaminhar o 3º Relatório ao Bacen; e • Asseguração Razoável pela Auditoria Independente contratada, com elaboração de **único Relatório** previsto para 15/09/24.
Relacionamento com Órgãos Reguladores	***Compliance*:** Análise da efetividade do DCCE e demais estruturas responsáveis por garantir o cumprimento das leis, regras e regulamentos aplicáveis aos negócios; e **Relatórios Submetidos aos Órgãos Reguladores:** O COAUD discutiu os principais elementos dos Relatórios ICAAP e de Efetividade (Circular nº 3.978), encaminhados para o Bacen, e debateu sobre a necessidade de manter foco contínuo na qualidade e confiabilidade dos relatórios regulatórios.
Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo	**Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo:** Contínuo acompanhamento quanto ao aprimoramento no gerenciamento do processo de PLD, embasado nos resultados das inspeções regulares dos órgãos internos e externos, nas melhores práticas de gestão (metodologias, ferramentas e pessoas), permitindo a atuação da Segurança Corporativa com visão centralizada de análise e despacho frente às movimentações de maior risco ocorridas nas transações de negócios e em contas correntes.
Tecnologia da Informação	
Segurança e Controles em Processos-Chave	**Implementações dos Procedimentos de Segurança no Acesso às Informações:** Bradesco e Bradesco Seguros - reuniões com o Conselho de Administração, os Departamentos gestores envolvidos no "Processo de Gestão de Acesso" e com a KPMG para acompanhar a efetividade das implementações dos procedimentos de segurança no acesso às informações (sigilosas ou não), assim como no devido encaminhamento dos sistemas departamentais para o processo de automatização, dentro da premissa custo x benefício e mitigação dos riscos de imagem e operacional; **Controles de Aplicativos e Gerais de Tecnologia da Informação:** Gerenciamento de mudanças, segurança (lógica e física), operação computacional e registro, análise e resolução de incidentes e problemas; e ***Cybersecurity*:** Contínuo acompanhamento de medidas de segurança, mitigando os riscos associados.
Desenvolvimento de Sistemas - Contadoria Geral e Controladoria	**Desenvolvimento de Sistemas para a Contadoria Geral e Controladoria:** O COAUD tem monitorado e acompanhado o impacto sobre o ambiente de risco e de controle decorrente do desenvolvimento de sistemas que vão aprimorar o processo de elaboração de Demonstrações Financeiras, centralizando a base de dados, agilizando o tempo de processamento e reduzindo o volume ajustes manuais, tanto para o Banco Bradesco como para o Consolidado. O Comitê recebeu atualizações regulares sobre o avanço no programa que são fundamentais para avaliar a adequação desses processos e os benefícios associados, tais como a agilidade, tempestividade, e fidedignidade das Demonstrações Financeiras. Adicionalmente, o COAUD solicitou que a Auditoria Independente e a Auditoria Interna incluíssem a realização de revisões específicas direcionadas na realização de seus trabalhos, abrangendo o plano de trabalho e gerenciamento das mudanças.
Temas Emergentes e Desafios Futuros com Impacto Potencial Relevante	
IFRS 9 - Contabilidade para Instrumentos Financeiros: Aspectos Operacionais, Financeiros e Tributários	**Implementação Completa do IFRS 9 - Contabilização de Instrumentos Financeiros e Tratamento Tributário:** O Comitê está monitorando o projeto de implementação, a partir de 1º de janeiro de 2025, dos requisitos da Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que, entre outros aspectos, revogou a Resolução CMN nº 2.682, de 1999, e estabeleceu novos critérios para a constituição de Provisão para Devedores Duvidosos - PDD, em conformidade com o IFRS 9 - Instrumentos Financeiros promulgado pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Oportuno observar que o IFRS 9 já é adotado integralmente, desde de janeiro de 2018, para a elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas. No entanto, a exigência do Bacen requer adaptações, ajustes e desenvolvimento de ferramentas e modelos específicos no nível individual, para todas as instituições subordinadas à supervisão daquele órgão. Em essência, o IFRS 9 requer a constituição de provisão para perdas de crédito com base em modelo de perdas esperadas, ao mesmo tempo em que amplia o escopo dos instrumentos de crédito sujeitos a constituição de provisão. Lembramos que, nos termos da Resolução nº 2.682, de 1999, somente operações de crédito, instrumentos com características de crédito, arrendamento mercantil e garantias prestadas estão sujeitas à constituição de provisão. A partir de 2025, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966, de 2021, todos os ativos financeiros, inclusive títulos e valores mobiliários, garantias prestadas, compromissos de crédito e exposições não reconhecidas em contas patrimoniais (*off-balance sheet*) devem compor a base para a constituição da provisão para perdas esperadas. Adicionalmente, a provisão passa a ser prospectiva, constituída com base no risco de crédito esperado, mensurado de acordo com a probabilidade de inadimplemento e a expectativa de recuperação do instrumento, levando em consideração as condições econômicas presentes e previsões futuras que possam afetar o risco de crédito dos instrumentos bem como o valor de garantias e colaterais vinculados a operação. O potencial impacto individual da implementação da Resolução CMN nº 4.966, de 2021, dependerá de vários fatores, tais como a qualidade da carteira de crédito, sistemas e modelos para captura do risco de crédito, comportamento da economia e segmentos em que a instituição atua, o volume das operações atualmente não consideradas para fins de constituição da PDD e o nível atual de provisão mantido pela instituição. No âmbito tributário, a Lei nº 14.467, de 2022, alterou as regras para as instituições financeiras deduzirem as perdas com operações de crédito, igualmente a partir de 2025, em alinhamento com os requisitos de provisionamento estabelecidos pela referida Resolução CMN nº 4.966, de 2021, viabilizando a manutenção do tratamento tributário (dedutibilidade e eventuais créditos tributários) das despesas decorrentes da aplicação do novo modelo.
GBS - IFRS 17 - Contabilidade para Contratos de Seguros	**Implementação da IFRS 17 - Contabilização de Contratos de Seguro:** O Comitê monitorou a implementação, pelo Grupo Bradesco Seguros - GBS, dos requerimentos estabelecidos no IFRS 17, ocorrida a partir de 1º de janeiro de 2023 para fins de elaboração de Demonstrações Financeiras Consolidadas, conforme exigência do Bacen, da CVM e da SEC (mesmo que a Susep e a ANS não estabeleçam a obrigatoriedade para fins domésticos). O COAUD continua a focar sua atenção nas implicações estratégicas potenciais, tendo em conta os requisitos do novo modelo contábil para o cálculo do passivo e para o registro de receitas, cuja experiência internacional indica serem amplas e potencialmente culminarem com impactos estratégicos no negócio de seguros. A administração do GBS apresentou regularmente detalhes sobre os impactos nas Demonstrações Financeiras. Essas discussões foram complementadas por debates com o Auditor Independente. O Comitê continuará a discutir e acompanhar junto à GBS, e em reuniões periódicas com o Auditor Independente e com a Auditoria Interna, o impacto do IFRS 17 nas Demonstrações Financeiras, bem como monitorar a evolução das divulgações do segmento nas Demonstrações Financeiras Consolidadas (em particular quanto à transparência e comunicação para os investidores).
Grupo Bradesco Seguros - Passivos em IGPM	**Descasamento de Ativos e Passivos na Bradesco Seguros:** O GBS estuda e avalia permanentemente as alternativas para a melhor opção de gestão dos passivos atrelados ao IGPM e, adicionalmente, aos contratos que contam com cláusula que permite novas contribuições por decisão unilateral dos beneficiários, o que pode elevar o descasamento hoje existente.
Sustentabilidade (ESG) e Risco Climático	O COAUD tem acompanhado e avaliado permanentemente os esforços da administração para incorporar e aprimorar relatórios de Sustentabilidade (ESG), e particularmente questões de riscos climáticos, tendo em conta que os órgãos reguladores do Brasil e dos EUA continuam a dar atenção especial ao tema. O COAUD debateu o alinhamento da estratégia da Organização Bradesco na contratação de operações de crédito e na gestão integrada de riscos, particularmente após a publicação pelo Bacen da Resolução CMN nº 4.943, que incluiu requisitos aplicáveis ao gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático na estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, e a Resolução CMN nº 4.945, com aprimoramentos da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e inovando no requerimento de divulgação de informações ao público em geral, com vigência a partir de julho de 2022 - em 22 de dezembro de 2021 foi também publicada a Resolução CVM nº 59, introduzindo inovações substanciais ao requerer informações a serem prestadas a respeito de aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa. Adicionalmente, com a promulgação pelo ISSB, em junho de 2023, de normas internacionais com recomendações para a elaboração do relatório de sustentabilidade (IFRS S1) e para divulgações relacionadas ao clima (IFRS S2), e a determinação da CVM para sua observância no Brasil (primeiro país a adotar tais normas) com a publicação da Resolução CVM nº 193, de 20 de outubro de 2023, e considerando ainda que o Bacen já estava em processo de adoção das recomendações da TCFD, com o objetivo de identificar, quantificar e divulgar tais riscos, bem como desenvolver medidas e métricas para o acompanhamento dos avanços e dos compromissos assumidos pelas organizações, o tema ganhou ainda mais relevância para acompanhamento pelo COAUD. A integração de fatores sociais, ambientais e climáticos no gerenciamento de riscos, que faz parte da estratégia da Organização, demanda acompanhamento constante do COAUD. Apesar de não identificados impactos de questões climáticas sobre as Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco, o COAUD tem avaliado junto às áreas competentes o avanço dos processos necessários para o atendimento de tais demandas regulatórias. As discussões ao longo do exercício envolveram a área de Crédito, a Bradesco Asset Management (BRAM), o DCIR, os responsáveis pela gestão da estratégia de sustentabilidade e a Controladoria e o Departamento de Sustentabilidade, responsável corporativo pela coordenação dos assuntos ESG - Ambiental, Social e de Governança.

5. CONCLUSÃO

As atividades exercidas no âmbito de gestão de riscos, *compliance*, e avaliação do sistema de controles internos corporativo estão adequadamente direcionadas, considerando o porte e complexidade da Organização Bradesco. O COAUD registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos para a garantia da eficiência das operações, das informações que geram os Relatórios Financeiros e Contábeis, bem como a observância às normas internas e externas a que se sujeitam as transações.

Relativamente às demandas do Banco Central do Brasil, o COAUD acompanha e monitora o atendimento àquelas apresentadas pelo Departamento de Supervisão de Conduta - Decon e pelo Departamento de Supervisão Direta - Desup relativas à observância da regulamentação e requisitos específicos relacionados a modelos, conduta, *suitability* e pessoas potencialmente vulneráveis, relacionamento com clientes, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (PLDFT).

O COAUD destaca a contínua melhoria nos esforços da Diretoria Executiva para atender tempestivamente, com a qualidade requerida, os requerimentos do Bacen, o comprometimento da Alta Administração ao liderar os processos necessários, patrocinando e apoiando as ações voltadas ao pleno cumprimento dos pontos e recomendações, e adoção de procedimentos operacionais e práticas contábeis em linha com a política interna e ética empresarial da Organização Bradesco.

O Comitê de Auditoria revisou com a Diretoria Executiva as Demonstrações Financeiras auditadas da Organização Bradesco, para o Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023 e discutiu com a KPMG os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) e as recomendações para aprimoramento do sistema de controles internos, incluindo gestão de riscos, governança e tecnologia da informação, bem como monitorou a execução dos trabalhos de acordo com o planejamento apresentado no início do exercício, avaliando a qualificação e independência dos auditores externos.

Relativamente aos principais itens reportados nas Demonstrações Financeiras, o COAUD, após análise e escrutínio dos relatórios apresentados pela área técnica, concordou com a conclusão da Diretoria Executiva de que:

(i) a provisão para perdas com operações de crédito é adequada, em particular face à conjuntura macroeconômica atual e às incertezas inerentes ao presente ambiente;

(ii) as previsões, estudos e expectativas de realização do ágio e dos créditos tributários, embasadas em premissas e estimativas de rentabilidade futura, suportam a recuperabilidade de tais ativos;

(iii) a avaliação dos instrumentos financeiros considerou adequadamente os eventos que pudessem culminar em revisão ou novos julgamentos significativos, considerando o ambiente macroeconômico e a característica de tais ativos, e o COAUD considerou satisfatório o tratamento contábil em relação às várias questões relacionadas à classificação nas carteiras de *Trading* e *Banking*, ao reconhecimento de receitas ou perdas, e à apresentação;

(iv) para as provisões e contingências, o COAUD certificou-se quanto à integridade das bases de dados e revisou os critérios e premissas adotados para a constituição das provisões fiscais, cíveis e trabalhistas, bem como quanto às informações disponíveis para a classificação de obrigações como "remoto", "possível" e "provável", concordando quanto ao volume de provisão constituído e que o nível das divulgações em Notas Explicativas fornecem informações adequadas aos investidores acerca dos passivos contingentes; e

(v) para o Grupo Bradesco Seguros, o COAUD confirmou que as Provisões Técnicas são aderentes às Notas Técnicas da Susep e ANS; as Provisões Técnicas Complementares relacionadas ao descasamento de ativos e passivos em IGPM; os ativos garantidores vinculados às Reservas Técnicas (TVM e Outros Ativos) foram avaliados corretamente, com base em procedimentos tecnicamente recomendados e requeridos pelos órgãos reguladores.

O COAUD acompanha os estudos em andamento relativos à gestão de passivos atrelados ao IGPM, e monitora o projeto em desenvolvimento para a implementação da IFRS 9 - Contabilidade para Instrumentos Financeiros, focando na transição e nas implicações estratégicas.

Dado o presente ambiente macroeconômico, o COAUD se concentrou na capacidade da Organização em manter fortes controles internos no contexto dos desafios trazidos.

Tendo em conta as tratativas com a Diretoria Executiva e a KPMG e considerando os processos subjacentes utilizados para preparar os relatórios financeiros, o COAUD entende que as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023 estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de forma compreensível, fornecendo aos acionistas as informações necessárias para a avaliação da posição financeira e do desempenho da Organização Bradesco, bem como dos aspectos relevantes do seu modelo de negócio, estratégia e riscos, e recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das citadas Demonstrações Financeiras.

6. PRIORIDADES DO COAUD PARA O EXERCÍCIO DE 2024

O ambiente macroeconômico no Brasil continua a apresentar desafios importantes, principalmente em decorrência do comportamento da inflação, de preocupações com a manutenção do equilíbrio fiscal, e da evolução da taxa básica de juros pelo Bacen, que apesar das reduções ocorridas ao longo do segundo semestre de 2023, ainda indica a manutenção de política monetária restritiva ao longo do exercício de 2024, objetivando o atingimento da meta de inflação estabelecida pelo CMN.

Além dos temas relevantes objeto de acompanhamento, o COAUD continuará a monitorar os impactos das mudanças no ambiente macroeconômico, particularmente nos processos necessários para a observância dos requisitos do IFRS 9 para o cálculo da perda esperada para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a implementação de mudanças regulatórias em grande escala, como as relativas a ESG, e em particular as demandas do Bacen quanto ao risco climático, a adoção integral do IFRS 9 para todos os instrumentos financeiros e o tratamento tributário e de capital regulamentar e a evolução das atividades dos controles internos do Grupo Bradesco Seguros (GBS).

Nesse contexto, o foco do COAUD continuará nos impactos no resultado (performance) da Organização Bradesco, no ambiente de riscos e controles internos, e nos modelos utilizados para a análise e cálculo da provisão para perdas com operações de crédito e para a avaliação de ativos e passivos. O Comitê discutirá cuidadosamente os principais julgamentos e premissas em relação aos cenários econômicos futuros, a razoabilidade das ponderações e julgamentos, e o impacto nas Demonstrações Financeiras e divulgações pertinentes.

Entre as ações específicas, o COAUD continuará a (i) aprimorar a comunicação com os comitês de auditoria das empresas controladas para garantir que haja um compartilhamento eficaz de conhecimentos, preocupações e respectivas soluções; (ii) monitorar a execução do Plano Anual da Auditoria Interna e do plano de trabalho da Auditoria Independente, para a consideração de ajustes necessários em virtude da evolução dos efeitos da pandemia, incluindo os riscos diretamente associados ao evento e a gestão desses riscos; (iii) buscar coordenação adequada com outros comitês do Conselho de Administração, especialmente o Comitê de Supervisão de Risco, Regulamentação e Conformidade; (iv) garantir a eficácia do Comitê, levando em consideração quaisquer áreas de melhoria e permitindo tempo suficiente para um debate de qualidade sobre os principais tópicos e questões identificados pela Auditoria Independente e Auditoria Interna.

Adicionalmente, o COAUD concentrará esforços para compreender os impactos dos novos modelos negócios e concorrentes (Fintechs), da transformação digital no sistema bancário brasileiro e da evolução tecnológica digital (uso de Cloud e novos canais), sobretudo nos aspectos de atendimento às demandas do mercado (alinhadas à estratégia de Clientecentrismo) e do Banco Central do Brasil nas questões de conduta (Atendimento a clientes, Clientes potencialmente vulneráveis, e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo), e foco na capacitação do quadro de funcionários, em especial aqueles envolvidos com as áreas de controle, riscos e auditoria interna, a fim de resguardar essas atividades e garantir a sua efetividade.

No âmbito da evolução tecnológica, tópico que tem demandado a atenção do Comitê diz respeito aos processos, riscos, controles, governança e oportunidades decorrentes do uso de Inteligência Artificial (AI) e *machine learning* (ML) como fundamentais em várias áreas da Organização, viabilizando o desempenho de atividades com maior precisão, rapidez eficiência, entre outros atributos. Além da automação de tarefas operacionais, o uso de AI tende a disseminar significativa e rapidamente para ações como detecção de fraudes e transações suspeitas de lavagem de dinheiro, prevenção de ataques cibernéticos, *compliance*, simulações, suporte à tomada de decisões e gestão de riscos, entre outros.

Finalmente, considerando as crescentes expectativas relacionadas a Sustentabilidade (ESG), com a aceleração no estabelecimento de requerimentos padronizados para divulgação promulgados pelo *International Sustainability Standards Board* - ISSB, impostos pelos reguladores (Resoluções CMN nºs 4.943, 4.944, e 4.945, de 2021, que tratam de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, Resolução CVM nº 59, e Circular SUSEP nº 666, de 2022), os requisitos relacionados à gestão de riscos e comunicações ao público em geral relativas a ESG evoluirão e aumentarão rapidamente.

Diante das informações atuais, o COAUD mantém-se atento aos eventuais impactos decorrentes dos temas ESG nas Demonstrações Financeiras e ambiente de riscos. No entanto, considerando o interesse particular dos reguladores e investidores, o Comitê continuará a acompanhar os aprimoramentos na qualidade dos dados, controles internos, processos, governança e divulgação nas Demonstrações Financeiras, bem como o papel da Auditoria Independente e da Auditoria Interna.

Nesse contexto, manterá o monitoramento do cenário de relatórios de Sustentabilidade (ESG) e avaliará as implicações para a Organização, incluindo a comunicação com as partes interessadas.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 6 de fevereiro de 2024.

COMITÊ DE AUDITORIA

ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER
(Coordenador)

AMARO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES
(Especialista Financeiro)

PAULO RICARDO SATYRO BIANCHINI
(Membro)

JOSÉ LUIS ELIAS
(Membro)

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 09/02/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP DISCLOSURE INSIGHT ACTION | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
PARECER DO CONSELHO FISCAL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1) INFORMAÇÕES GERAIS
2) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS
4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS
5) CAIXA, DISPONIBILIDADES EM BANCO E EQUIVALENTES DE CAIXA
6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO
7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES
9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO
10) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
11) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES
12) ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA
13) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E *JOINT VENTURE*
14) IMOBILIZADO DE USO
15) ATIVOS INTANGÍVEIS E ÁGIO
16) OUTROS ATIVOS
17) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
18) RECURSOS DE CLIENTES
19) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS
20) DÍVIDAS SUBORDINADAS
21) CONTRATOS DE SEGUROS
22) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES
23) OUTROS PASSIVOS
24) ITENS NÃO REGISTRADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL
25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
26) LUCRO POR AÇÃO
27) RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS
28) RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSÕES
29) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO
30) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES
31) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA
32) RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA
33) DESPESAS DE PESSOAL
34) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS
35) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO
36) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS
37) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
38) SEGMENTOS OPERACIONAIS
39) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
40) GERENCIAMENTO DE RISCOS
41) PLANOS FECHADOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
42) OUTRAS INFORMAÇÕES

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	Nota	2023	2022
Caixa e Disponibilidades em Bancos	5	151.053.972	122.521.755
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	6a	387.598.377	301.899.028
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	8	212.849.606	215.588.278
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado			
- Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras, Líquido de Provisão para Perdas	10	205.102.659	122.488.329
- Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, Líquido de Provisão para Perdas	11	579.501.819	602.418.607
- Títulos e Valores Mobiliários, Líquido de Provisão para Perdas	9	175.207.077	211.611.074
- Outros Ativos Financeiros	16	56.958.860	65.705.559
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	12	1.328.530	1.236.931
Investimentos em Coligadas e *Joint Ventures*	13	9.616.840	8.970.513
Imobilizado de Uso	14	11.118.009	11.971.122
Ativos Intangíveis e Ágio	15	22.107.146	18.799.813
Impostos a Compensar		12.964.018	14.440.840
Impostos Diferidos	37	92.518.924	84.214.585
Outros Ativos	16	9.597.412	10.422.358
Total do Ativo		**1.927.523.249**	**1.792.288.792**

Passivo	Nota	2023	2022
Passivos ao Custo Amortizado			
- Recursos de Instituições Financeiras	17	323.422.783	281.948.038
- Recursos de Clientes	18	621.934.680	590.682.206
- Recursos de Emissão de Títulos	19	244.966.258	222.257.328
- Dívidas Subordinadas	20	50.337.854	52.241.332
- Outros Passivos Financeiros	23	82.619.532	92.556.433
Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	6c	15.542.220	13.341.324
Provisão para Perda Esperada			
- Compromissos de Empréstimos	11	2.274.316	2.997.091
- Garantias Financeiras	11	1.202.614	1.768.949
Passivos de Contratos de Seguros	21	344.792.222	304.755.965
Outras Provisões		22.337.844	22.647.973
Impostos Correntes		1.546.656	1.593.037
Impostos Diferidos	37c	1.607.527	1.633.292
Outros Passivos	23	47.924.619	43.854.987
Total do Passivo		**1.760.509.125**	**1.632.277.955**
Patrimônio Líquido	25		
Capital Social		87.100.000	87.100.000
Ações em Tesouraria		-	(224.377)
Reservas de Capital		35.973	35.973
Reservas de Lucros		76.730.043	73.143.422
Capital Integralizado Adicional		70.496	70.496
Outros Resultados Abrangentes		3.159.773	(718.287)
Lucros/Prejuízos Acumulados		(765.320)	127.704
Patrimônio Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores		**166.330.965**	**159.534.931**
Participação de Acionistas Não Controladores		**683.159**	**475.906**
Total do Patrimônio Líquido		**167.014.124**	**160.010.837**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.927.523.249**	**1.792.288.792**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	2023	2022	2021
Receita de Juros e Similares		211.458.474	200.613.185	138.223.346
Despesa de Juros e Similares		(156.376.055)	(130.801.913)	(55.121.323)
Resultado Líquido de Juros	27	**55.082.419**	**69.811.272**	**83.102.023**
Resultado Líquido de Serviços e Comissões	28	**26.956.763**	**27.124.120**	**26.033.007**
Ganhos/(Perdas) Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	29	10.895.796	819.355	(11.272.790)
Ganhos/(Perdas) Líquidos de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		1.841.022	2.663.816	(1.081.393)
Ganhos/(Perdas) Líquidos de Operações em Moeda Estrangeira		262.501	1.816.918	(425.732)
Resultado de Seguros e Previdência	32	5.235.711	4.032.326	6.073.461
- Receita de Seguros e Previdência		51.252.827	44.245.342	76.221.161
- Despesa de Seguros e Previdência		(46.017.116)	(40.213.016)	(70.147.700)
Receitas Operacionais		**18.235.030**	**9.332.415**	**(6.706.454)**
Perda Esperada de Empréstimos e Adiantamentos	11	(30.176.989)	(26.346.068)	(9.358.234)
Perda Esperada com Demais Ativos Financeiros	8 e 9	(1.940.035)	2.579.233	(255.975)
Despesas de Pessoal	33	(20.814.458)	(19.889.052)	(20.013.692)
Outras Despesas Administrativas	34	(16.286.260)	(16.574.610)	(15.993.155)
Depreciação e Amortização	35	(6.025.244)	(5.306.442)	(5.772.900)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	36	(16.924.556)	(17.465.184)	(18.603.757)
Despesas Operacionais		**(92.167.542)**	**(83.002.123)**	**(69.997.713)**
Resultado antes dos Impostos e Participações em Coligadas		**8.106.670**	**23.265.684**	**32.430.863**
Resultado de Participação em Coligadas e *Joint Ventures*	13	2.101.681	1.355.926	421.504
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**10.208.351**	**24.621.610**	**32.852.367**
Imposto de Renda e Contribuição Social	37	4.294.414	(3.164.840)	(9.471.563)
Lucro Líquido do Período		**14.502.765**	**21.456.770**	**23.380.804**
Atribuível aos Acionistas:				
Controladores		14.251.329	21.223.264	23.172.322
Não Controladores		251.436	233.506	208.482
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R$ por ação):				
- Lucro por Ação Ordinária	26	1,27	1,89	2,07
- Lucro por Ação Preferencial	26	1,41	2,09	2,27

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	2023	2022	2021
Lucro Líquido do Período/Exercício		**14.502.765**	**21.456.770**	**23.380.804**
Itens que podem ser Reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada				
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes				
- Ganhos/(Perdas) Não Realizados		7.174.835	(5.720.405)	(13.601.053)
- Ganhos/(Perdas) Transferidos para o Resultado	30	1.841.022	2.663.816	(1.081.393)
- Efeito dos Impostos		(3.713.554)	1.359.598	6.045.476
Ganhos/(Perdas) Não Realizados com *Hedge*	7			
- *Hedge* de Fluxo de Caixa		738.831	545.684	(1.962.706)
- *Hedge* de Investimento no Exterior		(5.799)	142.459	(224.055)
- Efeito dos Impostos		(343.838)	(330.046)	1.021.384
Ajuste de Conversão de Subsidiária no Exterior				
Variação Cambial de Conversão de Subsidiária no Exterior		11.915	(75.132)	(19.107)
Itens que não podem ser Reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada				
Ganhos/(Perdas) em Instrumentos Patrimoniais ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(956.499)	(1.255.620)	1.080.075
Efeito dos Impostos		331.966	455.199	(441.363)
Outros		(1.200.819)	2.501.729	73.830
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro Líquido		**3.878.060**	**287.282**	**(9.108.912)**
Resultado Abrangente do Período/Exercício		**18.380.825**	**21.744.052**	**14.271.892**
Atribuível aos Acionistas:				
Controladores		18.129.389	21.510.546	14.063.410
Não Controladores		251.436	233.506	208.482

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Capital Integralizado Adicional	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	Participação dos Acionistas Não Controladores	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**79.100.000**	**(440.514)**	**35.973**	**10.450.722**	**48.534.307**	**70.496**	**8.103.343**	**(234.109)**	**145.620.218**	**497.156**	**146.117.374**
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	23.172.322	23.172.322	208.482	23.380.804
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	(9.163.635)	-	(9.163.635)	-	(9.163.635)
Ajuste de Conversão de Moeda de Subsidiária no Exterior	-	-	-	-	-	-	(19.107)	-	(19.107)	-	(19.107)
Outros	-	-	-	-	-	-	73.830	-	73.830	-	73.830
Lucro Abrangente	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(9.108.912)**	**23.172.322**	**14.063.410**	**208.482**	**14.271.892**
Aumento de Capital com Reservas	4.000.000	-	-	-	(4.000.000)	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	1.097.285	11.608.314	-	-	(12.705.599)	-	-	-
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	440.514	-	-	(440.514)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	(666.702)	-	-	-	-	-	-	(666.702)	-	(666.702)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(9.240.089)	(9.240.089)	(253.768)	(9.493.857)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**83.100.000**	**(666.702)**	**35.973**	**11.548.007**	**55.702.107**	**70.496**	**(1.005.569)**	**992.525**	**149.776.837**	**451.870**	**150.228.707**
Adoção da IFRS 17	-	-	-	-	-	-	-	(1.219.698)	(1.219.698)	-	(1.219.698)
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**83.100.000**	**(666.702)**	**35.973**	**11.548.007**	**55.702.107**	**70.496**	**(1.005.569)**	**(227.173)**	**148.557.139**	**451.870**	**149.009.009**
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	21.223.264	21.223.264	233.506	21.456.770
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	(2.139.315)	-	(2.139.315)	-	(2.139.315)
Ajuste de Conversão de Moeda de Subsidiária no Exterior	-	-	-	-	-	-	(75.132)	-	(75.132)	-	(75.132)
Outros	-	-	-	-	-	-	2.501.729	-	2.501.729	-	2.501.729
Lucro Abrangente	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**287.282**	**21.223.264**	**21.510.546**	**233.506**	**21.744.052**
Aumento de Capital com Reservas	4.000.000	-	-	-	(4.000.000)	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	1.036.608	9.523.402	-	-	(10.560.010)	-	-	-
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	666.702	-	-	(666.702)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	(224.377)	-	-	-	-	-	-	(224.377)	-	(224.377)
Variação de Contratos de Seguros Onerosos	-	-	-	-	-	-	-	(136.215)	(136.215)	-	(136.215)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(10.172.162)	(10.172.162)	(209.470)	(10.381.632)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**87.100.000**	**(224.377)**	**35.973**	**12.584.615**	**60.558.807**	**70.496**	**(718.287)**	**127.704**	**159.534.931**	**475.906**	**160.010.837**
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	14.251.329	14.251.329	251.436	14.502.765
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	5.066.964	-	5.066.964	-	5.066.964
Ajuste de Conversão de Moeda de Subsidiária no Exterior	-	-	-	-	-	-	11.915	-	11.915	-	11.915
Outros	-	-	-	-	-	-	(1.200.819)	143.763	(1.057.056)	-	(1.057.056)
Lucro Abrangente	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.878.060**	**14.395.092**	**18.273.152**	**251.436**	**18.524.588**
Aumento de Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.183)	(23.183)
Constituição de Reservas	-	-	-	756.090	3.054.908	-	-	(3.810.998)	-	-	-
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	224.377	-	-	(224.377)	-	-	-	-	-	-
Variação de Contratos de Seguros Onerosos	-	-	-	-	-	-	-	(166.314)	(166.314)	-	(166.314)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(11.310.804)	(11.310.804)	(21.000)	(11.331.804)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**87.100.000**	**-**	**35.973**	**13.340.705**	**63.389.338**	**70.496**	**3.159.773**	**(765.320)**	**166.330.965**	**683.159**	**167.014.124**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf

Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2023	2022
Atividades Operacionais:		
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**10.208.351**	**24.621.610**
Ajustes para Reconciliar o Resultado antes da Tributação ao Caixa Líquido das Atividades Operacionais:		
Perda Esperada de Empréstimos e Adiantamentos	30.176.989	26.346.068
Mudança nos Passivos de Contratos de Seguros que Não Afetam Caixa	42.456.177	38.731.599
(Ganhos)/Perdas Realizados Líquidos nos Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(1.841.022)	(2.663.816)
Despesas com Provisões e Passivos Contingentes	6.339.505	2.874.896
(Ganhos)/Perdas por Redução ao Valor Recuperável de Ativos	1.940.035	(2.579.233)
Depreciação	2.626.085	2.530.910
Amortização de Ativos Intangíveis	3.894.031	3.132.310
Resultado de Participação em Coligadas e *Joint Ventures*	(2.101.681)	(1.355.926)
(Ganhos)/Perdas na Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	(69.294)	(228.130)
(Ganhos)/Perdas na Alienação do Imobilizado de Uso, Líquido	(139.024)	(12.649)
(Ganhos)/Perdas na Venda de Investimentos em Coligadas	14.350	(422.188)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	(239.325)	(892.293)
(Aumento)/Redução nas Variações em Ativos	**(280.034.814)**	**(175.496.682)**
Depósitos Compulsórios no Banco Central	(15.544.506)	(6.654.728)
Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras	(35.005.630)	8.415.276
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	(111.830.757)	(163.343.243)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	(85.699.349)	34.661.937
Outros Ativos	(31.954.572)	(48.575.924)
(Redução)/Aumento nas Variações em Passivos	**180.319.296**	**115.428.891**
Recursos de Instituições Financeiras	79.263.662	32.797.532
Recursos de Clientes	82.532.445	62.058.049
Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	2.200.896	(923.959)
Passivos de Contratos de Seguros	(2.419.920)	(8.963.117)
Outras Provisões	(6.649.634)	(5.763.542)
Outros Passivos	25.391.847	36.223.928
Caixa Gerado pelas Operações	**(6.450.341)**	**30.015.367**
Juros Recebidos	102.617.786	101.166.625
Juros Pagos	(88.961.324)	(72.121.352)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(7.383.749)	(9.292.937)
Caixa Líquido Proveniente de/(Aplicado em) Atividades Operacionais	**(177.628)**	**49.767.703**
Atividades de Investimento:		
(Aquisição) de Subsidiárias, Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa Pagos	(84.767)	(623.966)
(Aquisição) de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(61.444.346)	(164.290.603)
Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	112.549.913	105.001.290
Vencimento de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	41.071.327	69.244.651
(Aquisição) de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(47.841.394)	(70.238.580)
Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	640.484	442.888
(Aquisição) de Investimentos em Coligadas	(14.333)	-
Alienação de Investimentos em Coligadas	-	61.970
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	978.932	720.069
(Aquisição) de Imobilizado de Uso	(1.953.063)	(2.440.639)
Alienação de Imobilizado de Uso	1.350.060	596.414
(Aquisição) de Ativos Intangíveis	(7.187.567)	(6.971.601)
Juros Recebidos	45.540.986	50.719.425
Caixa Líquido Proveniente de/(Aplicado em) Atividades de Investimento	**83.606.232**	**(17.778.682)**
Atividades de Financiamento:		
Recursos de Emissão de Títulos	105.259.934	101.692.599
Pagamento de Recursos de Emissão de Títulos	(87.026.367)	(55.588.276)
Emissão de Dívidas Subordinadas	1.129.800	9.796.000
Pagamento de Dívidas Subordinadas	(3.569.094)	(13.431.393)
Pagamento de Arrendamento	(1.665.781)	(1.916.000)
Participação dos Acionistas Não Controladores	(44.182)	(209.470)
Juros Pagos	(28.219.163)	(14.544.532)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	(8.927.917)	(3.656.763)
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	(224.377)
Caixa Líquido Proveniente de/(Aplicado em) Atividades de Financiamento	**(23.062.770)**	**21.917.788**
(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**60.365.834**	**53.906.809**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Período	126.185.421	71.386.319
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	239.325	892.293
No Encerramento do Período	186.790.580	126.185.421
(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**60.365.834**	**53.906.809**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1) INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco Bradesco S.A. (o "Bradesco", o "Banco", a "Companhia" ou a "Organização") é uma companhia aberta constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil.

O Bradesco é um banco múltiplo, presente em todos os municípios brasileiros, constituído nos termos da regulamentação bancária brasileira, operando principalmente em dois segmentos: financeiro e seguros. O segmento financeiro inclui diversas áreas do setor bancário, atendendo a clientes pessoas físicas e jurídicas, atuando como banco de investimentos em operações bancárias nacionais e internacionais, administração de fundos de investimento, administração de consórcio e gestão de recursos. O segmento de seguros contempla os seguros de vida, planos de previdência complementar, saúde, acidentes e propriedades.

Os produtos bancários de varejo incluem depósitos à vista, em poupança, a prazo, fundos mútuos, serviço de câmbio e diversas operações de crédito, inclusive cheque especial, cartões de crédito e concessão de crédito com pagamento parcelado. Os serviços prestados a pessoas jurídicas incluem a administração de recursos e serviços de tesouraria, operações de câmbio, *corporate finance* e serviços de banco de investimento, operações de *hedge* e operações de financiamento, inclusive financiamento de capital de giro, arrendamento mercantil e concessão de crédito com pagamento parcelado. Esses serviços são realizados, principalmente, nos mercados locais, mas também incluem, em menor escala, serviços internacionais.

O Bradesco foi originalmente registrado na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") passando também, posteriormente, a ser registrado na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("NYSE").

As demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com as normas em IFRS, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 6 de fevereiro de 2024.

2) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas da Organização foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e da divulgação das receitas e despesas durante o exercício. As demonstrações financeiras consolidadas incluem várias estimativas e premissas, incluindo, mas não limitado à adequação da provisão para perda esperada de ativos e passivos financeiros, estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, depreciação e amortização, perdas por redução ao valor recuperável dos ativos, vida útil dos ativos intangíveis, avaliação para realização de ativos fiscais, premissas para o cálculo dos passivos de contratos de seguros, Planos de Previdência Complementar e capitalização, provisões para contingências e provisões para potenciais perdas originadas de incertezas fiscais e tributárias. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas estão divulgadas na Nota 4.

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas em todos os períodos apresentados e por todas as empresas da Organização incluindo os investimentos por equivalência patrimonial.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

Ao longo deste relatório, indicamos que certas informações estão disponíveis em diferentes *websites* operados pela Organização. Nenhuma das informações contidas nos *websites* referidos ou mencionados neste relatório faz parte ou está incorporada por referência nesse documento.

a) Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras do Bradesco e de suas controladas diretas e indiretas, incluindo os fundos de investimento exclusivos e as sociedades de propósito específico.

Destacamos as principais empresas controladas incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas:

			Em 31 de dezembro			
			Participação total		Participação total do capital votante	
	Localização da sede	Atividade	2023	2022	2023	2022
Ramo Financeiro - País						
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradescard S.A.	São Paulo - Brasil	Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BBI S.A.	São Paulo - Brasil	Banco de Investimentos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BERJ S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Losango S.A. Banco Múltiplo	Rio de Janeiro - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	São Paulo - Brasil	Adm. de Consórcios	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	São Paulo - Brasil	Arrendamento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora de Câmbio	99,97%	99,97%	99,97%	99,97%
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	São Paulo - Brasil	Adm. de Ativos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Digio S.A.	São Paulo - Brasil	Banco Digital	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (1)	São Paulo - Brasil	Adm. de Ativos	51,00%	-	51,00%	-
Tempo Serviços Ltda.	Minas Gerais - Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ramo Financeiro - Exterior						
Banco Bradesco Europa S.A. (2)	Luxembourg - Luxembourg	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. Grand Cayman Branch (2) (3)	Georgetown - Cayman Islands	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. New York Branch (2)	New York - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Inc. (2)	New York - Estados Unidos	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, UK. Limited (2)	Londres - Reino Unido	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Hong Kong Limited (2)	Hong Kong - China	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cidade Capital Markets Ltd. (2)	Georgetown - Cayman Islands	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradescard México, Sociedad de Responsabilidad Limitada (4)	Jalisco - México	Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Bank (5) (6)	Flórida - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ramo Segurador, de Previdência e de Capitalização - País						
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Capitalização S.A.	São Paulo - Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Saúde S.A.	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora/ Saúde	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Seguros S.A.	São Paulo - Brasil	Seguradora	99,96%	99,96%	99,96%	99,96%
Bradesco Vida e Previdência S.A.	São Paulo - Brasil	Previdência/ Seguradora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Odontoprev S.A. (7) (8)	São Paulo - Brasil	Saúde Dental	52,89%	51,40%	52,89%	51,40%
Ramo Segurador - Exterior						
Bradesco Argentina de Seguros S.A. (2) (7)	Buenos Aires - Argentina	Seguradora	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%
Outras Atividades - País						
Andorra Holdings S.A.	São Paulo - Brasil	*Holding*	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradseg Participações S.A.	São Paulo - Brasil	*Holding*	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradescor Corretora de Seguros Ltda.	São Paulo - Brasil	Corretora de Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Imobiliária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	São Paulo - Brasil	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Nova Paiol Participações Ltda.	São Paulo - Brasil	*Holding*	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Outras Atividades - Exterior						
Bradesco North America LLC (2) (9)	New York - Estados Unidos	Prestação de Serviços	-	100,00%	-	100,00%
Fundos de Investimento (10)						
Bradesco FI RF Crédito Privado Master	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI RF Máster II Previdência	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI RF Cred Privado Master Premium	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Priv Performance FICFI RF Cred Priv PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI RF Cred. Priv. Premium PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI RF Máster III Previdência	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Private PB FIC FI RF Cred. Priv. PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI Referenciado DI Master	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	99,38%	100,00%	99,38%	100,00%
Bradesco FIC FI RF Athenas PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI RF A PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Empresa adquirida (participação indireta) em fevereiro de 2023. Nova denominação da BV DTVM S.A. a partir de dezembro de 2023;
(2) A moeda funcional destas empresas no exterior é o Real;
(3) Está sendo consolidada a entidade de propósito específico denominada *International Diversified Payment Rights Company*, sociedade participante da operação de securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento recebidas do exterior;
(4) A moeda funcional desta empresa é o Peso Mexicano;
(5) A moeda funcional desta empresa é o Dólar;
(6) Nova denominação do Bradesco Bac Florida Bank;
(7) Informações contábeis utilizadas com defasagem de data de até 60 dias;
(8) Aumento do percentual de participação ocorreu devido ao Cancelamento de Ações em Tesouraria;
(9) Empresa encerrada em outubro de 2023; e
(10) Foram consolidados os fundos de investimento em que o Bradesco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

i. Controladas

São classificadas como controladas as empresas sobre as quais a Organização, possui o controle. A Organização possui o controle sobre a investida se estiver exposta a, ou tiver direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As subsidiárias são consolidadas em sua totalidade a partir do momento em que a Organização obtém o controle sobre as suas atividades até a data em que esse controle cesse.

Para aquisições que se enquadrem na definição de negócio, é aplicado o método do custo de aquisição. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo da contraprestação, incluindo os ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca. Ativos identificáveis adquiridos e obrigações e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente ao valor justo na data da aquisição, independentemente da extensão de qualquer participação de não controlador. A contraprestação transferida que exceder ao valor justo da participação da Organização nos ativos líquidos identificáveis e a participação dos acionistas não controladores adquiridos são registradas como ágio. Qualquer ágio resultante da combinação de negócio é testado para determinar se há alguma indicação de perdas por redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem a necessidade de redução desse valor, sendo baixado caso necessário. Se o custo da aquisição for inferior ao valor justo da participação da Organização nos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado consolidado.

Para aquisições que não se enquadrem na definição de negócio, a Organização aloca o custo entre os ativos e passivos individuais identificáveis. O custo dos ativos e passivos adquiridos é determinado: (a) pela contabilização de ativos e passivos financeiros ao seu valor justo na data da aquisição, e (b) pela alocação do saldo remanescente do custo de compra dos ativos e passivos para os ativos e passivos individuais, que não sejam instrumentos financeiros, com base no valor justo destes instrumentos na data da aquisição.

ii. Coligadas

São classificadas como coligadas todas as empresas sobre as quais a Organização possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controle. Normalmente, é presumida influência significativa quando a Organização detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo com menos de 20% do direito de voto, a Organização poderá ter uma influência significativa, através de participação na administração da investida ou participação no Conselho de Administração, com poder de voto.

Os investimentos em coligadas são registrados nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Organização pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente ao custo. As participações em coligadas incluem o ágio (líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável) identificado na aquisição.

iii. Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*)

A Organização participa de acordo contratual em que duas ou mais partes se comprometem à realização de atividade econômica, sujeita ao controle conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre uma atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle (os empreendedores). *Joint venture* é um acordo conjunto, no qual a Organização com outras partes, detentoras do controle conjunto, têm o direito dos ativos líquidos sobre o acordo firmado. Os investimentos em empreendimento controlado em conjunto são registrados nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Organização pelo método de equivalência patrimonial.

iv. Entidades estruturadas

Entidade estruturada é uma entidade que foi projetada de modo que os direitos de voto ou similares não são os fatores dominantes ao decidir quem controla a entidade, como, por exemplo, quando quaisquer direitos de voto se referem somente a tarefas administrativas, e as atividades relevantes são dirigidas por meio de acordos contratuais.

A entidade estruturada, frequentemente, contempla algumas ou todas as características ou atributos seguintes:

- atividades restritas;
- objeto social restrito e bem definido, como, por exemplo, efetuar arrendamento eficiente em termos fiscais, conduzir atividades de pesquisa e desenvolvimento, oferecer fonte de capital ou de financiamento a uma entidade ou oferecer oportunidades de investimento a investidores pela transferência aos investidores dos riscos e benefícios associados aos ativos da entidade estruturada;
- patrimônio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie suas atividades sem suporte financeiro subordinado; e
- financiamento na forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de riscos de crédito ou outros riscos (*tranches*).

v. Transações e participações de não controladores

A Organização contabiliza a parte relacionada aos acionistas não controladores dentro do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado. Nas transações de compras de participação com acionistas não controladores, a diferença entre o valor pago e a participação adquirida é registrada no patrimônio líquido. Ganhos ou perdas na venda para acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores são apresentados nas demonstrações consolidadas de resultado na rubrica de mesmo nome.

vi. Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Organização (exceto ganho e perda com variação cambial), incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as empresas, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiquem a existência de perdas por redução ao valor recuperável, que deva ser reconhecida nas Demonstrações Financeiras consolidadas. Práticas contábeis consistentes, bem como métodos de avaliação similares para transações, eventos e circunstâncias similares, são utilizadas para todas as empresas da Organização para fins de consolidação.

b) Conversão de moeda estrangeira

i. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada empresa da Organização são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário no qual a empresa atua (moeda funcional). As Demonstrações Financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda de apresentação da Organização. As subsidiárias locais e estrangeiras adotam o Real como suas moedas funcionais, exceto a subsidiária do México que adota o Peso Mexicano como moeda funcional e o Bradesco Bank cuja moeda funcional é Dólar.

ii. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, que são transações expressas ou liquidadas em moeda estrangeira, são convertidas à moeda funcional utilizando a taxa de câmbio em vigor na data da transação.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf

Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento em vigor na data do balanço. Itens não monetários mensurados pelo custo histórico denominado em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do reconhecimento inicial; ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final de cada período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado como "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira".

No caso de alterações no valor justo dos ativos monetários denominados em moeda estrangeira, classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, uma separação é efetuada entre as variações cambiais relacionadas ao custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título, exceto perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido.

iii. Empresas controladas no exterior

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos para cada balanço patrimonial consolidado apresentado são convertidos pela taxa cambial de fechamento na data de divulgação;
- As receitas e despesas para cada demonstração consolidada de resultado são convertidas em reais pelas taxas médias cambiais (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor na data da transação, caso em que as receitas e despesas são convertidas nas datas das operações); e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

As diferenças de câmbio decorrentes desse processo são alocadas no patrimônio líquido como "ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior".

Na consolidação, as diferenças de câmbio originadas na conversão do investimento líquido em empresas no exterior são classificadas em "Outros resultados abrangentes". Entretanto, se a controlada não for uma subsidiária integral, a parte proporcional de diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio líquido são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem: caixa, depósitos bancários, reserva bancária junto ao Banco Central do Brasil sem restrições e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Estes instrumentos são utilizados pela Organização para gerenciar os seus compromissos de curto prazo. Veja Nota 5(a) - Caixa e equivalentes de caixa.

d) Ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

A Organização classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Organização classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Modelo de negócio:** configura a maneira pela qual a Organização administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês *Solely Payment of Principal and Interest*). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.
- **Teste SPPI:** O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se referem à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

• Mensurados a valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado". As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em "Receita de juros e similares". Para mais detalhes sobre o tratamento de derivativos ativos, veja Nota 2(d) (iii).

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, na rubrica de "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" quando a Organização passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas originadas das variações cambiais em investimentos de títulos de dívida classificadas como VJORA são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado. Veja Nota 2(d) (viii) para mais detalhes sobre o tratamento de perdas de crédito esperada.

• Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado como "Receita de juros e similares". No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração consolidada do resultado.

ii. Passivos financeiros

A Organização classifica seus passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, exceto para os passivos financeiros para negociação.

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Organização são os instrumentos financeiros derivativos que são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

A Organização não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

Para mais detalhes sobre o tratamento de derivativos, veja Nota 2(d) (iii).

• Contratos de garantia financeira e compromissos de empréstimos

Garantias financeiras são contratos que requerem a Organização a fazer pagamentos específicos perante o detentor da garantia financeira por uma perda que ele incorreu quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida.

As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas Demonstrações Financeiras ao valor justo na data em que a garantia foi dada. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades da Organização sobre tais garantias são mensuradas pelo maior valor entre (i) o valor da provisão para perdas esperadas e (ii) o valor inicialmente reconhecido, menos, se apropriado o valor acumulado da receita da taxa de serviço. A receita de taxa de serviço financeiro é reconhecida de modo linear ao longo da garantia.

Qualquer aumento do passivo referente às garantias é reconhecido na demonstração do resultado, na rubrica "Outras receitas/(despesas) operacionais".

As perdas de crédito esperadas, referentes aos Compromissos de empréstimos, são reconhecidas no passivo e são calculadas, conforme descrito na Nota 40.2 - Risco de crédito.

iii. Instrumentos financeiros derivativos e operações de "*hedge*"

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que o respectivo contrato é celebrado e são, subsequentemente, remensurados aos seus valores justos com as variações sendo reconhecidas na demonstração do resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

Os valores justos são obtidos a partir de preços de mercado cotados em mercados ativos (por exemplo, opções negociadas em bolsa), incluindo transações recentes no mercado e técnicas de avaliação (*valuation* por exemplo, *swaps* e transações em moeda), modelos de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções, conforme apropriado. Na determinação do valor justo, são considerados os riscos de crédito da contraparte e o da própria entidade.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados, quando suas características econômicas e riscos não forem fortemente relacionados com aqueles do contrato principal e o contrato não for contabilizado pelo valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente pelos valores justos, com as alterações nos valores justos sendo incluídas na demonstração consolidada do resultado.

A Organização possui estruturas de *hegde* de fluxo de caixa, cujo objetivo é proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado à totalidade de ativo ou passivo reconhecido, ou a um componente dele. Os detalhes dessas estruturas estão apresentados na Nota 40.3 - Risco de mercado.

iv. Reconhecimento

Inicialmente, a Organização reconhece os depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados e demais ativos e passivos financeiros na data da negociação, conforme as disposições contratuais do instrumento.

v. Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. A Organização efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas. Se uma renegociação ou modificação de termos de um ativo financeiro existente for tal que os fluxos de caixa do ativo modificado sejam substancialmente diferentes daqueles do ativo original não modificado, então o ativo financeiro original é baixado e o ativo financeiro modificado é reconhecido como um novo ativo financeiro e inicialmente mensurado pelo valor justo.

vi. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são confrontados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, a Organização possui a intenção e o direito legal de compensar os valores e liquidá-los em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

vii. Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

Para outros instrumentos mais comumente tratados, a Organização utiliza modelos de avaliação conhecidos, que consideram dados observáveis no mercado, a fim de determinar o valor justo de instrumentos financeiros.

Para instrumentos mais complexos, a Organização utiliza modelos próprios, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos. Algumas informações incluídas nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivadas de preços ou taxas de mercado, ou ainda, são estimadas com base em premissas.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação podem não refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação.

Os ajustes de avaliação são registrados levando-se em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e venda, riscos de crédito e liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial. Uma descrição detalhada da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros está apresentada na Nota 40.4 - Risco de Liquidez.

viii. Perdas de créditos esperadas

A Organização avalia as perdas esperadas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais), garantias financeiras e compromissos de empréstimos.

Os instrumentos financeiros têm a mensuração da perda de crédito esperada da seguinte forma:

Ativos financeiros: é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a Organização espera reaver descontados pela taxa efetiva de juros da operação;

Garantias financeiras: é o valor presente da diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar ao detentor da garantia e os valores que a Organização espera reaver descontados a uma taxa que reflita as condições de mercado; e

Compromissos de empréstimo: é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos, caso o compromisso fosse utilizado e os fluxos de caixa que a Organização espera reaver descontados a uma taxa que reflita as condições de mercado.

As perdas de crédito esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas esperadas para a vida inteira é aplicada quando um ativo financeiro, na data de relatório, tiver aumento significativo de risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses é aplicada quando o risco de crédito não tiver aumento significativo desde o seu reconhecimento inicial. A Organização pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não aumentou significativamente quando o ativo tiver baixo risco de crédito na data do relatório.

Com relação aos Títulos Públicos, a Organização desenvolveu internamente um estudo para avaliação do risco de crédito desses títulos, que demonstra que a perda esperada é igual a zero para os próximos 12 meses, isto é, não há necessidade de provisão para perdas de crédito.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de provisões e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro garantido reflete os fluxos de caixa, que podem resultar da execução do ativo, deduzido dos custos de obtenção e venda da garantia.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar fluxos de caixa futuros são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

Após o reconhecimento da perda de crédito esperada, a receita financeira é reconhecida utilizando a taxa de juros efetiva, que foi utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros, sobre o valor contábil bruto da provisão, exceto para ativos com problema de recuperação de crédito, nos quais, a taxa mencionada é aplicada ao valor contábil líquido de provisão.

A totalidade ou a parte de um ativo financeiro, é baixada contra a respectiva perda de crédito esperada quando não há expectativa razoável de recuperação. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado.

Os critérios detalhados para cálculo da perda de crédito esperada e para determinação do aumento significativo do risco de crédito estão apresentados na Nota 40.2 - Risco de Crédito.

e) Ativos não correntes mantidos para venda

Em alguns casos, uma propriedade é reintegrada após a execução dos créditos inadimplentes. Propriedades reintegradas são mensuradas pelo valor contábil ou pelo seu valor justo deduzidos das despesas venda - o que for menor, e o montante é registrado em "Ativos não correntes mantidos para venda".

f) Imobilizado de uso

i. Reconhecimento e avaliação

Os imobilizados de uso são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (veja Nota 2(i) abaixo), quando aplicável. O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

O custo de ativos gerados internamente inclui o custo de materiais e mão de obra direta, bem como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à sua funcionalidade.

Quando as partes de um item possuem diferentes vidas úteis, e for praticável seu controle em separado, estas são contabilizadas como itens separados (principais componentes) do imobilizado de uso.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

Ganhos e perdas com a venda de imobilizado de uso são registrados, pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, na demonstração do resultado, na rubrica "Outras receitas/(despesas) operacionais".

ii. Custos subsequentes

O custo de reparo ou manutenção de um item do imobilizado de uso é reconhecido no valor do bem, quando for provável que os benefícios econômicos futuros incorporados ao bem fluam para a Organização, por mais de um ano, e o seu custo puder ser mensurado de maneira confiável. O valor contábil dos itens substituídos não é reconhecido. Demais custos de reparos e manutenção do imobilizado de uso são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o de arrendamento e sua vida útil. Terrenos não são depreciados. Vida útil e valores residuais são reavaliados a cada data do balanço e ajustados, quando aplicáveis.

g) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Podem ser decorrentes de combinações de negócios, tais como ágio e a compra de outros ativos intangíveis, ou não, como as licenças de *software* e a aquisição de direitos de exclusividade. Esses ativos são reconhecidos pelo custo. O custo de um ativo intangível, adquirido em uma combinação de negócios, é o seu valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

No geral, os ativos intangíveis identificados da Organização possuem vida útil definida. Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável (*impairment*) ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados - veja Nota 2(i) abaixo.

i. Ágio (*Goodwill*)

O ágio (ou ganho por compra vantajosa) é originado no processo de aquisição de controladas e *joint ventures* e é alocado a UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Organização, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada ou *joint venture* na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas e *joint ventures* é incluído no valor dos investimentos de coligadas. Quando a diferença, entre o custo de aquisição e a participação da Organização sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, for negativo (ganho por compra vantajosa), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente, ou sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável (veja Nota 2(i) abaixo). Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem a consideração do valor contábil do ágio em relação à entidade vendida.

ii. *Software*

Software adquirido pela Organização é registrado ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando a Organização consegue demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, e utilizar o *software* de modo a gerar benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *software* desenvolvido internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil. Os *softwares* desenvolvidos internamente são registrados pelo seu custo capitalizado, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) (veja Nota 2(i) abaixo). Gastos subsequentes com *software* são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada de um *software* varia de dois a cinco anos. A vida útil e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados, quando necessário.

iii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis referem-se, basicamente, à carteira de clientes e aquisição de direito de prestação de serviços bancários. São registrados ao custo menos amortização e as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, e amortizados pelo período no qual o ativo deverá contribuir direta ou indiretamente para o fluxo de caixa futuro.

Esses ativos intangíveis são revisados anualmente, ou sempre que ocorrer eventos ou mudanças em circunstâncias que possam indicar uma irrecuperabilidade do valor contábil dos ativos. Se necessário, sua baixa ou *impairment* (veja Nota 2(i) abaixo) é reconhecida imediatamente no resultado.

h) Arrendamento mercantil

Arrendamentos da Organização (Arrendatário)

Como arrendatário, a Organização avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Organização aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

No início de um arrendamento, a Organização reconhece um "passivo de arrendamento" para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

O prazo do arrendamento é definido como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com (i) períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (ii) períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção. A Organização possui política descritiva para os prazos de arrendamentos de Imóveis, que considera o plano de negócio e premissas da administração, opções de prorrogação e as leis e normas locais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados da data inicial, descontados pela taxa incremental aplicada a cada contrato de acordo com o prazo do arredamento.

Os pagamentos dos arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber e pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

A taxa incremental aplicada pela Organização leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo *spread* de crédito.

Subsequentemente, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os juros incidentes sobre os fluxos de pagamento, remensurado para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento e reduzido para refletir os pagamentos efetuados.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo dos contratos, considerando a taxa nominal de desconto.

Os contratos e arrendamentos de imóveis com prazo indeterminado não foram considerados no escopo da IFRS 16 - Arrendamentos, pois tratam-se de locações nas quais o contrato pode ser rescindido a qualquer momento sem multa significativa. Dessa maneira, o contrato de aluguel não foi considerado como executável.

Arrendamento de curto prazo e baixo valor

A Organização aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

i) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*), exceto imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos, que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados, no mínimo, anualmente, para a verificação da existência de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.
Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro-rata*.
Uma perda por redução ao valor recuperável em relação ao ágio não pode ser revertida. No tocante a outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de balanço para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por redução ao valor recuperável será revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável ou somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Organização tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.
Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
Passivos contingentes não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.
Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável são apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras, quando relevantes.
Obrigações legais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras.

k) Contratos de seguros
Contratos emitidos pela Organização que correspondem à definição de contratos de seguros nos termos do IFRS 17 são: contratos de seguros, contratos de resseguros cedidos e contratos de investimento com participação discricionária que sejam emitidos por uma seguradora e devem ser mensurados de acordo com o normativo IFRS 17. Um contrato de seguro é aquele em que uma parte aceita risco de seguro significativo de outra parte. O risco de seguro, conforme definido pela norma, é o risco, exceto o risco financeiro, transferido do titular de um contrato para o emissor. Um contrato de investimento com participação discricionária é um contrato segundo o qual o detentor recebe um pagamento adicional, cujo valor ou prazo fica contratualmente a critério do emissor.
A norma também define que, após classificar os contratos em seu escopo, uma entidade deve avaliar se esses contratos possuem algum derivativo embutido, componentes distintos de investimento ou um bem distinto ou serviço não relacionado a seguro. Um componente de investimento é distinto se não estiver altamente inter-relacionado com o contrato de seguro e se o titular da apólice puder comprar um contrato com termos e condições equivalentes na mesma jurisdição. Um bem ou serviço não relacionado a seguro é distinto se o titular da apólice puder se beneficiar do bem ou serviço sozinho ou em conjunto com outros recursos prontamente disponíveis para o titular da apólice.
A seguir apresentamos um resumo dos produtos da Organização que estão sob o alcance do IFRS 17:

- A carteira Vida foi dividida em três grupos: carteiras Vida Risco Curto Prazo, Vida Risco Longo Prazo e Vida Capitalização.
  - A carteira Vida Risco Curto Prazo contempla produtos com cobertura de riscos de mortalidade, incapacidade e morbilidade com uma duração máxima de três anos;
  - A carteira Vida Risco Longo Prazo contempla produtos com cobertura de riscos de mortalidade, incapacidade e morbidade. A duração desta carteira está associada à expectativa de vida dos segurados ou tem uma duração superior a três anos; e
  - A carteira Vida Capitalização contempla produtos com cobertura de riscos de mortalidade, incapacidade e morbidade, além de opções de resgate. A duração dessa carteira está associada à expectativa de vida dos segurados.
- A carteira de Previdência foi dividida em três grupos: Previdência com Benefício Definido, Previdência Tradicional e PGBL/VBGL.
  - A carteira de Previdência com Benefício Definido abrange produtos que garantem um pagamento futuro definido quando o segurado atingir a data de aposentadoria. A duração dessa carteira está associada à expectativa de vida dos segurados;
  - A carteira de Previdência Tradicional abrange produtos que garantem uma taxa de juros mínima e atualização monetária tanto no período de diferimento como no de pagamento de renda. A duração dessa carteira está associada à expectativa de vida dos segurados; e
  - A carteira PGBL/VGBL contempla produtos que garantem taxa de juros e atualização monetária apenas no período de pagamento de renda. A duração dessa carteira está associada à expectativa de vida dos segurados.
- A carteira de Saúde foi dividida em dois grupos: Saúde e Saúde Odontológica.
  - A carteira de Saúde considera produtos com cobertura completa de saúde. Estes produtos podem ser contratados individualmente (Saúde Individual) ou coletivamente (Saúde Coletiva). Os produtos individuais têm a sua duração associada à expectativa de vida dos segurados e os produtos coletivos têm uma duração máxima de dois anos;
  - A carteira de Saúde Odontológica contempla apenas produtos com cobertura de saúde Odontológica. Estes produtos podem ser contratados individualmente (Saúde Individual) ou coletivamente (Saúde Coletiva). Os produtos individuais têm a sua duração associada à expectativa de permanência dos segurados e os produtos coletivos têm uma duração máxima de três anos.
- A carteira Não Vida foi dividida em dois grupos: Não Vida Longo Prazo e Não Vida Curto Prazo.
  - A carteira Não Vida Longo Prazo inclui dois produtos: (i) seguro consórcio e (ii) seguro habitacional; e
  - A carteira Não Vida Curto Prazo inclui todos os outros produtos de seguros Não Vida, tais como (mas não limitados a): automóvel, residencial, equipamentos, responsabilidade civil.

Nível de agregação
Para fins de mensuração, o IFRS 17 exige que os contratos de seguro sejam agregados com base em riscos semelhantes que são administrados em conjunto, os quais devem ser segregados por safras (ou seja, por um intervalo máximo de 12 meses) e depois divididos em três categorias: grupos de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial, grupos de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro e um grupo de contratos remanescentes na carteira, se houver. Essas agregações são denominadas Grupos de Contratos.

Limites do contrato
De acordo com o IFRS 17, os fluxos de caixa estão dentro do limite do contrato de seguro se resultarem de direitos e obrigações existentes no período das demonstrações financeiras sob o qual a entidade pode exigir que o segurado pague prêmios ou a entidade pode ser obrigada a fornecer cobertura de seguro ao segurado. Para contratos com participação discricionária, os fluxos de caixa estão dentro do limite do contrato se resultarem da obrigação substantiva da entidade de entregar caixa em uma data presente ou futura.

Reconhecimento inicial
A Organização reconhece grupos de contratos de seguro emitidos ao ocorrer o primeiro dos seguintes eventos:

- O início do período de cobertura do grupo de contratos;
- A data de vencimento do primeiro pagamento do titular de apólice no grupo; ou
- A data quando um grupo de contratos se torna oneroso.

Novos contratos são incluídos no grupo quando atendem aos critérios de reconhecimento dentro do período das demonstrações financeiras, até o momento em que todos os contratos que se espera que sejam incluídos no grupo tenham sido reconhecidos.

Abordagem de mensuração
Para mensurar a responsabilidade pela cobertura remanescente de seus contratos de seguro, a Organização aplica o Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA), o Modelo de Taxa Variável (VFA) e o Modelo de Alocação de Prêmios (PAA), detalhados a seguir.
No Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA), os contratos de seguro emitidos são mensurados no reconhecimento inicial pelo total de: (i) fluxos de caixa futuros estimados, ajustados pelo valor do dinheiro no tempo, acrescido de ajuste de risco não financeiro; e (ii) a Margem Contratual de Seguros (CSM). A Organização aplica o Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA) às seguintes carteiras: Vida Risco Longo Prazo, Vida Capitalização, Previdência com Benefício Definido, Previdência Tradicional, Saúde Individual, Saúde Odontológico Individual e Não Vida Longo Prazo.
Como variação do Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA), o Modelo de Taxa Variável (VFA) segue os mesmos princípios do Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA), mas a mensuração posterior difere em relação à mensuração do CSM. O VFA é aplicado a contratos de participação direta que são contratos de seguros substancialmente relacionados a investimentos. Além disso, nesses tipos de contratos, a responsabilidade para com os segurados está vinculada aos itens subjacentes. 'Itens subjacentes' são definidos como "Itens que determinam alguns dos valores a pagar a um tomador de seguro". Os itens subjacentes podem incluir quaisquer itens; por exemplo, uma carteira de referência de ativos, os ativos líquidos da entidade ou um subconjunto especificado dos ativos líquidos da entidade. A metodologia foi aplicada pela Organização para a carteira PGBL/VGBL.
Além do Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA) e do Modelo de Taxa Variável (VFA), o IFRS 17 disponibiliza, como forma de simplificar o processo de mensuração, o Modelo de Alocação de Prêmios (PAA). Este modelo simplificado é aplicável a contratos com período de cobertura de um ano ou menos e contratos para os quais a Organização razoavelmente espera que a medição resultante não difira materialmente daquela sob o Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA). A Organização aplica o Modelo de Alocação de Prêmio (PAA) às carteiras Vida Risco Curto Prazo, Saúde Coletiva, Saúde Odontológica Coletiva e Não Vida Curto Prazo, por estas carteiras terem períodos de cobertura iguais ou inferiores a um ano ou terem sido submetidas a um teste de aderência realizado pela Organização para verificar se o valor do passivo desses contratos medido pelo Modelo de Alocação de Prêmio (PAA) é igual ou semelhante ao valor do passivo desses contratos medido pelo Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA).
A Organização não emite contratos de resseguro; entretanto, possui contratos cedidos a resseguradores e aplica o Método de Alocação de Prêmios - PAA para mensurar os contratos de resseguros cedidos, uma vez que têm duração menor ou igual a um ano.
A Organização mensura as responsabilidades por sinistros ocorridos utilizando uma estimativa dos fluxos de caixa de cumprimento que serão trazidos a valor presente.

Taxa de desconto
A taxa de desconto é a taxa usada para refletir o valor do dinheiro no tempo dos fluxos de caixa futuros. Pode ser construído usando uma das duas metodologias: *Top-Down* ou *Bottom-Up*. Na metodologia *Top-Down*, a taxa de desconto é derivada da Taxa Interna de Retorno (TIR) de uma carteira de ativos. Na metodologia *Bottom-Up*, o cálculo da taxa de desconto é baseado em uma taxa livre de risco. Um risco de iliquidez é adicionado à taxa livre de risco para obter a taxa de desconto final. O risco de iliquidez reflete a compensação que um investidor exigiria pelas diferenças de liquidez entre um contrato de seguros, considerando as opções de resgate, e um ativo de referência. A Organização definiu pela utilização da taxa *Bottom-Up* para todas as suas carteiras mensuradas sob o IFRS 17.
Conforme opção descrita no normativo, foi definido que o efeito das mudanças nas taxas de desconto em relação ao reconhecimento inicial e mensurações subsequentes são alocadas diretamente em seus outros resultados abrangentes.

Ajuste de risco (RA)
O Ajuste de Risco (RA) é o ajuste feito pela Organização na estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a compensação que ela exigiria para arcar com o risco da incerteza no valor e tempestividade dos fluxos de caixa decorrentes de riscos não financeiros. A Organização optou pela metodologia de custo de capital para as carteiras de Vida e Previdência, Saúde Odontológica, e para a carteira de Saúde utiliza-se a metodologia do nível de confiança. Em Não Vida, utiliza-se a metodologia de custo de capital para a Provisão de Cobertura Remanescente e metodologia de nível de confiança para a Provisão de Sinistros Incorridos.
A metodologia de custo de capital é construída com base na multiplicação do capital de risco que a obrigação de seguro exigirá dentro de seus limites por um custo de capital. O capital de risco que a obrigação de seguro exigirá dentro de seus limites é obtido por uma metodologia de aproximação que multiplica o capital de risco atual pela duração dos fluxos de caixa do seguro. O custo de capital é o retorno mínimo que os acionistas exigirão de uma carteira e é obtido por meio da metodologia *Capital Asset Pricing Model* (CAPM).
A metodologia do nível de confiança é baseada em recalcular os fluxos de caixa do contrato em um cenário de estresse definido. Nesse caso, o ajuste de risco será a diferença entre os fluxos de caixa do seguro no cenário de estresse definido e o fluxo de caixa do seguro no cenário base.
O percentil equivalente ao ajuste ao risco não financeiro é de 58% para as carteiras de Vida e Previdência. Já na carteira de Não Vida o PCR utiliza o percentil de 58% e no PSI utiliza-se o percentil de 75%.
Para cálculo do nível de confiança para a carteira da Saúde, o Grupo utiliza um modelo interno de riscos onde realiza a apuração do nível de confiança para os contratos de seguros em sua carteira, sendo 60% de percentil para a Provisão de Cobertura Remanescente e 70% de percentil para a Provisão de Sinistros Incorridos.

Alocação da margem contratual de seguros (CSM)
A Margem de Contratual de Seguros (CSM) para cada grupo de contratos de seguro é reconhecida no resultado de cada período para refletir as coberturas de seguro prestadas. O valor da Margem Contratual de Seguros (CSM) reconhecida em cada período é determinado pela identificação das unidades de cobertura, alocando a Margem Contratual de Seguros (CSM) no final do período (antes de reconhecer qualquer lançamento no resultado para refletir as coberturas prestadas naquele período), igualmente a cada unidade de cobertura prestada no período corrente e que se espera que venha a ser prestada no futuro e reconhecendo no resultado o valor alocado às unidades de cobertura prestadas no período.
Para os grupos de contratos medidos pelo Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA) e pela Abordagem da Taxa Variável (VFA), a alocação da Margem Contratual de Seguros (CSM) é calculada ao longo da vida do grupo de contratos de forma que reflita sistematicamente a transferência dos benefícios do seguro e/ou investimento ao abrigo do contrato.
A Organização aplicou julgamento e considerou todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar as coberturas de contrato de seguro prestados para cada grupo de contratos e, portanto, as unidades de cobertura.
Referente aos contratos de Vida Longo Prazo, Previdência Tradicional e contratos em fase de desacumulação o reconhecimento de CSM foi mediante a projeção do valor das provisões técnicas das carteiras de contratos de seguros. E para os contratos Previdência PGBL e VGBL foi com base na taxa de administração da carteira.
Para os ramos Não Vida, ou seja, Consórcio e Habitacional o reconhecimento da parcela da Margem Contratual de Seguros (CSM) no resultado é realizado com base na expectativa de prêmios da carteira exposta.
No caso do ramo da Saúde, no qual os contratos sujeitos ao Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA) são os da carteira individual, o reconhecimento da parcela da Margem Contratual de Seguros (CSM) no resultado é realizado com base no fluxo de pessoas expostas ao risco de saúde projetadas para períodos futuros.

Método de mensuração e avaliação dos fluxos de caixa de cumprimento
Ao estimar os fluxos de caixa de cumprimento incluídos dentro do escopo do contrato, a Organização considera o intervalo de todos os possíveis resultados de forma imparcial, especificando a quantidade de fluxos de caixa, tempo e probabilidade de cada cenário refletindo condições existentes na data de mensuração, usando uma expectativa média ponderada pela probabilidade, que representa a média de todos os cenários possíveis. Ao determinar os possíveis cenários, a Organização usa todas as informações razoáveis e suportáveis disponíveis sem custo ou esforço excessivo, que inclui informações sobre eventos passados, condições atuais e previsões futuras.
Ao estimar fluxos de caixa futuros, são incluídos os seguintes elementos dentro do limite do contrato:

- Prêmios e quaisquer fluxos de caixa adicionais resultantes desses prêmios;
- Indenizações informadas que ainda não foram pagas, indenizações ocorridas, mas ainda não relatadas, reivindicações futuras esperadas da apólice e potenciais entradas de caixa de recuperações de sinistros futuros cobertos por contratos de seguro existentes;
- Uma alocação dos fluxos de caixa de aquisição de seguros atribuíveis à carteira à qual pertence o contrato emitido;
- Uma alocação de despesas gerais fixas e variáveis diretamente atribuíveis ao cumprimento de contratos de seguro, incluindo custos indiretos, como contabilidade, recursos humanos, tecnologia da informação e suporte, depreciação do prédio, aluguel, manutenção e utilidades; e
- Outros custos especificamente imputáveis ao tomador do seguro nos termos do contrato.

As estimativas de fluxo de caixa incluem variáveis de mercado diretamente observáveis e variáveis fora do mercado, como taxas de mortalidade, taxas de acidentes, custos médios de sinistros, probabilidades de sinistros graves.
A Organização reconhece e mensura o passivo pelos valores não pagos decorrentes de todos os grupos de forma agregada e não aloca tais fluxos de caixa de cumprimento a grupos específicos.
Para o cálculo da taxa de mortalidade a ser utilizada para mensuração dos contratos de seguros, a Organização calcula a taxa de mortalidade dos referidos contratos utilizando diferentes tábuas de mortalidade. A utilização de diferentes tábuas de mortalidade tem como objetivo refletir a probabilidade de vida e morte de um determinado grupo de segurados.
Ao aplicar a tábua de mortalidade para os grupos de segurados, a entidade utiliza os parâmetros como referência para projetar a quantidade de benefícios a serem pagos aos detentores da apólice. A estimativa dos valores a serem pagos são incorporados na mensuração dos contratos de seguros da entidade.
A Organização utiliza como premissa, também, o índice de persistência para mensurar os fluxos de caixa de cumprimento. O índice de persistência tem como objetivo avaliar o tempo médio que o segurado fica vinculado ao plano até o referido cancelamento.
A Organização adota uma escolha de política contábil que calcula as mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento no final de cada período das demonstrações financeiras. Isso ocorre para mudanças em premissas não financeiras, financeiras e taxas de desconto. A Organização, primeiro calcula as mudanças nas taxas de desconto e premissas financeiras sobre os fluxos de caixa de cumprimento (conforme esperado no início do período) e, em seguida, calcula as mudanças nesses fluxos de caixa a partir da mudança nas premissas não financeiras.

Fluxo de caixa de aquisição
A Organização inclui fluxos de caixa de aquisição de seguros na mensuração de um grupo de contratos de seguros se eles são diretamente atribuíveis a contratos individuais em um grupo, ao próprio grupo ou à carteira de seguros contratos a que o grupo pertence.
Dessa forma, registra-se o reconhecimento de uma despesa referente ao fluxo de caixa de aquisição no resultado em contrapartida de um aumento no Passivo de Cobertura Remanescente (PCR) referente aos contratos de seguros.

Separação de componentes
A Organização avalia seus produtos para determinar se alguns desses componentes são distintos e precisam ser separados e contabilizados aplicando outras normas contábeis. Quando esses componentes não relacionados a seguros não são distintos, são contabilizados em conjunto com o componente de seguros aplicando o IFRS 17. A Organização avaliou os contratos no escopo do IFRS 17 e concluiu não haver componentes a serem separados.

Componentes de investimentos e ativos subjacentes
A norma define componente de investimento como o valor que o contrato de seguro exige que a entidade restitua ao titular da apólice em todas as circunstâncias, independentemente da ocorrência de um evento segurado.
A norma define, também, ativo subjacente como o item que determina alguns dos valores a pagar ao titular da apólice. Itens subjacentes podem compreender quaisquer itens; por exemplo, carteira de referência de ativos, ativos líquidos da entidade ou subconjunto específico dos ativos líquidos da entidade. A Organização possui na carteira de Previdência contratos com obrigações atreladas aos ativos subjacentes.

Receita de seguros
A Organização emite contratos de seguros e, no reconhecimento da receita proveniente desses contratos, reduz o seu Passivo de Cobertura Remanescente (PCR).
Para grupos de contratos de seguros mensurados pelo Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA) e pelo Modelo de Taxa Variável (VFA), a receita de seguros é composta pela soma das mudanças no Passivo de Cobertura Remanescente (PCR) devido a:

- Despesas com cobertura de seguros incorridas no período;
- Mudanças no ajuste de risco para risco não financeiro;
- O valor a ser liberado da Margem Contratual de Seguros (CSM) pelas coberturas prestadas no período; e
- Outros valores, como ajustes de experiência para recebimentos de prêmios relacionados ao período atual ou passado, se houver.

A receita de seguros também inclui a parcela de prêmios relacionada à recuperação dos fluxos caixa de aquisição de seguros incluídos nas despesas com cobertura de seguros em cada período. Ambos os valores são medidos de forma sistemática com base na passagem do tempo.
Ao aplicar o Modelo de Alocação de Prêmio (PAA), a Organização reconhece a receita de seguros do período com base na passagem do tempo, alocando recebimentos de prêmio esperados, incluindo ajustes de experiência nos prêmios para cada período de cobertura.

Despesas de contratos de seguros
As despesas com cobertura de seguros decorrentes de um grupo de contratos de seguros emitidos compreendem:

- Alterações no Passivo de Sinistros Incorridos (PSI) relacionadas a sinistros e despesas incorridas no período, excluindo o reembolso de componentes de investimento;
- Alterações no Passivo de Sinistros Incorridos (PSI) relacionadas a sinistros e despesas incorridas em períodos anteriores (relacionadas a coberturas passadas);
- Outras despesas de cobertura de seguro diretamente atribuíveis incorridas no período;
- Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros;
- Componente de perda de grupos onerosos de contratos inicialmente reconhecidos no período; e
- Mudanças no Passivo de Cobertura Remanescente (PCR) relacionadas a cobertura futura que não ajustam a Margem Contratual de Seguros (CSM), pois são mudanças no componente de perda nos grupos de contratos onerosos.

Receitas e despesas financeiras
A Companhia adota a segregação das receitas e despesas financeiras em observância ao parágrafo 118 do IFRS 17, sendo reconhecido na Demonstração de Resultados (DRE) o resultado de juros referente aos contratos de seguros e, em outros resultados abrangentes, o valor referente a variação nas taxas e hipóteses financeiras.
O objetivo da apresentação segregada das receitas e despesas financeiras da entidade tem como finalidade evitar maior volatidade nos resultados do período, como também mitigar as variações das provisões técnicas do IFRS 17 com as variações dos ativos financeiros registrados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, em conformidade com o IFRS 9.

l) Planos de capitalização
Os títulos de capitalização registrados em "Outros passivos" têm seus passivos financeiros e suas receitas calculadas no momento de sua emissão.
Os títulos são emitidos de acordo com os tipos de pagamentos, mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, cujo valor do depósito é capitalizado mensalmente pelo indexador Taxa Referencial - TR e por taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título e que forma o montante da rubrica de "Outros Passivos de Títulos de Capitalização".
Ainda, os beneficiários dos títulos concorrem, através de sorteios, a prêmios em dinheiro. Ao final do período de capitalização, pré-determinado quando da emissão do título, o beneficiário pode resgatar o valor nominal pago acrescido da Taxa Referencial - TR, mesmo que não tenha sido beneficiado em nenhum sorteio. Estes produtos são regulamentados pelo Órgão Regulador de seguros no Brasil, porém não atendem à definição de contrato de seguro segundo, a IFRS 17 - Contratos de Seguro e, portanto, são classificados como um passivo financeiro.
Os valores não reclamados dos planos de capitalização são desreconhecidos quando a obrigação legalmente expira, pelo fato de ser relacionado a desreconhecimento de passivo financeiro.
As despesas com colocação de títulos de capitalização são reconhecidas contabilmente quando incorridas.

m) Benefícios aos empregados
O Bradesco reconhece, prospectivamente, a condição superveniente ou deficitária de seus planos de benefícios definido e planos pós-aposentadoria como um ativo ou uma obrigação em seu balanço patrimonial, e reconhece as variações na condição financiada durante o ano em que ocorrem as variações, por meio do resultado do período.

i. Planos de contribuição definida
O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de Plano de Previdência Complementar para seus funcionários e administradores. As obrigações das contribuições para Planos de Previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando são incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Organização, na qualidade de empregadora, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

ii. Planos de benefício definido
A obrigação líquida da Organização, em relação aos planos de benefício definido, é referente exclusivamente aos planos de instituições adquiridas, e é separadamente calculada para cada plano, estimando-se o benefício definido futuro que os empregados farão jus pós-emprego no desligamento da Organização ou momento da aposentadoria.
A obrigação líquida do Bradesco para os planos de benefício definido é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.
O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado conforme requerido pela norma contábil.
As remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano diferente da expectativa (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes.
Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

iii. Benefícios rescisórios
Os benefícios rescisórios são exigíveis quando o vínculo de emprego do funcionário é rescindido pela Organização antes da data normal da aposentadoria, ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios.
Os benefícios que vencem em mais de doze meses após a data do balanço são descontados a valor presente.

iv. Benefícios de curto prazo
Benefícios como salários, contribuições para a seguridade social, licenças anuais remuneradas e licenças médicas remuneradas, participação nos lucros e bônus (quando pagáveis dentro de doze meses da data do balanço) e benefícios não monetários, tais como assistência médica, são registrados como despesa na demonstração do resultado, sem desconto ao valor presente, se a Organização tiver a obrigação legal ou construtiva de efetuar o pagamento como resultado de serviço passado realizado/efetuado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

n) Juros
As receitas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA, exceto instrumentos de patrimônio e as despesas de juros de passivos classificados ao custo amortizado são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos futuros estimados em caixa durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a Organização estima fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não perdas de crédito futuras. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos da transação, descontos ou prêmios, que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

o) Serviços e comissões
As receitas e despesas de serviços e comissões, que fazem parte e são diretamente alocáveis a taxa de juros efetiva de um ativo ou passivo financeiro, são incluídas na mensuração da taxa efetiva de juros.
As demais receitas de serviços e comissões, compostas substancialmente por taxas de manutenção de contas, taxas de administração de fundos de investimento, anuidade de cartões, tarifas de cobranças e consórcio, são reconhecidos, conforme requisitos da IFRS 15 - Receita de contratos com clientes, à medida em que as obrigações de desempenho são cumpridas. O preço é alocado à prestação de serviço mensal, sendo a receita alocada ao resultado da mesma maneira. Quando não é esperado que o compromisso de um empréstimo resulte na queda do mesmo, as taxas relacionadas ao compromisso são reconhecidas, em uma base linear ao longo do prazo do compromisso. Outras despesas com taxas e comissões são relacionadas, principalmente, com transações e taxas de serviços que são reconhecidos quando recebidos.

p) Imposto de renda e contribuição social
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP DISCLOSURE INSIGHT ACTION | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido para as empresas financeiras, equiparadas e do ramo segurador é calculada a alíquota de 15% e 9% para as demais empresas. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.
Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 ("MP"), convertida na Lei nº 14.446, em 19 de setembro de 2022, que elevou a alíquota da contribuição social sobre o Lucro Líquido dos setores segurador e financeiro em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 37 - Imposto de Renda e Contribuição Social.

q) Apresentação de relatório por segmento
As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a tomada de decisões pela Diretoria Executiva (sendo o principal tomador de decisões operacionais), que é composta pelo Diretor-Presidente, Diretores-Vice-Presidentes, Diretores Gerentes e Diretores Adjuntos. A Organização opera, principalmente, nos segmentos bancário e de seguros. As operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo, *middle market* e *corporate*, arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como *private bank*. A Organização realiza operações no setor bancário através das agências localizadas no país, das agências no exterior e por meio de empresas controladas, bem como por meio de participações em outras empresas. O segmento de seguros consiste em operações de seguros, Previdência Complementar e Capitalização, através da subsidiária Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

r) Patrimônio líquido
As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais e o direito de receber um dividendo mínimo por ação 10% (dez por cento) superior ao dividendo distribuído por ação aos detentores de ações ordinárias.

i. Custo de emissão de ações
Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, reduzido de impostos, mitigando o valor de mensuração inicial das ações.

ii. Lucro por ação
A Organização apresenta dados de lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Organização pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações adquiridas pela Organização e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

iii. Dividendos a pagar
Dividendos sobre ações são pagos e provisionados durante o exercício. Em Assembleia Geral de Acionistas, são destinados no mínimo o equivalente a 30% do Lucro Líquido Ajustado Anual, de acordo com o Estatuto Social. Dividendos que foram aprovados e declarados após a data-base das Demonstrações Financeiras, são divulgados na nota de eventos subsequentes.

iv. Transações de capital
Transações de capital são transações entre sócios, na qualidade de proprietários de um investimento. Essas transações alteram as participações societárias detidas pelo controlador em uma controlada. Desde que não haja perda de controle, a diferença entre o valor pago e o valor justo da transação é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023

Contratos no escopo do IFRS 17

Transição
Os impactos decorrentes da adoção do IFRS 17 devem ser reconhecidos retrospectivamente, com base na abordagem retrospectiva completa, a menos que isso seja impraticável, caso em que a abordagem retrospectiva modificada ou a abordagem de valor justo podem ser utilizadas. No entanto, se a entidade não tiver informações razoáveis e sustentáveis para mensurar os contratos sob a abordagem retrospectiva modificada, ela deve usar a abordagem do valor justo.
A Organização determinou que a abordagem retrospectiva completa foi adotada para contratos de seguro que serão medidos de acordo com o Modelo de Alocação de Prêmio (PAA).
Para os contratos mensurados pelo Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA), a Organização determinou que utilizará a abordagem de transição de valor justo para as safras de contratos nas carteiras: Vida Capitalização, Previdência com Benefícios Definidos, Previdência Tradicional e Não Vida Longo Prazo - Habitacional emitidos até 2017; para as carteiras de Saúde Individual e Não Vida Longo Prazo - Consórcio emitidas até 2018; para as carteiras de Vida Risco Longo Prazo até 2019 e para as carteiras de Saúde Odontológico Individual até 2020, e a abordagem de transição retrospectiva completa para essas carteiras emitidas após essas datas. Para contratos mensurados utilizando o Modelo de Taxa Variável (VFA), a abordagem de transição de valor justo é usada para as safras emitidas até 2019, e a abordagem de transição retrospectiva completa é usada para as safras de contratos emitidas após esta data. A decisão de utilizar a abordagem de valor justo foi baseada na indisponibilidade de informações na granularidade necessária para a utilização da abordagem de transição retrospectiva completa nessas carteiras.
Sob a abordagem do valor justo, a Margem Contratual de Seguros (CSM) na data de transição representa a diferença entre o valor justo determinado pela Organização e os fluxos de caixa de cumprimento, que são uma estimativa ajustada ao risco, explícita, imparcial e ponderada pela probabilidade do valor presente dos fluxos de caixa futuros que surgirão à medida que a entidade cumprir os contratos.

Redesignação de ativos
De acordo com a norma, uma empresa pode reavaliar a atual designação de seus ativos mensurados de acordo com o IFRS 9, na data de aplicação inicial do IFRS 17, caso esses ativos estejam relacionados a contratos de seguro no escopo do IFRS 17. Essa redesignação é baseada em uma mudança no modelo de negócio do ativo obtida por meio do teste de Somente Pagamento de Principal e Juros (SPPI) para proteger a empresa dos efeitos financeiros deste novo normativo.
A Organização avaliou os efeitos do IFRS 17, principalmente os relacionados a mudanças na taxa de desconto aplicada e, reavaliou seu modelo de negócios de ativos relacionados. A reavaliação decorre de uma reclassificação do modelo de negócios entre os ativos utilizados para proteger a carteira de Vida e Previdência e Saúde. Nessa reclassificação a Organização diminuiu o valor dos ativos mensurados pelo Custo Amortizado e aumentou o valor dos ativos mensurados pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA). A principal razão para esta reclassificação é a alteração na metodologia da avaliação dos passivos de seguros que passam a ter seus descontos alinhados a taxa de mercado.

Alterações ao IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.
As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis, para que as entidades forneçam informações mais úteis aos usuários das Demonstrações Financeiras. As entidades devem divulgar suas políticas contábeis materiais, em vez de suas políticas contábeis significativas. Inclui também orientações sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil, e é aplicável a partir de janeiro 2023. Concluiu-se que não houve impactos com a aplicação desta regulamentação.

Alterações ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas Retificação de Erro.
As entidades deverão distinguir as diferenças entre as mudanças das políticas contábeis e as mudanças das estimativas contábeis, sendo aplicável a partir de janeiro 2023. Concluiu-se que não houve impactos com a aplicação desta regulamentação.

Alterações do IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.
Em circunstâncias específicas, as entidades estão isentas de reconhecer tributos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Essa isenção se aplica a operações de arrendamento e obrigações de encerramento, por exemplo. Com as alterações, as entidades não terão direito mais a isenção e estarão obrigadas a reconhecer o tributo diferido sobre tais transações, sendo aplicável a partir de janeiro 2023. A Companhia identificou que as alterações impactaram, de forma não relevante, somente as contas patrimoniais, sem impacto em resultado.
Outra alteração trazida durante o ano de 2023 aplica-se ao imposto de renda resultante da Lei fiscal promulgada ou substancialmente promulgada para implementar as regras modelo do Pilar Dois, publicadas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), incluindo a Lei tributária que implementa impostos complementares domésticos descritos nessas regras, que pretende assegurar o pagamento de uma alíquota mínima efetiva de 15% em cada jurisdição do grupo econômico. A Companhia não identificou impactos com a aplicação desta norma.

b) Impactos da adoção do IFRS 17
Segundo a IAS 8, a entidade deve alterar a sua política contábil resultante da adoção de novo pronunciamento contábil. A IFRS 17 traz como regra de transição a aplicação retrospectiva dos seus efeitos, desta forma, apresentamos a seguir a reconciliação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado entre IFRS 4 e IFRS 17.

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2022			2021		
Balanço Patrimonial Consolidado	**Apresentação dos saldos anteriores**	**Adoção IFRS 17**	**Apresentação dos saldos atuais**	**Apresentação dos saldos anteriores**	**Adoção IFRS 17**	**Apresentação dos saldos atuais**
Ativo						
Caixa e disponibilidades em bancos	122.521.755	-	122.521.755	108.601.632	-	108.601.632
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	301.899.028	-	301.899.028	336.560.965	-	336.560.965
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	215.588.278	-	215.588.278	193.516.537	-	193.516.537
Ativos financeiros ao custo amortizado						
- Empréstimos e adiantamentos, líquido de provisão para perdas	730.892.962	(5.986.026)	724.906.936	656.459.438	(4.604.687)	651.854.751
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas	211.611.074	-	211.611.074	178.819.275	-	178.819.275
- Outros ativos financeiros	65.705.559	-	65.705.559	64.411.451	-	64.411.451
Outros ativos	151.397.019	(1.340.857)	150.056.162	137.202.895	450.135	137.653.030
Total do ativo	**1.799.615.675**	**(7.326.883)**	**1.792.288.792**	**1.675.572.193**	**(4.154.552)**	**1.671.417.641**
Passivo						
Passivos a custo amortizado	1.239.685.337	-	1.239.685.337	1.155.822.453	-	1.155.822.453
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	13.341.324	-	13.341.324	14.265.283	-	14.265.283
Provisões técnicas de seguros e previdência	316.155.117	(11.399.152)	304.755.965	286.386.634	(5.481.679)	280.904.955
Outros passivos	71.692.633	2.802.696	74.495.329	68.869.116	2.546.825	71.415.941
Total do passivo	**1.640.874.411**	**(8.596.456)**	**1.632.277.955**	**1.525.343.486**	**(2.934.854)**	**1.522.408.632**
Total do patrimônio líquido (1)	158.741.264	1.269.573	160.010.837	150.228.707	(1.219.698)	149.009.009
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.799.615.675**	**(7.326.883)**	**1.792.288.792**	**1.675.572.193**	**(4.154.552)**	**1.671.417.641**

(1) No ano de 2022, o impacto dos ajustes do IFRS 17 em outros resultados abrangentes foi de R$ 2.385.912 mil.

R$ mil

Demonstração de Resultado Acumulado em 31 de Dezembro de 2022	**Apresentação dos saldos anteriores**	**Adoção IFRS 17**	**Apresentação dos saldos atuais**
Resultado líquido de juros	69.301.931	509.341	69.811.272
Resultado líquido de serviços e comissões	27.134.207	(10.087)	27.124.120
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros	3.483.171	-	3.483.171
Resultado de seguros e previdência	7.264.883	(3.232.557)	4.032.326
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos e demais ativos financeiros	(23.786.438)	19.603	(23.766.835)
Despesas de pessoal	(21.683.356)	1.794.304	(19.889.052)
Outras despesas administrativas	(17.510.519)	935.909	(16.574.610)
Depreciação e amortização	(5.663.220)	356.778	(5.306.442)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(15.686.636)	38.370	(15.648.266)
Resultado de participação em coligadas e *joint ventures*	1.355.926	-	1.355.926
Imposto de renda e contribuição social	(2.992.753)	(172.087)	(3.164.840)
Lucro líquido do período	**21.217.196**	**239.574**	**21.456.770**

c) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Alterações ao IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras
As alterações visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não-correntes com *covenants*, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Nelas foram contempladas ainda, alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a Classificação de Passivos como Correntes e Não Correntes, emitidas em 2020. A adoção antecipada é permitida. As alterações têm efeito a partir de 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não haverá impactos com a aplicação desta regulamentação.

Alterações do IFRS 16 - Arrendamentos
As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não haverá impactos com a aplicação desta regulamentação.

Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 17 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros: Evidenciação.
As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia avaliou as alterações propostas e não identificou impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS

A Organização adota estimativas e julgamentos que podem afetar o valor reportado de ativos e passivos no próximo exercício, sendo as melhores premissas determinadas de acordo com o padrão aplicável.
São avaliados continuamente, baseados em nossa experiência histórica e entre outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

Julgamentos
Informações sobre julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm os efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:
- Nota 13 - Consolidação: se o Grupo detém o controle de fato sobre a investida; e investidas contabilizadas por equivalência patrimonial: se o Grupo tem influência significativa sobre a investida.

Estimativas
As estimativas apresentam um risco significativo e podem ter um impacto material nos valores dos ativos e passivos no próximo ano, podendo os resultados reais serem diferentes dos previamente estabelecidos, são divulgadas abaixo e estão relacionadas com as seguintes notas:

Estimativas contábeis	**Nota**
• Valor justo dos instrumentos financeiros	40.4/29 e 30/6 a 8
• Perda de crédito esperada	40.1/10 e 11
• Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio	15
• Realização do crédito tributário	37
• Passivos de contratos de seguros	21
• Outras provisões	22

Valor justo dos instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas Demonstrações Financeiras consolidadas consistem, principalmente, em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
Esses instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como Nível 3, temos que usar uma quantidade significativa do nosso próprio julgamento para chegar à mensuração do valor justo de mercado. Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado.
Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos.
A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação. Para uma discussão detalhada sobre a determinação do valor justo de instrumentos financeiros, vide Nota 40.5.

Perda de crédito esperada
A mensuração da provisão para perdas esperadas com créditos para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA requer o uso de modelos quantitativos complexos e suposições sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.
Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda esperada de crédito, tais como:
- Determinar critérios para identificar o aumento significativo de risco de crédito;
- Selecionar modelos quantitativos e pressupostos apropriados;
- Estabelecer diferentes cenários prospectivos e suas ponderações;
- Agrupar ativos financeiros semelhantes; e
- Definir o prazo esperado de exposição ao risco de crédito para instrumentos sem vencimento contratual determinado.

O processo para determinar o nível de provisão para perda esperada de crédito exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.
As premissas e técnicas utilizadas na mensuração da perda de crédito esperada estão detalhadas na Nota 40.2. Risco de crédito.

Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio
A Organização analisa, pelo menos anualmente, se o valor contábil dos ativos intangíveis e do ágio (inclui ágios identificados na aquisição de coligadas e empresas de controle compartilhado) sofreram redução ao seu valor recuperável. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa independentes e a alocação de ágio para essas unidades. O valor contábil da unidade, incluindo o ágio alocado, é comparado ao valor em uso para determinar se há redução ao valor recuperável. Se o valor em uso de uma unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, o ágio sofrerá uma redução ao seu valor recuperável. Pode ser necessário realizar cálculos detalhados considerando mudanças no mercado em que um negócio opera (ex: concorrência e mudança regulatória). O cálculo é baseado no desconto de fluxos de caixa antes dos impostos a uma taxa de juros ajustada pelo risco apropriada para a unidade operacional, sendo que a determinação de ambos exige o exercício de julgamento. Embora as previsões sejam comparadas ao desempenho atual e a dados econômicos externos, os fluxos de caixa esperados refletem naturalmente a visão da Organização sobre o desempenho futuro.

Realização do crédito tributário
A determinação do valor de nosso imposto de renda passivo (incluindo contribuição social) é complexa e a nossa avaliação está relacionada à análise de nossos impostos diferidos ativos e passivos e do imposto de renda a pagar. Em geral, a nossa avaliação exige que estimemos os valores futuros de imposto de renda corrente e diferido. A nossa avaliação da possibilidade de realização de um imposto diferido é subjetiva e envolve avaliações e premissas, que são inerentemente incertas. O suporte para nossas avaliações e premissas pode mudar ao longo do tempo e é resultado de eventos ou circunstâncias não previstos, que afetam a determinação do valor de nosso passivo de impostos.
É necessário julgamento significativo para determinar se é provável que uma posição de imposto de renda seja sustentada com base em exame, mesmo após o resultado de qualquer procedimento administrativo ou judicial com base em méritos técnicos.
Também, é necessário julgamento para determinar o valor de um benefício elegível para reconhecimento em nossas Demonstrações Financeiras consolidadas.
Adicionalmente, monitoramos a interpretação da legislação tributária e as decisões de autoridades fiscais e judiciais, para que possamos ajustar qualquer julgamento anterior de imposto de renda acumulado. Esses ajustes também podem resultar de nosso planejamento de imposto de renda ou resolução de controvérsias de imposto de renda e pode ser significativo para os nossos resultados operacionais em qualquer período.
Para informações adicionais sobre imposto de renda, vide Nota 37 - Imposto de Renda e Contribuição Social.

Passivos de contratos de seguros
Os passivos de contratos de seguros (reservas) são passivos constituídos para honrar compromissos futuros a favor de nossos segurados, veja a Nota 2(k). São utilizadas expectativas de sinistralidade, mortalidade, longevidade, tempo de permanência, conversão em renda e taxa de juros. Essas premissas utilizadas baseiam-se na experiência da carteira da Companhia e são periodicamente revisadas.

Outras provisões
As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

5) CAIXA, DISPONIBILIDADES EM BANCO E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa, equivalentes de caixa e disponibilidades em bancos

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	**2022**
Disponibilidades em moeda nacional	14.765.830	14.428.309
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.566.314	6.120.063
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1) **(a)**	145.253.145	97.635.695
Aplicações voluntárias no Banco Central	24.205.291	8.001.354
Caixa e equivalentes de caixa	**186.790.580**	**126.185.421**
Depósitos compulsórios no Banco Central (2)	109.516.537	93.972.029
Caixa, equivalentes de caixa e disponibilidades em bancos (b)	**296.307.117**	**220.157.450**
Caixa e disponibilidade em Bancos (b) - (a)	**151.053.972**	**122.521.755**

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Estão apresentados como "empréstimos para instituições financeiras" - Nota 10; e
(2) Os depósitos compulsórios no Banco Central referem-se a um saldo mínimo, que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil, com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros.

6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	**2022**
Ativos financeiros		
Títulos públicos brasileiros	282.586.266	210.538.448
Títulos emitidos por instituições financeiras	43.844.816	34.091.904
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	36.257.756	28.214.231
Aplicações em cotas de fundos	9.323.075	12.025.851
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	54.167	113.828
Títulos públicos de governos estrangeiros	118.948	656.270
Instrumentos financeiros derivativos	15.413.349	16.258.496
Total	**387.598.377**	**301.899.028**

b) Vencimento

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	**2022**
Vencimento em até um ano	95.034.235	55.128.782
Vencimento de um até cinco anos	201.297.811	153.846.848
Vencimento de cinco até dez anos	58.350.432	64.795.283
Vencimento acima de dez anos	7.911.872	8.716.528
Prazo indeterminado	25.004.027	19.411.587
Total	**387.598.377**	**301.899.028**

Os instrumentos financeiros cedidos em garantias classificados como "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado", totalizaram em 31 de dezembro de 2023, R$ 32.772.513 mil (2022 - R$ 6.589.358 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

c) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	**2022**
Instrumentos financeiros derivativos	15.542.220	13.341.324
Total	**15.542.220**	**13.341.324**

7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Organização participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas exposições. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive *swaps* de taxas de juros, *swaps* de moeda, futuros e opções. A política de gestão de riscos da Organização é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pela Organização e empresas controladas.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os instrumentos financeiros derivativos são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.
Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para *swaps*. O valor justo dos instrumentos derivativos de crédito é determinado com base em cotações de preços de mercado ou obtido junto a entidades especializadas. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para a estimação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de balcão também é levado em consideração a qualidade creditícia de cada contraparte, associando assim uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).
Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de swaps e futuros, sendo registradas na B3.
Os instrumentos financeiros derivativos realizados no exterior referem-se a operações de *swaps*, termo, opções, crédito e futuros efetuadas, substancialmente, nas Bolsas de Chicago e Nova Iorque, bem como mercado de balcão.
As macros estratégias de atuação são delimitadas pelas carteiras *Trading* (proprietária) e *Banking*. As operações da Carteira *Trading*, inclusive derivativos são realizadas com o objetivo de aproveitar movimentos direcionais de preços e/ou taxas, estratégias de arbitragem, *hedge*, *market maker*, podendo ser liquidadas total ou parcialmente antes do vencimento contratado originalmente. As operações da Carteira *Banking* são compostas por operações comerciais e os seus respectivos *hedges*.
Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco e a gestão eficiente dos riscos destas carteiras requer o uso conjunto de operações de derivativos e demais instrumentos, dentre eles, os títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023					2022				
	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Contratos futuros										
Compromissos de compra:	**164.372.715**		**-**	**-**	**-**	**114.376.165**		**-**	**-**	**-**
- Mercado interfinanceiro	132.161.908	-	-	-	-	89.694.759	-	-	-	-
- Moeda estrangeira	14.481.278	-	-	-	-	13.512.369	-	-	-	-
- Outros	17.729.529	10.106.786	-	-	-	11.169.037	3.622.411	-	-	-
Compromissos de venda:	**220.715.317**		**-**	**-**	**-**	**207.516.974**		**-**	**-**	**-**
- Mercado interfinanceiro (1)	163.879.990	31.718.082	-	-	-	157.246.540	67.551.781	-	-	-
- Moeda estrangeira (2)	49.212.584	34.731.306	-	-	-	42.723.808	29.211.439	-	-	-
- Outros	7.622.743	-	-	-	-	7.546.626	-	-	-	-
Contratos de opções										
Compromissos de compra:	**1.030.322.549**		**3.175.395**	**257.087**	**3.432.482**	**279.394.344**		**1.793.886**	**176.424**	**1.970.310**
- Mercado interfinanceiro	928.351.318	9.300.669	2.354.374	-	2.354.374	257.221.828	8.445.913	1.132.138	(119)	1.132.019
- Moeda estrangeira	4.580.443	6.539	77.305	20.244	97.549	6.590.716	-	75.499	(16.251)	59.248
- Outros	97.390.788	-	743.716	236.843	980.559	15.581.800	356.823	586.249	192.794	779.043
Compromissos de venda:	**1.022.551.043**		**(2.071.414)**	**(165.205)**	**(2.236.619)**	**270.847.005**		**(1.100.416)**	**259.216**	**(841.200)**
- Mercado interfinanceiro	919.050.649	-	(719.366)	-	(719.366)	248.775.915	-	(122.879)	-	(122.879)
- Moeda estrangeira	4.573.904	-	(68.382)	47.472	(20.910)	6.846.113	255.397	(85.634)	48.655	(36.979)
- Outros	98.926.490	1.535.702	(1.283.666)	(212.677)	(1.496.343)	15.224.977	-	(891.903)	210.561	(681.342)
Contratos a termo										
Compromissos de compra:	**34.113.304**		**(855.134)**	**(3.953)**	**(859.087)**	**30.418.892**		**(775.900)**	**(2.423)**	**(778.323)**
- Moeda estrangeira	33.043.985	8.345.257	(849.505)	(551)	(850.056)	30.224.123	5.541.862	(773.873)	-	(773.873)
- Outros	1.069.319	-	(5.629)	(3.402)	(9.031)	194.769	-	(2.027)	(2.423)	(4.450)
Compromissos de venda:	**28.256.407**		**772.080**	**(8.496)**	**763.584**	**28.105.417**		**942.362**	**(21.228)**	**921.134**
- Moeda estrangeira (2)	24.698.728	-	449.969	-	449.969	24.682.261	-	340.407	-	340.407
- Outros	3.557.679	2.488.360	322.111	(8.496)	313.615	3.423.156	3.228.387	601.955	(21.228)	580.727
Contratos de *swap*										
Posição ativa:	**786.364.992**		**6.973.332**	**828.588**	**7.801.920**	**568.304.026**		**8.554.392**	**2.122.139**	**10.676.531**
- Mercado interfinanceiro	45.590.283	13.012.809	1.799.507	1.093.110	2.892.617	39.592.088	434.157	989.603	2.501.866	3.491.469
- Prefixados	541.219.843	102.880.024	1.389.077	(5.992)	1.383.085	157.051.442	71.837.047	751.565	(198.742)	552.823
- Moeda estrangeira	194.344.754	-	2.960.898	(345.557)	2.615.341	82.003.795	-	4.659.421	(122.999)	4.536.422
- IGP-M	87.639	-	74.582	3.334	77.916	223.031	-	240.773	(6.196)	234.577
- Outros	5.122.473	-	749.268	83.693	832.961	289.433.670	124.511.759	1.913.030	(51.790)	1.861.240
Posição passiva:	**783.299.290**		**(8.124.013)**	**(907.138)**	**(9.031.151)**	**446.365.683**		**(8.010.692)**	**(1.020.588)**	**(9.031.280)**
- Mercado interfinanceiro	32.577.474	-	(1.721.999)	(1.190.305)	(2.912.304)	39.157.931	-	(1.244.424)	(1.045.548)	(2.289.972)
- Prefixados	438.339.819	-	(1.734.296)	(614.622)	(2.348.918)	85.214.395	-	(688.110)	(105.390)	(793.500)
- Moeda estrangeira	284.842.617	90.497.863	(2.985.854)	(109.307)	(3.095.161)	156.724.798	74.721.003	(4.335.358)	18.852	(4.316.506)
- IGP-M	190.560	102.921	(238.476)	(13.896)	(252.372)	346.648	123.617	(444.055)	8.095	(435.960)
- Outros	27.348.820	22.226.347	(1.443.388)	1.020.992	(422.396)	164.921.911	-	(1.298.745)	103.403	(1.195.342)
Totais	**4.069.995.617**		**(129.754)**	**883**	**(128.871)**	**1.945.328.506**		**1.403.632**	**1.513.540**	**2.917.172**

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.
(1) Inclui: (i) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção de captações referenciadas ao DI, no valor de R$ 102.934.940 mil (Em dezembro de 2022 - R$ 107.396.399 mil); e (ii) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção das aplicações referenciadas ao DI, no valor de R$ 44.821.117 mil (Em dezembro de 2022 - R$ 50.673.213 mil);
(2) Inclui *hedge* específico para proteção dos ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior. Os investimentos no exterior totalizam o montante de R$ 31.320.736 mil (Em dezembro de 2022 - R$ 31.912.812 mil); e
(3) Reflete o saldo líquido entre a Posição Ativa e Passiva.

Contratos de *swap* de taxa de juros, de moeda estrangeira e taxas cruzadas de moeda e juros são contratos nos quais pagamentos de juros ou de principal em uma ou duas moedas diferentes são trocados por um período contratual. Os riscos associados aos contratos de *swap* referem-se à impossibilidade ou não disposição potencial das contrapartes de cumprir os termos contratuais e ao risco associado a mudanças nas condições de mercado, devido a variações nas taxas de juros e na taxa de câmbio das moedas.
Os contratos de futuros de taxa de juros e de moeda e os contratos a termo de taxa de juros visam à entrega posterior de um instrumento a um preço ou uma rentabilidade específica. Os valores de referência constituem o valor nominal do respectivo instrumento, cujas variações de preço são liquidadas diariamente. O risco de crédito associado com os contratos de futuros é minimizado devido a essas liquidações diárias. Os contratos de futuros também estão sujeitos ao risco das variações nas taxas de juros ou no valor dos respectivos instrumentos.

Derivativos de crédito (*Credit Default Swap* - CDS)
Representam, de forma geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de forma linear ao longo da vigência da operação.
No caso de um evento de crédito ("*default*"), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente, receberá o ativo objeto em troca do referido pagamento.

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Risco recebido de *Swaps* de créditos:	**2.044.989**	**2.585.136**
- Títulos de dívidas emitidas por empresas	637.962	755.184
- Títulos públicos brasileiros	808.158	1.184.523
- Títulos de governos estrangeiros	598.869	645.429
Risco transferido de *Swaps* de créditos:	**(1.297.468)**	**(1.476.609)**
- Títulos públicos brasileiros	(706.830)	(840.050)
- Títulos de governos estrangeiros	(590.639)	(636.559)
Risco de crédito total líquido	**747.521**	**1.108.527**

Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos até 2028. Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.
A Organização possui as seguintes operações de *hedge* contábil:

***Hedge* de fluxo de caixa**
Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas taxas de juros e no câmbio, as quais impactam o resultado da Organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

R$ mil

Estratégia	Instrumento de *hedge* valor nominal	Objeto de *hedge* valor contábil	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
Hedge de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	44.821.117	45.285.081	138.891	76.390
Hedge de pagamentos de juros das captações (1)	102.934.940	103.287.896	(779.599)	(428.779)
Total em 31 de dezembro de 2023...	**147.756.057**	**148.572.977**	**(640.708)**	**(352.389)**
Hedge de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	50.673.213	51.166.688	(1.369.973)	(753.485)
Hedge de pagamentos de juros das captações (1)	107.396.399	106.600.111	551.838	303.511
Total em 31 de dezembro de 2022...	**158.069.612**	**157.766.799**	**(818.135)**	**(449.974)**

(1) Referente ao risco de taxa de juros variável do DI, utilizando-se de contratos de DI Futuro na B3 e *Swaps*, sendo os prazos de vencimentos até 2027, tornando o fluxo de caixa prefixado.

Em dezembro de 2021, o Bradesco liquidou de forma antecipada instrumentos de *hedge accounting* para proteção de fluxos de caixa. Dessa forma, o saldo de marcação a mercado do instrumento de *hedge*, registrado no patrimônio líquido deve ser apropriado ao resultado, de acordo com o resultado do objeto de *hedge*. Até o acumulado em 31 de dezembro de 2023 foi apropriado ao resultado já líquido de efeitos fiscais, o montante de R$ 583.912 mil, o saldo acumulado no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 132.914 mil, este montante será apropriado ao resultado até o ano de 2027.
Não houve ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, registrados em contas de resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ 181 mil em 31 de dezembro de 2022).

***Hedge* de valor justo**
Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm por objetivo, compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*, sendo o ganho ou perda reconhecido no resultado. O objeto de *hedge* é ajustado ao valor de mercado, sendo a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações reconhecida no resultado. Quando o instrumento de *hedge* expirar ou for negociado ou em caso de descontinuação do *hedge* contábil, qualquer ajuste do objeto de *hedge* é contabilizado diretamente no resultado.
Referente ao risco de Debêntures Incentivadas onde foram utilizados contratos de *Swaps*, sendo que a partir de junho de 2023 a operação foi descontinuada.
Não houve ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de valor justo, registrados em contas de patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 devido à descontinuidade da estratégia (R$ 7 mil em 31 de dezembro de 2022).

***Hedge* de investimentos no exterior**
Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm por objetivo, a redução da exposição à variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, a qual impacta o resultado da Organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) inefetividade do *hedge*; ou (ii) na alienação ou alienação parcial da operação no exterior. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

R$ mil

Estratégia	Instrumento de *hedge* valor nominal	Objeto de *hedge* valor contábil	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
Hedge de variação cambial nos fluxos de caixa futuros (1)	4.477.297	4.149.708	(702.728)	(368.528)
Total em 31 de dezembro de 2023...	**4.477.297**	**4.149.708**	**(702.728)**	**(368.528)**
Hedge de variação cambial nos fluxos de caixa futuros (1)	2.973.652	2.970.793	(696.930)	(365.488)
Total em 31 de dezembro de 2022...	**2.973.652**	**2.970.793**	**(696.930)**	**(365.488)**

(1) Cuja moeda funcional é diferente do real, utilizando-se de contratos *Forward* e Futuros de Dólar, tendo como objeto de *hedge* o investimento no exterior referenciado a MXN (Peso Mexicano) e USD (Dólar Americano).

Os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, registrados em contas de resultado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 3.223 mil (R$ (35.697) mil em 31 de dezembro de 2022).

Lucros não observáveis no reconhecimento inicial
Quando a avaliação depender de parâmetros não observáveis, qualquer ganho ou perda inicial em instrumentos financeiros são diferidos ao longo do prazo do contrato ou até que o instrumento seja resgatado, transferido, vendido ou o valor justo torne-se observável. Todos os derivativos, que fazem parte de relacionamentos de *hedge* qualificados, são avaliados com base em parâmetros de mercado observáveis.
Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pela Organização, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pela Organização, principalmente, para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial. O resultado desses instrumentos financeiros são reconhecidos na rubrica "Ganhos e perdas líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", na demonstração do resultado.

Compensação de ativos e passivos financeiros
De acordo com a IFRS 7, o Bradesco deve apresentar os valores relativos a instrumentos financeiros sujeitos a acordos máster de compensação ou acordos similares. Um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e o seu valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial Consolidado quando, e somente quando, existe um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e o Banco pretende liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito de compensação é exercido mediante a ocorrência de determinados eventos, tais como a inadimplência de empréstimos bancários ou outros eventos de crédito.
O quadro a seguir apresenta ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023			2022		
	Montante bruto	Montante relacionado compensado no Balanço Patrimonial	Total líquido	Montante bruto	Montante relacionado compensado no Balanço Patrimonial	Total líquido
Ativos financeiros						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	186.599.349	-	186.599.349	109.054.313	-	109.054.313
Instrumentos financeiros derivativos	15.413.349	-	15.413.349	16.258.496	-	16.258.496
Passivos financeiros						
Captações no mercado aberto	169.570.218	-	169.570.218	81.778.223	-	81.778.223
Instrumentos financeiros derivativos	15.542.220	-	15.542.220	13.341.324	-	13.341.324

Nos exercícios de 2023 e 2022, o Bradesco não compensou nenhum ativo e passivo financeiro em seu balanço patrimonial.

8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

a) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

R$ mil

	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor de mercado
Títulos públicos brasileiros	181.505.226	4.177.028	(2.473.306)	183.208.948
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.389.653	26.930	(46.617)	1.369.966
Títulos emitidos por instituições financeiras	6.400.767	10.895	(30.304)	6.381.358
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	6.412.372	292.990	(35.319)	6.670.043
Títulos públicos de governos estrangeiros	7.404.614	2.690	(2.549)	7.404.755
Aplicações em cotas de fundos	2.407.603	33.609	(158.249)	2.282.963
Ações de companhias abertas e outras ações	6.489.814	494.838	(1.453.079)	5.531.573
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**212.010.049**	**5.038.980**	**(4.199.423)**	**212.849.606**
Títulos públicos brasileiros	183.012.391	199.728	(6.040.869)	177.171.250
Títulos emitidos por empresas não financeiras	3.616.923	71.731	(149.210)	3.539.444
Títulos emitidos por instituições financeiras	6.529.147	2.450	(123.121)	6.408.476
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	9.084.997	340.448	(88.128)	9.337.317
Títulos públicos de governos estrangeiros	6.891.388	-	(16.253)	6.875.135
Aplicações em cotas de fundos	1.575.379	27.616	(419)	1.602.576
Ações de companhias abertas e outras ações	12.217.673	364.260	(1.927.853)	10.654.080
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**222.927.898**	**1.006.233**	**(8.345.853)**	**215.588.278**

b) Vencimento

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023		2022	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até 1 ano	20.801.969	20.741.673	36.221.146	36.099.069
Vencimento entre 1 e 5 anos	111.918.413	112.979.885	130.753.272	129.091.959
Vencimento entre 5 e 10 anos	38.526.607	39.467.969	24.895.874	23.585.316
Vencimento acima de 10 anos	31.865.643	31.845.543	17.264.554	14.555.278
Vencimento indeterminado	8.897.417	7.814.536	13.793.052	12.256.656
Total	**212.010.049**	**212.849.606**	**222.927.898**	**215.588.278**

Os instrumentos financeiros cedidos em garantias, classificados como Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, totalizaram em 31 de dezembro de 2023, R$ 52.026.509 mil (2022 - R$ 104.308.422 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

c) Investimentos em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

R$ mil

	Custo	Ajustes ao valor justo (PL)	Valor justo
Ações de companhias abertas e outras ações	6.489.814	(958.241)	5.531.573
Total em 31 de dezembro de 2023	**6.489.814**	**(958.241)**	**5.531.573**
Ações de companhias abertas e outras ações	12.217.673	(1.563.593)	10.654.080
Total em 31 de dezembro de 2022	**12.217.673**	**(1.563.593)**	**10.654.080**

A Organização adotou a opção de designar instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes devido às particularidades de determinado mercado.

d) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a VJORA

R$ mil

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2021	**225.081**	**1.931**	**166.673**	**393.685**
Transferidos para o Estágio 1	-	(1.932)	-	(1.932)
Transferidos para o Estágio 2	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 1	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 2	1.932	-	-	1.932
Ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	(97.201)	6.181	(1.381)	(92.401)
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2022	**129.812**	**6.180**	**165.292**	**301.284**

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

R$ mil

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Transferidos para o Estágio 1	-	-	-	-
Transferidos para o Estágio 2	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 1	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 2	-	-	-	-
Ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	(88.652)	(3.201)	(72.547)	(164.400)
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2023	**41.160**	**2.979**	**92.745**	**136.884**

9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO

a) Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

R$ mil

	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados (2)	Perdas brutas não realizadas (2)	Valor de mercado
Títulos e valores mobiliários:				
Títulos públicos brasileiros	54.282.125	4.007.277	(4.653.464)	53.635.938
Títulos emitidos por empresas não financeiras	120.924.952	1.387.469	(580.298)	121.732.123
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (1)	**175.207.077**	**5.394.746**	**(5.233.762)**	**175.368.061**
Títulos e valores mobiliários:				
Títulos públicos brasileiros	96.481.696	3.146.166	(6.659.322)	92.968.540
Títulos emitidos por empresas não financeiras	115.129.378	1.334.724	(672.729)	115.791.373
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**211.611.074**	**4.480.890**	**(7.332.051)**	**208.759.913**

(1) Em janeiro de 2023, com a adoção da IFRS 17, a Administração reclassificou Títulos e Valores Mobiliários mensurados ao custo amortizado para mensurados ao VJORA, no montante de R$ 36.639.102 mil. Essa reclassificação se deu por alinhamento da estratégia de ativos relacionados a passivos de contratos de seguros; e
(2) O saldo não é contabilizado.

b) Vencimento

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023		2022	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até 1 ano	26.708.054	26.853.215	23.662.304	23.411.019
Vencimento entre 1 e 5 anos	108.111.315	108.612.106	109.339.662	107.947.094
Vencimento entre 5 e 10 anos	17.408.132	17.311.782	41.876.000	42.421.977
Vencimento acima de 10 anos	22.979.576	22.590.958	36.733.108	34.979.823
Total	**175.207.077**	**175.368.061**	**211.611.074**	**208.759.913**

Os instrumentos financeiros cedidos em garantias, classificados como ativos financeiros a custo amortizado, totalizaram em 31 de dezembro de 2023, R$ 25.937.875 mil (2022 - R$ 38.535.855 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

c) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a custo amortizado

R$ mil

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (1)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2021	**493.923**	**774.834**	**4.258.906**	**5.527.663**
Transferidos para o Estágio 1	-	(454.884)	(177)	(455.061)
Transferidos para o Estágio 2	(2.108)	-	(856)	(2.964)
Transferidos para o Estágio 3	(921)	(108.656)	-	(109.577)
Oriundos do Estágio 1	-	2.108	921	3.029
Oriundos do Estágio 2	454.884	-	108.656	563.540
Oriundos do Estágio 3	177	856	-	1.033
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	(473.559)	(83.462)	(1.929.811)	(2.486.832)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2022	**472.396**	**130.796**	**2.437.639**	**3.040.831**
Transferidos para o Estágio 1	-	(21.287)	(1.794)	(23.081)
Transferidos para o Estágio 2	(2.046)	-	-	(2.046)
Transferidos para o Estágio 3	(4.771)	(50.511)	-	(55.282)
Oriundos do Estágio 1	-	2.046	4.771	6.817
Oriundos do Estágio 2	21.287	-	50.511	71.798
Oriundos do Estágio 3	1.794	-	-	1.794
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	(117.758)	125.781	2.096.412	2.104.435
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2023	**370.902**	**186.825**	**4.587.539**	**5.145.266**

(1) O saldo da perda esperada está registrado como "Perda esperada com demais ativos financeiros" na Demonstração Consolidada do Resultado.

10) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Aplicações em operações compromissadas (1)	186.599.349	109.054.313
Empréstimos para instituições financeiras	18.504.300	13.462.268
Perda esperada	(990)	(28.252)
Total	**205.102.659**	**122.488.329**

(1) Em 31 de dezembro de 2023 inclui aplicações em operações compromissadas cedidas em garantia, no montante de R$ 127.843.191 mil (2022 - R$ 64.876.703 mil).

11) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

a) Empréstimos e adiantamentos a clientes por tipo de produto

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Pessoa jurídica	**269.421.350**	**299.255.027**
- Financiamentos e repasses	**104.729.799**	**111.607.610**
- Financiamento à exportação	28.957.241	37.587.540
- Financiamento imobiliário	24.534.805	20.625.289
- Repasses BNDES/Finame	17.515.937	16.379.953
- Financiamento de veículos	22.316.453	23.242.661
- Importação	7.183.123	10.391.807
- *Leasing*	4.222.240	3.380.360
- Empréstimos	**151.245.208**	**172.913.176**
- Capital de giro	82.843.536	98.963.672
- Crédito rural	12.807.395	7.619.561
- Outros	55.594.277	66.329.943
- Operações com limites (1)	**13.446.343**	**14.734.241**
- Cartão de crédito	8.003.405	7.576.681
- Conta garantida/Cheque especial	5.442.938	7.157.560
Pessoa física	**360.265.349**	**357.611.537**
- Financiamentos e repasses	**127.765.221**	**125.994.550**
- Financiamento imobiliário	89.315.143	84.617.176
- Financiamento de veículos	31.408.501	34.012.500
- Repasses BNDES/Finame	6.866.782	7.213.697
- Outros	174.795	151.177
- Empréstimos	**155.605.725**	**156.052.453**
- Crédito pessoal consignado	90.960.703	89.761.029
- Crédito pessoal	31.309.283	35.097.910
- Crédito rural	12.534.155	12.367.701
- Outros	20.801.584	18.825.813
- Operações com limites (1)	**76.894.403**	**75.564.534**
- Cartão de crédito	71.926.643	69.954.999
- Conta garantida/Cheque especial	4.967.760	5.609.535
Total da carteira	**629.686.699**	**656.866.564**
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	**(50.184.880)**	**(54.447.957)**
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	**579.501.819**	**602.418.607**

(1) Refere-se a operações com limites pré-estabelecidos em aberto vinculados à conta-corrente e ao cartão de crédito, cujos limites de crédito são recompostos automaticamente à medida que os valores utilizados são pagos.

b) Arrendamentos financeiros a receber

Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem os seguintes arrendamentos financeiros a receber:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Investimento bruto em arrendamento financeiro a receber:		
Até um ano	1.681.751	1.315.976
De um a cinco anos	2.581.232	2.139.214
Mais de cinco anos	131.390	118.980
Perda por redução ao valor recuperável de arrendamento financeiro	(46.144)	(45.795)
Investimento líquido	**4.348.229**	**3.528.375**
Investimento líquido em arrendamento financeiro:		
Até um ano	1.663.550	1.297.897
De um a cinco anos	2.556.255	2.112.948
Mais de cinco anos	128.424	117.530
Total	**4.348.229**	**3.528.375**

c) Reconciliação do valor contábil bruto dos empréstimos e adiantamentos a clientes

Em 31 de dezembro - R$ mil

Estágio 1	2022	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(*Write off*)	2023
Pessoa jurídica	**260.930.040**	**(5.333.409)**	**(4.167.306)**	**749.396**	**109.582**	**131.857.147**	**(154.010.870)**	**-**	**230.134.580**
- Financiamentos	104.459.244	(1.132.348)	(766.512)	342.701	67.194	43.607.196	(48.670.242)	-	97.907.233
- Empréstimos	144.212.730	(3.897.390)	(2.792.331)	350.183	34.829	85.211.319	(101.565.736)	-	121.553.604
- Rotativos	12.258.066	(303.671)	(608.463)	56.512	7.559	3.038.632	(3.774.892)	-	10.673.743
Pessoa física	**292.656.355**	**(7.561.864)**	**(8.574.345)**	**5.949.354**	**386.465**	**119.766.529**	**(103.935.958)**	**-**	**298.686.536**
- Financiamentos	109.442.423	(3.498.316)	(1.248.446)	4.137.534	85.016	34.322.184	(28.870.200)	-	114.370.195
- Empréstimos	125.648.075	(2.192.413)	(3.007.019)	706.935	161.653	73.753.493	(68.596.068)	-	126.474.656
- Rotativos	57.565.857	(1.871.135)	(4.318.880)	1.104.885	139.796	11.690.852	(6.469.690)	-	57.841.685
Total	**553.586.395**	**(12.895.273)**	**(12.741.651)**	**6.698.750**	**496.047**	**251.623.676**	**(257.946.828)**	**-**	**528.821.116**

Em 31 de dezembro - R$ mil

Estágio 2	2022	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(*Write off*)	2023
Pessoa jurídica	**10.397.088**	**(749.396)**	**(1.102.017)**	**5.333.409**	**962.071**	**7.557.774**	**(9.860.612)**	**-**	**12.538.317**
- Financiamentos	2.098.408	(342.701)	(222.956)	1.132.348	62.565	423.256	(1.241.149)	-	1.909.771
- Empréstimos	7.289.645	(350.183)	(748.787)	3.897.390	883.841	6.955.238	(8.078.584)	-	9.848.560
- Rotativos	1.009.035	(56.512)	(130.274)	303.671	15.665	179.280	(540.879)	-	779.986
Pessoa física	**31.531.058**	**(5.949.354)**	**(3.794.467)**	**7.561.864**	**1.886.115**	**6.558.472**	**(15.081.902)**	**-**	**22.711.786**
- Financiamentos	13.494.747	(4.137.534)	(1.232.609)	3.498.316	63.828	1.685.832	(4.029.948)	-	9.342.632
- Empréstimos	10.764.215	(706.935)	(970.446)	2.192.413	1.622.512	4.015.065	(8.197.281)	-	8.719.543
- Rotativos	7.272.096	(1.104.885)	(1.591.412)	1.871.135	199.775	857.575	(2.854.673)	-	4.649.611
Total	**41.928.146**	**(6.698.750)**	**(4.896.484)**	**12.895.273**	**2.848.186**	**14.116.246**	**(24.942.514)**	**-**	**35.250.103**

Em 31 de dezembro - R$ mil

Estágio 3	2022	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(*Write off*)	2023
Pessoa jurídica	**27.927.899**	**(109.582)**	**(962.071)**	**4.167.306**	**1.102.017**	**12.323.245**	**(3.073.606)**	**(14.626.755)**	**26.748.453**
- Financiamentos	5.049.959	(67.194)	(62.565)	766.512	222.956	273.583	(191.826)	(1.078.629)	4.912.796
- Empréstimos	21.410.798	(34.829)	(883.841)	2.792.331	748.787	11.560.708	(3.734.746)	(12.016.166)	19.843.042
- Rotativos	1.467.142	(7.559)	(15.665)	608.463	130.274	488.954	852.966	(1.531.960)	1.992.615
Pessoa física	**33.424.124**	**(386.465)**	**(1.886.115)**	**8.574.345**	**3.794.467**	**17.423.562**	**3.697.925**	**(25.774.816)**	**38.867.027**
- Financiamentos	3.057.379	(85.016)	(63.828)	1.248.446	1.232.609	834.792	(667.090)	(1.504.900)	4.052.392
- Empréstimos	19.640.162	(161.653)	(1.622.512)	3.007.019	970.446	14.310.670	(1.367.098)	(14.365.527)	20.411.507
- Rotativos	10.726.583	(139.796)	(199.775)	4.318.880	1.591.412	2.278.100	5.732.113	(9.904.389)	14.403.128
Total	**61.352.023**	**(496.047)**	**(2.848.186)**	**12.741.651**	**4.896.484**	**29.746.807**	**624.319**	**(40.401.571)**	**65.615.480**

Em 31 de dezembro - R$ mil

Consolidado - 3 estágios	2022	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(*Write off*)	2023
Pessoa jurídica	**299.255.027**	**151.738.166**	**(166.945.088)**	**(14.626.755)**	**269.421.350**
- Financiamentos	111.607.611	44.304.035	(50.103.217)	(1.078.629)	104.729.800
- Empréstimos	172.913.173	103.727.265	(113.379.066)	(12.016.166)	151.245.206
- Rotativos	14.734.243	3.706.866	(3.462.805)	(1.531.960)	13.446.344
Pessoa física	**357.611.537**	**143.748.563**	**(115.319.935)**	**(25.774.816)**	**360.265.349**
- Financiamentos	125.994.549	36.842.808	(33.567.238)	(1.504.900)	127.765.219
- Empréstimos	156.052.452	92.079.228	(78.160.447)	(14.365.527)	155.605.706
- Rotativos	75.564.536	14.826.527	(3.592.250)	(9.904.389)	76.894.424
Total	**656.866.564**	**295.486.729**	**(282.265.023)**	**(40.401.571)**	**629.686.699**

Em 31 de dezembro - R$ mil

Estágio 1	2021	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Amortização (1)	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(*Write off*)	2022
Pessoa jurídica	**255.289.107**	**(2.794.820)**	**(3.015.338)**	**5.246.877**	**831.328**	**(25.300.196)**	**158.295.633**	**(127.622.551)**	**-**	**260.930.040**
- Financiamentos	100.155.914	(883.862)	(575.993)	3.359.279	747.825	(4.253.515)	54.231.476	(48.321.880)	-	104.459.244
- Empréstimos	145.443.287	(1.643.288)	(2.142.527)	1.516.557	73.145	(21.046.681)	99.485.262	(77.473.025)	-	144.212.730
- Rotativos	9.689.906	(267.670)	(296.818)	371.041	10.358	-	4.578.895	(1.827.646)	-	12.258.066
Pessoa física	**272.635.668**	**(11.588.082)**	**(7.123.858)**	**5.570.962**	**653.188**	**(29.994.346)**	**119.570.888**	**(57.068.065)**	**-**	**292.656.355**
- Financiamentos	107.558.782	(6.250.501)	(1.035.122)	3.202.704	84.557	(13.977.848)	36.106.621	(16.246.770)	-	109.442.423
- Empréstimos	118.573.323	(2.598.680)	(3.337.413)	692.370	409.402	(16.016.498)	66.488.649	(38.563.078)	-	125.648.075
- Rotativos	46.503.563	(2.738.901)	(2.751.323)	1.675.888	159.229	-	16.975.618	(2.258.217)	-	57.565.857
Total	**527.924.775**	**(14.382.902)**	**(10.139.196)**	**10.817.839**	**1.484.516**	**(55.294.542)**	**277.866.521**	**(184.690.616)**	**-**	**553.586.395**

Em 31 de dezembro - R$ mil

Estágio 2	2021	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Amortização (1)	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(*Write off*)	2022
Pessoa jurídica	**14.119.637**	**(5.246.877)**	**(1.046.304)**	**2.794.820**	**936.352**	**(4.074.052)**	**5.881.869**	**(2.968.357)**	**-**	**10.397.088**
- Financiamentos	5.461.897	(3.359.279)	(234.955)	883.862	305.804	(2.964.276)	631.448	1.373.907	-	2.098.408
- Empréstimos	7.082.040	(1.516.557)	(648.878)	1.643.288	600.089	(1.109.776)	4.881.568	(3.642.129)	-	7.289.645
- Rotativos	1.575.700	(371.041)	(162.471)	267.670	30.459	-	368.853	(700.135)	-	1.009.035
Pessoa física	**23.075.748**	**(5.570.962)**	**(2.452.124)**	**11.588.082**	**1.796.149**	**2.629.090**	**12.673.444**	**(12.208.369)**	**-**	**31.531.058**
- Financiamentos	10.479.754	(3.202.704)	(690.111)	6.250.501	64.442	1.425.641	3.673.945	(4.506.721)	-	13.494.747
- Empréstimos	6.731.162	(692.370)	(779.343)	2.598.680	1.395.880	1.203.449	6.653.637	(6.346.880)	-	10.764.215
- Rotativos	5.864.832	(1.675.888)	(982.670)	2.738.901	335.827	-	2.345.862	(1.354.768)	-	7.272.096
Total	**37.195.385**	**(10.817.839)**	**(3.498.428)**	**14.382.902**	**2.732.501**	**(1.444.962)**	**18.555.313**	**(15.176.726)**	**-**	**41.928.146**

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf

Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro - R$ mil

Estágio 3	2021	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Amortização (1)	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(*Write off*)	2022
Pessoa jurídica	**24.082.667**	**(831.328)**	**(936.352)**	**3.015.338**	**1.046.304**	**1.025.380**	**15.392.717**	**(8.616.409)**	**(6.250.418)**	**27.927.899**
- Financiamentos	6.287.894	(747.825)	(305.804)	575.993	234.955	(541.932)	348.266	(193.223)	(608.365)	5.049.959
- Empréstimos	17.080.832	(73.145)	(600.089)	2.142.527	648.878	1.567.312	14.523.782	(8.789.521)	(5.089.778)	21.410.798
- Rotativos	713.941	(10.358)	(30.459)	296.818	162.471	-	520.669	366.335	(552.275)	1.467.142
Pessoa física	**24.630.780**	**(653.188)**	**(1.796.149)**	**7.123.858**	**2.452.124**	**3.461.208**	**16.338.531**	**(5.629.284)**	**(12.503.756)**	**33.424.124**
- Financiamentos	1.691.549	(84.557)	(64.442)	1.035.122	690.111	1.473.380	859.894	(1.762.506)	(781.172)	3.057.379
- Empréstimos	16.939.514	(409.402)	(1.395.880)	3.337.413	779.343	1.987.828	12.437.894	(5.942.417)	(8.094.131)	19.640.162
- Rotativos	5.999.717	(159.229)	(335.827)	2.751.323	982.670	-	3.040.743	2.075.639	(3.628.453)	10.726.583
Total	**48.713.447**	**(1.484.516)**	**(2.732.501)**	**10.139.196**	**3.498.428**	**4.486.588**	**31.731.248**	**(14.245.693)**	**(18.754.174)**	**61.352.023**

Em 31 de dezembro - R$ mil

Consolidado - 3 estágios	2021	Amortização (1)	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(*Write off*)	2022
Pessoa jurídica	**293.491.411**	**(28.348.868)**	**179.570.219**	**(139.207.317)**	**(6.250.418)**	**299.255.027**
- Financiamentos	111.905.705	(7.759.723)	55.211.190	(47.141.196)	(608.365)	111.607.611
- Empréstimos	169.606.159	(20.589.145)	118.890.612	(89.904.675)	(5.089.778)	172.913.173
- Rotativos	11.979.547	-	5.468.417	(2.161.446)	(552.275)	14.734.243
Pessoa física	**320.342.196**	**(23.904.048)**	**148.582.863**	**(74.905.718)**	**(12.503.756)**	**357.611.537**
- Financiamentos	119.730.085	(11.078.827)	40.640.460	(22.515.997)	(781.172)	125.994.549
- Empréstimos	142.243.999	(12.825.221)	85.580.180	(50.852.375)	(8.094.131)	156.052.452
- Rotativos	58.368.112	-	22.362.223	(1.537.346)	(3.628.453)	75.564.536
Total	**613.833.607**	**(52.252.916)**	**328.153.082**	**(214.113.035)**	**(18.754.174)**	**656.866.564**

(1) Movimentação de contratos que permaneceram no mesmo estágio ao longo do exercício.

d) Reconciliação de perdas esperadas empréstimos e adiantamentos a clientes
(Contemplam perdas esperadas com operações de crédito, compromissos a liberar e garantias financeiras prestadas)

Em 31 de dezembro - R$ mil

Estágio 1	2022	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(*Write off*)	2023
Pessoa jurídica	**4.709.225**	**(140.446)**	**(215.827)**	**105.285**	**61.311**	**1.978.070**	**(2.786.888)**	**-**	**3.710.730**
- Financiamentos	1.560.991	(29.160)	(20.572)	53.638	38.247	338.386	(671.673)	-	1.269.857
- Empréstimos	2.461.407	(92.415)	(161.772)	45.821	16.493	1.517.681	(1.868.166)	-	1.919.049
- Rotativos	686.827	(18.871)	(33.483)	5.826	6.571	122.003	(247.049)	-	521.824
Pessoa física	**8.596.907**	**(334.433)**	**(495.432)**	**489.139**	**194.495**	**2.419.082**	**(4.624.193)**	**-**	**6.245.565**
- Financiamentos	691.697	(50.169)	(32.545)	226.125	19.825	190.516	(608.176)	-	437.273
- Empréstimos	3.332.473	(136.858)	(159.899)	154.331	84.418	1.588.052	(2.405.044)	-	2.457.473
- Rotativos	4.572.737	(147.406)	(302.988)	108.683	90.252	640.514	(1.610.973)	-	3.350.819
Total	**13.306.132**	**(474.879)**	**(711.259)**	**594.424**	**255.806**	**4.397.152**	**(7.411.081)**	**-**	**9.956.295**

Em 31 de dezembro - R$ mil

Estágio 2	2022	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(*Write off*)	2023
Pessoa jurídica	**2.486.457**	**(105.285)**	**(208.600)**	**140.446**	**442.005**	**1.460.921**	**(1.808.495)**	**-**	**2.407.449**
- Financiamentos	327.687	(53.638)	(47.648)	29.160	35.120	88.747	(101.646)	-	277.782
- Empréstimos	1.903.891	(45.821)	(143.760)	92.415	400.254	1.334.555	(1.573.284)	-	1.968.250
- Rotativos	254.879	(5.826)	(17.192)	18.871	6.631	37.619	(133.565)	-	161.417
Pessoa física	**6.185.062**	**(489.139)**	**(662.868)**	**334.433**	**713.543**	**1.247.324**	**(4.255.334)**	**-**	**3.073.021**
- Financiamentos	925.342	(226.125)	(127.538)	50.169	15.317	98.263	(267.425)	-	468.003
- Empréstimos	3.704.642	(154.331)	(311.408)	136.858	608.173	981.605	(3.104.782)	-	1.860.757
- Rotativos	1.555.078	(108.683)	(223.922)	147.406	90.053	167.456	(883.127)	-	744.261
Total	**8.671.519**	**(594.424)**	**(871.468)**	**474.879**	**1.155.548**	**2.708.245**	**(6.063.829)**	**-**	**5.480.470**

Em 31 de dezembro - R$ mil

Estágio 3	2022	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(*Write off*)	2023
Pessoa jurídica	**18.698.277**	**(61.311)**	**(442.005)**	**215.827**	**208.600**	**6.357.801**	**6.695.484**	**(14.626.755)**	**17.045.918**
- Financiamentos	2.345.361	(38.247)	(35.120)	20.572	47.648	140.230	1.003.847	(1.078.629)	2.405.662
- Empréstimos	15.386.054	(16.493)	(400.254)	161.772	143.760	5.943.829	4.145.539	(12.016.166)	13.348.041
- Rotativos	966.862	(6.571)	(6.631)	33.483	17.192	273.742	1.546.098	(1.531.960)	1.292.215
Pessoa física	**18.538.069**	**(194.495)**	**(713.543)**	**495.432**	**662.868**	**8.276.003**	**19.889.609**	**(25.774.816)**	**21.179.127**
- Financiamentos	1.123.181	(19.825)	(15.317)	32.545	127.538	320.483	1.317.083	(1.504.900)	1.380.788
- Empréstimos	11.130.490	(84.418)	(608.173)	159.899	311.408	6.632.759	7.751.971	(14.365.527)	10.928.409
- Rotativos	6.284.398	(90.252)	(90.053)	302.988	223.922	1.322.761	10.820.555	(9.904.389)	8.869.930
Total	**37.236.346**	**(255.806)**	**(1.155.548)**	**711.259**	**871.468**	**14.633.804**	**26.585.093**	**(40.401.571)**	**38.225.045**

Em 31 de dezembro - R$ mil

Consolidado - 3 estágios	2022	Originados	Constituição/ Reversão (1)	(*Write off*)	2023
Pessoa jurídica	**25.893.959**	**9.796.792**	**2.100.101**	**(14.626.755)**	**23.164.097**
- Financiamentos	4.234.039	567.363	230.528	(1.078.629)	3.953.301
- Empréstimos	19.751.352	8.796.065	704.089	(12.016.166)	17.235.340
- Rotativos	1.908.568	433.364	1.165.484	(1.531.960)	1.975.456
Pessoa física	**33.320.038**	**11.942.409**	**11.010.082**	**(25.774.816)**	**30.497.713**
- Financiamentos	2.740.220	609.262	441.482	(1.504.900)	2.286.064
- Empréstimos	18.167.605	9.202.416	2.242.145	(14.365.527)	15.246.639
- Rotativos	12.412.213	2.130.731	8.326.455	(9.904.389)	12.965.010
Total	**59.213.997**	**21.739.201**	**13.110.183**	**(40.401.571)**	**53.661.810**

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

Em 31 de dezembro - R$ mil

Estágio 1	2021	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Remensuração (1)	Originados	Constituição/ (Reversão) (2)	(*Write off*)	2022
Pessoa jurídica	**4.556.820**	**(101.453)**	**(110.121)**	**237.462**	**315.659**	**(625.656)**	**2.814.415**	**(2.377.901)**	**-**	**4.709.225**
- Financiamentos	1.522.532	(20.144)	(12.901)	90.454	250.104	(89.461)	503.553	(683.146)	-	1.560.991
- Empréstimos	2.488.160	(65.042)	(80.686)	118.906	51.870	(536.195)	2.085.751	(1.601.357)	-	2.461.407
- Rotativos	546.128	(16.267)	(16.534)	28.102	13.685	-	225.111	(93.398)	-	686.827
Pessoa física	**8.406.156**	**(525.542)**	**(453.601)**	**667.325**	**397.722**	**(1.069.906)**	**3.737.994**	**(2.563.241)**	**-**	**8.596.907**
- Financiamentos	937.824	(113.600)	(42.639)	289.773	50.226	(415.422)	388.709	(403.174)	-	691.697
- Empréstimos	3.369.295	(193.374)	(194.765)	177.915	241.304	(654.484)	2.126.199	(1.539.617)	-	3.332.473
- Rotativos	4.099.037	(218.568)	(216.197)	199.637	106.192	-	1.223.086	(620.450)	-	4.572.737
Total	**12.962.976**	**(626.995)**	**(563.722)**	**904.787**	**713.381**	**(1.695.562)**	**6.552.409**	**(4.941.142)**	**-**	**13.306.132**

Em 31 de dezembro - R$ mil

Estágio 2	2021	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Remensuração (1)	Originados	Constituição/ (Reversão) (2)	(*Write off*)	2022
Pessoa jurídica	**1.469.716**	**(237.462)**	**(143.437)**	**101.453**	**464.742**	**77.264**	**1.692.435**	**(938.254)**	**-**	**2.486.457**
- Financiamentos	307.316	(90.454)	(40.245)	20.144	149.822	20.059	111.823	(150.778)	-	327.687
- Empréstimos	973.523	(118.906)	(84.866)	65.042	297.079	57.205	1.472.024	(757.210)	-	1.903.891
- Rotativos	188.877	(28.102)	(18.326)	16.267	17.841	-	108.588	(30.266)	-	254.879
Pessoa física	**4.971.646**	**(667.325)**	**(688.908)**	**525.542**	**767.188**	**(212.575)**	**3.543.740**	**(2.054.246)**	**-**	**6.185.062**
- Financiamentos	1.352.248	(289.773)	(151.910)	113.600	42.244	(433.930)	308.662	(15.799)	-	925.342
- Empréstimos	2.369.866	(177.915)	(337.058)	193.374	568.679	221.355	2.641.737	(1.775.396)	-	3.704.642
- Rotativos	1.249.532	(199.637)	(199.940)	218.568	156.265	-	593.341	(263.051)	-	1.555.078
Total	**6.441.362**	**(904.787)**	**(832.345)**	**626.995**	**1.231.930**	**(135.311)**	**5.236.175**	**(2.992.500)**	**-**	**8.671.519**

Em 31 de dezembro - R$ mil

Estágio 3	2021	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Remensuração (1)	Originados	Constituição/ (Reversão) (2)	(*Write off*)	2022
Pessoa jurídica	**13.066.238**	**(315.659)**	**(464.742)**	**110.121**	**143.437**	**1.317.812**	**10.148.808**	**942.680**	**(6.250.418)**	**18.698.277**
- Financiamentos	3.304.316	(250.104)	(149.822)	12.901	40.245	(517.968)	247.238	266.920	(608.365)	2.345.361
- Empréstimos	9.280.084	(51.870)	(297.079)	80.686	84.866	1.835.780	9.610.383	178.207	(5.335.003)	15.386.054
- Rotativos	481.838	(13.685)	(17.841)	16.534	18.326	-	291.187	497.553	(307.050)	966.862
Pessoa física	**13.711.766**	**(397.722)**	**(767.188)**	**453.601**	**688.908**	**3.083.696**	**8.161.475**	**6.107.289**	**(12.503.756)**	**18.538.069**
- Financiamentos	1.015.270	(50.226)	(42.244)	42.639	151.910	297.034	374.456	115.514	(781.172)	1.123.181
- Empréstimos	8.891.678	(241.304)	(568.679)	194.765	337.058	2.786.662	6.020.157	1.804.284	(8.094.131)	11.130.490
- Rotativos	3.804.818	(106.192)	(156.265)	216.197	199.940	-	1.766.862	4.187.491	(3.628.453)	6.284.398
Total	**26.778.004**	**(713.381)**	**(1.231.930)**	**563.722**	**832.345**	**4.401.508**	**18.310.283**	**7.049.969**	**(18.754.174)**	**37.236.346**

Saldo em 31 de dezembro - R$ mil

Consolidado - 3 estágios	2021	Remensuração (1)	Originados	Constituição/ Reversão (2)	(*Write off*)	2022
Pessoa jurídica	**19.092.774**	**769.420**	**14.655.658**	**(2.373.475)**	**(6.250.418)**	**25.893.959**
- Financiamentos	5.134.164	(587.370)	862.614	(567.004)	(608.365)	4.234.039
- Empréstimos	12.741.767	1.356.790	13.168.158	(2.180.360)	(5.335.003)	19.751.352
- Rotativos	1.216.843	-	624.886	373.889	(307.050)	1.908.568
Pessoa física	**27.089.568**	**1.801.215**	**15.443.209**	**1.489.802**	**(12.503.756)**	**33.320.038**
- Financiamentos	3.305.342	(552.318)	1.071.827	(303.459)	(781.172)	2.740.220
- Empréstimos	14.630.839	2.353.533	10.788.093	(1.510.729)	(8.094.131)	18.167.605
- Rotativos	9.153.387	-	3.583.289	3.303.990	(3.628.453)	12.412.213
Total	**46.182.342**	**2.570.635**	**30.098.867**	**(883.673)**	**(18.754.174)**	**59.213.997**

(1) Movimentação de contratos que permaneceram no mesmo estágio ao longo do exercício; e
(2) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

e) Análise de sensibilidade
A mensuração da perda de créditos esperadas incorpora informações prospectivas a partir de projeções de cenários econômicos, que são desenvolvidos por uma equipe de especialistas e aprovados conforme governança de riscos da Organização. Cada cenário econômico possui a evolução ao longo do tempo de um rol de variáveis macroeconômicas, dentre as quais podemos destacar: índices de inflação (IPCA), índices de atividade econômica (PIB, desemprego, etc), taxas de juros brasileiras e moedas, refletindo as expectativas e premissas de cada cenário. As projeções são revisadas minimamente anualmente, sendo mais tempestiva em casos de eventos relevantes que possam alterar de forma material as perspectivas futuras.
A estimativa da perda de crédito esperada é feita pela combinação de múltiplos cenários, que são ponderados de acordo com a probabilidade atribuída a cada cenário, sendo o cenário-base o mais provável. Em vista a determinar possíveis oscilações da perda esperada decorrentes das projeções econômicas, foram feitas simulações alterando a ponderação dos cenários utilizados no cálculo da perda esperada. No quadro abaixo demonstramos as probabilidades atribuídas a cada cenário e os impactos:

Em 31 de dezembro de 2023 - R$ mil

	Ponderação			
	Cenário-Base	Cenário Otimista (*)	Cenário Pessimista (**)	Constituição/ (Reversão)
Simulação 1	100%	-	-	58.510
Simulação 2	-	100%	-	(660.040)
Simulação 3	-	-	100%	1.270.265

(*) Cenário em que a economia cresce mais que o esperado; e
(**) Cenário em que a economia cresce menos do que o esperado.

f) Perda esperada de empréstimos e adiantamentos

	Exercício findo em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	2022	2021
Constituição	34.849.384	32.216.964	15.348.603
Recuperações	(4.672.395)	(5.870.896)	(5.990.369)
Despesa de PDD líquida de recuperações	**30.176.989**	**26.346.068**	**9.358.234**

g) Empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados
No total de "Empréstimos e adiantamentos a clientes com perda esperada", onde estão incluídas as renegociações, que são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e, em alguns casos, desconto parcial do principal.
Renegociações podem ocorrer tanto em função de atrasos nos pagamentos ou de percepção de que a qualidade do crédito se deteriorou fortemente. O objetivo das renegociações é adequar as operações à nova capacidade do cliente de pagar seu débito.
A tabela a seguir demonstra as mudanças efetuadas e a nossa análise da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados:

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	2022
Saldo inicial	**34.353.489**	**28.619.018**
Renegociação	47.464.851	33.667.170
Recebimento/Outros (1)	(31.525.629)	(21.836.142)
Baixas	(11.180.976)	(6.096.557)
Saldo final	**39.111.735**	**34.353.489**
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	(16.110.380)	(13.876.069)
Empréstimos e adiantamentos aos clientes totais renegociados, líquido de perda por redução ao valor recuperável	**23.001.355**	**20.477.420**
Perda por redução ao valor recuperável sobre os empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do total dos empréstimos e adiantamentos renegociados	41,2%	40,4%
Total dos empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do portfólio de empréstimo total	6,2%	5,2%
Total dos empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do portfólio de empréstimo total, líquido de perda por redução ao valor recuperável	6,7%	5,6%

(1) Contempla a liquidação de contratos renegociados por meio da realização de novas operações.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP DISCLOSURE INSIGHT ACTION | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

No momento em que o empréstimo é modificado, a Administração considera as condições do novo empréstimo e o vencimento renegociado, e não mais o considera vencido. A partir da data da modificação, os juros renegociados começam a acumular, utilizando o método da taxa efetiva de juros, levando em consideração a capacidade do cliente quitar o empréstimo, com base na análise efetuada pela Administração. Se o cliente não consegue manter os novos termos negociados, a Administração considera cessar o acúmulo a partir desse ponto.
Adicionalmente, quaisquer saldos relativos a empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados, que já tenham sido baixados e registrados em contas fora do balanço patrimonial, bem como quaisquer ganhos de renegociações, são reconhecidos apenas quando recebidos.

12) ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Bens não de uso próprio		
Imóveis	991.486	878.814
Veículos e afins	314.041	327.808
Máquinas e equipamentos	776	1.108
Outros	22.227	29.201
Total	**1.328.530**	**1.236.931**

Os ativos não circulantes recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes mantidos para venda por meio da execução de leilões, os quais ocorrem normalmente em até um ano. Ativos não correntes mantidos para venda são destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e sua ocorrência é esperada em até um ano.

13) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E *JOINT VENTURE*

a) Composição dos investimentos em coligadas e *joint venture*

R$ mil

	Em 31 de dezembro de 2023							Acumulado em 31 de dezembro de 2023		
Empresas	**Participação total**	**Participação com direito a voto**	**Valor contábil do investimento**	**Ativo circulante da investida**	**Ativo não circulante da investida**	**Passivo circulante da investida**	**Passivo não circulante da investida**	**Resultado da equivalência patrimonial (1)**	**Receitas (2)**	**Lucro líquido/ (prejuízo) do período da investida**
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	20,00%	20,00%	105.766	4.294.581	2.198.375	4.276.354	1.689.663	(5.296)	331.786	(27.237)
Tecnologia Bancária S.A. (3)	24,55%	24,32%	237.568	964.701	2.300.906	1.182.701	1.106.646	3.149	2.875.219	12.828
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (3)	40,00%	40,00%	549.669	3.156.150	1.721.943	3.387.628	361.839	62.163	1.843.974	155.409
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (3) (4)	16,82%	16,00%	61.073	153.360	1.092.648	269.606	613.865	(7.066)	284.062	(38.572)
Outras (5)			7.234.917					1.160.949		
Total dos investimentos em coligadas			**8.188.993**					**1.213.899**		
Elo Participações Ltda. (6)	50,01%	50,01%	1.427.847	1.023.779	2.627.543	563.008	103.084	887.782	(77.119)	1.757.753
Total dos investimentos em *joint ventures*			**1.427.847**					**887.782**		
Total geral em 31 de dezembro de 2023			**9.616.840**					**2.101.681**		

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;
(2) Receita da intermediação financeira ou receita de prestação de serviços;
(3) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem de data de até 60 dias, permitidos pela regulamentação;
(4) Diluição de participação decorrente da ingressão de novo acionista com emissão de novas ações;
(5) Inclui, basicamente, os investimentos em companhias abertas Cielo S.A. e Fleury S.A. A Organização recebeu de juros sobre capital próprio, no valor de R$ 249.649 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 referente à Empresa Cielo S.A.; e
(6) Empresa brasileira, prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e outros meios de pagamento. Até 31 de dezembro de 2023, a Organização recebeu R$ 722.650 mil de dividendos deste investimento.

R$ mil

	Em 31 de dezembro de 2022							Acumulado em 31 de dezembro de 2022		
Empresas	**Participação total**	**Participação com direito a voto**	**Valor contábil do investimento**	**Ativo circulante da investida**	**Ativo não circulante da investida**	**Passivo circulante da investida**	**Passivo não circulante da investida**	**Resultado da equivalência patrimonial**	**Receitas (1)**	**Lucro líquido/ (prejuízo) do período da investida**
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	20,00%	20,00%	110.666	3.942.918	2.532.418	3.540.598	2.382.666	500	524.945	2.500
Tecnologia Bancária S.A. (2)	24,55%	24,55%	234.418	792.287	2.126.537	882.585	1.080.496	14.928	2.905.617	70.567
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (2)	40,00%	40,00%	427.295	3.090.774	1.454.859	3.450.969	278.095	11.090	2.556.993	27.725
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (2)	21,02%	21,02%	23.613	380.640	1.103.210	433.538	677.412	(17.697)	233.953	(79.456)
Outras (3)			6.720.922					708.065		
Total dos investimentos em coligadas			**7.516.914**					**716.886**		
Elo Participações Ltda. (4)	50,01%	50,01%	1.453.599	1.030.474	2.235.890	461.727	164.576	639.040	(64.130)	3.266.364
Total dos investimentos em *joint ventures*			**1.453.599**					**639.040**		
Total geral em 31 de dezembro de 2022			**8.970.513**					**1.355.926**		

(1) Receita da intermediação financeira ou receita de prestação de serviços;
(2) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem de data de até 60 dias, permitidos pela regulamentação;
(3) Inclui, basicamente, os investimentos em companhias abertas Cielo S.A. e Fleury S.A. A Organização recebeu de juros sobre capital próprio, R$ 204.103 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referente à Empresa Cielo S.A.; e
(4) Empresa brasileira, prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e outros meios de pagamento. Até 31 de dezembro de 2022, a Organização recebeu R$ 471.392 mil de dividendos deste investimento.

A Organização não possui passivos contingentes de investimentos em coligadas, o qual é responsável em parte ou na totalidade.

b) Movimentação dos investimentos em coligadas

R$ mil

	2023	**2022**
Saldo no início do exercício	**8.970.513**	**7.557.566**
Entradas	14.333	348.801
Baixas	-	(218.797)
Resultado de participações em coligadas	2.101.681	1.355.926
Dividendos/JCP	(936.478)	(749.109)
Outras	(533.209)	676.126
Saldo em 31 de dezembro	**9.616.840**	**8.970.513**

14) IMOBILIZADO DE USO

a) Composição por classe de imobilizado de uso

R$ mil

	Depreciação	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Valor residual**
Edificações	4%	8.386.525	(4.776.314)	3.610.211
Terrenos	-	912.088	-	912.088
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	6.070.838	(2.996.346)	3.074.492
Sistemas de segurança e comunicações	10%	404.802	(278.452)	126.350
Sistemas de processamento de dados	20 a 40%	12.361.949	(9.056.887)	3.305.062
Sistemas de transportes	10 a 20%	237.034	(147.228)	89.806
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (1)		**28.373.236**	**(17.255.227)**	**11.118.009**
Edificações	4%	8.091.082	(3.971.609)	4.119.473
Terrenos	-	929.066	-	929.066
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	6.278.097	(3.049.442)	3.228.655
Sistemas de segurança e comunicações	10%	371.569	(296.778)	74.791
Sistemas de processamento de dados	20 a 40%	12.268.559	(8.744.776)	3.523.783
Sistemas de transportes	10 a 20%	229.717	(134.363)	95.354
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (1)		**28.168.090**	**(16.196.968)**	**11.971.122**

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da norma IFRS 16.

Celebramos contratos de arrendamento mercantil, basicamente, para imóveis e equipamentos de processamento de dados, que são registrados como edificações e equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Veja Nota 23 para a divulgação da obrigação.

b) Movimentação líquida do imobilizado de uso por classe

R$ mil

	Edificações	**Terrenos**	**Instalações, imóveis e equipamentos de uso**	**Sistema de segurança e comunicações**	**Sistemas de processamento de dados**	**Sistemas de transporte**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**5.935.485**	**973.725**	**3.162.933**	**102.094**	**3.231.533**	**107.335**	**13.513.105**
Adições	875.455	-	774.483	18.648	2.031.532	28.235	3.728.353
Baixas	(627.251)	(44.659)	(133.196)	(8.867)	(553.933)	(15.470)	(1.383.376)
Redução ao valor recuperável	-	-	(44)	(175)	(3.476)	-	(3.695)
Depreciação (2)	(711.861)	-	(575.521)	(36.909)	(1.181.873)	(24.746)	(2.530.910)
Transferências	(1.352.355)	-	-	-	-	-	(1.352.355)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (1)	**4.119.473**	**929.066**	**3.228.655**	**74.791**	**3.523.783**	**95.354**	**11.971.122**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**4.119.473**	**929.066**	**3.228.655**	**74.791**	**3.523.783**	**95.354**	**11.971.122**
Adições	764.177	-	847.636	78.638	1.132.190	18.919	2.841.560
Baixas	(550.332)	(16.978)	(497.896)	-	-	(1.652)	(1.066.858)
Redução ao valor recuperável	-	-	-	(347)	(1.382)	-	(1.729)
Depreciação (2)	(723.107)	-	(503.903)	(26.732)	(1.349.529)	(22.815)	(2.626.086)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (1)	**3.610.211**	**912.088**	**3.074.492**	**126.350**	**3.305.062**	**89.806**	**11.118.009**

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da norma IFRS 16; e
(2) A diferença para o valor apresentado na nota de despesa com depreciação, refere-se a despesa atribuível ao resultado de seguros e conforme a IFRS 17 devem ser apresentadas nesta rubrica da DRE.

15) ATIVOS INTANGÍVEIS E ÁGIO

a) Movimentação dos ativos intangíveis e ágio por classe

R$ mil

		Ativos intangíveis				
	Ágio	**Aquisição de direitos financeiros (1)**	***Software (1)***	**Carteira de clientes (1)**	**Outros (1)**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**6.048.734**	**3.049.946**	**4.727.802**	**1.048.641**	**35.884**	**14.911.007**
Adições/baixas	493.357	1.895.195	4.277.979	455.548	916.296	8.038.375
Redução ao valor recuperável	-	(175.259)	(842.000)	-	-	(1.017.259)
Amortização (2)	-	(1.215.247)	(1.214.388)	(251.704)	(450.971)	(3.132.310)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**6.542.091**	**3.554.635**	**6.949.393**	**1.252.485**	**501.209**	**18.799.813**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**6.542.091**	**3.554.635**	**6.949.393**	**1.252.485**	**501.209**	**18.799.813**
Adições/baixas	54.558	4.060.641	3.122.163	75.064	(6.812)	**7.305.614**
Redução ao valor recuperável	-	(102.158)	(2.092)	-	-	**(104.250)**
Amortização (2)	-	(1.701.950)	(1.606.248)	(212.068)	(373.765)	**(3.894.031)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**6.596.649**	**5.811.168**	**8.463.216**	**1.115.481**	**120.632**	**22.107.146**

(1) Taxa de amortização: aquisição de direitos bancários - dentro dos prazos do contrato; software - 20%; carteira de clientes - até 20%; e outros - 20%; e
(2) A diferença para o valor apresentado na nota de despesa com amortização, refere-se a despesas atribuíveis ao resultado de seguros e conforme a IFRS 17 devem ser apresentadas nesta rubrica da DRE.

b) Composição do ágio por segmento

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Bancário	6.107.282	6.075.648
Seguros	489.367	466.443
Total	**6.596.649**	**6.542.091**

As Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) alocadas no segmento bancário e de Seguros, Previdência e Capitalização são testadas anualmente para perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio. Não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio em 2023 e 2022.

16) OUTROS ATIVOS

a) Outros ativos

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Ativos financeiros (4) (5)	**56.958.860**	**65.705.559**
Operações de câmbio (1)	27.704.682	36.970.153
Devedores por depósitos em garantia (2)	20.787.578	20.462.101
Negociação e intermediação de valores	3.720.053	4.291.006
Títulos e créditos a receber	2.667.921	2.039.371
Rendas a receber	2.078.626	1.942.928
Outros ativos	**9.597.412**	**10.422.358**
Devedores diversos	3.405.012	3.723.722
Despesas antecipadas	2.934.506	2.735.654
Relações interfinanceiras e interdependências	297.291	238.649
Outros (3)	2.960.603	3.724.333
Total	**66.556.272**	**76.127.917**

(1) Refere-se, basicamente, a compras em moeda estrangeira efetuadas pela instituição para os clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrentes de operações de venda de câmbio;
(2) Refere-se a depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, inclusive garantias prestadas em dinheiro, tais como os realizados para interposição de recursos em repartições ou juízos e os que garantem prestação de serviço de qualquer natureza;
(3) Inclui, basicamente, material em estoque, valores a receber, outros adiantamentos, antecipações e pagamentos a ressarcir e propriedade para investimento;
(4) Ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado; e
(5) Em 2023 e 2022, não houve constituição de perdas esperadas para outros ativos financeiros.

17) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os passivos financeiros denominados de "Recursos de instituições financeiras" são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

a) Composição por natureza

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Depósitos à vista	1.503.278	1.187.198
Depósitos interfinanceiros	2.354.799	1.553.496
Captações no mercado aberto	272.404.788	222.694.031
Obrigações por empréstimos	22.809.333	32.625.290
Obrigações por repasses	24.350.585	23.888.023
Total	**323.422.783**	**281.948.038**

18) RECURSOS DE CLIENTES

Os passivos financeiros denominados de "Recursos de clientes" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

a) Composição por natureza

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Depósitos à vista	49.634.288	56.882.411
Depósitos de poupança	131.003.553	134.624.479
Depósitos a prazo	441.296.839	399.175.316
Total	**621.934.680**	**590.682.206**

19) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Composição por tipo de papel emitido e localização

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Títulos emitidos - País:		
Letras de crédito imobiliário	52.115.729	51.258.545
Letras de agronegócio	40.062.692	31.176.213
Letras financeiras	105.426.827	93.772.038
Letras imobiliárias garantidas	36.144.798	30.290.640
Subtotal	**233.750.046**	**206.497.436**
Títulos e valores mobiliários - Exterior:		
Euronotes	3.442.593	3.934.384
Títulos emitidos por meio de securitização - (item (b))	3.925.938	8.456.444
Subtotal	**7.368.531**	**12.390.828**
Certificados de operações estruturadas	**3.847.681**	**3.369.064**
Total geral	**244.966.258**	**222.257.328**

b) Títulos emitidos por meio de securitização

Desde 2003, o Bradesco utiliza determinados acordos para otimizar suas atividades de captação e administração de liquidez por meio de Entidade de Propósito Específico (EPE). Essa EPE, denominada *International Diversified Payment Rights Company*, é financiada com obrigações de longo prazo e liquidada por meio do fluxo de caixa futuro dos ativos correspondentes, que basicamente, compreendem fluxos de ordens de pagamento atuais e futuros remetidos por pessoas físicas e jurídicas localizadas no exterior para beneficiários no Brasil pelos quais o Bradesco atua como pagador.

Os títulos de longo prazo, emitidos pela EPE e vendidos a investidores, são liquidados com os recursos oriundos dos fluxos das ordens de pagamento. O Bradesco é obrigado a resgatar os títulos em casos específicos de inadimplência ou encerramento das operações da EPE.

Os recursos provenientes da venda dos fluxos atuais e futuros de ordens de pagamento, recebidos pela EPE, devem ser mantidos em conta bancária específica até que um determinado nível mínimo seja atingido.

c) Movimentação líquida de recursos de emissão de títulos

	R$ mil	
	2023	**2022**
Saldo inicial no exercício	**222.257.328**	**166.228.542**
Emissões	105.259.934	101.692.599
Juros	25.707.778	21.101.371
Liquidação e pagamentos de juros	(108.774.110)	(64.795.895)
Variação cambial e outros	515.328	(1.969.289)
Saldo final em 31 de dezembro	**244.966.258**	**222.257.328**

20) DÍVIDAS SUBORDINADAS

a) Composição das dívidas subordinadas

			Em 31 de dezembro - R$ mil	
Vencimento	**Prazo original em anos**	**Valor da operação**	**2023**	**2022**
No País:				
Letras financeiras:				
2023		-	-	2.430.244
2024	7	67.450	133.720	118.737
2025	7	3.871.906	5.952.305	5.211.294
2027	7	401.060	566.936	492.360
2023		-	-	3.083.598
2024	8	136.695	277.420	243.608
2025	8	3.328.102	3.669.281	3.642.764
2026	8	694.800	1.066.237	932.713
2028	8	55.437	78.390	67.985
2030	8	2.368.200	2.976.339	2.581.541
2024	9	3.924	10.634	12.354
2025	9	362.212	677.550	616.544
2027	9	89.700	146.531	129.175
2023		-	-	1.643.525
2025	10	284.137	959.846	827.974
2026	10	196.196	501.506	438.172
2027	10	256.243	472.023	423.111
2028	10	248.300	451.350	402.261
2030	10	134.500	190.207	171.951
2031	10	7.270.000	9.973.583	8.618.267
2032	10	5.378.500	6.714.453	5.813.434
2033	10	531.000	557.446	-
2026	11	2.500	4.133	6.907
2027	11	47.046	91.696	80.272
2028	11	74.764	143.520	129.311
Perpétua	-	13.798.555	14.722.748	14.123.230
Total geral (1)			**50.337.854**	**52.241.332**

(1) Inclui o montante de R$ 39.279.827 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 37.781.759 mil), referente às dívidas subordinadas registradas como "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" para fins de capital regulamentar.

b) Movimentação líquida das dívidas subordinadas

	R$ mil	
	2023	**2022**
Saldo inicial no exercício	**52.241.332**	**54.451.077**
Emissões	1.129.800	9.796.000
Juros	7.007.236	7.262.125
Liquidação e pagamentos de juros	(10.040.514)	(18.768.306)
Variação cambial	-	(499.564)
Saldo final em 31 de dezembro	**50.337.854**	**52.241.332**

21) CONTRATOS DE SEGUROS

a) Passivos de contratos de seguros

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Passivo de cobertura remanescente	**331.148.632**	**292.524.729**
- Abordagem de alocação de prêmios	3.256.881	3.981.922
Modelo geral/abordagem de taxa variável	**327.891.751**	**288.542.807**
- Melhor estimativa do passivo	301.644.946	264.487.570
- Ajuste do risco não financeiro	1.832.047	1.892.918
- Margem de cobertura de seguros	24.414.758	22.162.319
Passivo de sinistros incorridos	**13.643.590**	**12.231.236**
- Melhor estimativa do passivo	13.150.546	11.929.406
- Ajuste do risco não financeiro	493.044	301.830
Total dos passivos de contratos de seguros	**344.792.222**	**304.755.965**

b) Cobertura remanescente para modelo geral (BBA)/abordagem de taxa variável (VFA)

	Em 31 de dezembro - R$ mil					
	2023			**2022**		
	Contratos não onerosos	**Contratos onerosos**	**Total**	**Contratos não onerosos**	**Contratos onerosos**	**Total**
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de saída futuros	**388.031.144**	**36.009.806**	**424.040.950**	**326.000.065**	**35.869.281**	**361.869.346**
- Fluxos de caixa de aquisição	3.318.639	72.598	3.391.237	2.188.126	92.900	2.281.026
- Sinistros e outras despesas diretamente atribuíveis	384.712.505	35.937.208	420.649.713	323.811.939	35.776.381	359.588.320
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de entrada futura	(115.748.997)	(6.647.007)	(122.396.004)	(91.126.830)	(6.254.946)	(97.381.776)
Ajuste de risco não financeiro	994.571	837.476	1.832.047	937.543	955.375	1.892.918
Margem de cobertura de seguros	23.928.554	486.204	24.414.758	21.929.385	232.934	22.162.319
Total de cobertura remanescente do modelo geral/modelo de taxa variável	**297.205.272**	**30.686.479**	**327.891.751**	**257.740.163**	**30.802.644**	**288.542.807**

c) Realização da margem de cobertura de seguros

	R$ mil						
	Até 1 ano	**1 a 2 anos**	**2 a 3 anos**	**3 a 4 anos**	**4 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Contratos de seguro emitidos							
- Seguro direto	2.489.957	2.423.170	1.883.419	1.624.982	1.405.499	14.587.731	24.414.758
Modelo geral/abordagem de taxa variável em 31 de dezembro de 2023	**2.489.957**	**2.423.170**	**1.883.419**	**1.624.982**	**1.405.499**	**14.587.731**	**24.414.758**
Contratos de seguro emitidos							
- Seguro direto	3.210.179	1.736.463	1.671.090	1.317.926	1.163.876	13.062.785	22.162.319
Modelo geral/abordagem de taxa variável em 31 de dezembro de 2022	**3.210.179**	**1.736.463**	**1.671.090**	**1.317.926**	**1.163.876**	**13.062.785**	**22.162.319**

d) Movimentação dos passivos de contratos de seguros

	R$ mil					
	Passivo por cobertura remanescente		**Passivo de sinistros incorridos (PSI) Modelo geral/abordagem de taxa variável (BBA/VFA)**		**Passivo de sinistros incorridos (PSI) Abordagem de alocação de prêmios (PAA)**	
Valores reconhecidos para cobertura remanescente e sinistros incorridos	**Excluindo componente de perda**	**Componente de perda**	**Valor presente do fluxo de caixa futuro (VP FCF)**	**Ajuste de risco (RA)**	**Melhor estimativa de saída (BEL)**	**Ajuste de risco (RA)**
Saldo inicial no exercício	**286.304.346**	**6.220.383**	**2.043.558**	**52.341**	**9.885.830**	**249.507**
Receitas de seguros	**(51.980.046)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
- Contratos pelo método retrospectivo total	(47.080.099)	-	-	-	-	-
- Contratos pelo método do valor justo	(4.899.947)	-	-	-	-	-
Despesas de seguros	**224.948**	**(450.992)**	**(893.936)**	**14.280**	**997.384**	**144.198**
- Sinistros avisados e outras despesas de seguro	224.948	(17)	(2.739.901)	(68.697)	(24.668.608)	(603.871)
- Ajustes para passivos de sinistros incorridos	-	-	1.845.965	82.977	25.665.992	748.069
- Recuperações de contratos onerosos	-	(450.975)	-	-	-	-
Resultado de seguro	**(51.755.098)**	**(450.992)**	**(893.936)**	**14.280**	**997.384**	**144.198**
Despesas financeiras	**21.346.087**	**(6.817)**	**132.910**	**4.024**	**830.999**	**21.979**
- Despesas financeiras de contratos de seguro	21.346.087	(6.817)	132.910	4.024	830.999	21.979
Total de mudanças na demonstração do resultado abrangente	**1.710.833**	**294**	**20.379**	**1.303**	**133.461**	**5.374**
Contratos reconhecidos no período	**105.954.544**	**258.688**	**-**	**-**	**-**	**-**
Fluxos de caixa estimado	**(39.050.180)**	**616.543**	**-**	**-**	**-**	**-**
- Prêmios recebidos	(28.295.470)	-	-	-	-	-
- Componente de investimento	-	-	-	-	-	-
- Comissões	(245.201)	-	-	-	-	-
- Ajuste de experiência	(10.509.509)	616.543	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**324.510.532**	**6.638.099**	**1.302.911**	**71.948**	**11.847.674**	**421.058**

	R$ mil					
	Passivo por cobertura remanescente		**Passivo de sinistros incorridos (PSI) Modelo geral/abordagem de taxa variável (BBA/VFA)**		**Passivo de sinistros incorridos (PSI) Abordagem de alocação de prêmios (PAA)**	
Valores reconhecidos para cobertura remanescente e sinistros incorridos	**Excluindo componente de perda**	**Componente de perda**	**Valor presente do fluxo de caixa futuro (VP FCF)**	**Ajuste de risco (RA)**	**Melhor estimativa de saída (BEL)**	**Ajuste de risco (RA)**
Saldo inicial no exercício	**262.071.331**	**6.021.815**	**1.683.469**	**31.933**	**10.521.649**	**199.394**
Receitas de seguros	**(45.339.639)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
- Contratos pelo método retrospectivo total	(40.135.537)	-	-	-	-	-
- Contratos pelo método do valor justo	(5.204.102)	-	-	-	-	-
Despesas de seguros	**103.005**	**(281.196)**	**240.998**	**17.798**	**(1.241.314)**	**37.128**
- Sinistros avisados e outras despesas de seguro	103.005	(94)	(3.096.622)	(70.395)	(22.768.330)	(513.703)
- Ajustes para passivos de sinistros incorridos	-	-	3.337.620	88.193	21.527.016	550.831
- Recuperações de contratos onerosos	-	(281.102)	-	-	-	-
Resultado de seguro	**(45.236.634)**	**(281.196)**	**240.998**	**17.798**	**(1.241.314)**	**37.128**
Despesas financeiras	**17.819.331**	**(676)**	**135.485**	**2.945**	**708.772**	**14.997**
- Despesas financeiras de contratos de seguro	17.819.331	(676)	135.485	2.945	708.772	14.997
Total de mudanças na demonstração do resultado abrangente	**(3.858.009)**	**-**	**(16.394)**	**(335)**	**(103.277)**	**(2.012)**
Contratos reconhecidos no período	**103.548.967**	**401.065**	**-**	**-**	**-**	**-**
Fluxos de caixa estimado	**(48.040.640)**	**79.375**	**-**	**-**	**-**	**-**
- Prêmios recebidos	(32.298.080)	-	-	-	-	-
- Componente de investimento	-	-	-	-	-	-
- Comissões	(252.391)	-	-	-	-	-
- Ajuste de experiência	(15.490.169)	79.375	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**286.304.346**	**6.220.383**	**2.043.558**	**52.341**	**9.885.830**	**249.507**

e) Movimentação das reservas - Modelo geral/abordagem de taxa variável (BBA/VFA)

	Em 31 de dezembro - R$ mil					
	2023			**2022**		
	Melhor estimativa de saída (BEL)	**Ajuste de risco (RA)**	**Margem de cobertura de seguros (CSM)**	**Melhor estimativa de saída (BEL)**	**Ajuste de risco (RA)**	**Margem de cobertura de seguros (CSM)**
Saldo inicial no exercício	**264.487.570**	**1.892.918**	**22.162.319**	**238.116.071**	**1.590.686**	**25.598.148**
Mudanças relacionadas ao período atual	**(303.110)**	**(171.747)**	**(9.993.747)**	**(160.581)**	**(174.161)**	**(3.519.869)**
- Margem de cobertura reconhecida no período	-	-	(3.116.917)	-	-	(2.928.954)
- Mudanças no ajuste de risco reconhecidas no período	-	(171.747)	-	-	(174.161)	-
- Ajuste de Experiência	(303.110)	-	(6.876.830)	(160.581)	-	(590.915)
Mudanças relacionadas aos períodos futuros	**52.232.214**	**(41.922)**	**11.509.379**	**48.167.957**	**386.520**	**(535.356)**
- Mudanças nas estimativas que ajustam a margem de cobertura de seguros	(5.232.173)	(274.168)	3.320.395	(5.699.321)	275.681	(8.797.751)
- Mudanças nas estimativas que não ajustam a margem de cobertura de seguros	1.715.126	44.225	-	(3.775.585)	(117.813)	-
- Contratos inicialmente reconhecidos no período	55.749.261	188.021	8.188.984	57.642.863	228.652	8.262.395
Resultado de seguro	**51.929.104**	**(213.669)**	**1.515.632**	**48.007.376**	**212.359**	**(4.055.225)**
Despesas financeiras totais	**20.401.948**	**152.798**	**736.807**	**17.144.771**	**89.873**	**619.396**
- Despesas financeiras de contratos de seguro	20.401.948	152.798	736.807	17.144.771	89.873	619.396
Fluxos de caixa estimados	**(35.173.676)**	**-**	**-**	**(38.780.648)**	**-**	**-**
- Prêmios recebidos	(29.595.299)	-	-	(33.478.564)	-	-
- Sinistros e outras despesas de seguros	(5.333.175)	-	-	(5.049.653)	-	-
- Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(245.202)	-	-	(252.431)	-	-
Saldo final em 31 de dezembro	**301.644.946**	**1.832.047**	**24.414.758**	**264.487.570**	**1.892.918**	**22.162.319**

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf

Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

f) Margem de cobertura de seguros

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023			2022		
	Contratos avaliados por meio do valor justo em transição	Contratos avaliados pelo método retrospectivo total	Total	Contratos avaliados por meio do valor justo em transição	Contratos avaliados pelo método retrospectivo total	Total
Saldo inicial no exercício	**11.188.719**	**10.973.600**	**22.162.319**	**16.954.759**	**8.643.389**	**25.598.148**
Mudanças em relação ao período atual	**(1.213.472)**	**(1.903.445)**	**(3.116.917)**	**(1.137.182)**	**(1.791.772)**	**(2.928.954)**
- Margem de cobertura de seguros reconhecidos no período	(1.213.472)	(1.903.445)	(3.116.917)	(1.137.182)	(1.791.772)	(2.928.954)
Mudanças em relação aos períodos futuros	**1.298.426**	**3.334.123**	**4.632.549**	**(4.794.423)**	**3.668.152**	**(1.126.271)**
- Contratos inicialmente reconhecidos	158.162	8.030.822	8.188.984	200.620	8.061.775	8.262.395
- Mudanças nas estimativas que ajustam a margem de cobertura de seguros	1.140.264	(4.696.699)	(3.556.435)	(4.995.043)	(4.393.623)	(9.388.666)
Resultado de Seguros	**84.954**	**1.430.678**	**1.515.632**	**(5.931.605)**	**1.876.380**	**(4.055.225)**
Despesas financeiras de contratos de seguro	**39.855**	**696.952**	**736.807**	**165.565**	**453.831**	**619.396**
Saldo final em 31 de dezembro	**11.313.528**	**13.101.230**	**24.414.758**	**11.188.719**	**10.973.600**	**22.162.319**

g) Movimentação de outros resultados abrangentes

	Exercício findo em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	2022
Saldo no início do exercício	**2.385.912**	**-**
Mudanças no outros resultados abrangentes	**(1.120.457)**	**2.385.912**
Receitas e despesas reconhecidas no período em Outros resultados abrangentes	(1.871.540)	3.980.027
Imposto diferido	751.083	(1.594.115)
Saldo final em 31 de dezembro	**1.265.455**	**2.385.912**

h) Receita de seguros

	Exercício findo em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	2022
Valores relacionados a mudanças nas responsabilidades por cobertura remanescente (PCR)	**51.252.827**	**44.245.342**
Saídas referentes a contratos do modelo geral	4.806.020	4.523.535
Mudança no ajuste de risco não financeiro	171.746	174.161
Margem de cobertura de seguros reconhecidos para modelo geral e taxa variável	1.656.674	1.196.103
Saídas referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	44.618.387	38.351.543
Receita de seguro	**51.252.827**	**44.245.342**

i) Despesa financeira de seguros

	Exercício findo em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	2022
Despesas financeiras de contratos de seguro emitidos	**(35.755.410)**	**(23.998.957)**
Mudanças na obrigação de pagar decorrente do retorno de investimento	(11.547.973)	(9.297.454)
Acreditação de juros	(22.335.897)	(18.681.530)
Efeito das variações nas taxas de juros	(1.871.540)	3.980.027
Valores reconhecidos no resultado	**(33.883.870)**	**(27.978.984)**
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	**(1.871.540)**	**3.980.027**

j) Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem por objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

R$ mil

Ocorrência/Pagamento	Ano de pagamento 1	Ano de pagamento 2	Ano de pagamento 3	Ano de pagamento 4	Ano de pagamento 5	Ano de pagamento 6	Ano de pagamento 7	Ano de pagamento 8	Ano de pagamento 9	Ano de pagamento 10
Ano de ocorrência 1	2.908.266	3.327.109	3.080.548	3.064.236	3.071.767	3.093.643	3.102.813	3.113.939	3.121.539	3.123.288
Ano de ocorrência 2	3.176.928	3.529.190	3.229.930	3.242.113	3.268.150	3.282.321	3.291.007	3.298.296	3.304.373	-
Ano de ocorrência 3	3.338.302	3.591.931	3.272.905	3.273.854	3.296.693	3.306.411	3.316.805	3.311.850	-	-
Ano de ocorrência 4	3.434.135	3.830.433	3.494.627	3.508.886	3.518.146	3.526.704	3.539.957	-	-	
Ano de ocorrência 5	3.175.849	3.495.099	3.174.133	3.184.107	3.205.436	3.207.783	-	-	-	-
Ano de ocorrência 6	3.084.384	3.456.624	3.206.677	3.223.106	3.241.790	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 7	3.074.914	3.479.331	3.078.188	3.071.474	-	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 8	4.440.386	4.320.569	4.009.317	-	-	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 9	31.192.208	32.032.090	-	-	-	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 10	26.795.507	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos acumulados até a data base	**26.795.507**	**32.032.090**	**4.009.317**	**3.071.474**	**3.241.790**	**3.207.783**	**3.539.957**	**3.311.850**	**3.304.373**	**3.123.288**
Estimativa dos sinistros até a data base	11.417.501	823.166	472.974	255.184	166.926	129.215	100.518	69.318	43.071	-
Sinistros estimados a pagar até a data base	**38.213.008**	**32.855.256**	**4.482.291**	**3.326.658**	**3.408.716**	**3.336.998**	**3.640.475**	**3.381.168**	**3.347.444**	**3.123.288**

	R$ mil
Sinistros estimados a pagar	13.477.873
Ajuste ao valor presente	(1.006.080)
Ajuste pelo risco não financeiro	262.652
Outras estimativas	909.145
Passivo para sinistros incorridos em 31 de dezembro de 2023	**13.643.590**

22) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das medias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Bradesco não têm valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização referentes a produtos e serviços bancários e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Em relação às ações judiciais pleiteando supostas diferenças de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança, em decorrência da implantação dos planos econômicos, que fizeram parte da política econômica do Governo Federal no combate à inflação nas décadas de 80 e 90, o Bradesco, embora tenha cumprido a legislação e regulamentação vigente à época, provisionou referidos processos, considerando as ações em que foi citado e as correspondentes perspectivas de perdas de cada demanda, tendo em vista as decisões e as matérias ainda em análise no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em dezembro de 2017, com mediação da Advocacia Geral da União (AGU) e interveniência do Banco Central do Brasil (BCB), as entidades representativas dos bancos e dos poupadores, firmaram acordo relacionado aos litígios de planos econômicos, com a finalidade de encerramento dessas ações, no qual foram estabelecidos condições e cronograma para os poupadores exercerem o direito a adesão. O referido acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1º de março de 2018. Em 11 de março de 2020 as entidades signatárias celebraram aditivo prorrogando o acordo coletivo pelo prazo de 5 (cinco) anos, o Supremo Tribunal Federal homologou a prorrogação do acordo por 30 meses. Em 16 de dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) homologou o pedido de prorrogação do acordo por mais 30 meses. Considerando tratar de acordo voluntário, o qual não obriga o poupador à adesão, não existe estimativa de quantos o farão. Destaca-se que, o Bradesco entende que possui provisionamento para cobrir os processos elegíveis ao referido acordo.

Cabe ressaltar que, quanto a esses litígios de planos econômicos, o Supremo Tribunal Federal (STF) mantém suspenso o andamento de todos os processos sem julgamento definitivo, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte, quanto ao direito discutido.

III - Provisão para riscos fiscais

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas, dos quais destacamos:

- PIS e Cofins - R$ 3.099.917 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 2.906.220 mil): pleiteia calcular e recolher as contribuições ao PIS e a Cofins somente sobre venda de mercadorias/prestação de serviços (faturamento), excluindo das bases de cálculo as receitas financeiras;
- Contribuições Previdenciárias - R$ 1.954.679 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 1.824.202 mil): autuações relativas às contribuições previdenciárias sobre aportes em planos de previdência privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas às incidências de tais contribuições e multa isolada pela não retenção de IRRF sobre referidos aportes;
- PIS e Cofins - R$ 754.518 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 657.370 mil): pleiteia assegurar as empresas o direito de recolher as contribuições ao PIS e a Cofins pelo regime cumulativo (alíquota 3,65% sobre vendas de mercadorias/prestação de serviços); e
- INSS - Contribuição ao SAT - R$ 500.775 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 480.085 mil): em ação ordinária movida pela Federação Nacional dos Bancos - Febraban, desde abril de 2007, em nome de seus associados, é questionado o enquadramento dos bancos no grau de risco mais elevado, no que tange ao Risco de Acidentes de Trabalho - RAT, o que acabou por elevar a alíquota da respectiva contribuição de 1% para 3%, conforme Decreto nº 6.042/07.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

Em março de 2023, o Banco Bradesco aderiu ao programa "Litígio Zero", conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 12 de janeiro de 2023, a qual possibilita redução de até 100% no valor dos juros e das multas sobre os créditos tributários em contencioso administrativo fiscal, considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação.

IV - Movimentação das outras provisões

R$ mil

	Trabalhista	Cível	Fiscais
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**6.729.107**	**9.178.471**	**8.072.037**
Atualização monetária	762.281	409.432	511.159
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	906.488	1.214.974	(929.438)
Pagamentos	(2.387.910)	(2.813.670)	(176.394)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**6.009.966**	**7.989.207**	**7.477.364**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**6.009.966**	**7.989.207**	**7.477.364**
Atualização monetária	630.797	491.102	472.830
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	1.258.040	4.002.792	(516.056)
Pagamentos	(3.276.665)	(3.895.488)	(374.834)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.622.138**	**8.587.613**	**7.059.304**

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2023, R$ 9.977.528 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 9.211.004 mil) para os processos cíveis e R$ 46.704.117 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 39.703.592 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuações de IRPJ e CSLL - Anos-bases de 2012 a 2015 - R$ 11.475.238 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 10.548.883 mil): glosa de despesas operacionais de captação (CDI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas da Organização;
- Cofins - Anos-bases de 1999 a 2014 - R$ 9.460.147 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 5.757.539 mil): autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98);
- IRPJ e CSLL - Anos-bases de 2006 a 2020 - R$ 9.105.361 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 8.054.885 mil): lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos;
- Autuação de IRPJ e CSLL - Anos-bases de 2008 a 2019 - R$ 3.093.382 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 2.976.879 mil): relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos;
- PIS e COFINS - Autuações e glosas de compensações - R$ 1.796.192 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 1.563.374 mil): relativas à inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), oriundas de empresas adquiridas;
- ISSQN - Empresas de Arrendamento Mercantil - R$ 1.790.997 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 1.725.257 mil): se discute a exigência do referido tributo por outros municípios que não aqueles onde as empresas estão instaladas, para os quais o tributo é recolhido na forma de lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário;
- Autuações de IRPJ e CSLL - Anos-bases de 2000 a 2014 - R$ 1.340.697 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 1.250.549 mil): relativas às glosas de despesas e exclusões sobre receitas de superveniência de depreciação, despesas de insuficiência de depreciação, despesas de depreciação de bens arrendados, despesas e receitas operacionais e glosa de compensação de prejuízo fiscal;
- Autuação de IRPJ e CSLL - Anos-bases de 2008 a 2013 - R$ 813.806 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 728.777 mil): sobre lucro de empresas controladas domiciliadas no exterior;
- PLR - Participação nos Lucros e Resultados - Anos-bases de 2009 a 2011 - R$ 183.904 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 173.351 mil): autuações para exigência de contribuição previdenciária sobre valores pagos aos empregados como participação nos lucros e resultados, por suposto desatendimento das regras contidas na Lei nº 10.101/00 oriundas de empresas adquiridas; e
- Juros Sobre Capital Próprio (TJLP) - Ano-base 2019 - R$ 181.038 mil: autuações de IRPJ/CSLL relativas ao ano de 2019 questionando a dedutibilidade nas bases de cálculo dos tributos acima da despesa relativa ao Juros Sobre Capital Próprio (TJLP).

d) Outros assuntos

Atualmente há um processo criminal contra dois ex-membros da Diretoria do Bradesco, que tramita na 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, decorrente da chamada Operação Zelotes, investigação da alegada atuação indevida de membros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Há sentença absolutória dos dois ex-membros da Diretoria do Bradesco, pendente de trânsito em jugado.

23) OUTROS PASSIVOS

a) Outros passivos

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	2022
Passivos financeiros	**82.619.532**	**92.556.433**
Operações de cartões de crédito (1)	30.582.224	33.097.889
Operações de câmbio (2)	28.301.211	37.404.746
Obrigações com cessões de crédito	4.201.705	4.484.288
Planos de capitalização	9.200.285	9.134.099
Negociação e intermediação de valores	6.714.714	3.838.999
Passivo financeiro de arrendamento (Nota 23b)	3.619.393	4.596.412
Outros passivos	**47.924.619**	**43.854.987**
Recursos em trânsito de terceiros (3)	7.794.465	7.750.360
Provisão para pagamentos a efetuar	11.703.242	11.527.472
Credores diversos	5.740.511	4.780.536
Sociais e estatutárias	6.696.788	5.570.334
Outros impostos a pagar	2.144.388	2.309.741
Obrigação por aquisição de bens e direitos	449.814	822.479
Outros	13.395.411	11.094.065
Total	**130.544.151**	**136.411.420**

(1) Referem-se a valores a pagar para estabelecimentos comerciais;
(2) Referem-se, basicamente, a vendas em moeda estrangeira efetuadas pela instituição a clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrente de operações de venda de câmbio; e
(3) Referem-se, basicamente, as ordens de pagamento emitidas sobre praças do país e o valor das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior.

b) Passivo de arrendamento

	R$ mil
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**4.661.486**
Remensuração e novos contratos	1.064.802
Pagamentos	(1.916.000)
Apropriação de encargos financeiros	804.378
Variação cambial	(18.254)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**4.596.412**
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**4.596.412**
Remensuração e novos contratos	84.772
Pagamentos	(1.665.781)
Apropriação de encargos financeiros	592.154
Variação cambial	11.836
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**3.619.393**

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Vencimento dos arrendamentos
O vencimento destes passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023 está dividido da seguinte forma: R$ 983.660 mil até 1 ano (R$ 1.003.263 mil até 1 ano em dezembro de 2022), R$ 2.938.012 mil entre 1 a 5 anos (R$ 3.471.865 mil entre 1 a 5 anos em dezembro de 2022) e R$ 453.272 mil com mais de 5 anos (R$ 625.974 mil com mais de 5 anos em dezembro de 2022).

Impactos no resultado
O impacto no resultado no exercício de 2023 foi de: Despesas de depreciação - R$ 749.070 mil (R$ 745.280 mil em 2022), Despesas financeiras - R$ 592.154 mil (R$ 804.378 mil em 2022) e Variação cambial - R$ 11.836 mil (R$ 18.254 mil em 2022).
As despesas de 2023 com contratos de curto prazo foram de R$ 1.112 mil (R$ 386 mil em 2022).

24) ITENS NÃO REGISTRADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL

O quadro abaixo demonstra os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off balance*):

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Compromissos de valores de crédito a liberar (1)	299.288.995	318.281.881
Beneficiários e garantias prestadas (2)	105.816.558	97.960.932
Créditos abertos para importação	439.463	793.921
Total	**405.545.016**	**417.036.734**

(1) Inclui, limites a liberar de cartão de crédito, crédito pessoal, financiamento imobiliário, conta garantida e cheque especial; e
(2) Referem-se a garantias prestadas, que em sua maior parte são realizadas com clientes *Corporate*.

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro. Segundo essas garantias, geralmente, possuímos o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos.
Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito. As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avalizar acordos públicos e privados de emissão de dívida, incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da Administração.
As cartas de crédito são compromissos emitidos para garantir a *performance* de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar o beneficiário de um terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito.

25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital e direitos dos acionistas

i. Composição do capital social em quantidade de ações
O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Ordinárias	5.330.304.681	5.338.393.881
Preferenciais	5.311.865.547	5.320.094.147
Subtotal	**10.642.170.228**	**10.658.488.028**
Em tesouraria (ordinárias) (1)	-	(8.089.200)
Em tesouraria (preferenciais) (1)	-	(8.228.600)
Total em circulação	**10.642.170.228**	**10.642.170.228**

(1) Em 18 de abril de 2023, foi aprovado o cancelamento da totalidade das ações mantidas em tesouraria de emissão da Companhia (item d).

Todos os acionistas têm direito a receber, no total, um dividendo obrigatório de, no mínimo, 30% do lucro líquido anual do Bradesco, conforme apresentado nos registros contábeis estatutários, ajustado após apropriação às reservas. A Organização não tem nenhuma obrigação a pagar permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro líquido por ação diluído não difere de seu lucro líquido por ação básico.
Em ocorrendo alguma operação que altere a quantidade de ações, simultaneamente à operação no mercado brasileiro, obedecendo aos mesmos prazos, é adotado igual procedimento no mercado internacional, para os papéis negociados em Nova Iorque - EUA e Madri - Espanha.

b) Reservas

Reservas de capital
A reserva de capital é composta, principalmente, por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para: (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; (iv) incorporação ao Capital Social; e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Reservas de lucros
Nos termos da Legislação Societária, (conforme apresentado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) o Bradesco e suas subsidiárias brasileiras devem destinar 5% de seu lucro societário anual, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal, cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva pode ser usada para aumentar o capital ou absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos.
A Reserva Estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Organização, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social.

c) Juros sobre o capital próprio/dividendos
A distribuição do resultado é calculada sobre o lucro societário, conforme apresentado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Em reunião do Conselho de Administração de 15 de junho de 2023, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro semestre de 2023, no valor de R$ 2.000.000 mil, sendo R$ 0,178997 por ação ordinária e R$ 0,196897 por ação preferencial, cujo pagamento foi efetuado em 6 de julho de 2023.
Em reunião do Conselho de Administração de 11 de dezembro de 2023, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio, conforme segue:
i. Juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao segundo semestre de 2023, no valor de R$ 2.000.000 mil, sendo R$ 0,178997 por ação ordinária e R$ 0,196897 por ação preferencial, cujo pagamento foi efetuado em 2 de janeiro de 2024; e
ii. Juros sobre capital próprio complementares, relativos ao segundo semestre de 2023, no valor de R$ 4.998.000 mil, sendo R$ 0,447314 por ação ordinária e R$ 0,492046 por ação preferencial, cujo pagamento será efetuado em 28 de junho de 2024.
Foram pagos e provisionados juros sobre o capital próprio, conforme segue:

R$ mil

Descrição	Por ação (bruto) Ordinárias	Por ação (bruto) Preferenciais	Valor pago bruto	IRRF (15%)	Valor pago líquido
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,206998	0,227698	2.246.162	336.924	1.909.238
Juros sobre o capital próprio intermediários pagos	0,178723	0,196595	2.000.000	300.000	1.700.000
Juros sobre o capital próprio complementares pagos	0,530369	0,583406	5.926.000	888.900	5.037.100
Total acumulado em 31 de dezembro de 2022	**0,916090**	**1,007699**	**10.172.162**	**1.525.824**	**8.646.338**
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,206998	0,227698	2.312.804	346.921	1.965.883
Juros sobre o capital próprio intermediários pagos (1)	0,357994	0,393794	4.000.000	600.000	3.400.000
Juros sobre o capital próprio complementares provisionados (2)	0,447314	0,492046	4.998.000	749.700	4.248.300
Total acumulado em 31 de dezembro de 2023	**1,012306**	**1,113538**	**11.310.804**	**1.696.621**	**9.614.183**

(1) Pago em 6 de julho de 2023 e 2 de janeiro de 2024; e
(2) A serem pagos em 28 de junho de 2024.

d) Ações em tesouraria
Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2023, foi aprovada o cancelamento da totalidade das ações mantidas em tesouraria de emissão da Companhia, adquiridas por meio de programa de recompra de ações, consistente de 16.317.800 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 8.089.200 ordinárias e 8.228.600 preferenciais, sem redução no capital social, ainda homologado pelo Bacen em 18 de abril de 2023.
Em 31 de outubro de 2023, o Conselho de Administração deliberou instituir um novo programa de recompra que autoriza a Diretoria do Bradesco a adquirir, no período de 7 de novembro de 2023 a 7 de maio de 2025, até 106.584.881 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo até 53.413.506 ações ordinárias e até 53.171.375 ações preferenciais, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento, sem redução do capital social.

26) LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro por ação básico
O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme quadro a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2023	**2022**	**2021**
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R$ mil)	**6.786.352**	**10.106.323**	**11.061.730**
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R$ mil)	**7.464.977**	**11.116.941**	**12.110.592**
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	5.330.305	5.337.877	5.348.875
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	5.311.866	5.319.573	5.327.248
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R$)	1,27	1,89	2,07
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R$)	1,41	2,09	2,27

b) Lucro por ação diluído
O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

27) RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS

	Exercício findo em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	**2022**	**2021**
Receita de juros e similares			
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	28.323.764	17.154.023	9.043.136
Empréstimos e adiantamentos a clientes:			
- Operações de crédito	102.035.197	100.681.327	72.338.735
- Operações de arrendamento mercantil	582.589	485.298	247.502
Ativos financeiros:			
- Ao valor justo por meio do resultado	28.363.663	29.224.224	18.631.552
- Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	16.906.668	29.301.725	17.975.178
- Ao custo amortizado	25.277.210	15.526.536	16.873.684
Depósitos compulsórios no Banco Central	9.943.391	8.224.712	3.101.796
Outras receitas financeiras de juros	25.992	15.340	11.763
Total	**211.458.474**	**200.613.185**	**138.223.346**
Despesa de juros e similares			
Recursos de instituições financeiras:			
- Depósitos interfinanceiros	(1.943.998)	(230.452)	(100.492)
- Captação no mercado aberto	(31.529.801)	(26.140.363)	(12.529.476)
- Obrigações por empréstimos e repasses	(5.834.892)	(5.182.646)	(3.351.886)
Recursos de clientes:			
- Poupança	(9.017.597)	(9.351.219)	(4.268.873)
- A prazo	(42.262.374)	(32.706.362)	(11.175.855)
Recursos de emissão de títulos	(25.887.914)	(21.274.753)	(7.348.164)
Dívidas subordinadas	(7.007.236)	(7.262.125)	(3.154.164)
Passivos de contatos de seguros	(32.173.621)	(27.972.772)	(12.648.822)
Provisões técnicas de capitalização	(718.622)	(681.221)	(543.591)
Total	**(156.376.055)**	**(130.801.913)**	**(55.121.323)**
Resultado líquido de juros	**55.082.419**	**69.811.272**	**83.102.023**

28) RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	Exercício findo em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	**2022**	**2021**
Resultado líquido de serviços e comissões			
Rendas de cartões	9.469.889	9.088.525	7.510.685
Contas correntes	7.026.304	7.704.791	7.980.149
Cobrança	1.717.627	1.851.107	1.970.919
Garantias prestadas	1.163.831	1.098.907	1.111.476
Administração de fundos	1.485.465	1.256.998	1.340.761
Administração de consórcios	2.289.698	2.250.563	2.202.959
Serviços de custódia e corretagem	1.234.554	1.320.982	1.293.899
Mercado de capitais/Assessoria financeira	1.222.074	1.032.534	1.213.016
Arrecadações	430.208	440.319	440.155
Outras	917.113	1.079.394	968.988
Total	**26.956.763**	**27.124.120**	**26.033.007**

29) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	Exercício findo em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	**2022**	**2021**
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	8.862.367	(1.371.589)	(12.034.809)
Instrumentos financeiros derivativos	2.033.429	2.190.944	762.019
Total	**10.895.796**	**819.355**	**(11.272.790)**

30) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Os ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros ao VJORA consistem, principalmente, do registro das variações no valor justo de ativos financeiros quando estes são vendidos, sendo substancialmente títulos de renda fixa.

31) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os ganhos e perdas líquidos de operações em moeda estrangeira consistem, principalmente, em ganhos ou as perdas nas negociações de moeda e as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional.

32) RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

	Exercício findo em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Receita dos contratos PAA	44.618.387	38.351.543
Receita dos contratos BBA	6.331.612	5.884.919
Receita de Contratos VFA	302.828	8.880
Receita de seguros	**51.252.827**	**44.245.342**
Sinistros ocorridos	(38.739.862)	(33.858.844)
Custos de aquisição	(3.510.730)	(3.361.916)
Despesas administrativas	(3.606.269)	(3.000.573)
Contratos onerosos	(124.951)	28.461
Despesas de contratos de seguros	**(45.981.812)**	**(40.192.872)**
Resultado de seguros	**5.271.015**	**4.052.470**
Resultado de resseguros	(35.304)	(20.144)
Resultado de seguros e previdência	**5.235.711**	**4.032.326**

33) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercício findo em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	**2022**	**2021**
Proventos	(10.319.187)	(9.699.551)	(10.080.147)
Benefícios	(5.270.848)	(5.004.251)	(4.600.686)
Encargos sociais	(3.738.015)	(3.494.005)	(3.399.639)
Participação dos empregados nos lucros	(1.384.381)	(1.579.908)	(1.843.861)
Treinamentos	(102.027)	(111.337)	(89.359)
Total	**(20.814.458)**	**(19.889.052)**	**(20.013.692)**

34) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercício findo em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	**2022**	**2021**
Serviços de terceiros	(4.621.396)	(4.518.109)	(4.853.582)
Comunicação	(859.605)	(1.067.495)	(1.253.156)
Processamento de dados	(2.245.256)	(2.159.413)	(2.248.464)
Propaganda, promoções e publicidade	(1.094.300)	(1.704.618)	(1.340.104)
Manutenção e conservação de bens	(1.361.129)	(1.340.683)	(1.304.469)
Sistema financeiro	(1.625.586)	(1.561.041)	(1.142.628)
Aluguéis	(50.968)	(116.775)	(151.838)
Segurança e vigilância	(588.602)	(582.261)	(581.656)
Transporte	(747.356)	(774.405)	(703.416)
Água, energia e gás	(332.342)	(346.564)	(356.177)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(783.854)	(714.721)	(670.854)
Materiais	(122.965)	(112.857)	(109.666)
Viagens	(108.158)	(68.239)	(33.982)
Outras	(1.744.743)	(1.507.429)	(1.243.163)
Total	**(16.286.260)**	**(16.574.610)**	**(15.993.155)**

35) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

	Exercício findo em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	**2022**	**2021**
Despesa com amortização	(3.463.989)	(2.829.915)	(3.060.180)
Despesa com depreciação	(2.561.255)	(2.476.527)	(2.712.720)
Total	**(6.025.244)**	**(5.306.442)**	**(5.772.900)**

36) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercício findo em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	**2022**	**2021**
Despesas tributárias	(7.343.849)	(7.565.683)	(6.828.457)
Despesas com provisões judiciais	(6.351.410)	(2.961.314)	(3.888.464)
Resultado na alienação de ativos não correntes, investimentos e imobilizado de uso, líquido (1)	193.968	662.967	25.894
Despesas com comercialização de cartões	(3.544.693)	(3.478.163)	(3.078.632)
Outras (2)	121.428	(4.122.991)	(4.834.098)
Total	**(16.924.556)**	**(17.465.184)**	**(18.603.757)**

(1) Em 2022 contempla ganhos relacionados à desmutualização de investimento; e
(2) Em 31 de dezembro de 2023 inclui despesas com provisão para reestruturação, de acordo com plano aprovado pela Administração, no valor de R$ 1.036.364 mil.

37) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercício findo em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	**2022**	**2021**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**10.208.351**	**24.621.610**	**32.852.367**
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) às alíquotas vigentes	**(4.593.758)**	**(11.079.725)**	**(14.783.565)**
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas e *joint ventures*	945.756	610.167	189.677
Juros sobre o capital próprio	5.089.859	4.577.308	3.258.040
Outros valores (1)	2.852.557	2.727.410	1.864.285
Imposto de renda e contribuição social do período	**4.294.414**	**(3.164.840)**	**(9.471.563)**
Alíquota efetiva	42,1%	-12,9%	-28,8%

(1) Inclui, basicamente: (i) a equalização da alíquota efetiva das empresas financeiras exceto banco, empresas do ramo segurador e das empresas não financeiras, em relação à demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercício findo em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	**2022**	**2021**
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	**(6.622.719)**	**(4.854.205)**	**(5.945.141)**
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	11.152.253	1.352.590	(3.618.473)
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social	(148.548)	(44.551)	(132.605)
Prejuízo fiscal	(176.932)	(45.106)	(176.144)
Constituição sobre:			
Base negativa de contribuição social	34.413	78.056	117.270
Prejuízo fiscal	55.947	348.376	283.530
Total dos impostos diferidos	**10.917.133**	**1.689.365**	**(3.526.422)**
Imposto de renda e contribuição social	**4.294.414**	**(3.164.840)**	**(9.471.563)**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31 de dezembro - R$ mil			
	2022	**Constituição**	**Realização**	**2023**
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	51.069.942	17.996.746	(9.966.903)	59.099.785
Provisões cíveis	3.509.401	685.455	(416.437)	3.778.419
Provisões fiscais	3.262.369	303.532	(324.545)	3.241.356
Provisões trabalhistas	2.686.565	359.617	(978.171)	2.068.011
Impairment de títulos e investimentos	2.441.248	1.455.059	(646.612)	3.249.695
Ativos não financeiros mantidos para venda	761.801	213.118	(239.241)	735.678
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	80.520	208.065	(18.568)	270.017
Ágio amortizado	406.655	20.870	(23.684)	403.841
Outros	4.252.332	3.067.006	(1.963.098)	5.356.240
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**68.470.833**	**24.309.468**	**(14.577.259)**	**78.203.042**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	19.128.543	90.360	(325.480)	18.893.423
Subtotal	**87.599.376**	**24.399.828**	**(14.902.739)**	**97.096.465**
Ajuste a valor de mercado dos títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3.767.052	413.331	(3.000.360)	1.180.023
Total dos créditos tributários (1)	**91.366.428**	**24.813.159**	**(17.903.099)**	**98.276.488**
Obrigações fiscais diferidas (1)	8.785.135	987.691	(2.407.735)	7.365.091
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (1)	**82.581.293**	**23.825.468**	**(15.495.364)**	**90.911.397**

	Saldo em 31 de dezembro - R$ mil			
	2021	**Constituição**	**Realização**	**2022**
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	44.561.831	18.348.528	(11.840.417)	51.069.942
Provisões cíveis	4.011.932	367.681	(870.211)	3.509.402
Provisões fiscais	3.401.250	317.753	(456.637)	3.262.366
Provisões trabalhistas	2.996.378	431.565	(741.376)	2.686.567
Impairment de títulos e investimentos	3.912.172	365.604	(1.836.528)	2.441.248
Ativos não financeiros mantidos para venda	845.667	167.780	(251.646)	761.801
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	353.503	68.299	(341.282)	80.520
Ágio amortizado	406.887	10.888	(11.120)	406.655
Outros	5.420.086	2.585.471	(3.753.225)	4.252.332
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**65.909.706**	**22.663.569**	**(20.102.442)**	**68.470.833**

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf

Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Saldo em 31 de dezembro - R$ mil

	2021	Constituição	Realização	2022
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	18.701.919	516.281	(89.657)	19.128.543
Subtotal	**84.611.625**	**23.179.850**	**(20.192.099)**	**87.599.376**
Ajuste a valor de mercado dos títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.935.615	2.733.896	(902.459)	3.767.052
Total dos créditos tributários (1)	**86.547.240**	**25.913.746**	**(21.094.558)**	**91.366.428**
Obrigações fiscais diferidas (1)	8.011.814	2.308.344	(1.535.023)	8.785.135
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (1)	**78.535.426**	**23.605.402**	**(19.559.535)**	**82.581.293**

(1) O imposto de renda e contribuição social diferido, ativo e passivo, estão compensados no balanço patrimonial por entidade tributável, cujo valor em 2023 foi de R$ (5.755.476) mil (2022 - R$ (7.151.843) mil).

O registro contábil dos créditos tributários foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico. Em 31 de dezembro de 2023, não foram constituídos créditos tributários, substancialmente, sobre diferenças temporárias, no montante de R$ 14.961 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R$ 16.550 mil), os quais serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico e análises elaboradas pela Administração e pelas normas do Bacen.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Em 31 de dezembro de 2023 - R$ mil

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		
	Imposto renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2024	9.272.908	7.294.063	178.568	88.627	16.834.166
2025	4.566.197	3.597.781	157.748	69.081	8.390.807
2026	4.883.906	3.870.697	147.345	73.030	8.974.978
2027	2.522.168	1.983.376	94.044	64.754	4.664.342
2028	3.558.523	2.638.645	886.154	692.440	7.775.762
2029	5.353.988	4.267.821	164.558	141.690	9.928.057
2030	2.723.513	2.127.645	2.053.831	1.632.167	8.537.156
2031	2.441.666	1.940.872	2.183.852	1.745.986	8.312.376
2032	5.669.907	4.482.267	2.033.375	1.631.634	13.817.183
2033	2.820.076	2.187.023	2.290.946	2.563.593	9.861.638
Total	**43.812.852**	**34.390.190**	**10.190.421**	**8.703.002**	**97.096.465**

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. A partir do ano calendário 2025, foram contempladas as novas regras de perdas incorridas no recebimento de créditos, instituídas pela Lei nº 14.467/2022.

e) Impostos diferidos passivos

Saldo em 31 de dezembro - R$ mil

	2022	Constituição	Realização/ Baixas	2023
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.310.556	342.978	(502.946)	1.150.588
Superveniência de depreciação	434.496	191.982	(9.649)	616.829
Atualização de depósitos judiciais	2.735.883	276.277	(1.224.760)	1.787.400
Outros	4.304.200	176.453	(670.380)	3.810.273
Total dos impostos diferidos	**8.785.135**	**987.690**	**(2.407.735)**	**7.365.090**

Saldo em 31 de dezembro - R$ mil

	2021	Constituição	Realização/ Baixas	2022
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.824.164	807.714	(1.321.322)	1.310.556
Superveniência de depreciação	274.687	159.812	(3)	434.496
Atualização de depósitos judiciais	2.326.652	586.930	(177.699)	2.735.883
Outros	3.586.311	753.888	(35.999)	4.304.200
Total dos impostos diferidos	**8.011.814**	**2.308.344**	**(1.535.023)**	**8.785.135**

f) Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023			2022		
	Base	Imposto	Líquido	Base	Imposto	Líquido
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8.792.390	(3.725.426)	5.066.964	(3.624.066)	1.484.751	(2.139.315)
Conversão de subsidiária no exterior	21.664	(9.749)	11.915	(136.604)	61.472	(75.132)
Outros	(2.183.307)	982.488	(1.200.819)	210.576	(94.759)	115.817
Total	**6.630.746**	**(2.752.686)**	**3.878.060**	**(3.550.093)**	**1.451.463**	**(2.098.630)**

38) SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Organização opera, principalmente, nos setores bancários e de seguros. As operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo, *middle market* e *corporate*, arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como *private bank*. A Organização também realiza operações no setor bancário, por meio de agências localizadas no país, de agências no exterior e por meio de empresas controladas, bem como por meio de participações em outras empresas. Além disso, exerce atividades de seguros, Previdência Complementar e Capitalização por meio de sua subsidiária, a Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

As informações a seguir sobre segmentos foram preparadas baseadas em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões referentes à alocação de recursos para investimentos e outros fins. Nossa Administração usa uma variedade de informações contábeis, que inclui a consolidação proporcional das coligadas e *joint ventures* e a não consolidação de fundos exclusivos. Desta forma, as informações dos segmentos demonstradas nas tabelas a seguir, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Bacen, que considera os procedimentos específicos e demais disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras e os valores totais.

As principais premissas do segmento para receitas e despesas incluem: (i) os excessos de caixa mantidos pelo segmento de Seguros, Previdência Complementar e de Capitalização, que são incluídos nesse segmento, resulta em um aumento da receita líquida de juros; (ii) os salários e benefícios e os custos administrativos incluídos dentro do segmento de seguros, Planos de Previdência Complementar e de capitalização, que consistem somente de custos relacionados diretamente com essas operações; e (iii) os custos incorridos no segmento de operações bancárias, relacionados à infraestrutura da rede de agências e outras despesas gerais indiretas, que não estão alocadas.

Nossas operações são, substancialmente, realizadas no país. Além disso, possuímos uma agência em Nova Iorque, uma agência em Grand Cayman e uma agência em Londres, principalmente, para complementar nossos serviços bancários e de assessoria relativos às atividades de importação e exportação a clientes brasileiros. Além disso, contamos também com nossas controladas no exterior: Banco Bradesco Europa S.A. (Luxemburgo), Bradesco Securities, Inc. (Nova Iorque), Bradesco Securities UK Limited (Londres), Cidade Capital Markets Ltd. (Grand Cayman), Bradesco Securities Hong Kong Limited (Hong Kong), Bradesco Trade Services Limited (Hong Kong), Bradescard Mexico, Sociedad de Responsabilidad Limitada (México) e o Bradesco Bank.

Nenhuma receita de transações com um único cliente ou contraparte atingiu 10% da receita da Organização nos exercícios de 2023 e 2022.

Todas as operações entre segmentos operacionais são realizadas como um braço da Organização. As receitas e despesas entre segmentos são eliminados na coluna "Outras operações, ajustes e eliminações". As receitas e despesas diretamente associadas a cada segmento são incluídas no segmento operacional correspondente.

Em 31 de dezembro de 2023 - R$ mil

	Atividade bancária	Seguros, previdência e capitalização	Outras atividades	Eliminações	DRE Gerencial	Empresas proporcionais (1)	Ajustes de consolidação (2)	Ajustes (3)	DRE Contábil IFRS
Receitas da intermediação financeira	164.122.043	39.941.507	481.208	(670.653)	203.874.105	(2.864.178)	(4.249.260)	27.697.126	224.457.793
Despesas da intermediação financeira (4)	(97.495.630)	(32.892.243)	(18)	685.410	(129.702.481)	552.467	6.914.030	(34.140.071)	(156.376.055)
Margem financeira	**66.626.413**	**7.049.264**	**481.190**	**14.757**	**74.171.624**	**(2.311.711)**	**2.664.770**	**(6.442.945)**	**68.081.738**
PDD	(37.110.675)	-	-	-	(37.110.675)	-	-	4.993.651	(32.117.024)
Resultado bruto da intermediação financeira	**29.515.738**	**7.049.264**	**481.190**	**14.757**	**37.060.949**	**(2.311.711)**	**2.664.770**	**(1.449.294)**	**35.964.714**
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	9.800.620	-	32.469	9.833.089	-	-	(3.788.649)	6.044.440
Receitas de prestação de serviços	34.269.254	1.164.685	4.899	(33.100)	35.405.738	(5.340.755)	(1.879.319)	(1.228.901)	26.956.763
Despesas de pessoal	(21.256.640)	(2.651.786)	(30.957)	-	(23.939.383)	909.076	-	2.215.849	(20.814.458)
Outras despesas administrativas (5)	(20.866.134)	(2.065.805)	(15.531)	423.907	(22.523.563)	996.835	(618.004)	(166.772)	(22.311.504)
Despesas tributárias	(6.582.213)	(1.436.686)	(22.734)	-	(8.041.633)	697.784	-	-	(7.343.849)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	151.414	421.723	-	-	573.137	1.527.554	-	990	2.101.681
IR/CS e Outras receitas/despesas	(9.198.676)	(3.468.750)	(141.073)	(438.033)	(13.246.532)	3.521.217	(167.447)	3.797.740	(6.095.022)
Lucro líquido em 31 de dezembro de 2023	**6.032.743**	**8.813.265**	**275.794**	**-**	**15.121.802**	**-**	**-**	**(619.037)**	**14.502.765**
Total do ativo	**1.661.529.233**	**409.370.722**	**3.277.809**	**(110.126.067)**	**1.964.051.697**	**(10.074.444)**	**(38.502.618)**	**12.048.614**	**1.927.523.249**
Investimentos em coligadas e *joint ventures*	**73.163.988**	**3.028.413**	**1.105**	**(72.298.485)**	**3.895.021**	**5.792.357**	**-**	**(70.538)**	**9.616.840**
Total do passivo	**1.468.271.968**	**370.561.631**	**68.561**	**(37.827.582)**	**1.801.074.578**	**(10.074.444)**	**(38.502.618)**	**8.011.609**	**1.760.509.125**

(1) Referem-se a: ajustes de consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo EloPar, etc.);
(2) Ajustes de consolidação decorrente da "não consolidação" de fundos exclusivos;
(3) Ajustes devido as diferenças de padrões contábeis utilizados nos relatórios gerenciais e nas demonstrações financeiras da Organização que foram preparadas em IFRS. Os principais ajustes são referentes a perda esperada de ativos financeiros, modelos de negócio, taxa efetiva de juros e combinação de negócios;
(4) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira"; e
(5) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a depreciação e amortização.

Em 31 de dezembro de 2022 - R$ mil

	Atividade bancária	Seguros, previdência e capitalização	Outras atividades	Eliminações	DRE Gerencial	Empresas proporcionais (1)	Ajustes de consolidação (2)	Ajustes (3)	DRE Contábil IFRS
Receitas da intermediação financeira	151.198.428	36.250.128	400.777	(1.121.214)	186.728.119	(2.624.549)	(2.167.017)	23.976.721	205.913.274
Despesas da intermediação financeira (4)	(81.330.918)	(29.163.334)	(22)	1.121.214	(109.373.060)	484.249	4.765.294	(26.678.396)	(130.801.913)
Margem financeira	**69.867.510**	**7.086.794**	**400.755**	**-**	**77.355.059**	**(2.140.300)**	**2.598.277**	**(2.701.675)**	**75.111.361**
PDD	(31.525.873)	-	-	-	(31.525.873)	43.142	-	7.715.896	(23.766.835)
Resultado bruto da intermediação financeira	**38.341.637**	**7.086.794**	**400.755**	**-**	**45.829.186**	**(2.097.158)**	**2.598.277**	**5.014.221**	**51.344.526**
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	7.425.337	-	35.507	7.460.844	-	-	(2.570.784)	4.890.060
Receitas de prestação de serviços	33.802.362	1.701.005	7.274	(36.169)	35.474.472	(4.977.457)	(1.976.003)	(1.396.892)	27.124.120
Despesas de pessoal	(20.321.773)	(2.377.250)	(4.284)	-	(22.703.307)	763.928	-	2.050.327	(19.889.052)
Outras despesas administrativas (5)	(20.949.621)	(1.635.857)	(7.895)	530.420	(22.062.953)	1.035.520	(594.059)	(259.560)	(21.881.052)
Despesas tributárias	(6.880.656)	(1.188.335)	(18.530)	-	(8.087.521)	521.838	-	-	(7.565.683)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	107.424	125.038	-	-	232.462	1.170.081	-	(46.617)	1.355.926
IR/CS e Outras receitas/despesas	(10.144.532)	(4.621.808)	(114.913)	(529.758)	(15.411.011)	3.583.248	(28.215)	(2.066.097)	(13.922.075)
Lucro líquido em 31 de dezembro de 2022	**13.954.841**	**6.514.924**	**262.407**	**-**	**20.732.172**	**-**	**-**	**724.598**	**21.456.770**
Total do ativo	**1.571.006.747**	**371.322.607**	**3.871.114**	**(115.953.851)**	**1.830.246.617**	**(10.617.211)**	**(40.304.939)**	**12.964.325**	**1.792.288.792**
Investimentos em coligadas e *joint venture*	**68.419.475**	**2.950.880**	**1.191**	**(67.811.381)**	**3.560.165**	**5.481.876**	**-**	**(71.528)**	**8.970.513**
Total do passivo	**1.384.018.647**	**338.204.857**	**154.249**	**(48.142.468)**	**1.674.235.285**	**(10.617.211)**	**(40.304.939)**	**8.964.820**	**1.632.277.955**

(1) Referem-se a: ajustes de consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo EloPar, Crediare, etc.);
(2) Ajustes de consolidação decorrente da "não consolidação" de fundos exclusivos;
(3) Ajustes devido as diferenças de padrões contábeis utilizados nos relatórios gerenciais e nas demonstrações financeiras da Organização que foram preparadas em IFRS. Os principais ajustes são referentes à perda esperada de ativos financeiros, modelos de negócio, taxa efetiva de juros e combinação de negócios;
(4) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira"; e
(5) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a depreciação e amortização.

Em 31 de dezembro de 2021 - R$ mil

	Atividade bancária	Seguros, previdência e capitalização	Outras atividades	Eliminações	DRE Gerencial	Empresas proporcionais (1)	Ajustes de consolidação (2)	Ajustes (3)	DRE Contábil IFRS
Receitas da intermediação financeira	98.849.913	20.204.517	159.242	(186.196)	119.027.476	(612.023)	1.135.111	5.892.867	125.443.431
Despesas da intermediação financeira (4)	(34.560.608)	(13.192.413)	(752)	211.047	(47.542.726)	161.179	1.335.070	(9.074.846)	(55.121.323)
Margem financeira	**64.289.305**	**7.012.104**	**158.490**	**24.851**	**71.484.750**	**(450.844)**	**2.470.181**	**(3.181.979)**	**70.322.108**
PDD	(15.500.157)	-	-	-	(15.500.157)	72.047	-	5.813.901	(9.614.209)
Resultado bruto da intermediação financeira	**48.789.148**	**7.012.104**	**158.490**	**24.851**	**55.984.593**	**(378.797)**	**2.470.181**	**2.631.922**	**60.707.899**
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	5.177.940	-	13.385	5.191.325	-	-	1.503.053	6.694.378
Receitas de prestação de serviços	31.866.568	1.779.999	767.505	(605.756)	33.808.316	(4.229.902)	(2.049.179)	(1.496.228)	26.033.007
Despesas de pessoal	(18.425.804)	(2.040.452)	(386.462)	67	(20.852.651)	671.693	-	167.266	(20.013.692)
Outras despesas administrativas (5)	(19.676.660)	(1.494.814)	(779.724)	1.128.510	(20.822.688)	1.488.706	(361.913)	(2.070.160)	(21.766.055)
Despesas tributárias	(6.340.354)	(983.979)	(112.654)	-	(7.436.987)	608.530	-	-	(6.828.457)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	7.505	98.692	38.192	-	144.389	719.746	-	(442.631)	421.504
IR/CS e Outras receitas/despesas	(19.521.563)	(4.205.510)	217.521	(561.057)	(24.070.609)	1.120.024	(59.089)	1.141.894	(21.867.780)
Lucro líquido em 31 de dezembro de 2021	**16.698.840**	**5.343.980**	**(97.132)**	**-**	**21.945.688**	**-**	**-**	**1.435.116**	**23.380.804**
Total do ativo	**1.485.771.990**	**342.175.848**	**5.495.625**	**(138.226.247)**	**1.695.217.216**	**(10.413.213)**	**(31.138.435)**	**21.906.625**	**1.675.572.193**
Investimentos em coligadas e *joint ventures*	**70.811.964**	**2.640.563**	**405.587**	**(71.396.385)**	**2.461.729**	**5.132.515**	**-**	**(36.678)**	**7.557.566**
Total do passivo	**1.303.885.088**	**308.096.509**	**1.300.120**	**(66.829.862)**	**1.546.451.855**	**(10.413.213)**	**(31.138.435)**	**20.443.279**	**1.525.343.486**

(1) Referem-se a: ajustes de consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo Alelo, Crediare, etc.) para fins gerenciais;
(2) Ajustes de consolidação decorrente da "não consolidação" de fundos exclusivos;
(3) Ajustes devido as diferenças de padrões contábeis utilizados nos relatórios gerenciais e nas demonstrações financeiras da Organização que foram preparadas em IFRS. Os principais ajustes são referentes a perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos, taxa efetiva de juros e combinação de negócios;
(4) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira"; e
(5) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a depreciação e amortização.

Adicionalmente, atendendo ao disposto no artigo 11º da Resolução CMN nº 4.818, destacamos, conforme apresentado no quadro e nota (2) acima, os ajustes oriundos das diferenças existentes entre os critérios, procedimentos e regras utilizadas para a elaboração dos segmentos operacionais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Bacen e o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, sendo os principais: (i) perdas esperadas de ativos financeiros - R$ 151 milhões (2022 - R$ (1.118) milhões); (ii) modelos de negócio/taxa efetiva de juros/outros - R$ 1.691 milhões (2022 - R$ 273 milhões); (iii) contratos de seguro - R$ (1.347) milhões (2022 - R$ 1.686 milhões); e (iv) combinação de negócios - R$ 4.654 milhões (2022 - R$ 4.431 milhões).

39) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal-chave da Administração (3)		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativo								
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	-	-	500.259	-	-	-	500.259
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	87.464	597.902	245.323	-	-	597.902	332.787
Operações de crédito, outros ativos e outros valores e bens	13	11	3.535.976	709.437	188.985	205.947	3.724.974	915.395
Passivo								
Recursos de clientes e instituições financeiras	3.730.162	3.386.794	971.846	674.112	521.191	559.901	5.223.199	4.620.807
Recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas	19.045.768	17.095.011	-	-	1.324.020	940.719	20.369.788	18.035.730
Outros passivos (4)	2.298.873	1.920.329	13.392.843	15.019.045	1.801	39.826	15.693.517	16.979.200

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf

Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Acumulado em 31 de dezembro - R$ mil

	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal-chave da Administração (3)		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Resultado								
Resultado líquido de juros	(3.167.555)	(2.487.455)	(143.695)	(33.395)	(196.264)	(152.757)	(3.507.514)	(2.673.607)
Receita de prestação de serviços	163	166	250.554	180.582	140	35	250.857	180.783
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	90.378	67.354	(2.204.598)	(1.950.587)	(26.865)	(398.562)	(2.141.085)	(2.281.795)

(1) Cidade de Deus Cia. Coml. de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., BBD Participações S.A. e Nova Cidade de Deus Participações S.A. e NCD Participações Ltda.;
(2) Empresas relacionadas na Nota 13;
(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria; e
(4) Inclui juros sobre capital próprio.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração
Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco.

Para 2023, foi determinado o valor máximo de R$ 657.102 mil para remuneração dos Administradores e de R$ 613.600 mil para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.
Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Exercício findo em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	2022	2021
Proventos	647.189	747.558	505.462
Total	**647.189**	**747.558**	**505.462**

Benefícios pós-emprego

	Exercício findo em 31 de dezembro - R$ mil		
	2023	2022	2021
Planos de previdência complementar de contribuição definida	613.100	554.872	516.118
Total	**613.100**	**554.872**	**516.118**

A Organização não possui benefícios de longo prazo ou de rescisão de contrato de trabalho, nem remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

b) Participação acionária
Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam em conjunto, diretamente, a seguinte participação acionária no Bradesco:

	Em 31 de dezembro	
Participação acionária direta	2023	2022
Ações ordinárias	0,33%	0,34%
Ações preferenciais	0,83%	0,83%
Total de ações (1)	**0,58%**	**0,58%**

(1) Em 31 de dezembro de 2023, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no Bradesco totalizou 1,63% de ações ordinárias, 0,85% de ações preferenciais e 1,24% do total de ações (Em 31 de dezembro de 2022 - 2,62% de ações ordinárias, 0,87% de ações preferenciais e 1,75% do total de ações).

40) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados conduz a Organização a um constante aprimoramento desta atividade.
A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Promove a disseminação da cultura de riscos a todos os funcionários, em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.
Informações detalhadas a respeito do processo de gerenciamento de riscos, patrimônio de referência, bem como das exposições a riscos da Organização podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3, disponível no *site* de Relações com Investidores (www.bradescori.com.br - Informações ao Mercado - Gerenciamento de Riscos).

Escopo do Gerenciamento de Riscos
O escopo do gerenciamento de riscos da Organização alcança a mais ampla visão, permitindo que os riscos do Consolidado Econômico-Financeiro sejam suportados pelo Processo Corporativo de Gerenciamento de Riscos. Para tanto, a atuação da Organização é realizada por meio do modelo de três linhas, de forma que todos contribuam para proporcionar segurança razoável de que os objetivos especificados sejam alcançados:
- **Primeira linha**, representada pelas áreas de negócio e áreas de suporte, responsáveis por identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos inerentes como parte das atividades do dia a dia, além disso, são responsáveis pela execução dos controles, em resposta aos riscos, e/ou pela definição e implementação de planos de ação para garantir a efetividade do ambiente de controle interno, mantendo os riscos dentro dos níveis aceitáveis;
- **Segunda linha**, representada pelas áreas de supervisão, responsáveis por estabelecer políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos e conformidade para o desenvolvimento e/ou monitoramento dos controles da primeira linha, além das atividades e responsabilidades associadas à validação independente de modelos. Nesta linha, destacam-se os Departamentos de Controle Integrado de Riscos, *Compliance*, Conduta e Ética, Jurídico, Segurança Corporativa, área de Avaliação Independente de Modelos, entre outros; e
- **Terceira linha**, representada pelo Departamento de Auditoria e Inspetoria Geral, que é responsável por avaliar de maneira independente a eficácia do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas alcançam os seus objetivos, reportando os resultados de seus trabalhos ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e Alta Administração.

Declaração de apetite a riscos (RAS)
O apetite a riscos refere-se aos tipos e níveis de riscos que a Organização se dispõe a admitir na realização dos seus negócios e objetivos. A Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement* - RAS) é um importante instrumento que sintetiza a cultura de risco da Organização.
Ao mesmo tempo, a RAS enfatiza a existência de um processo eficaz de responsabilidades na gestão operacional de riscos e na execução das funções de controle, assim como para as ações mitigatórias, disciplinares, processos de escalonamento e notificação à Alta Administração quando da violação dos limites de risco ou processos de controles estabelecidos.
A Declaração de Apetite a Riscos é revisada anualmente[1], ou sempre que necessário, pelo Conselho de Administração e monitorada permanentemente por fóruns da Alta Administração e áreas de negócio e controle.
A RAS reforça a disseminação da cultura de risco ao possibilitar o conhecimento dos principais aspectos do apetite a riscos da Organização a todos os seus membros.
(1) O Comitê de Riscos, em relação a RAS, tem as seguintes atribuições: a) avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Apetite a Riscos e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada; e b) supervisionar a observância, pela diretoria da instituição, dos termos da RAS.

Dimensões do apetite a riscos
Para os diversos tipos de riscos, sendo estes mensuráveis e não mensuráveis, a Organização estabeleceu abordagens de controles, observando as principais dimensões globais: Solvência, Liquidez, Rentabilidade, Crédito, Mercado, Operacional, Segurança Cibernética, Social, Ambiental, Climático, Reputação, Modelo e Riscos Qualitativos.

Estrutura de gerenciamento de risco e capital
A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é composta por diversos comitês, comissões e departamentos que subsidiam o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente, o Diretor de Riscos (*Chief Risk Officer* - CRO) e a Diretoria Executiva da Organização na tomada de decisões estratégicas.
A Organização dispõe do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital - COGIRAC, que tem por objetivo assessorar o Diretor-Presidente no desempenho das suas atribuições relacionadas à gestão e controle de todos os riscos e do capital da Organização.
A estrutura de gerenciamento de riscos conta, também, com os Comitês Executivos de: a) Acompanhamento de Riscos, b) Gerenciamento de Riscos, c) PLDFT/Sanções e Segurança da Informação/*Cyber*, existindo ainda o Comitê Executivo de Produtos, Serviços e Parcerias e os Comitês Executivos das áreas de negócios que, dentre suas atribuições, sugerem os limites de exposição a seus respectivos riscos e elaboram planos de mitigação a serem submetidos para avaliação do Comitê de Riscos e deliberação do Conselho de Administração.
Adicionalmente, compete ao Comitê de Riscos, avaliar o arcabouço de gerenciamento dos riscos da Organização e, eventualmente, propor aperfeiçoamentos e desafiar a estrutura de riscos da Organização frente às novas tendências e/ou ameaças, bem como assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital.
O Conselho de Administração da Organização aprovou as informações divulgadas neste relatório a respeito da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital.

Programa de testes de estresse
A estrutura de gerenciamento de riscos conta com um programa de testes de estresse definido como um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. Os testes de estresse são exercícios de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias específicos no capital, na liquidez ou no valor de um portfólio particular da Organização.
No Programa de Testes de Estresse os cenários e resultados são validados pelo COGIRAC, avaliados pelo Comitê de Riscos e deliberados pelo Conselho de Administração, que também é o responsável pela aprovação do programa e pelas diretrizes a serem seguidas.

40.1. Gerenciamento de capital
A Organização exerce a gestão de capital envolvendo as áreas de controle e de negócios, conforme orientações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração e conta com uma estrutura de governança composta por Comissões, Comitês e tem como órgão máximo o Conselho de Administração.
O Departamento de Controladoria tem a responsabilidade de atender às determinações do Banco Central do Brasil, pertinentes às atividades de gerenciamento de capital e de subsidiar a Alta Administração com análises e projeções da disponibilidade e necessidade de capital, identificando ameaças e oportunidades que contribuem com o planejamento da suficiência e otimização dos níveis de capital.

Processo corporativo de gerenciamento de capital
O gerenciamento de capital é realizado de forma a proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da Organização e para suportar os riscos inerentes às suas atividades.
A Organização adota postura prospectiva, de 3 anos, ao elaborar o seu plano de capital, antecipando a necessidade de capital e estabelece procedimentos e ações de contingência a serem consideradas em cenários adversos, levando em consideração possíveis mudanças nas condições do ambiente regulatório, econômico e de negócios em que atua.
Para assegurar permanentemente uma composição sólida de capital no apoio ao desenvolvimento das suas atividades e garantir a adequada cobertura dos riscos incorridos, a organização mantém acompanhamento periódico de projeções de capital considerando uma margem de capital gerencial (*buffer*), que é adicionada aos requerimentos mínimos regulatórios.
A definição do *buffer* gerencial está alinhada às práticas de mercado e aos requerimentos regulatórios, observando diversos aspectos, tais como impactos adicionais gerados por cenários de estresse, riscos qualitativos e riscos não capturados pelo modelo regulatório.
Os resultados das projeções do capital da Organização são submetidos à avaliação da Alta Administração, conforme governança estabelecida. Além disso, a suficiência de capital regulamentar da Organização é demonstrada mediante a apuração periódica do Índice de Basileia, Índice de Nível I e Índice de Capital Principal do Conglomerado Prudencial (O conglomerado prudencial inclui, principalmente, além das instituições pertencentes ao conglomerado financeiro, as administradoras de consórcio, as instituições de pagamento e as sociedades que realizam aquisição de operações de crédito).

Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR), Índices de Capital e Liquidez
A tabela a seguir apresenta as principais métricas estabelecidas pela regulamentação prudencial, tais como capital regulamentar, razão de alavancagem e os indicadores de liquidez:

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	Basileia III	
	2023	2022
Base de cálculo - Índice de Basileia	Prudencial	
Capital regulamentar - valores		
Capital principal	110.689.318	106.500.779
Nível I	125.412.066	120.624.009
Patrimônio de referência - PR	149.969.145	144.282.538
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores		
RWA total	947.737.574	971.611.195

	Em 31 de dezembro - R$ mil	
	Basileia III	
	2023	2022
Base de cálculo - Índice de Basileia	Prudencial	
Capital regulamentar como proporção do RWA		
Índice de capital principal - ICP	11,7%	11,0%
Índice de Nível I	13,2%	12,4%
Índice de Basileia	15,8%	14,8%
Adicional de capital principal (ACP) como proporção do RWA		
Adicional de conservação de capital principal - ACPConservação	2,50%	2,50%
Adicional contracíclico de capital principal - ACPContracíclico	-	-
Adicional de importância sistêmica de capital principal - ACPSistêmico	1,00%	1,00%
ACP total (1)	3,50%	3,50%
Margem excedente de Capital Principal	3,68%	2,96%
Razão de alavancagem (RA)		
Exposição total	1.714.042.678	1.639.736.361
RA	7,3%	7,4%
Indicador liquidez de curto prazo (LCR)		
Total de ativos de alta liquidez (HQLA)	248.691.252	198.600.676
Total de saídas líquidas de caixa	129.797.562	124.038.502
LCR	191,6%	160,1%
Indicador de liquidez de longo prazo (NSFR)		
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	934.324.784	877.734.697
Recursos estáveis requeridos (RSF)	737.181.037	728.633.715
NSFR	126,7%	120,5%

(1) O não cumprimento das regras de ACP ocasiona restrições ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, sobras líquidas, recompra de ações, redução do capital social, e remuneração variável aos seus administradores.

40.2. Risco de crédito
O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. Adicionalmente, inclui o risco de concentração e o risco país/risco de transferência.
O gerenciamento de risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico por meio de modelos, instrumentos e procedimentos, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas e preservando a integridade e a independência dos processos.
A Organização controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito, compromissos de crédito, garantias financeiras prestadas, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.
Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.
A Organização exerce continuamente o mapeamento de todas as atividades que podem gerar exposição ao risco de crédito, com as respectivas classificações quanto à probabilidade e magnitude, assim como a identificação dos seus gestores e planos de mitigação.

Risco de crédito de contraparte
O risco de crédito de contraparte, ao qual a Organização está exposta, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos.
A Organização mantém total controle sobre o custo de reposição e exposição potencial futura das operações nas quais existe o risco de crédito de contraparte. Assim toda a exposição referente a este risco faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes da Organização.
Em suma, a gestão de Risco de Crédito de Contraparte abrange a modelagem e o monitoramento (i) do consumo de limite de crédito das contrapartes, (ii) da parcela do ajuste ao valor justo de crédito da carteira de derivativos (CVA - *Credit Value Adjustment*), segregada por contraparte, e (iii) do respectivo capital regulatório e econômico. A metodologia adotada pela Organização estabelece que a exposição de crédito da carteira a uma dada contraparte pode ser calculada a partir do Custo de Reposição (RC) de suas operações em diferentes cenários do mercado financeiro, o que é possível através do processo de simulação de Monte Carlo.
No contexto de gestão de riscos, a Organização realiza estudos de projeção de capital, a exemplo do Teste de Estresse do ICAAP (Avaliação de Adequação de Capital) e do TEBU (Teste de Estresse Bottom-Up). Trata-se de programas multidisciplinares que envolvem minimamente as áreas de Negócio e os Departamentos Econômico, de Orçamento/Resultado e de Risco.
Com relação às formas de mitigação do risco de crédito de contraparte que a Organização está exposta, a mais usual é a composição de garantias como depósitos de margem e alienação de títulos públicos, que são realizados pela contraparte na própria Organização ou em outras instituições custodiantes, que também possuem seus riscos de contraparte devidamente avaliados.
A partir de junho/19, o cálculo do valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}) foi atualizado para a Abordagem SA-CCR (*Standardized Approach for Counterparty Credit Risk*), seguindo o Anexo I da Resolução BCB nº 229, de 2022.

Processo de gerenciamento do risco de crédito
O processo de gerenciamento do risco de crédito é realizado de maneira corporativa. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de crédito são realizados de maneira centralizada e independente.
Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, sendo revisados ao menos uma vez por ano.
A estrutura de gerenciamento do risco de crédito exerce papel fundamental na segunda linha da Organização, participando ativamente do processo de melhoria de modelos de classificação de riscos de clientes, realizando o acompanhamento de grandes riscos por meio do monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência, nível de provisionamento frente às perdas esperadas e inesperadas.
Esta estrutura atua continuamente na revisão dos processos internos, inclusive papéis e responsabilidades, capacitação e demandas de tecnologia da informação, bem como na revisão periódica do processo de avaliação de riscos visando à incorporação de novas práticas e metodologias.
As atribuições da estrutura de gerenciamento de risco de crédito seguem fielmente os preceitos de conformidade definidos pela Organização. A integração com as demais linhas ocorre de forma contínua e frequente, possibilitando assertividade na identificação, mensuração e controle do risco de crédito.

Concessão de crédito
O modelo de negócios diversificado permite o atendimento de diversos públicos, em canais direcionados e convenientes nas diversas regiões do Brasil. As estratégias de segmentação, tanto na Pessoa Física quanto na Pessoa Jurídica, também colaboram para um bom relacionamento com os clientes e para ofertas precisas de produtos e serviços.
Esse posicionamento tem reflexos positivos no perfil de crédito da Organização, sendo traduzido em um portfólio diversificado e pulverizado, tanto em termos de produtos como de segmentos. Isso é condizente com os riscos assumidos e com níveis de provisionamento e concentração adequados.
Sob a responsabilidade do Departamento de Crédito, o processo de concessão apoia-se na Política de Crédito da Organização, primando pela segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos de crédito. Todo esse processo é permeado pela governança de gerenciamento de riscos e atende às determinações do Banco Central do Brasil.
As metodologias adotadas prezam pela agilidade e rentabilidade nos negócios, com procedimentos direcionados e adequados, orientados à concessão de operações de crédito e à fixação de limites operacionais.
Na avaliação e classificação do risco total do cliente ou grupo econômico, são considerados aspectos quantitativos (indicadores econômicos e financeiros) e qualitativos (dados cadastrais, comportamentais e transacionais), ligados à capacidade dos clientes de honrarem os seus compromissos.
Todas as propostas de negócios respeitam as alçadas operacionais, contidas nas Normas e Procedimentos de Crédito. Nas agências, a delegação de poder para a submissão de propostas depende do seu porte, da exposição total do cliente junto à Organização, das garantias oferecidas, do grau de restrição, bem como da sua classificação de risco de crédito (*rating*). Todas as propostas de negócio são submetidas para análise técnica e deferimento do Departamento de Crédito.
O Comitê Executivo de Crédito, por sua vez, tem por objetivo a tomada de decisões, dentro de sua alçada, sobre consultas de concessão de limites e operações propostas pelas áreas de negócios, previamente analisadas e com parecer do Departamento de Crédito. De acordo com o montante financeiro, as propostas de operações/limites desse Comitê poderão ser submetidas ao Conselho de Administração para deliberação.
As propostas de crédito tramitam por um sistema automatizado e parametrizado, com o propósito de fornecer subsídios imprescindíveis para a análise, concessão e o acompanhamento dos créditos concedidos, minimizando os riscos inerentes às operações.
Para a concessão de créditos massificados de varejo, existem sistemas exclusivos de *Credit e Behavior Scoring*, que proporcionam agilidade e confiabilidade, além da padronização de procedimentos no processo de análise e deferimento dos créditos.
Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, procurando ampará-los com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando os montantes, as finalidades e os prazos dos créditos concedidos.

Classificação de risco de crédito
A Organização dispõe de um robusto processo de Governança, práticas e acompanhamentos. Dentre as práticas, podemos citar a Governança de Alçadas de Concessão e de Recuperação de Crédito, as quais, dependendo do tamanho da operação ou da exposição total da contraparte, requerem aprovação no nível do Conselho de Administração. Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos, estudos de safras, capital, entre outros.
Além do processo e da governança de alçadas para aprovação de operações de crédito e recuperação, no apetite a riscos definido pela Organização são acompanhados os limites de concentração das operações para Grupo Econômico, Setor e Transferência (concentração por países). Além dos indicadores de concentração, foi estabelecido indicador específico para o nível de inadimplência superior a 90 dias para PF, indicador para Ativos Problemáticos e um indicador de Margem de Capital Econômico de Risco de Crédito, com objetivo de monitorar e acompanhar o capital nas visões econômica e regulatória.
A metodologia de avaliação de risco de crédito, além de fornecer subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, possibilita a definição de Normas e Procedimentos de Crédito diferenciados em função das características e do porte do cliente. Com isto, oferece embasamento tanto para a correta precificação das operações, quanto para a definição de garantias adequadas a cada situação.
A metodologia aplicada segue também os requisitos estabelecidos pela Resolução nº 4.945 do Conselho Monetário Nacional e inclui as análises de riscos social e ambiental em projetos, que buscam avaliar o cumprimento da legislação pertinente por parte dos clientes, bem como atender aos "Princípios do Equador", conjunto de regras que estabelecem critérios mínimos sociais e ambientais que devem ser atendidos para a concessão de crédito.
Em consonância com o compromisso de constante aperfeiçoamento metodológico, a classificação de risco de crédito de operações contratadas pelos grupos econômicos/clientes da Organização é distribuída em uma escala de graduação em níveis, proporcionando maior aderência aos requisitos previstos no Acordo de Capital de Basileia, preservando os critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional para constituição das provisões cabíveis.
De forma simplificada, as classificações de risco das operações são determinadas em função da qualidade creditícia dos grupos econômicos/clientes, definida pelo *Rating* Cliente, garantias atreladas ao contrato, modalidade do produto de crédito, comportamento de atrasos no pagamento, apontamentos/restrições e valor do crédito contratado.
As classificações de *Rating* Cliente para grupos econômicos fundamentam-se em procedimentos estatísticos parametrizados, informações quantitativas e qualitativas, além do fator julgamental. As classificações são efetuadas por grupo econômico e acompanhadas periodicamente com o objetivo de preservar a qualidade da carteira de crédito.
Para as pessoas físicas, em geral, as classificações de *Rating* Cliente baseiam-se também em procedimentos estatísticos e análise de variáveis que discriminam o comportamento de risco. Isso é feito mediante aplicação de modelos estatísticos de avaliação de crédito.
O *Rating* Cliente é utilizado, em conjuntos com diversas variáveis de decisão, para análise de concessão e/ou renovação de operações e limites de crédito, assim como para o acompanhamento da deterioração do perfil de risco dos clientes.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Controle e acompanhamento
O risco de crédito da Organização tem seu controle e acompanhamento corporativo feito na área de Risco de Crédito do Departamento de Controle Integrado de Riscos - DCIR. O Departamento assessora o Comitê Executivo de Gerenciamento de Riscos, no qual são discutidas e formalizadas as metodologias para mensuração do risco de crédito. Os temas de relevância debatidos neste Comitê são reportados ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.
Além do comitê, a área promove reuniões mensais com todos os executivos e diretores de produtos e segmentos, com o objetivo de posicioná-los quanto à evolução da carteira de crédito, inadimplência, ativos problemáticos, reestruturações, adequação das provisões para créditos de liquidação duvidosa, recuperações de crédito, perdas, limites e concentrações de carteiras, alocação de capital econômico e regulamentar, dentre outros.
A área acompanha ainda todo e qualquer evento, interno ou externo, que possa trazer impacto significativo ao risco de crédito da Organização, tais como: fusões, falências, quebra de safra, além de monitorar os setores de atividade econômica em que a empresa tem as exposições mais representativas.

Comunicação interna
O risco de crédito é monitorado tempestivamente visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos pela Organização. Relatórios gerenciais de controle de risco são disponibilizados para todas as alçadas, desde as agências até a Alta Administração.
Com o objetivo principal de antecipar situações de risco, que possam impactar na liquidez dos créditos concedidos aos clientes, a área de monitoramento de risco de crédito fornece diariamente informações por meio de um sistema corporativo às agências, gerências nacionais, segmentos de negócios e áreas de concessão de crédito e recuperação de crédito. Este sistema apresenta informações dinâmicas da carteira de crédito e cadastrais, além de proporcionar a comparação entre as informações anteriores e as atuais, destacando pontos que deverão ser analisados de maneira mais profunda pelos gestores como: informações de ativo por segmento, produto, região, classificação de risco, inadimplência, perda esperada e inesperada, dentre outras, possibilitando a visualização das informações desde um nível macro até o mais detalhado e permitindo chegar à visão de uma operação de crédito específica.
A visualização e entrega das informações é feita por meio de relatórios, sendo possível a realização de pesquisas em diversos níveis, tais como segmentos de negócios, diretorias, gerências, regiões, produtos, funcionários e clientes, e sob vários aspectos (ativo, inadimplência, provisão, *write-off*, graus de restrição, participação de garantias reais, qualidade da carteira por tipo de *rating*, entre outros).

Mensuração do risco de crédito
Periodicamente a Organização avalia as perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros por meio de modelos quantitativos, que consideram a experiência histórica de perdas de créditos dos diferentes tipos de carteira (que pode variar de 2 a 7 anos), a qualidade e as características atuais dos clientes, das operações e dos mitigadores, de acordo com os processos e a governança interna.
A experiência de perda de créditos reais é ajustada para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, condições atuais e a visão da Organização sobre as condições econômicas futuras, que são incorporadas na mensuração por meio de modelos econométricos, que capturam efeitos correntes e futuros nas estimativas das perdas esperadas. As principais variáveis macroeconômicas utilizadas neste processo são taxas de juros brasileiras, taxa de desemprego, índices de inflação e índices de atividade econômica.
A estimativa de perda esperada dos ativos financeiros é dividida em três categorias (estágios):
- Estágio 1: Ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito;
- Estágio 2: Ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito; e
- Estágio 3: Ativos financeiros que apresentaram indicativos de que não serão honrados integralmente.

O aumento significativo no risco de crédito é avaliado com base em diferentes indicadores para classificação em estágios, de acordo com o perfil do cliente, o tipo do produto e o *status* de pagamento atual, conforme demonstramos abaixo:
Segmento Varejo:
- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou *"impaired"*): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial ou reestruturação de dívidas;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para médio risco; e
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco.

Segmento Atacado:
- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou *"impaired"*): Ativos financeiros que estão com as obrigações relevantes vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que não atentaram aos critérios do estágio 3 e os *ratings* internos migraram para médio risco; e
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco.

As perdas esperadas são baseadas na multiplicação dos parâmetros de risco de crédito: Probabilidade de descumprimento (PD), Perda dado o descumprimento (LGD) e Exposição ao descumprimento (EAD).
O parâmetro PD refere-se à probabilidade de descumprimento percebida pela Organização sobre o cliente, conforme modelos internos de avaliação, que no varejo utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características do cliente, tais como *rating* interno e segmento de negócio, e da operação, tais como produto e garantia e no caso do atacado utilizam modelos especialistas baseados em informações financeiras e análises qualitativas.
O LGD refere-se ao percentual de perda em relação à exposição em caso de descumprimento, considerando todos os esforços de recuperação, conforme modelo interno de avaliação que utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características da operação, tais como produto e garantia.
Clientes com exposição significativa possuem estimativas baseadas em análise individuais, que são embasadas na estrutura da operação e no conhecimento de especialista, visando capturar a complexidade e as particularidades de cada operação.
O EAD refere-se à exposição (valor contábil) do cliente perante a Organização no momento da estimação da perda esperada. No caso de compromissos ou garantias financeiras prestadas, o EAD terá a adição do valor esperado dos compromissos ou garantias financeiras prestadas que serão convertidos em crédito em caso de descumprimento do cliente.

Exposição ao risco de crédito
A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023		2022	
	Valor bruto	Perda esperada	Valor bruto	Perda esperada
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos (Nota 5)	151.053.972	-	122.521.755	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 6)	387.598.377	-	301.899.028	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 8) (1)	212.849.606	(136.884)	215.588.278	(301.284)
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (Nota 10)	205.103.649	(990)	122.516.581	(28.252)
Empréstimos e adiantamentos a clientes (Nota 11)	629.686.699	(50.184.880)	656.866.564	(54.447.957)
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (Nota 9)	180.352.343	(5.145.266)	214.651.905	(3.040.831)
Outros ativos financeiros (Nota 16)	56.958.860	-	65.705.559	-
Provisão para perda esperada				
Compromissos de Empréstimos (Notas 11 e 24)	299.728.458	(2.274.316)	319.075.802	(2.997.091)
Garantias financeiras (Notas 11 e 24)	105.816.558	(1.202.614)	97.960.932	(1.768.949)
Total da exposição	**2.229.148.522**	**(58.944.950)**	**2.116.786.404**	**(62.584.364)**

(1) Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não são reduzidos pela provisão para perda.

Empréstimos e adiantamentos a clientes

Concentração do risco de crédito

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	2022
Maior devedor	1,1%	0,9%
Dez maiores devedores	5,0%	6,4%
Vinte maiores devedores	7,7%	9,4%
Cinquenta maiores devedores	11,4%	13,5%
Cem maiores devedores	14,4%	16,6%

Por setor de atividade
A análise de concentração de risco de crédito apresentada abaixo está baseada no setor de atividade no qual a contraparte atua.

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	%	2022	%
Setor público	**5.756.517**	**0,9**	**5.449.228**	**0,8**
Petróleo, derivados e atividades agregadas	3.983.467	0,6	4.342.100	0,7
Energia elétrica	1.742.150	0,3	1.066.832	0,2
Demais setores	30.900	-	40.296	-
Setor privado	**623.930.182**	**99,1**	**651.417.336**	**99,2**
Pessoa jurídica	**263.664.833**	**41,9**	**293.805.799**	**44,7**
Atividades imobiliárias e construção	21.251.317	3,4	24.776.946	3,8
Varejo	37.908.281	6,0	46.126.498	7,0
Serviços	59.998.199	9,5	61.001.335	9,3
Transportes e concessão	28.194.418	4,5	27.532.277	4,2
Automobilística	6.735.346	1,1	11.151.798	1,7
Alimentícia	11.341.529	1,8	12.562.156	1,9
Atacado	16.329.368	2,6	24.397.104	3,7
Energia elétrica	6.321.360	1,0	6.527.815	1,0
Siderurgia e metalúrgica	9.267.698	1,5	9.381.575	1,4
Açúcar e álcool	9.142.541	1,5	8.110.881	1,2
Demais setores	57.174.776	9,1	62.237.414	9,5
Pessoa física	**360.265.349**	**57,2**	**357.611.537**	**54,4**
Total da carteira	**629.686.699**	**100,0**	**656.866.564**	**100,0**
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(50.184.880)		(54.447.957)	
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	**579.501.819**		**602.418.607**	

Mitigação do risco de crédito
As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias reais, formalizadas por meio de instrumentos jurídicos como alienações fiduciárias, hipotecas, pela utilização de garantias fidejussórias, tais como avais e fianças de terceiros, ou ainda pela utilização de instrumentos financeiros, como os derivativos de crédito, ou acordos de compensação (*netting*). A avaliação da eficiência desses instrumentos é realizada considerando o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte dos garantidores e a segurança jurídica dos contratos. Os principais tipos de garantias reais são: depósitos a prazo; aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários; imóveis residenciais e comerciais; bens móveis como veículos, aeronaves; incluem-se ainda entre as garantias reais, títulos comerciais como duplicatas, cheques e faturas de cartão de crédito. Entre os avais e fianças destacam-se as garantias bancárias.
Os derivativos de crédito são contratos bilaterais no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro e seu risco é transferido para a contraparte vendedora da proteção. Normalmente, esta recebe uma remuneração ao longo da vigência da operação. No caso de descumprimento do tomador (*default*), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte vendedora recebe o ativo subjacente em troca do referido pagamento.

No quadro abaixo está demonstrado o valor justo das garantias nas operações de empréstimos e adiantamentos a clientes.

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023		2022	
	Valor contábil (1)	Valor justo da garantia	Valor contábil (1)	Valor justo da garantia
Pessoa jurídica	**269.421.350**	**141.547.243**	**299.255.027**	**119.422.414**
Estágio 1	230.134.580	131.107.974	260.930.040	110.048.239
Estágio 2	12.538.317	4.806.138	10.397.088	4.280.315
Estágio 3	26.748.453	5.633.131	27.927.899	5.093.860
Pessoa física	**360.265.349**	**239.695.044**	**357.611.537**	**228.720.031**
Estágio 1	298.686.536	210.647.223	292.656.355	195.708.576
Estágio 2	22.711.786	19.838.577	31.531.058	25.873.396
Estágio 3	38.867.027	9.209.244	33.424.124	7.138.059
Total	**629.686.699**	**381.242.287**	**656.866.564**	**348.142.445**

(1) Do saldo contábil total de operações de crédito R$ 389.063.079 mil (Em dezembro 2022 - R$ 434.935.659 mil) referem-se a operações sem garantias.

40.3. Risco de mercado
O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros de mercado dos instrumentos financeiros detidos pela Organização, uma vez que suas operações ativas e passivas podem apresentar descasamentos de montantes, prazos, moedas e indexadores.
Este risco é identificado, mensurado, mitigado, controlado e reportado. O perfil de exposição a risco de mercado da Organização está alinhado às diretrizes estabelecidas pelo processo de governança, com limites monitorados tempestivamente de maneira independente das áreas de negócios.
Todas as operações que expõem a Organização a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, sendo todo o processo aprovado pela estrutura de governança.
Em consonância com as melhores práticas de Governança Corporativa, tendo por objetivo preservar e fortalecer a administração do risco de mercado na Organização, bem como atender aos dispositivos da Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional, o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Risco de Mercado, cuja revisão é realizada, no mínimo, anualmente pelos Comitês competentes e pelo próprio Conselho de Administração, fornecendo as principais diretrizes de atuação para aceitação, controle e gerenciamento do risco de mercado. Além desta política, a Organização dispõe de normas específicas para regulamentar o processo de gerenciamento de risco de mercado, conforme segue:
- Classificação das Operações;
- Reclassificação das Operações;
- Negociação de Títulos Públicos ou Privados;
- Utilização de Derivativos; e
- *Hedge*.

Processo de gerenciamento do risco de mercado
O processo de gerenciamento do risco de mercado é realizado de maneira corporativa, abrangendo desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de mercado são realizados de maneira centralizada e independente. Este processo permitiu a Organização ser a primeira instituição financeira no país autorizada pelo Banco Central do Brasil a utilizar, desde janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado para a apuração da necessidade do capital regulamentar. O processo de gerenciamento é também revisado, no mínimo, anualmente pelos Comitês e aprovado pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites
As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:
Carteira *Trading:* composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira própria, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:
- *Value at Risk* (VaR);
- Estresse (medida de impacto negativo de eventos extremos, com base em cenários históricos e prospectivos);
- Resultado; e
- Exposição Financeira/Concentração.

Carteira *Banking:* composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:
- Variação do valor econômico devido à variação de taxa de juros - ΔEVE (*Economic Value of Equity*); e
- Variação da receita líquida de juros devido à variação de taxa de juros - ΔNII (*Net Interest Income*).

Modelos de mensuração do risco de mercado
A mensuração e o controle do risco de mercado são feitos por meio de metodologias de Estresse, *Value at Risk* (VaR), *Economic Value of Equity* (ΔEVE), *Net Interest Income* (ΔNII) e Análise de Sensibilidade, além de limites de Gestão de Resultados e de Exposição Financeira. O uso de diversas metodologias para a mensuração e avaliação dos riscos é importante, pois elas são sempre complementares e seu uso combinado permite a captura de diversos cenários e situações.

Carteiras *Trading* e Regulatória
Os riscos da Carteira *Trading* são controlados, principalmente por Estresse e VaR. No caso do Estresse, que tem o objetivo de quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos extremos que sejam desfavoráveis financeiramente às posições da Organização, a análise utiliza cenários de estresse elaborados pela área de Risco de Mercado e pela área Econômica da Organização a partir de dados históricos e prospectivos para os fatores de risco nos quais a Organização esteja posicionada.
Para a apuração do VaR é adotada a metodologia Delta-Normal, com nível de confiança de 99%, sendo que o horizonte aplicado leva em consideração o número de dias necessários para se desfazer das exposições existentes. A metodologia é aplicada às Carteiras *Trading* e Regulatória (posições da Carteira *Trading* mais exposição em moeda estrangeira e *commodities* da Carteira *Banking*). Cabe destacar que para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções são aplicados os modelos de simulação histórica e Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois. Para apuração das volatilidades, correlações e retornos históricos é adotada uma janela mínima de 252 dias úteis.
Para fins regulatórios, a necessidade de capital referente às ações da Carteira *Banking* do Conglomerado Prudencial é realizada por meio da avaliação do risco de crédito, conforme determinação do Banco Central do Brasil, ou seja, não estão contempladas no cálculo de risco de mercado.

Risco de taxa de juros da Carteira *Banking*
A mensuração e o controle do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são feitos, principalmente, a partir das metodologias de variação do *Economic Value of Equity* (EVE) e do *Net Interest Income* (ΔNII), que medem, respectivamente, o impacto econômico sobre as posições e o impacto no resultado da Organização de acordo com os cenários elaborados pela área Econômica da Organização. Estes cenários buscam determinar movimentos positivos e negativos que possam ocorrer nas curvas de taxa de juros e consequentemente afetar as aplicações e captações da Organização.
A metodologia ΔEVE consiste em reprecificar a carteira sujeita à variação de taxas de juros levando-se em consideração aumentos ou decréscimos nas taxas utilizadas para a apuração do valor presente e o prazo total dos ativos e passivos. Assim, apura-se o valor econômico da carteira tanto com as taxas de juros de mercado na data da análise como com os cenários projetados. Desta forma, a diferença entre os valores obtidos para a carteira será o Delta EVE.
No caso do ΔNII, a metodologia tem como objetivo apurar a variação na receita líquida de juros da Organização (margem bruta) em função de eventuais variações no nível de taxa de juros, ou seja, a diferença entre o ΔNII apurado no cenário-base e o ΔNII apurado nos cenários de aumento ou decréscimos nas taxas de juros será o Delta NII.
Para a mensuração do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são utilizadas premissas comportamentais dos clientes quando necessário. Como referência, no caso dos depósitos à vista e de poupança, que não possuem vencimento definido, são realizados estudos para verificação dos seus comportamentos históricos, bem como a possibilidade de manutenção dos mesmos. Através destes estudos, são definidos o montante estável (parcela core) assim como o critério de alocação ao longo do tempo.

Apreçamento de instrumentos financeiros
Com o intuito de adotar as melhores práticas de mercado relacionadas à apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros, foi instituída a Comissão de Marcação a Mercado (CMM), que é responsável pela aprovação ou encaminhamento à Comissão de Risco de Mercado e Liquidez dos modelos de marcação a mercado. A CMM é formada por representantes das áreas de negócios, *back-offices* e riscos, cabendo à área de riscos a coordenação da Comissão e a submissão dos assuntos avaliados ao Comitê Executivo de Gerenciamento de Riscos para reporte ou aprovação, conforme o caso.
Sempre que possível adotam-se preços e taxas das bolsas de valores, mercadorias e futuros e mercados secundários. Na impossibilidade de encontrar tais referências de mercado, são utilizados preços disponibilizados por outras fontes (por exemplo: *Bloomberg, Reuters* e Corretoras). Como última opção, são adotados modelos proprietários para apreçamento dos instrumentos, que também seguem o mesmo procedimento de aprovação da CMM e são submetidos aos processos de validação e avaliação da Organização.
Os critérios de marcação a mercado são revisados periodicamente, conforme processo de governança, podendo sofrer modificações em decorrência de alterações nas condições de mercado, da criação de novas classes de instrumentos, do estabelecimento de novas fontes de dados ou do desenvolvimento de modelos considerados mais adequados.
Os instrumentos financeiros para serem incluídos na Carteira *Trading* devem ser aprovados no Comitê Executivo de Tesouraria ou de Produtos, Serviços e Parcerias e ter os seus critérios de apreçamento definidos pela CMM.
A Organização adota os seguintes princípios para o processo de marcação a mercado:
- Comprometimento: a Organização empenha-se em garantir que os preços utilizados reflitam o valor de mercado das operações. Na ausência de fonte de informações, a Organização pratica os melhores esforços para estimar o valor de mercado dos instrumentos financeiros;
- Frequência: os critérios de marcação a mercado formalizados são aplicados diariamente;
- Formalismo: a CMM é responsável por assegurar a qualidade metodológica e a formalização dos critérios de marcação a mercado;
- Consistência: o processo de coleta e aplicação dos preços é realizado de maneira consistente, garantindo sua uniformidade na Organização; e
- Transparência: assegurar que a metodologia seja acessível às áreas de Auditorias Interna e Externa, Validação Independente de Modelos e Órgãos Reguladores.

Controle e acompanhamento
O risco de mercado é controlado e acompanhado por área independente, o Departamento de Controle Integrado de Riscos - DCIR, que diariamente calcula o risco das posições em aberto, consolida os resultados e realiza os reportes determinados pelo processo de governança existente.
Além dos reportes diários, quinzenalmente são discutidas as posições da Carteira *Trading* no Comitê Executivo de Tesouraria, e as posições da Carteira *Banking* e os reportes de liquidez são tratados no Comitê Executivo de Tesouraria para a Gestão de Ativos e Passivos.
Em ambos os fóruns, os resultados e os riscos são avaliados e as estratégias são debatidas. Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, os quais são revisados ao menos uma vez por ano.
No caso de rompimento de qualquer limite controlado pelo Departamento de Controle Integrado de Riscos - DCIR, a Diretoria da área de negócio responsável pela posição é informada do consumo do limite e tempestivamente o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital é convocado para a tomada de decisão. Na situação em que o Comitê decida pelo aumento do limite e/ou alteração ou manutenção das posições, o Conselho de Administração é convocado para aprovação do novo limite ou revisão da estratégia de posição.

Comunicação interna
A área de risco de mercado disponibiliza relatórios gerenciais diários de controle das posições às áreas de negócio e à Alta Administração, além de reporte semanal e apresentações periódicas ao Conselho de Administração.
Os reportes são realizados de acordo com um sistema de alertas, que determina os destinatários dos relatórios de risco conforme o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Assim, quanto maior o consumo do limite de risco, mais membros da Alta Administração recebem os relatórios.

***Hedge* e utilização de derivativos**
Com o objetivo de padronizar a utilização de instrumentos financeiros destinados para *hedge* das operações e uso de derivativos pelo Departamento de Tesouraria, a Organização elaborou normas específicas que foram aprovadas pelos Comitês competentes.
As operações de *hedge* executadas pelo Departamento de Tesouraria do Bradesco devem, necessariamente, cancelar ou mitigar os riscos de descasamentos de quantidades, prazos, moedas ou indexadores das posições dos livros da Tesouraria, sendo utilizados, para tanto, os ativos e derivativos autorizados para negociação em cada um dos seus livros, com o objetivo de:
- Controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes;
- Alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e
- Reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

Para os derivativos classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

***Hedge* de fluxo de caixa**
O Bradesco mantém *hedges* de fluxo de caixa, vide maiores detalhes na Nota 7.

Derivativos padronizados e de uso contínuo
O Departamento de Tesouraria da Organização pode utilizar derivativos padronizados (negociados em bolsa) e os de uso contínuo (negociados em balcão) com a finalidade de obtenção de resultados e também com a finalidade de construção de *hedges*.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Classificam-se como derivativos de uso contínuo, aqueles habituais de mercado negociados em balcão, tais como *swaps vanilla* (taxas de juros, moedas, *Credit Default Swap*, entre outros), operações a termo (moedas, por exemplo), opções *vanilla* (moeda, Índice Bovespa), entre outros. Já os derivativos não padronizados que não estão classificados como de uso contínuo ou as operações estruturadas têm o seu uso condicionado à autorização do Comitê competente.

Evolução da exposição

Nesta seção, são apresentados as evoluções da exposição financeira, o VaR calculado pelo modelo interno e o seu *backtesting* e a análise de estresse.

Exposição financeira - Carteira *Trading* (Valor Justo)

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023		2022	
Fatores de riscos	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Prefixado	74.840.828	56.337.018	35.805.135	30.863.080
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)/IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	14.938.784	10.822.907	5.054.212	4.950.999
Cupom cambial	1.195.092	963.862	602.486	698.161
Moedas estrangeiras	6.263.810	6.391.302	2.890.254	3.038.402
Renda variável	7.549.052	5.926.077	4.637.904	4.642.523
Soberanos/*eurobonds e treasuries*	8.664.699	7.497.824	5.812.825	5.275.743
Outros	1.735.873	400.706	1.262.258	734.094
Total	**115.188.138**	**88.339.696**	**56.065.074**	**50.203.002**

VaR Modelo Interno - Carteira *Trading*

O VaR da Carteira *Trading*, líquido de efeitos fiscais e com o horizonte de 1 dia, foi de R$ 7.468 mil, no final do quarto trimestre de 2023 tendo o fator de risco IGP-M/IPCA como a maior participação no risco da Carteira.

Em 31 de dezembro - R$ mil

Fatores de riscos	**2023**	**2022**
Prefixado	3.010	1.498
IGP-M/IPCA	7.671	3.629
Cupom cambial	311	38
Moedas estrangeiras	2.507	1.854
Soberanos/*eurobonds e treasuries*	2.003	1.964
Renda variável	3.283	3.524
Outros	2.340	1.439
Efeito correlação/diversificação	(13.657)	(8.252)
VaR no final do ano	**7.468**	**5.694**
VaR médio no ano	14.916	9.391
VaR mínimo no ano	4.982	4.661
VaR máximo no ano	45.150	16.355

VaR Modelo Interno - Carteira Regulatória

O capital é calculado pelo modelo VaR Delta-Normal com base na Carteira Regulatória, composta pela Carteira *Trading* e as exposições Cambial e de *Commodities* da Carteira *Banking*. Adicionalmente, para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções, são aplicados os modelos de riscos de simulação histórica e o Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois, sendo este risco de opção adicionado ao VaR da Carteira. Cabe destacar que, o valor em risco é extrapolado para o horizonte regulatório(1) (maior entre 10 dias e o horizonte da carteira) pelo método da raiz do tempo. Os valores de VaR e VaR Estressado demonstrados a seguir são para o horizonte de dez dias e estão líquidos de efeitos fiscais.

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023		2022	
Fatores de riscos	**VaR**	**VaR estressado**	**VaR**	**VaR estressado**
Taxa de juros	22.441	79.660	14.475	42.853
Taxa de câmbio	12.780	7.654	55.174	46.165
Preço de mercadoria (*Commodities*)	1.188	1.385	1.968	4.165
Preço de ações	6.334	4.904	8.114	7.639
Efeito correlação/diversificação	12.569	(8.333)	(16.641)	(30.723)
VaR no final do ano	**55.312**	**85.270**	**63.090**	**70.099**
VaR médio no ano	66.143	121.567	46.747	79.158
VaR mínimo no ano	26.739	54.047	33.170	41.474
VaR máximo no ano	156.329	287.868	83.049	192.318

Obs.: VaR para o horizonte de 10 dias e líquidos de efeitos fiscais.

Para efeito da apuração da necessidade de capital regulamentar, segundo o modelo interno, deve-se levar em consideração as regras descritas nas Circulares nºs 3.646/13 e 3.674/13 do Banco Central do Brasil, como o uso do VaR e do VaR Estressado sem efeitos fiscais, da média dos últimos 60 dias e seu multiplicador.

(1) É adotado o máximo entre o período de manutenção (*holding period*) da carteira e 10 dias, que é o horizonte regulatório mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

VaR Modelo Interno - *Backtesting*

A metodologia de risco aplicada é avaliada, continuamente, através de técnicas de *backtesting*, que consistem na comparação do VaR com período de manutenção de 1 dia e o resultado hipotético, obtido com as mesmas posições utilizadas no cálculo do VaR, e o resultado efetivo, aqui considerando também a movimentação do dia para o qual o VaR foi estimado.

O principal objetivo deste acompanhamento é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos ocorridos deve ser compatível com o número de rompimentos aceitos pelos testes estatísticos realizados para o nível de confiança estabelecido. Outro objetivo é aprimorar os modelos utilizados pela Organização, através das análises realizadas para diferentes períodos de observação e níveis de confiança do VaR, tanto para o VaR Total como por fator de risco. Os resultados diários correspondentes aos últimos 250 dias úteis, superaram o respectivo VaR com o nível de confiança de 99% nenhuma vez na visão hipotética e uma vez na visão e efetiva, em dezembro/2023. Em dezembro/2022 os resultados diários correspondentes aos últimos 250 dias úteis superaram o respectivo VaR com o nível de confiança de 99% uma vez na visão hipotética e nenhuma vez na visão efetiva.

De acordo com o documento publicado pelo *Basel Committee on Banking Supervision*(2), os rompimentos seriam classificados como "Má-sorte ou os mercados se moveram de forma não prevista pelo modelo", ou seja, a volatilidade foi, significativamente, maior do que o esperado e/ou as correlações foram diferentes daquelas assumidas pelo modelo.

(2) O Comitê de Supervisão Bancária da Basileia é uma organização que congrega autoridades de supervisão bancária, visando a fortalecer a solidez dos sistemas financeiros.

Análise de Estresse - Carteira *Trading*

A Organização avalia, também, diariamente, os possíveis impactos nas posições em cenários de estresse para um horizonte de 20 dias úteis, com limite estabelecido no processo de governança. Dessa forma, considerando o efeito de diversificação entre os fatores de risco e os valores líquidos de efeitos fiscais.

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023	**2022**
No final do ano	148.016	77.668
Médio do ano	191.400	118.174
Mínimo do ano	94.289	53.384
Máximo do ano	318.578	265.347

Obs.: Valores líquidos de efeitos fiscais.

Análise de sensibilidade das exposições financeiras

As análises de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras Trading e *Banking*) da Organização, foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços;
Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado; e
Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado.

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

Análise de sensibilidade - Carteira *Trading*

Em 31 de dezembro - R$ mil

		Carteiras *Trading* (1)					
		Cenários					
		2023			2022		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(25)	(14.760)	(27.497)	(63)	(21.058)	(41.285)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(3.861)	(130.968)	(266.123)	(3.129)	(51.918)	(110.853)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(18)	(2.783)	(5.489)	(2)	(339)	(670)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	1.507	37.669	75.338	800	20.000	40.000
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	1.188	29.696	59.392	(130)	(3.256)	(6.512)
Soberanos/ *Eurobonds e Treasuries*	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	128	8.831	15.365	42	3.942	7.744
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(94)	(2.341)	(4.683)	(135)	(866)	(1.730)
Total sem correlação dos fatores de risco		**(1.175)**	**(74.656)**	**(153.697)**	**(2.617)**	**(53.495)**	**(113.306)**

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e
(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 245 bps e 480 bps (cenários 2 e 3, respectivamente) em Dez/2023 (Dez/2022 - os valores foram de aproximadamente 326 bps e 633 bps nos cenários 2 e 3, respectivamente).

Demonstramos também, abaixo, a análise de sensibilidade das Carteiras *Trading* e *Banking*:

Em 31 de dezembro - R$ mil

		Carteira *Trading* e *Banking* (1)					
		Cenários					
		2023			2022		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(2.113)	(845.801)	(1.949.962)	(7.204)	(2.730.345)	(5.582.444)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(20.461)	(2.347.022)	(4.307.241)	(20.236)	(2.290.418)	(4.152.134)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(985)	(112.436)	(216.387)	(1.134)	(135.476)	(259.477)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(2.212)	(55.293)	(110.585)	8.450	211.248	422.496
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(43.432)	(1.085.794)	(2.171.588)	(33.013)	(825.318)	(1.650.636)
Soberanos/ *Eurobonds e Treasuries*	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(1.172)	(117.366)	(229.078)	943	(47.166)	(94.368)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(41)	(1.016)	(2.031)	(158)	(1.432)	(2.862)
Total sem correlação dos fatores de risco		**(70.416)**	**(4.564.728)**	**(8.986.872)**	**(52.352)**	**(5.818.907)**	**(11.319.425)**

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e
(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 269 bps e 548 bps (cenários 2 e 3, respectivamente) em Dez/2023 (Dez/2022 - os valores foram de aproximadamente 346 bps e 675 bps nos cenários 2 e 3, respectivamente).

40.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Organização possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Controle e acompanhamento

O gerenciamento do risco de liquidez da Organização é realizado através de ferramentas desenvolvidas em plataformas robustas e validadas pelas áreas independentes da Organização. Dentre as principais métricas e indicadores considerados no *framework* de risco de liquidez, destacam-se:

- **Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR):** consiste na verificação da suficiência de instrumentos líquidos para honrar as saídas líquidas de caixa da Organização nos próximos trinta dias em cenário de estresse;
- **Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR):** consiste na verificação da suficiência de *funding* estrutural para financiar os ativos de longo prazo do balanço da Organização;
- Perdas de depósitos para diferentes horizontes de tempo;
- Mapas de concentração das captações em diferentes visões (produto, prazo e contraparte); e
- Exercícios de estresse integrado onde diferentes dimensões de risco são abordadas.

Para as principais métricas foram estabelecidos limites, que podem ser estratégicos (aprovados até o nível do Conselho de Administração) ou operacionais (aprovados no Comitê Executivo de Tesouraria para a Gestão de Ativos e Passivos), baseados em sinalizadores, que acionam diferentes níveis de governança conforme o percentual de utilização (consumo) dos seus respectivos limites.

Mitigação do risco de liquidez

A governança estabelecida para o gerenciamento do risco de liquidez contempla uma série de recomendações para mitigação do risco de liquidez, dentre as principais estratégias, destacam-se:

- Diversificação de captações quanto à contraparte, produto e prazo;
- Adoção de limites gerenciais de liquidez, além daqueles requeridos pelo regulador;
- Análise prévia de produtos que possam afetar a liquidez antes da sua implementação; e
- Simulações de estresse de liquidez da carteira.

Testes de estresse

Em função da dinâmica e criticidade deste tema, a gestão e controle do risco de liquidez devem acontecer de forma diária e ser baseadas em cenários de estresse. Desta forma, a principal métrica utilizada para o monitoramento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial é o Índice de Liquidez Curto Prazo (LCR), que mede a suficiência de recursos líquidos para honrar os compromissos nos próximos trinta dias considerando um cenário de estresse. Portanto, a gestão diária já é realizada através de teste de estresse.

De qualquer forma, adicionalmente ao LCR e outras métricas de monitoramento, são executadas simulações de cenários de estresse de longo prazo, dentro do programa de teste de estresse integrado (ICAAP por exemplo), para também avaliar uma eventual deterioração dos indicadores de liquidez para diferentes horizontes de tempo.

Comunicação interna

A comunicação interna sobre o risco de liquidez, tanto entre os departamentos quanto entre as diversas camadas da governança interna é feita por meio de relatórios internos e comitês envolvendo as duas áreas (Tesouraria e DCIR) e a administração sênior da Organização.

Adicionalmente, são distribuídos diariamente relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Alta Administração. Fazem parte deste processo diversos instrumentos de análises que são utilizados no monitoramento da liquidez, tais como:

- Distribuição diária dos instrumentos de controle da liquidez;
- Atualização automática *intraday* dos relatórios de liquidez para a adequada gestão do Departamento de Tesouraria;
- Elaboração de relatórios com as movimentações passadas e futuras, com base em cenários;
- Verificação diária do cumprimento do nível mínimo de liquidez;
- Elaboração de relatórios complementares onde são apresentadas as concentrações das captações por tipo de produto, prazo e contraparte; e
- Relatórios semanais para a Alta Administração com o comportamento e as expectativas referentes à situação da liquidez.

O processo de gerenciamento de risco de liquidez conta com um sistema de alertas, que determina o nível adequado de reporte dos relatórios de risco de acordo com o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Desta forma, quanto menor forem os índices de liquidez, maiores níveis da Organização recebem os relatórios.

Fluxos de caixa não descontados para passivos financeiros

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, de acordo com os passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente até a data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados.

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**2023**	**2022**
Recursos de instituições financeiras	241.147.532	36.531.359	19.465.415	19.520.577	3.745.222	320.410.105	264.515.929
Recursos de clientes	189.556.676	20.576.205	128.144.743	293.394.821	664.845	632.337.290	646.734.380
Recursos de emissão de títulos	8.154.052	7.115.956	28.076.948	181.581.846	12.402.689	237.331.491	241.197.989
Dívidas subordinadas	359.550	27.251	38.807	17.837.966	66.112.436	84.376.010	99.757.706
Outros passivos financeiros (1)	51.707.772	21.549.168	1.481.813	5.857.103	2.023.676	82.619.532	92.556.433
Total do passivo em 31 de dezembro de 2023	**490.925.582**	**85.799.939**	**177.207.726**	**518.192.313**	**84.948.868**	**1.357.074.428**	
Total do passivo em 31 de dezembro de 2022	**476.065.660**	**75.194.853**	**223.897.813**	**480.138.935**	**89.465.176**		**1.344.762.437**

(1) Inclui, basicamente, operações de cartões de crédito, operações de câmbio, negociação e intermediação de valores, *leasing* e planos de capitalização.

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros, empréstimos e adiantamentos. A Administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

A tabela anterior mostra os fluxos de caixa contratuais não descontados referentes aos passivos financeiros da Organização. Os fluxos de caixa que a Organização estima para esses instrumentos variam significativamente em relação a essa análise. Por exemplo, espera-se que depósitos à vista de clientes mantenham saldo estável ou crescente, e não se espera que esses depósitos serão sacados imediatamente.

Na Organização, a administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e dos instrumentos financeiros utilizados.

Fluxos de caixa não descontados para derivativos

Todos os derivativos da Organização são liquidados pelo valor líquido, que incluem:

- Derivativos cambiais - opções de moeda de mercado de balcão, futuros de moeda, opções de moeda negociadas em bolsa; e
- Derivativos de taxas de juros - *swaps* de taxas de juros, contratos com taxas futuras, opções de taxas de juros, outros contratos de taxas de juros, contratos de futuros de taxas de juros negociados em bolsa e opções de taxas de juros negociadas em bolsa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros derivativos, que serão liquidados pelo valor líquido, agrupados com base no período remanescente desde a data da apresentação até o seu respectivo vencimento. Os valores divulgados na tabela representam fluxos de caixa não descontados.

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**2023**	**2022**
Diferencial de *swap* a pagar	444.067	317.578	421.464	760.188	1.157.976	3.101.273	3.939.676
Termo de moedas/outros	**3.241.700**	**251.181**	**310.992**	**182.367**	**1.474**	**3.987.714**	**3.201.282**
• Comprado	376.783	247.822	308.233	175.059	1.474	1.109.371	3.039.260
• Vendido	2.864.917	3.359	2.759	7.308	-	2.878.343	162.022
Prêmio de opções lançadas	1.107.497	46.251	718.085	334.731	30.056	2.236.620	841.199
Outros	713.571	247.597	294.548	157.324	811	1.413.851	1.357.646
Total de derivativos passivos em 31 de dezembro de 2023	**5.506.835**	**862.607**	**1.745.089**	**1.434.610**	**1.190.317**	**10.739.458**	
Total de derivativos passivos em 31 de dezembro de 2022	**3.512.671**	**884.329**	**1.352.818**	**3.396.269**	**193.716**		**9.339.803**

Balanço patrimonial por prazos

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros da Organização, segregados por prazo, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes na data das Demonstrações Financeiras:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Circulante			Não circulante				
	1 a 30 dias	**31 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Prazo indeterminado**	**2023**	**2022**
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos	151.053.972	-	-	-	-	-	151.053.972	122.521.755
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	374.453.943	1.036.001	4.409.378	5.215.610	2.483.445	-	387.598.377	301.899.028
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	9.981.960	8.922.604	9.651.645	112.979.885	71.313.512	-	212.849.606	215.588.278
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	79.862.180	125.889.163	85.193.412	211.664.552	76.892.512	-	579.501.819	602.418.607
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquido de provisão para perdas	167.593.734	29.616.018	6.202.321	1.690.586	-	-	205.102.659	122.488.329
Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas	1.874.673	10.837.091	13.996.290	108.111.315	40.387.708	-	175.207.077	211.611.074
Outros ativos financeiros (1)	45.052.682	814.237	301.437	7.004.073	3.786.431	-	56.958.860	65.705.559
Total dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023	**829.873.144**	**177.115.114**	**119.754.483**	**446.666.021**	**194.863.608**	**-**	**1.768.272.370**	
Total dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022	**679.582.545**	**173.811.482**	**125.617.929**	**469.242.326**	**193.978.348**	**-**		**1.642.232.630**

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf

Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Circulante			Não circulante				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Prazo indeterminado	2023	2022
Passivo								
Passivos financeiros ao custo amortizado							-	
Recursos de instituições financeiras	274.817.412	20.631.026	9.836.986	15.310.467	2.826.892	-	323.422.783	281.948.038
Recursos de clientes (2)	205.026.524	47.921.784	94.806.013	274.003.401	176.958	-	621.934.680	590.682.206
Recursos de emissão de títulos	8.622.895	17.360.738	22.991.898	185.539.132	10.451.595	-	244.966.258	222.257.328
Dívidas subordinadas	357.829	27.067	36.878	14.781.304	20.412.028	14.722.748	50.337.854	52.241.332
Outros passivos financeiros (3)	51.707.772	21.549.168	1.481.813	5.857.103	2.023.676	-	82.619.532	92.556.433
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.141.968	1.353.693	2.730.211	7.167.783	2.148.565	-	15.542.220	13.341.324
Provisão para perda esperada							-	-
Compromissos de empréstimos	-	-	-	2.274.316	-	-	2.274.316	2.997.091
Garantias financeiras	123.748	-	-	1.078.866	-	-	1.202.614	1.768.949
Passivos de contratos de seguros (2)	302.553.538	-	-	42.238.684	-	-	344.792.222	304.755.965
Total dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023	**845.351.686**	**108.843.476**	**131.883.799**	**548.251.056**	**38.039.714**	**14.722.748**	**1.687.092.479**	
Total dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022	**774.863.285**	**127.641.119**	**163.015.580**	**436.825.712**	**46.079.740**	**14.123.230**		**1.562.548.666**

(1) Inclui, basicamente, operações de câmbio, devedores por depósitos em garantia e negociação e intermediação de valores;
(2) Os depósitos à vista, de poupança e os passivos de contratos de seguros, representadas por produtos "VGBL" e "PGBL", estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e
(3) Inclui, basicamente, operações de cartões de crédito, operações de câmbio, negociação e intermediação de valores, *leasing* financeiro e planos de capitalização.

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos da Organização, segregados em circulante e não circulante, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, na data das Demonstrações Financeiras:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Circulante	Não circulante	2023	2022
Ativo				
Total dos ativos financeiros	**1.126.742.741**	**641.529.629**	**1.768.272.370**	**1.642.232.630**
Ativos não correntes mantidos para venda	1.328.530	-	1.328.530	1.236.931
Investimentos em coligadas	-	9.616.840	9.616.840	8.970.513
Imobilizado de uso	-	11.118.009	11.118.009	11.971.122
Ativos intangíveis e ágio	-	22.107.146	22.107.146	18.799.813
Impostos a compensar	4.792.051	8.171.967	12.964.018	14.440.840
Impostos diferidos	12.492.585	80.026.339	92.518.924	84.214.585
Outros ativos	8.298.254	1.299.158	9.597.412	10.422.358
Total dos ativos não financeiros	**26.911.420**	**132.339.459**	**159.250.879**	**150.056.162**
Total do ativo em 31 de dezembro de 2023	**1.153.654.161**	**773.869.088**	**1.927.523.249**	
Total do ativo em 31 de dezembro de 2022	**1.017.874.979**	**774.413.813**		**1.792.288.792**
Passivo				
Total dos passivos financeiros	**1.086.078.961**	**601.013.518**	**1.687.092.479**	**1.562.548.666**
Outras provisões	3.753.085	18.584.759	22.337.844	22.647.973
Impostos correntes	1.546.656	-	1.546.656	1.593.037
Impostos diferidos	210.623	1.396.904	1.607.527	1.633.292
Outros passivos	45.723.436	2.201.183	47.924.619	43.854.987
Total dos passivos não financeiros	**51.233.800**	**22.182.846**	**73.416.646**	**69.729.289**
Total do patrimônio líquido	**-**	**167.014.124**	**167.014.124**	**160.010.837**
Total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023	**1.137.312.761**	**790.210.488**	**1.927.523.249**	
Total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022	**1.113.275.219**	**679.013.573**		**1.792.288.792**

40.5. Valor justo de ativos e passivos financeiros

Para instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

• Nível 1
Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

• Nível 2
Dados observáveis, que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por, dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

• Nível 3
Dados não observáveis, que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria, geralmente, inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos. O principal dado não observável utilizado na determinação do valor justo são os spreads de crédito que variam entre 2% e 10%. A marcação a mercado dos títulos os quais não apresentam fonte pública, consistente e regular de divulgação, o Bradesco utiliza os modelos definidos pela CMM e disponibilizado através do manual de marcação a mercado para cada modalidade de título. Por meio de métodos e modelos matemáticos-financeiros, os quais capturaram os efeitos e variações nos preços dos ativos objetos da marcação a mercado ou de similares, o Bradesco é capaz de apurar de forma clara e consistente seu valor justo dos ativos e passivos de Nível 3.
A tabela a seguir apresenta a composição dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor justo
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**315.355.048**	**56.028.649**	**801.331**	**372.185.028**
Títulos públicos brasileiros	277.460.786	5.125.479	1	282.586.266
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	25.063.901	10.392.525	801.330	36.257.756
Títulos emitidos por instituições financeiras	3.334.171	40.510.645	-	43.844.816
Aplicações em cotas de fundos	9.323.075	-	-	9.323.075
Títulos públicos de governos estrangeiros	118.948	-	-	118.948
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	54.167	-	-	54.167
Derivativos	**(1.840.440)**	**2.087.979**	**(376.410)**	**(128.871)**
Instrumentos financeiros derivativos (ativos)	3.939.198	11.321.165	152.986	15.413.349
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	(5.779.638)	(9.233.186)	(529.396)	(15.542.220)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**206.067.520**	**5.218.058**	**1.564.028**	**212.849.606**
Títulos públicos brasileiros	183.192.342	-	16.606	183.208.948
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.138.187	231.779	-	1.369.966
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.087.286	4.986.279	307.793	6.381.358
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	6.670.043	-	-	6.670.043
Títulos públicos de governos estrangeiros	7.404.755	-	-	7.404.755
Aplicações em cotas de fundos	2.282.963	-	-	2.282.963
Ações de companhias abertas e outras ações	4.291.944	-	1.239.629	5.531.573
Total	**519.582.128**	**63.334.686**	**1.988.949**	**584.905.763**

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor justo
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**237.380.615**	**47.559.444**	**700.473**	**285.640.532**
Títulos públicos brasileiros	204.934.195	5.604.251	2	210.538.448
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	18.223.185	9.290.575	700.471	28.214.231
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.427.286	32.664.618	-	34.091.904
Aplicações em cotas de fundos	12.025.851	-	-	12.025.851
Títulos públicos de governos estrangeiros	656.270	-	-	656.270
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	113.828	-	-	113.828
Derivativos	**(1.526.269)**	**4.978.274**	**(534.833)**	**2.917.172**
Instrumentos financeiros derivativos (ativos)	3.414.581	12.734.059	109.856	16.258.496
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	(4.940.850)	(7.755.785)	(644.689)	(13.341.324)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**203.732.788**	**10.435.808**	**1.419.682**	**215.588.278**
Títulos públicos brasileiros	177.149.932	-	21.318	177.171.250
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.470.115	1.780.215	289.114	3.539.444
Títulos emitidos por instituições financeiras	3.287.386	3.121.090	-	6.408.476
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	9.337.317	-	-	9.337.317
Títulos públicos de governos estrangeiros	6.875.135	-	-	6.875.135
Aplicações em cotas de fundos	1.602.576	-	-	1.602.576
Ações de companhias abertas e outras ações	4.010.327	5.534.503	1.109.250	10.654.080
Total	**439.587.134**	**62.973.526**	**1.585.322**	**504.145.982**

Derivativos ativos e passivos

As posições de derivativos da Organização são determinadas usando modelos quantitativos, que exigem a aplicação de múltiplos dados, incluindo taxas de juros, preços e índices para gerar curvas contínuas de rendimento ou preços e fatores de volatilidade. A maioria dos dados de mercado é observável e pode ser obtida, principalmente, na B3 e no mercado secundário. Outros derivativos quando negociados em bolsa, avaliados utilizando os preços cotados são classificados no Nível 1 da hierarquia de avaliação. Entretanto, poucas classes de contratos de derivativos estão listadas em bolsa. Estes, são classificados como Nível 2 ou Nível 3.
As curvas de rendimento são usadas para determinar o valor justo por meio do método do fluxo de caixa descontado, para *swaps* de moeda e *swaps* com base em outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuro também é determinado com base em preços cotados no mercado nas transações de derivativos negociados em bolsa ou usando metodologias similares para aqueles descritos como *swaps*. O valor justo das opções é determinado utilizando preços cotados em bolsa ou por modelos matemáticos, tais como o *Black-Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo subjacente. Preços atuais de mercado são usados para determinar as volatilidades implícitas. Os valores justos dos derivativos ativos e passivos também incluem ajustes para liquidez de mercado, qualidade de crédito da contraparte e outros fatores específicos das transações, quando adequado.
A maioria desses modelos não contém um alto nível de subjetividade, pois as metodologias utilizadas nos modelos não requerem julgamento significativo e os dados do modelo são prontamente observáveis a partir de mercados ativamente negociados. Esses instrumentos, geralmente, são classificados dentro do Nível 2 da hierarquia de avaliação.
Os derivativos, avaliados com base em parâmetros de mercado significativamente não observáveis e que não são negociados ativamente, são classificados dentro do Nível 3 da hierarquia de avaliação.

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3):

R$ mil

	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Derivativos ativos	Derivativos passivos	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**478.305**	**1.415.829**	**179.504**	**(530.951)**	**1.542.687**
Incluído no resultado	193.266	(3.746)	-	-	189.520
Incluído em outros resultados abrangentes	-	258.315	-	-	258.315
Entradas	198.748	119.825	-	(113.738)	204.835
Baixas	(70.545)	(279.597)	(69.648)	-	(419.790)
Transferência entre níveis (1)	(99.301)	(90.944)	-	-	(190.245)
Em 31 de dezembro de 2022	**700.473**	**1.419.682**	**109.856**	**(644.689)**	**1.585.322**
Em 31 de dezembro de 2022	**700.473**	**1.419.682**	**109.856**	**(644.689)**	**1.585.322**
Incluído no resultado	117.985	26.923	-	-	144.908
Incluído em outros resultados abrangentes	-	197.493	-	-	197.493
Entradas	36.456	-	43.130	-	79.586
Baixas	(53.583)	(80.070)	-	115.293	(18.360)
Transferência entre níveis (1)	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	**801.331**	**1.564.028**	**152.986**	**(529.396)**	**1.988.949**

(1) Estes papéis foram reclassificados entre os níveis 2 e 3, pois houve aumento no risco de crédito e a curva de spread possui parâmetros não observáveis. Quando há uma redução neste risco de crédito, os papéis são transferidos do nível 3 para o nível 2.

As tabelas a seguir demonstram os ganhos/(perdas) devido às variações no valor justo, incluindo os ganhos e perdas realizados e não realizados, registrados no resultado para os instrumentos financeiros ativos e passivos classificados no Nível 3:

R$ mil

	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Resultado líquido de juros	17.960	(3.770)	14.190
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	175.306	258.339	433.645
Total em 31 de dezembro de 2022	**193.266**	**254.569**	**447.835**
Resultado líquido de juros	12.312	26.923	39.235
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	105.673	197.493	303.166
Total em 31 de dezembro de 2023	**117.985**	**224.416**	**342.401**

Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados como Nível 3

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023					
	Impacto no resultado (1)			Impacto no patrimônio (1)		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	-	-	-	(3)	(622)	(1.181)
Índices de preços	-	-	-	(106)	(13.739)	(25.648)
Cupom cambial	-	-	-	(2)	(308)	(603)
Moeda estrangeira	-	-	-	106	2.656	5.312
Renda variável	3.966	99.152	198.303	6.695	167.386	334.772

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2022					
	Impacto no resultado (1)			Impacto no patrimônio (1)		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	-	-	-	(5)	(1.098)	(2.058)
Índices de preços	-	(15)	(29)	(82)	(11.879)	(22.007)
Cupom cambial	-	-	-	(5)	(665)	(1.293)
Moeda estrangeira	-	-	-	162	4.055	8.110
Renda variável	3.453	86.317	172.633	5.990	149.743	299.485

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as datas indicadas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme os cenários abaixo:
Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços;
Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado; e
Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado.

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023				
	Valor justo				Valor contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos financeiros (1)					
Empréstimos e adiantamentos					
• a instituições financeiras	-	205.228.671	-	205.228.671	205.102.659
• a clientes	-	-	625.991.386	625.991.386	629.686.699
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	64.639.588	104.956.610	8.999.978	178.596.176	180.352.343
Passivos financeiros					
Recursos de instituições financeiras	-	-	332.089.303	332.089.303	323.422.783
Recursos de clientes	-	-	599.473.510	599.473.510	621.934.680
Recursos de emissão de títulos	-	-	226.021.936	226.021.936	244.966.258
Dívidas subordinadas	-	-	52.423.119	52.423.119	50.337.854

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2022				
	Valor justo				Valor contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos financeiros (1)					
Empréstimos e adiantamentos					
• a instituições financeiras	-	122.538.967	-	122.538.967	122.488.329
• a clientes	-	-	650.606.365	650.606.365	663.303.328
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	100.636.000	98.998.877	9.728.838	209.363.715	214.651.905
Passivos financeiros					
Recursos de instituições financeiras	-	-	282.146.097	282.146.097	281.948.038
Recursos de clientes	-	-	591.820.200	591.820.200	590.682.206
Recursos de emissão de títulos	-	-	213.546.452	213.546.452	222.257.328
Dívidas subordinadas	-	-	53.842.376	53.842.376	52.241.332

(1) Os valores de empréstimos e adiantamentos estão apresentados líquidos da provisão para perdas ao valor recuperável.

Abaixo apresentamos as metodologias utilizadas para determinar os valores justos apresentados acima:
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras: Os valores justos foram estimados para grupos de operações de crédito similares com base no tipo de operação, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo das operações prefixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros, que equivalem aproximadamente às nossas taxas de juros para novos contratos para operações similares. Nos casos de deterioração do crédito, os fluxos de caixa estimados para operações a taxas fixas e variáveis foram reduzidos de modo a incorporar as perdas estimadas.
Empréstimos e adiantamentos a clientes: O valor justo relativo a operações de crédito de curso normal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa do principal e dos juros programados até o vencimento, adotando as taxas de desconto do mercado e as curvas de rentabilidade, que refletem o risco de crédito e taxa de juros inerentes a cada modalidade de operação na data do encerramento de cada período apresentado. O valor justo para operações de crédito de curso anormal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa ou ao valor da respectiva garantia.
As operações de crédito de curso anormal foram distribuídas nas respectivas categorias de operações de crédito, para fins de divulgação do cálculo do valor justo. As premissas referentes aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com base nas informações disponíveis no mercado e dados específicos sobre o tomador.
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado: Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado. Os valores justos são baseados nas premissas mencionadas na Nota 2(d). Veja Nota 9 para detalhes do custo amortizado.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP DISCLOSURE INSIGHT ACTION | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Recursos de instituições financeiras e de clientes: O valor justo dos recursos de instituições financeiras e de clientes a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante os fluxos de caixa descontados nas condições contratuais e as taxas, atualmente, praticadas no mercado para instrumentos, cujos prazos de vencimento e termos são similares. Para os depósitos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.
Recursos de emissão de títulos e Dívidas subordinadas: Os valores justos foram estimados por meio do cálculo de fluxos de caixa descontados, que aplica as taxas de juros oferecidas no mercado, cujos vencimentos e prazos são similares.

40.6. Risco de subscrição

O risco de subscrição é o risco transferido por qualquer contrato de seguro, onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra, e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O risco advém de uma situação econômica que contraria as expectativas da Organização no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação e cálculos de prêmios e contribuições. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Organização.
A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Organização incorre para fazer face aos eventos de sinistros. Deste modo, o processo de gerenciamento de riscos busca diversificar as operações de seguros, visando primar pelo balanceamento da carteira e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.
O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica e as políticas de subscrição e aceitação de riscos são, periodicamente, avaliadas.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros
Os sinistros são devidos à medida que ocorridos, e a Organização deve efetuar a indenização de todos os sinistros cobertos, ocorridos durante a vigência do contrato. O custo estimado de sinistros inclui as despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação. Deste modo, considerando as incertezas inerentes ao processo, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente da inicialmente prevista.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)
A Organização realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM (*Asset Liability Management*). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Organização com seus segurados.
As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e com as características da carteira de produtos da Organização.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios
O monitoramento permanente da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como a avaliação de eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; e (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de bens
Os riscos associados aos seguros de bens incluem, entre outros:
- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;
- Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

A natureza dos seguros subscritos pela Organização, em geral, é de curta duração. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.
A seguir apresentamos um resumo dos principais riscos inerentes às principais linhas de negócios de seguros de bens:
- Seguro de automóveis inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e acidentes pessoais passageiros; e
- Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (ex.: incêndio, explosão e interrupção do negócio), desastres naturais (ex.: terremoto, vendaval e enchente) e seguro de responsabilidades.

Principais riscos associados aos seguros de vida e previdência
Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices de vida em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimentos, longevidade, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.
Os riscos associados aos seguros de vida e previdência incluem, entre outros:
- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem fazer com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que prevejam o benefício de resgate. Por outro lado, taxas de persistências elevadas para produtos deficitários podem elevar as perdas futuras desses produtos;
- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores, tais como, níveis de persistência e despesas de administração; e
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades pré-definidas que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos, e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Principais riscos associados ao seguro saúde
Os riscos associados aos seguros saúde incluem, entre outros:
- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Para o seguro saúde individual, onde algumas de suas provisões são calculadas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros esperados futuros e prêmios esperados futuros), além dos riscos citados acima, existe o risco biométrico, que inclui a experiência de mortalidade e longevidade, o risco de comportamento do segurado, que inclui a sua experiência de persistência, e o risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de bens, seguros de vida e previdência e seguros saúde
A Diretoria de Gestão de Riscos, Controles Internos, *Compliance*, Privacidade e Gestão de Dados monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição. A implementação dessas políticas, o tratamento de sinistros, resseguros, e a constituição de provisões técnicas desses riscos são realizados por cada Superintendência Técnica. As Superintendências Técnicas desenvolveram mecanismos, tais como, análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.
Para os seguros de vida e previdência e o seguro saúde, o risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Organização opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota, para o cálculo das provisões técnicas, premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhora da expectativa de vida da população segurada/assistida.
O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Organização. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever.
O risco de um elevado nível de despesas é monitorado, principalmente, pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa. Especificamente, para os seguros de vida e previdência, os riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe.

Concentração de riscos
A Organização atua em todo território nacional, de modo que as potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos no âmbito do negócio por ramo de atuação.
O quadro abaixo mostra, a concentração de riscos baseada nos valores de passivos de seguros:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023			2022		
Passivos de seguros	**Bruto**	**Resseguro**	**Líquido**	**Bruto**	**Resseguro**	**Líquido**
Não vida	20.413.602	32.606	20.380.996	22.346.065	24.660	22.321.405
Vida	268.521.941	-	268.521.941	304.335.063	-	304.335.063
Saúde	3.136.199	9.804	3.126.395	3.201.521	10.221	3.191.300
Plano de previdência	12.384.586	-	12.384.586	14.656.772	-	14.656.772

Teste de sensibilidade
O objetivo do teste de sensibilidade é mensurar impactos, caso ocorram alterações isoladas, razoavelmente possíveis, em premissas inerentes às operações da Organização que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos riscos e que sejam consideradas relevantes na data do balanço.
Como fatores de risco, elegeram-se as seguintes premissas:
- Taxa de juros livre de risco - representa o nível mínimo de rentabilidade que pode ser tomado como certo pela Organização. O teste avaliou o impacto de uma redução na curva da taxa de juros livre de risco;
- Conversão em renda - O teste avaliou o impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade;
- Longevidade (*Improvement*) - representa a expectativa de vida de um indivíduo, com base no ano de seu nascimento, sua idade atual e outros fatores demográficos, incluindo sexo. O teste avaliou o impacto de um aumento na estimativa de melhoria na expectativa de vida para contratos de anuidade; e
- Sinistralidade - é o principal indicador dos contratos de seguros e equivale à relação entre as despesas e a receita que a Organização recebeu pelo contrato. O teste avaliou o impacto de um aumento na sinistralidade.

Resultados do teste de sensibilidade
O quadro abaixo apresenta o resultado do impacto nos passivos de seguros para os seguros de vida com cobertura de sobrevivência, previdência e vida individual, considerando variações nas premissas mencionadas anteriormente:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023		
Taxa de juros - Variação de -5% (*)	**Bruto**	**Resseguro**	**Líquido**
Vida	22.319.470	24.660	22.294.810
Previdência	304.289.046	-	304.289.046

(*) Houve alteração na metodologia em relação à publicação anterior, de modo que, para refletir de maneira mais adequada o risco de a taxa de juros, passou a sensibilizar somente rentabilidade projetada dos saldos e não sensibiliza a taxa *bottom-up*, utilizada para descontar os fluxos.

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023		
Conversão em Renda - + 5 pontos percentuais	**Bruto**	**Resseguro**	**Líquido**
Vida	22.319.470	24.660	22.294.810
Previdência	304.400.582	-	304.400.582

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023		
Longevidade (*Improvement*) - +0,002	**Bruto**	**Resseguro**	**Líquido**
Vida	22.298.444	24.660	22.273.784
Previdência	304.502.134	-	304.502.134

Para os seguros não vida, vida exceto vida individual, e saúde incluindo odontológico, o quadro abaixo apresenta o resultado do impacto no resultado e patrimônio líquido da Organização caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
Sensibilidade	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Não Vida	(54.511)	(42.995)	(54.324)	(42.811)
Vida	(34.000)	(32.770)	(33.811)	(32.636)
Saúde	(200.709)	(167.181)	(200.709)	(167.181)

Limitações das análises de sensibilidade
As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve, também, ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.
As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Organização poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.
Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial, que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

Risco de crédito
O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.
Este risco pode se materializar de diversas formas, entre outras:
- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Gerenciamento do risco de crédito
A Organização efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Organização em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Organização. O gerenciamento de risco de crédito referente as operações com resseguros incluem o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Am Best, Fitch Ratings, Standard & Poor´s e Moody´s. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Neste sentido, o gerenciamento do risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico, através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. É um processo realizado de forma corporativa, mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Organização e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.
Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

Política de resseguro
Por mais que as empresas seguradoras sejam conservadoras e seletivas na escolha de seus parceiros, a compra de resseguro apresenta, naturalmente embutido em sua operação, o risco de crédito. Entretanto, no Brasil esse risco é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto à SUSEP que são classificados como local, admitido ou eventual. Os resseguradores classificados como admitido e eventual, com sede no exterior, devem atender a requisitos mínimos específicos, previstos na legislação em vigor.
A política de compra de resseguro e a aprovação dos resseguradores que integram os seus contratos competem à Diretoria Executiva, sendo observados os requisitos mínimos legais e regulamentares, alguns deles visando minimizar o risco de crédito intrínseco à operação, e considerado o patrimônio líquido compatível aos montantes cedidos.
Outro aspecto importante nessa gestão de resseguro é o fato de que a Organização busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito.
Praticamente todas as carteiras de ramos elementares, exceto automóveis, possuem proteção de resseguro e, em sua maioria, com a conjugação de planos proporcionais e não proporcionais, por risco e/ou por evento.
Atualmente, parte expressiva dos contratos automáticos (proporcionais e não proporcionais) é cedida ao IRB Brasil Resseguros S.A. Alguns resseguradores admitidos participam com menor percentual individual, mas todos possuindo capital e *rating* superiores aos mínimos estabelecidos pela legislação brasileira, o que, no entendimento da Administração, reduz o risco de crédito.

Exposição ao crédito de seguro
A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada reduzida pela Administração uma vez que em alguns casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.
A Organização está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Organização adota uma política para gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

Risco operacional
O risco operacional é a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à imagem da Organização.

Gerenciamento do risco operacional
A Organização aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.
Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo, dentre outras, as seguintes atribuições:
- Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos;
- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Organização;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Organização;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente; e;
- Padrões éticos.

Dentro deste cenário, a Organização dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Controles Internos para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles.

40.7. Risco operacional

O risco operacional é representado pela possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Organização, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Organização.

Processo de Gerenciamento do Risco Operacional
A Organização adota o modelo das Três Linhas, que consiste em identificar e atribuir responsabilidades específicas às Dependências de forma que as tarefas essenciais de gerenciamento do risco operacional sejam realizadas de maneira integrada e coordenada. Para isso, são realizadas as seguintes atividades:
- Identificar, avaliar e monitorar os riscos operacionais inerentes às atividades da Organização;
- Avaliar os riscos operacionais inerentes aos novos produtos, serviços e parceiros visando a sua adequação à legislação e aos procedimentos e controles;
- Mapear e capturar os registros de perdas operacionais para composição da base de dados de risco operacional e gerenciá-los em linha com o apetite da Organização;
- Prover análises que proporcionem informações de qualidade às Dependências, visando o aperfeiçoamento da gestão do risco operacional;
- Avaliar cenários e indicadores para fins de composição do capital econômico e aprimoramento dos mapas de riscos da Organização;
- Avaliar e calcular a necessidade de capital regulatório e econômico para o risco operacional; e
- Assegurar a existência de procedimentos de governança para reporte do risco operacional e seus principais aspectos no intuito de subsidiar as decisões estratégicas da Organização.

Estes procedimentos são suportados por um sistema de controles internos, sendo certificados de forma independente quanto à sua efetividade e execução, de forma a atender os limites de apetite a riscos estabelecidos pela Organização.

41) PLANOS FECHADOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.
O plano de previdência complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores do Bradesco e de suas controladas equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.
O Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo e Ágora Corretora de Seguros S.A. patrocinam planos de previdência complementar nas modalidades de contribuição variável e de benefício definido, por meio da Fundação Baneb de Seguridade Social - Bases, aos funcionários oriundos do Baneb.
O Banco Bradesco S.A. patrocina plano de previdência complementar na modalidade de contribuição variável, por meio da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão - Capof, aos funcionários oriundos do Banco BEM S.A.
O Banco Bradesco S.A. patrocina plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido por meio da Caixa de Previdência Privada Bec - Cabec, aos funcionários oriundos do Banco do Estado do Ceará S.A.
O Banco Bradesco S.A., Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo, Bradesco Capitalização S.A., Bradescor Corretora de Seguros Ltda., Bradesco Kirton Corretora de Câmbio S.A. e a Bradesco Seguros S.A. patrocinam plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido, por meio do Multibra Fundo de Pensão, aos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A.
O Banco Bradesco S.A. assumiu ainda as obrigações do Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo com relação ao Seguro de Vida, Plano de Saúde e Indenização por Aposentadoria dos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A., bem como o Plano de Saúde de funcionários oriundos do Lloyds.
De acordo com a IAS 19 - Benefícios a Empregados, o Bradesco e suas controladas, como patrocinadores dos referidos planos, considerando estudos econômicos e atuariais, calcularam os seus compromissos atuariais utilizando taxa real de juros e reconhecem em suas Demonstrações Financeiras a obrigação devida. Os recursos garantidores dos planos de Previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis). Seguem as principais premissas utilizadas pelo atuário independente na avaliação atuarial dos nossos planos:

Em 31 de dezembro

Fatores de riscos	**2023**	**2022**
Taxa nominal de desconto	3,50% - 10,09% a.a.	3,50% - 9,72% a.a.
Taxa nominal de crescimentos salariais futuros	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa nominal de crescimento dos benefícios da previdência social e dos planos	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa inicial de crescimento de custos médicos	7,54% - 7,64% a.a.	7,64% - 7,85% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT 2000 e BR-EMS	AT 2000 e BR-SEM
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Por Plano	Por Plano
Taxa de rotatividade esperada	-	-
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Considerando as premissas acima, o valor presente das obrigações atuariais dos planos de benefícios e de seus ativos para cobertura dessas obrigações, está representado abaixo:

	Acumulado em 31 de dezembro - R$ mil			
	Benefícios de aposentadoria		**Outros benefícios pós-emprego**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
(i) Obrigações com benefícios projetados:				
No início do exercício	**2.740.903**	**2.998.669**	**800.535**	**841.118**
Custo do serviço corrente	284	341	-	-
Custo de juros	252.694	242.675	75.344	70.781
Contribuição do participante	473	546	-	-
Ganho/(perda) atuarial (1)	69.201	(158.724)	28.890	(72.297)
Transferências	16.460	-	-	-
Custo de serviço passado - alterações do plano	(3.814)	-	-	-
Eliminação antecipada de obrigações	(12.647)	(82.532)	-	-
Benefícios pagos	(268.600)	(260.072)	(47.422)	(39.067)
No encerramento do exercício	**2.794.954**	**2.740.903**	**857.347**	**800.535**
(ii) Ativos no plano pelo valor de mercado:				
No início do exercício	**2.467.755**	**2.554.827**	**-**	**-**
Rendimento esperado	227.227	206.439	-	-
Ganho/(perda) atuarial (1)	(56.554)	34.067	-	-
Contribuições recebidas:				
- Empregador	31.526	26.283	-	-
- Empregados	473	546	-	-
Transferências	16.460	-	-	-
Eliminação antecipada de obrigações	(16.460)	(94.745)	-	-
Benefícios pagos	(268.421)	(259.662)	-	-
No encerramento do exercício	**2.402.006**	**2.467.755**	**-**	**-**
(iii) Mudanças no superávit irrecuperável:				
No início do exercício	**60.861**	**7.452**	**-**	**-**
Juros sobre o superávit irrecuperável	5.644	671	-	-
Mudança no superávit irrecuperável (1)	(8.566)	52.738	-	-
No encerramento do exercício	**57.939**	**60.861**	**-**	**-**
(iv) Posição financiada:				
Planos deficitários (2)	450.887	334.009	857.347	800.535
Saldo líquido	**450.887**	**334.009**	**857.347**	**800.535**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os efeitos de remensuração reconhecidos em Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes totalizaram R$ 80.348 mil (2022 - R$ (116.798) mil), líquido dos efeitos fiscais; e
(2) O Bradesco e suas controladas, como patrocinadores dos referidos planos, considerando estudo econômico e atuariais, calcularam os seus compromissos atuariais e reconhecem em suas demonstrações financeiras a obrigação atuarial devida.

O custo/(benefício) líquido dos planos de pensão, reconhecidos na demonstração do resultado, inclui os seguintes componentes:

	Acumulado em 31 de dezembro - R$ mil	
	2023	**2022**
Obrigações com benefícios projetados:		
Custo do serviço	241	12.554
Custo de juros sobre obrigações atuariais	327.894	313.497
Rendimento esperado dos ativos do plano	(227.217)	(206.439)
Juros sobre o superávit irrecuperável	5.642	671
Custo/(benefício) líquido dos planos de pensão	**106.560**	**120.283**

Perfil de vencimento do valor presente das obrigações dos planos de benefícios definido para os próximos anos:

	R$ mil	
	Benefícios aposentadoria	**Outros benefícios pós-emprego**
Duração média ponderada (em anos)	9,47	9,29
2024	262.261	259.278
2025	267.610	273.014
2026	272.036	277.903
2027	276.175	282.232
2028	279.100	286.256
Após 2029	1.423.064	1.466.040

Em 2024, as contribuições esperadas para os planos de benefícios definido é de R$ 37.740 mil.
A taxa de retorno de longo prazo dos ativos do plano baseia-se no seguinte:
- Expectativas de médio a longo prazo dos gestores dos ativos; e
- Títulos privados e públicos, parcela representativa da carteira de investimentos de nossas controladas, cuja rentabilidade é superior a inflação mais juros, com vencimentos de curto a longo prazo.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis) e a alocação média ponderada dos ativos pertencentes ao plano de previdência, por categoria de ativo, é a seguinte:

	Em 31 de dezembro					
	Ativos do Plano do Alvorada		**Ativos do Plano do Bradesco**		**Ativos do Plano do Kirton**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Categorias de ativo:						
Renda variável	-	-	6,6%	7,6%	-	-
Renda fixa	93,2%	93,2%	87,5%	86,7%	100,0%	100,0%
Imóveis	4,9%	5,0%	2,1%	1,5%	-	-
Outros	1,9%	1,8%	3,8%	4,2%	-	-
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefícios, demonstra o impacto na exposição atuarial (7,54% - 9,42% a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto e inflação médica em 1 p.p.:

Taxa	Taxa de desconto/Taxa de inflação médica	Análise de sensibilidade	Efeito no passivo atuarial	Efeito no valor presente das obrigações
Taxa de desconto	10,25% - 10,42%	Aumento de 1 p.p.	Redução	(292.102)
Taxa de desconto	8,25% - 8,42%	Redução de 1 p.p.	Aumento	339.838
Inflação médica	8,54% - 8,64%	Aumento de 1 p.p.	Aumento	82.069
Inflação médica	6,54% - 6,64%	Redução de 1 p.p.	Redução	(70.188)

O Bradesco, em suas dependências no exterior, proporciona para seus funcionários e administradores plano de pensão, de acordo com as normas estabelecidas pelas autoridades locais, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante.
As despesas totais com contribuições efetuadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram de R$ 1.219.739 mil (2022 - R$ 1.196.202 mil).

42) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em 16 de novembro de 2022 foi promulgada a Lei nº 14.467, conversão na íntegra da MP nº 1.128/22, que estabelece novas regras de dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nas bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, produzindo efeito a partir de 1º de janeiro de 2025, onde destacamos as regras: i) aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operação com atraso superior a noventa dias); e ii) as perdas em 1º de janeiro de 2025, relativas aos créditos que se encontrem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data, somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de um trinta e seis avos para cada mês do período de apuração, a partir de abril de 2025.

b) Em 31 de agosto de 2023, o Bradesco comunicou aos acionistas que a empresa Atlântica (empresa indireta do Grupo Segurador) celebrou um Acordo de Investimento, Compra e Venda de Ações e outras Avenças com o Hospital Santa Lúcia S.A. para aquisição de 20% do capital social do Grupo Santa. A transação está alinhada com a estratégia da Atlântica de investir na cadeia de valor do setor de saúde e a conclusão está sujeita ao cumprimento de certas condições suspensivas usuais em operações desta natureza, incluindo as devidas aprovações regulatórias.

c) Em 21 de dezembro de 2023, o Bradesco comunicou aos acionistas que a Atlântica Hospitais e Participações S.A. ("Atlântica"), companhia direcionada ao investimento em hospitais, controlada indireta do Bradesco e da Bradseg Participações S.A. (integrante do Grupo Bradesco Seguros), celebrou, nesta data, um Acordo de Investimento com o Hospital Mater Dei S.A. ("Mater Dei") para o desenvolvimento e operação de um novo hospital geral em São Paulo. A Atlântica terá 51% da sociedade a ser constituída ("SPE"), e o Mater Dei, que será responsável pela gestão médica e administrativa do hospital, terá 49%. A transação está alinhada com a estratégia da Atlântica de investir na cadeia de valor do setor de saúde por meio de parcerias com *players* estabelecidos na operação de hospitais e está sujeita ao cumprimento de certas condições suspensivas usuais em operações desta natureza, incluindo as devidas aprovações regulatórias.

d) Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo, que visa simplificar, modernizar o sistema tributário e impulsionar a economia do país eliminando a complexidade do atual sistema tributário. A principal mudança está na criação do Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) que substituirá as contribuições do PIS e da Cofins, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) substituindo o ISS e o ICMS. Os novos tributos trazem a não cumulatividade ampla e terão legislação única e uniforme em todo território nacional. Para a concretização das mudanças, o Congresso Nacional deverá aprovar Leis Complementares para regulamentar a Emenda Constitucional. Os textos da regulamentação deverão ser encaminhados ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo ainda no 1º semestre de 2024. Para implementação da Reforma Tributária haverá uma fase de transição, que vai durar de 2026 a 2032. O Banco vem acompanhando as discussões deste tema e aguarda as regulamentações para uma avaliação precisa dos impactos decorrentes desta Emenda Constitucional.

e) Em 5 de fevereiro de 2024, o Bradesco comunicou aos acionistas que sua controlada indireta, Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda. ("Quixaba") e a BB Elo Cartões Participações S.A. ("BB Elo" e, em conjunto com Quixaba, os "Acionistas Controladores"), encaminharam comunicado à Cielo S.A. - Instituição de Pagamento ("Companhia"), informando a respeito de sua decisão de proceder à conversão do registro de companhia aberta da Companhia de categoria "A" para "B", com a sua consequente saída do segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), por meio do lançamento de uma oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias para conversão de registro de companhia aberta da categoria "A" para "B" e saída de segmento especial de listagem, de acordo com a legislação aplicável e o estatuto social da Companhia ("OPA"). O pedido de registro da OPA será realizado dentro do prazo regulamentar.
A OPA será lançada pelos (i) Acionistas Controladores e pelas sociedades (ii) Elo Participações Ltda. ("Elo Participações"), (iii) Alelo Instituição de Pagamento S.A. ("Alelo") e (iv) Livelo S.A. ("Livelo" e, em conjunto com os Acionistas Controladores, Elo Participações e Alelo, os "Ofertantes"), controladas indiretas do Bradesco e do Banco do Brasil S.A. (controlador direto da BB Elo), para aquisição de até a totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia, exceto por aquelas detidas pelas Ofertantes e/ou pelos Acionistas Controladores, direta ou indiretamente, e ações detidas pela própria Companhia e mantidas em tesouraria ("Ações Objeto da Oferta"), de forma unificada para fins de (i) conversão de registro de companhia aberta categoria "A" para "B"; e (ii) saída da Companhia do segmento especial de listagem Novo Mercado da B3. O preço ofertado por cada Ação Objeto da Oferta será de R$ 5,35.
A operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, incluindo as aprovações legais e regulatórias aplicáveis das autoridades governamentais competentes. Os demais termos e condições da OPA serão oportunamente disponibilizados ao mercado, de acordo com as normas aplicáveis.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Data-Base 6.2.2024

Conselho de Administração

Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente
Alexandre da Silva Glüher

Membros
Denise Aguiar Alvarez
Milton Matsumoto
Maurício Machado de Minas
Samuel Monteiro dos Santos Junior - *Membro Independente*
Walter Luis Bernardes Albertoni - *Membro Independente*
Paulo Roberto Simões da Cunha - *Membro Independente*
Rubens Aguiar Alvarez
Denise Pauli Pavarina - *Membro Independente*
* Octavio de Lazari Junior

Diretoria

Diretor-Presidente
Marcelo de Araújo Noronha

Diretores-Vice-Presidentes
Cassiano Ricardo Scarpelli
Rogério Pedro Câmara
Moacir Nachbar Junior
José Ramos Rocha Neto
Guilherme Muller Leal
Bruno D'Avila Melo Boetger

Diretores Executivos
João Carlos Gomes da Silva
Roberto de Jesus Paris
Oswaldo Tadeu Fernandes
Edilson Dias dos Reis
Juliano Ribeiro Marcílio
André Luis Duarte de Oliveira
Cintia Scovine Barcelos de Souza
Fernando Freiberger
José Augusto Ramalho Miranda
Marcos Valério Tescarolo
Renata Geiser Mantarro
* Vinicius Urias Favarão

Diretores
Ademir Aparecido Correa Junior
André Bernardino da Cruz Filho
André Ferreira Gomes
Antonio Daissuke Tokuriki
Carlos Wagner Firetti
Fernando Antônio Tenório
Fernando Honorato Barbosa
José Gomes Fernandes
Julio Cardoso Paixão
Layette Lamartine Azevedo Junior
Leandro José Diniz
Manoel Guedes de Araujo Neto
Roberto Medeiros Paula
Affonso Correa Taciro Junior
Aires Donizete Coelho
Alessandro Zampieri
Alexandre Cesar Pinheiro Quercia
Alexandre Panico
* André Costa Carvalho
André David Marques
Antonio Campanha Junior
Bráulio Miranda Oliveira
* Bruno Funchal
Carlos Henrique Villela Pedras
Carlos Leibowicz
Clayton Neves Xavier
Cristina Coelho de Abreu Pinna
Daniela Pinheiro de Castro
Danilo Luis Damasceno
Fábio Suzigan Dragone
Francisco Armando Aranda
Jeferson Ricardo Garcia Honorato
José Leandro Borges
Juliana Laham
Julio Cesar Joaquim
Leandro Karam Correa Leite
* Luiz Philipe Roxo Biolchini
Marcelo Sarno Pasquini
Marcos Daniel Boll
Marina Claudia González Martin de Carvalho
Mateus Pagotto Yoshida
Nairo José Martinelli Vidal Júnior
Nathalia Lobo Garcia Miranda
Nilton Pereira dos Santos Junior
* Rafael Forte Araújo Cavalcanti
* Ricardo Eleutério da Silva
Roberto França
Romero Gomes de Albuquerque
Rubia Becker
Ruy Celso Rosa Filho
Telma Maria dos Santos Calura
Vasco Azevedo
* Vinicius Panaro

Diretores Regionais
Altair Luiz Guarda
Amadeu Emilio Suter Neto
André Vital Simoni Wanderley
César Cabús Berenguer Silvany
Deborah D'Avila Pereira Campani Santana
Delvair Fidêncio de Lima
Edmir José Domingues
Hebercley Magno dos Santos Lima
José Roberto Guzela
Marcelo Magalhães
Marcos Alberto Willemann
Nelson Pasche Junior
Paulo Roberto Andrade de Aguiar
Rogerio Huffenbaecher

Comitês Subordinados ao Conselho de Administração

Comitês Estatutários

Comitê de Auditoria
Alexandre da Silva Glüher - *Coordenador*
Amaro Luiz de Oliveira Gomes - *Membro Qualificado*
Paulo Ricardo Satyro Bianchini
José Luis Elias

Comitê de Remuneração
Alexandre da Silva Glüher - *Coordenador*
Maurício Machado de Minas
Samuel Monteiro dos Santos Junior
Fabio Augusto Iwasaki - *Membro não Administrador*

Comitês Não Estatutários

Comitê de Integridade e Conduta Ética
Milton Matsumoto - *Coordenador*
Alexandre da Silva Glüher
Maurício Machado de Minas
Walter Luis Bernardes Albertoni
Rubens Aguiar Alvarez
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
Rogério Pedro Câmara
Moacir Nachbar Junior
José Ramos Rocha Neto
Juliano Ribeiro Marcílio
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Clayton Neves Xavier

Comitê de Riscos
Maurício Machado de Minas - *Coordenador*
Milton Matsumoto
Samuel Monteiro dos Santos Junior
Paulo Roberto Simões da Cunha

Comitê de Nomeação e Sucessão
Luiz Carlos Trabuco Cappi - *Coordenador*
Alexandre da Silva Glüher
Milton Matsumoto
Maurício Machado de Minas
Octavio de Lazari Junior

Comitê de Sustentabilidade e Diversidade
Milton Matsumoto - *Coordenador*
Luiz Carlos Trabuco Cappi
Alexandre da Silva Glüher
Denise Aguiar Alvarez
Maurício Machado de Minas
Walter Luis Bernardes Albertoni
Denise Pauli Pavarina
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
Rogério Pedro Câmara
Moacir Nachbar Junior
José Ramos Rocha Neto
Carlos Wagner Firetti
Marcelo Sarno Pasquini

Comitê Estratégico
Alexandre da Silva Glüher - *Coordenador*
Maurício Machado de Minas
Samuel Monteiro dos Santos Junior
Denise Pauli Pavarina
Octavio de Lazari Junior

Comitê Subordinado ao Diretor-Presidente

Comitê Executivo de Divulgação
Carlos Wagner Firetti - *Coordenador*
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
Rogério Pedro Câmara
Moacir Nachbar Junior
José Ramos Rocha Neto
Roberto de Jesus Paris
Oswaldo Tadeu Fernandes
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Antonio Campanha Junior

Conselho Fiscal

Efetivos
José Maria Soares Nunes
Joaquim Caxias Romão
Vicente Carmo Santo
Mônica Pires da Silva
Ava Cohn

Suplentes
Frederico William Wolf
Artur Padula Omuro
Luiz Eduardo Nobre Borges
Eduardo Badyr Donni

Ouvidoria
Nairo José Martinelli Vidal Júnior - *Ouvidor*

Departamento de Contadoria Geral
Vinícius Panaro
Contador – CRC 1SP324844/O-6

*** Nomeação/eleição pendentes de homologação pelo Bacen. Consequentemente, não tomaram posse dos cargos**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas do
Banco Bradesco S.A.
Osasco - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Bradesco S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para Opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Bradesco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde

...continuação

bradesco

Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

BBDC B3 LISTED N1 | XBBDC | ISEB3 | abrasca | CDP DISCLOSURE INSIGHT ACTION | ITAG B3 | Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA | ibri | BBDO LISTED NYSE | BBD LISTED NYSE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Avaliação das provisões de perdas esperadas de empréstimos, adiantamentos a clientes, compromissos de empréstimos, garantias financeiras, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2d viii, 4, 8d, 9c, 10, 11, 38 e 40.2 às demonstrações contábeis consolidadas, o Bradesco possuía em 31 de dezembro de 2023, o montante de R$ 58.944.950 mil de provisão de perdas esperadas (PE) relacionadas a empréstimos, adiantamentos a clientes, compromissos de empréstimos, garantias financeiras, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado. O Bradesco reconhece a perda esperada para a vida toda do contrato em todos os contratos que apresentaram um aumento significativo do risco de crédito (SICR - *Significant Credit Risk*) desde o seu reconhecimento inicial ou apresentaram descumprimento de obrigações contábeis da contraparte (*default*), e uma perda esperada de 12 meses para todos os outros contratos. O Bradesco calcula a perda esperada em grupos homogêneos, por meio de modelos ou, para certas exposições significativas, com base em uma avaliação individual, estimando os fluxos de caixa futuros, considerando o valor das garantias relacionadas. Para calcular a perda esperada em grupos homogêneos, o Bradesco separa a carteira de contratos com base em características de risco de crédito comuns e usa estimativas de probabilidade de descumprimento (*PD - Probability of Default*), a perda dado o descumprimento (LGD - *Loss Given Default*) e a exposição ao descumprimento (EAD - *Exposure at Default*), bem como estimativas do impacto das projeções das condições econômicas futuras.

Identificamos a avaliação das provisões de perdas esperadas como um principal assunto de auditoria, uma vez que a estimativa de perda esperada envolve incerteza significativa em sua mensuração, principalmente como resultado da complexidade dos modelos e subjetividade e precisão das premissas utilizadas. Dentre essas, estão: (i) as metodologias e premissas utilizadas para estimar as PDs, EADs e LGDs; (ii) os cenários macroeconômicos futuros; (iii) a identificação de aumento significativo de risco de crédito (estágio 2) e exposições em descumprimento com redução ao valor recuperável (estágio 3); e (iv) para a perda esperada avaliada individualmente, os fluxos de caixa futuros, considerando a avaliação das garantias relacionadas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional de certos controles internos relacionados ao processo de cálculo da PE. Isso incluiu controles relacionados: (i) ao desenvolvimento e aprovação da metodologia da PE; (ii) a determinação das metodologias e premissas utilizadas para estimar a PD, EAD, LGD e cenários macroeconômicos futuros; e (iii) a validação dos modelos utilizados para o cálculo da PE; (iv) o cálculo da estimativa de PE; e (v) a projeção de fluxos de caixa esperados, incluindo os valores das garantias relacionadas, para PE calculada individualmente.
- Envolvemos profissionais com experiência e conhecimento especializados em risco de crédito que nos auxiliaram: (i) na avaliação qualitativa das metodologias de PE do Bradesco através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos e com base nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB);* (ii) no teste da precisão das PDs, EADs e LGDs do Bradesco utilizando a metodologia definida e os dados históricos do Bradesco; e (iii) na avaliação da relevância das variáveis macroeconômicas consideradas nos cenários futuros através da análise de regressão e correlação histórica com esses indicadores; e
- Comparamos os índices projetados pelo Bradesco nos cenários macroeconômicos futuros com projeções independentes de terceiros. Para uma seleção de contratos, avaliamos a PE calculada individualmente, avaliamos as premissas e inspecionamos a documentação relacionada utilizada pelo Banco para determinar os fluxos de caixa esperados, incluindo as garantias. Para uma amostra, avaliamos a aderência às políticas internas sobre a identificação do aumento significativo de risco de crédito e a classificação dos instrumentos financeiros nos estágios 2 e 3.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a perda esperada de empréstimos, adiantamentos a clientes, compromissos de empréstimos, garantias financeiras, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes - Fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2j, 4 e 22 às demonstrações contábeis consolidadas, o Bradesco é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas para os quais possui provisões registradas nos montantes de R$ 7.059.304 mil, R$ 8.587.613 mil e R$ 4.622.138 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023.

As provisões de processos fiscais e cíveis, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização por dano moral e patrimonial, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito, ajustes de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança devido à implementação de planos econômicos pelo Governo Federal, e algumas outras ações cíveis específicas, foi necessário julgamento significativo para determinar a probabilidade de perda e estimar o valor envolvido. Para ações trabalhistas, o Bradesco utilizou um modelo que considera, com julgamentos relacionados a agrupamentos, a data de entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista), apuração do valor médio de pagamentos considerando um período de 12 meses, seleção de indicadores para a atualização monetária, apurando assim, a média de perda para cada grupo de ações.

Identificamos a avaliação da mensuração das provisões e a divulgação de passivos contingentes para processos tributários, cíveis e trabalhistas como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que, a avaliação exigiu um alto grau de julgamento do auditor devido à natureza subjetiva das estimativas, julgamentos e premissas feitas pelo Bradesco. No caso dos processos tributários e cíveis, as estimativas, julgamentos e premissas estão relacionadas a determinação da probabilidade de perda e do valor envolvido e, no caso de processos trabalhistas, estão relacionados ao julgamento envolvido nas segregações dos processos utilizadas no modelo e o período de observação histórica.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional de certos controles internos relacionados a avaliação e mensuração das provisões e das divulgações dos processos fiscais, cíveis e trabalhistas. Dentre esses controles estão: (i) avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais fiscais e cíveis; e (ii) desenvolvimento e aprovação dos modelos e premissas utilizadas na mensuração da provisão e dos passivos contingentes trabalhistas;
- Obtivemos e lemos as cartas recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos do Bradesco para certos processos tributários, e a documentação preparada pelos consultores jurídicos internos para certos processos cíveis com a avaliação da probabilidade e estimativa do valor de perda de tais ações. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pelo Bradesco e, consideramos os dados e informações históricas relacionadas aos processos em questão e outros processos similares, a fim de avaliar as provisões e divulgações feitas em relação a esses assuntos;
- Envolvemos profissionais com experiência e conhecimentos especializados na área tributária, que auxiliaram na avaliação da probabilidade e estimativa de perda de determinados processos tributários específicos em relação aos méritos técnicos e a documentação suporte da posição do Bradesco; e
- Para as ações trabalhistas, os principais procedimentos compreendem: (i) avaliamos o período de observação histórica utilizado pelo Bradesco, comparando-o com os resultados de cenário com períodos diferentes; (ii) testamos a precisão das segregações usadas no modelo; e (iii) testamos a precisão do modelo usando os dados históricos do Bradesco e as metodologias definidas. Para as ações cíveis e trabalhistas, testamos a suficiência da provisão comparando o valor dos desembolsos efetivos para processos encerrados no período com os valores anteriormente provisionados.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes de natureza fiscal, cível e trabalhista, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2p, 4 e 37c às demonstrações contábeis consolidadas, o Bradesco possui em 31 de dezembro de 2023 o montante de R$ 98.276.478 mil de ativos relativos a créditos tributários. O Bradesco reconhece esses ativos fiscais diferidos considerando que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização.

A estimativa de lucros tributáveis futuros do Bradesco é baseada nos planos de negócios e orçamentos preparados pelo Bradesco, e exigem que o Bradesco estabeleça uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, tais como taxas de crescimento das principais linhas de negócios, taxas de juros e taxas de câmbio, podem ter um impacto significativo nas projeções e, consequentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários.

Identificamos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários como um principal assunto de auditoria. A avaliação das estimativas de lucro tributável futuro e as premissas subjacentes exigiram julgamento subjetivo do auditor devido à sensibilidade a pequenas mudanças nas premissas e ao grau de subjetividade associado a essas premissas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo de estimativa dos lucros tributáveis futuros. Dentre esses estão os controles relacionados ao desenvolvimento e aprovação das premissas chaves para a elaboração do orçamento e as estimativas de lucros tributáveis futuros;
- Envolvemos profissionais com habilidades e conhecimento especializados em finanças corporativas que nos auxiliaram na avaliação da razoabilidade das premissas, incluindo taxas de crescimento das principais linhas de negócio, taxas de juros futuras, taxas de câmbio,subjacentes às estimativas do Bradesco de lucros tributáveis futuros. Avaliamos a capacidade do Bradesco para projetar os lucros tributáveis. Compararmos os lucros tributáveis estimados para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2023 preparados no ano anterior, com os lucros tributáveis reais para o exercício de 2023; e
- Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos e as divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações contábeis consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis

Conforme mencionado na notas explicativas nº 2g, 2i, 4 e 15 às demonstrações contábeis consolidadas, o Bradesco possui ágio no montante de R$ 6.596.649 mil e outros ativos intangíveis de vida útil definida no montante de R$ 5.811.168 mil, em 31 de dezembro de 2023.

O Bradesco realiza testes de redução ao valor recuperável para o ágio no mínimo anualmente e, para os outros intangíveis com vida útil definida, sempre que haja evidências que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Como parte do teste de redução ao valor recuperável desses ativos, o Bradesco estimou valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros. Para estimar os fluxos de caixa futuros, o Bradesco estima taxas de crescimento de diferentes linhas de negócios, fluxos de receitas e despesas baseadas nos planos de negócio e orçamentos que, por sua vez, são baseados em uma série de premissas de negócios e econômicas.

Consideramos a avaliação do valor recuperável de ágios e outros ativos intangíveis como um principal assunto de auditoria, devido ao alto grau de subjetividade na determinação das premissas significativas, incluindo as taxas de crescimento para diferentes negócios, fluxos de receita e despesas, bem como as taxas de desconto utilizadas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto:

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos sobre a análise do valor recuperável dos ágios e ativos intangíveis realizada pelo Bradesco, incluindo controles relacionados a: (i) ao desenvolvimento, revisão e aprovação das taxas de crescimento e taxas de desconto utilizadas para determinar o valor presente dos fluxos de caixa futuros; e (ii) revisão independente da metodologia de cálculo para realização do teste de redução ao valor recuperável; e
- Envolvemos nossos profissionais de finanças corporativas com conhecimento e experiência no setor que auxiliaram na: (i) avaliação da razoabilidade das taxas de crescimento usadas para diferentes negócios, fluxos de receita e despesas estimadas, comparando-as com informações obtidas de fontes internas e externas; (ii) avaliação da razoabilidade das taxas de desconto utilizadas no teste de redução ao valor recuperável, comparando-as com os intervalos de taxas de desconto que foram desenvolvidas independentemente, usando dados de mercado públicos disponíveis para entidades comparáveis; e (iii) avaliação da habilidade do Bradesco de projetar fluxos de caixa, comparando as projeções de exercício anterior, com os fluxos de caixas reais para este exercício.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação do valor recuperável de ágios e de outros ativos intangíveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Avaliação da mensuração dos passivos de seguros

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 2l, 4 e 21 às demonstrações contábeis consolidadas, o Bradesco possui R$ 344.792.222 mil em passivos de seguros em 31 de dezembro de 2023.

Para mensurar os passivos de seguros o Bradesco utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na seleção de metodologias utilizadas, inclusive no cálculo dos fluxos de caixa, das taxas de desconto e do ajuste ao risco não financeiro, e na definição de premissas que incluem expectativa de sinistros, conversão em renda, longevidade, taxas de desconto e taxa de ajuste ao risco não financeiro.

Consideramos a mensuração dos passivos de seguros como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo envolvido na avaliação das metodologias e premissas atuariais. As premissas utilizadas nessa mensuração são subjetivas e pequenas alterações poderiam resultar em mudanças significativas na mensuração desses passivos. Julgamentos subjetivos por parte do auditor e conhecimentos atuariais específicos foram necessários para avaliar as metodologias e premissas atuariais utilizadas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Avaliamos e testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à mensuração dos passivos de seguros. Isto incluiu controles relativos ao desenvolvimento e aprovação das metodologias de cálculo dos fluxos de caixa, das taxas de desconto, do ajuste ao risco não financeiro e da definição de premissas que incluem expectativa de sinistros, conversão em renda, longevidade, taxas de desconto e taxa de ajuste ao risco não financeiro;
- Envolvemos profissionais com conhecimentos específicos atuariais que nos auxiliaram: (i) na avaliação da conformidade das metodologias de cálculo dos fluxos de caixa, das taxas de desconto e do ajuste ao risco não financeiro, em relação aos requisitos do IFRS 17 bem como na comparação com os métodos utilizados pelo mercado; (ii) na avaliação das premissas relacionadas a expectativa de sinistros, conversão em renda, longevidade, taxas de desconto e taxa de ajuste ao risco não financeiro, por meio de, onde aplicável, comparação com dados externos, recálculos independentes e testes de sensibilidade e de revisão retrospectiva dessas premissas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração dos passivos de seguros no contexto das demonstrações contábeis consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Bradesco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Bradesco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Bradesco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Bradesco.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Bradesco.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Bradesco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Bradesco a não mais se manter em continuidade operacional.
- obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio da Organização Bradesco para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do período corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2024

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO CONGLOMERADO FINANCEIRO BRADESCO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, ELABORADAS DE ACORDO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO - NIRF *(INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS - IFRS)*

Adicionalmente ao relatório deste Comitê de Auditoria relativo às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. do Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), emitido em 6 de fevereiro de 2024, analisamos também o conjunto completo das Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - NIRF (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Como mencionado no relatório acima citado, levamos em consideração os trabalhos realizados pelos auditores independentes e o sistema de controles internos mantidos pelas diversas áreas do conglomerado financeiro Bradesco, principalmente as áreas de Auditoria Interna, de Gestão de Riscos e de *Compliance*.

São de responsabilidade da Administração a definição e a implementação de sistemas de informações contábeis e gerenciais utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras das empresas que compõem o conglomerado financeiro Bradesco, em observância às práticas contábeis brasileiras e internacionais.

A Administração é também responsável por processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e o gerenciamento dos riscos das operações da Organização Bradesco.

A Auditoria Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras Consolidadas, com observância aos requisitos estabelecidos nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, e emitir relatório sobre a apresentação adequada de tais demonstrações financeiras consolidadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as IFRS aplicáveis.

Compete à Auditoria Interna (Departamento de Auditoria e Inspetoria Geral) aferir a qualidade dos sistemas de controles internos da Organização Bradesco e a regularidade das políticas e dos procedimentos definidos pela Administração, inclusive daqueles adotados na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

Ao Comitê de Auditoria compete avaliar a qualidade e a efetividade das auditorias Interna e Independente e a adequação dos sistemas de controles internos, bem como analisar o conjunto das demonstrações financeiras, emitindo, quando aplicável, as recomendações pertinentes.

Com base nas revisões e discussões acima mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração, a aprovação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, auditadas pela KPMG Auditores Independentes, relativas ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (NIRF).

Cidade de Deus, Osasco, SP, 6 de fevereiro de 2024

ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER
(Coordenador)

AMARO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES
(Especialista Financeiro)

PAULO RICARDO SATYRO BIANCHINI
(Membro)

JOSÉ LUIS ELIAS
(Membro)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis do Banco Bradesco S.A. (Bradesco), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, e, com base: (i) nas reuniões realizadas com a KPMG Auditores Independentes, nos seus relatórios e no seu Parecer desta data; (ii) nas reuniões realizadas com o Comitê de Auditoria e nos seus relatórios; (iii) nas análises de documentos e, substancialmente, nas informações recebidas; e (iv) nas reuniões periódicas com os administradores e gestores de áreas do Bradesco, concluíram que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira do Bradesco em 31 de dezembro de 2023 e ratifica o julgamento do Comitê de Auditoria de que os controles internos são adequados ao porte e à complexidade de seus negócios, estes estruturados com observância das normas internas e externas a que se sujeitam.

Diante do exposto, os membros do Conselho Fiscal são da opinião de que os documentos examinados estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária do Bradesco.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 6 de fevereiro de 2024.

José Maria Soares Nunes | Joaquim Caxias Romão | Vicente Carmo Santo | Mônica Pires da Silva | Ava Cohn

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 09/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/09/BRADESCO1574322909022024.pdf
Hash:1707430201ae148c3c6c1f421884e1d2ff6dc02fde